

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Fábio Albert Mesquita

**UMA HISTORIOGRAFIA DAS IDEIAS GRAMATICOGRÁFICAS EM
INSTRUMENTOS DE ENSINO DE JULIO PIRES FERREIRA (1868-1930)**

João Pessoa
2023

FÁBIO ALBERT MESQUITA

**UMA HISTORIOGRAFIA DAS IDEIAS GRAMATICOGRÁFICAS EM
INSTRUMENTOS DE ENSINO DE JULIO PIRES FERREIRA (1868-1930)**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira.

João Pessoa
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M582h Mesquita, Fábio Albert.

Uma historiografia das ideias gramaticográficas em instrumentos de ensino de Julio Pires Ferreira (1868-1930) / Fábio Albert Mesquita. - João Pessoa, 2023.

195 f. : il.

Orientação: Francisco Eduardo Vieira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Historiografia da linguística. 2. Ferreira, Julio Pires - 1868-1930. 3. Gramaticografia. 4. Ensino de português. 5. Gramática. I. Vieira, Francisco Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 82-94:81(043)



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
FÁBIO ALBERT MESQUITA**

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às quinze horas, realizou-se, via Plataforma Google Meet, a sessão pública de defesa de dissertação intitulada *Uma historiografia das ideias gramaticográficas em instrumentos de ensino de Julio Pires Ferreira (1868-1930)*, apresentada pelo mestrando Fábio Albert Mesquita, bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Fábio Albert Mesquita concluiu os créditos para obtenção do título de Mestre em Linguística, área de concentração **Linguística e Práticas Sociais**, segundo encaminhamento do Prof. Dr. Jan Edson Rodrigues, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB, e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira (PROLING/UFPB), na qualidade de orientador, presidiu a Banca Examinadora, da qual fizeram parte os Professores Doutores Ronaldo de Oliveira Batista (Examinador externo – Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Andrea Silva Ponte (Examinadora interna – PROLING/UFPB). Dando início aos trabalhos, o senhor Presidente Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao mestrando para apresentar uma síntese de sua Dissertação. Após isso, o mestrando foi arguido pelos membros da Banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o conceito **APROVADO**. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Francisco Eduardo Vieira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 01 de novembro de 2023.

Observações:

O mestrando demonstrou conhecimento das ferramentas teóricas e dos procedimentos metodológicos do campo da Historiografia da Linguística. A dissertação revela o excelente desempenho do aluno no trato analítico a partir desse aparato de pesquisa.

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO EDUARDO VIEIRA DA SILVA
Data: 03/11/2023 11:13:04-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Francisco Eduardo Vieira
(Presidente da Banca Examinadora)

Prof(a).Dr(a). Ronaldo de Oliveira Batista
(Examinador)

Documento assinado digitalmente
 ANDREA SILVA PONTE
Data: 03/11/2023 11:28:22-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof(a). Dr(a). Andrea Silva Ponte
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Ao professor *Francisco Eduardo Vieira*, pela orientação irretocável, pelas palavras de incentivo, pelas aulas de Historiografia da Linguística e pela boa relação construída ao longo desse processo.

Aos professores *Carlos Alberto Faraco* e *Leonardo Gueiros*, pela leitura atenta e cuidadosa das versões preliminares desta dissertação e por todo conhecimento compartilhado no grupo de pesquisa *Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas* (HGEL), da Universidade Federal da Paraíba.

Ao professor *José Borges Neto* e à professora *Socorro Cláudia Tavares de Sousa*, pelas observações e pelo diálogo na banca de qualificação.

À professora *Andrea Ponte* e ao professor *Ronaldo de Oliveira Batista*, pelas contribuições e provocações durante a banca de defesa.

Aos professores do PROLING e aos colegas com quem cursei as disciplinas ao longo do mestrado, que contribuíram com minha formação em Linguística para além da Historiografia.

Aos colegas que compõem o HGEL, por todo o apoio e por todas as reuniões vivenciadas nesses últimos dois anos.

A *Emanuela Rodrigues*, pelo encontro inesperado e por compartilhar os momentos e sentimentos nesse caminho do mestrado.

A *Emily Ferreira*, pelas conversas sem hora marcada, pelos conselhos e por ser uma inspiração para seguir com prazer no caminho da pesquisa.

A *Lucielma Batista*, pela amizade sincera, pela torcida mútua e pelo acolhimento desde o primeiro instante.

A *Mariana Maris*, por ser o abraço pernambucano em terras paraibanas, por ter sido minha companhia nas disciplinas do PROLING e por ter me feito experimentar o melhor rubacão de João Pessoa.

Aos funcionários que trabalham nos diversos arquivos e bibliotecas que guardam as fontes desta pesquisa, pela atenção e por terem tido um papel essencial para tornar este estudo possível. Destaco, em especial, os funcionários do *Arquivo Público de Olinda*, da *Biblioteca Central da Universidade Católica de Pernambuco*, da *Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*, da *Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco* e do *Museu Histórico Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina*.

A *Conceição Maria de Araújo Ramos*, a *Herculano Pires Ferreira* e a *José Bento Cardoso Vidal Neto*, por terem gentilmente possibilitado o acesso às fontes desta pesquisa que se encontravam em seus acervos bibliográficos particulares.

Aos colegas da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pernambuco, pela companhia diária e por apoiarem meu crescimento acadêmico.

Ao *Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife*, nas figuras do professor *Humberto Carneiro*, da historiadora *Adilza Bandeira* e da arquivista *Ingrid Rique*, por ter sido o ponto de partida da ideia que viria a originar esta pesquisa.

Às amigas duradouras construídas na *Faculdade de Direito do Recife*: *Ana Luiza*, *Giovanna*, *Jasmine*, *Letícia*, *Milena* e *Thaianny*, por seguirem em minha vida e por acompanharem com interesse genuíno minha jornada como dissidente do mundo jurídico.

À minha família: meus pais *Alice* e *Antonio*, minha irmã *Cris* e meu cunhado *Thiago*. Pelo amor sem medidas, pelo apoio e por nunca deixarem de acreditar em mim. Nada seria possível sem vocês.

RESUMO

Esta dissertação investiga as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira (1868-1930), professor e gramático que produziu instrumentos de ensino adotados em escolas pernambucanas entre os anos finais do século 19 e as três primeiras décadas do século 20. Como objetivo geral, busca-se caracterizar as ideias do autor no que diz respeito às propostas para o ensino de português e ao perfil epistemológico da descrição gramatical empreendida. Para isso, a pesquisa está ancorada nos pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística, disciplina que se propõe a investigar o desenvolvimento das ideias linguísticas ao longo do tempo (Koerner, 1996, 2014a, 2014b; Swiggers, 2009a, 2010, 2013, 2019). Após um levantamento epi-históricográfico das obras de autoria de Julio Pires Ferreira, foram selecionadas como fontes primárias para a investigação as publicações destinadas ao uso escolar dos cursos secundários, que correspondem às *Notas sobre a Lingua Portuguesa* (1893; 1894) e à *Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior* (1910; 1917; 1921; 1929). Para nortear a interpretação das fontes, foram definidas cinco categorias de análise: (a) cenário educacional; (b) estratégias de apresentação; (c) perfil teórico-metodológico; (d) metalinguagem gramatical; (e) língua gramatizada. Os resultados apontam que as obras do autor, do ponto de vista retórico e descritivo, apresentam características tipicamente associadas aos instrumentos linguísticos daquele período, caracterizado por ser um momento de transição entre uma linhagem gramaticográfica racionalista e uma linhagem empirista. Em relação às propostas de ensino, foi possível notar um deslocamento de propostas ao longo das reedições das obras, que deixaram de reivindicar a escolarização dos estudos advindos da linguística histórico-comparativa e passaram a reproduzir os conteúdos gramaticais tradicionalmente previstos nos programas de ensino e nas gramáticas de feição prática. Esse deslocamento, materializado em mudanças na seleção de conteúdos e na forma composicional das obras, pode ser explicado pelas condições externas do cenário educacional do período, marcado pela necessidade de instrumentos que seguissem os pontos dos exames para ingresso nos cursos superiores. No tocante à descrição gramatical, os resultados da análise atestam que, apesar de buscar retoricamente um alinhamento teórico-metodológico com estudiosos ligados aos estudos histórico-comparativos, o autor apresenta ideias gramaticográficas marcadas por continuidades em relação às descrições gramaticais realizadas por instrumentos vinculados à linhagem racionalista e, em menor grau, à linhagem latinizada. Além disso, em relação à metalinguagem gramatical, destaca-se a relativa permanência do arcabouço categorial e conceitual oriundo da tradição greco-latina e reproduzido pelas linhagens gramaticográficas anteriores e contemporânea ao autor. Quanto à língua gramatizada, nota-se que, seguindo as tendências dos gramáticos que lhe foram contemporâneos, Julio Pires Ferreira não ignora os usos linguísticos peculiares ao Brasil. No entanto, no lugar de legitimá-los, o autor os coloca numa posição secundária em relação à norma idealizada que é gramatizada em seus instrumentos linguísticos. Em suma, as ideias gramaticográficas do autor espelham as ideias de seu tempo e permitem identificar as nuances e movimentos envolvendo determinadas concepções e práticas descritivas desse momento da gramaticografia brasileira.

Palavras-chave: Historiografia da Linguística. Julio Pires Ferreira. Gramaticografia. Ensino de português. Gramática.

ABSTRACT

This paper investigates the grammaticographic ideas of Julio Pires Ferreira (1868-1930), a teacher and grammarian who wrote teaching instruments adopted in Pernambuco schools between the final years of the 19th century and the first three decades of the 20th century. As a general objective, we seek to characterize the author's ideas regarding the proposals for teaching the Portuguese language and the epistemological profile of the grammatical description carried out. To this end, the research is anchored in the theoretical and methodological assumptions of the Historiography of Linguistics, a discipline that aims to investigate the development of linguistic ideas over time (Koerner, 1996, 2014a, 2014b; Swiggers, 2009a, 2010, 2013, 2019). After an epi-historiographical survey of the works authored by Julio Pires Ferreira, publications intended for school use in secondary courses were selected as primary sources for the investigation, which correspond to the titles *Notas sobre a Lingua Portuguesa* (1893; 1894) and *Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior* (1910; 1917; 1921; 1929). In order to guide the interpretation of the sources, five categories of analysis were defined: (a) educational scenario; (b) presentation strategies; (c) theoretical and methodological profile; (d) grammatical metalanguage; (e) grammaticized language. The results indicate that the author's works, from a rhetorical and descriptive point of view, present characteristics typically associated with the linguistic instruments of that period, characterized by being a moment of transition between a rationalist grammaticographic lineage and an empiricist lineage. In relation to teaching proposals, it was possible to notice a shift in proposals throughout the reissues of the works, which stopped claiming the schooling of studies arising from historical-comparative linguistics and started to reproduce the grammatical contents traditionally foreseen in teaching programs and in Practical grammars. This shift, materialized in changes in the selection of content and the compositional form of the works, can be explained by the external conditions of the educational scenario of the period, marked by demands for instruments that followed the exam points for entry into higher education courses. Regarding grammatical description, the results of the analysis attest that, despite rhetorically seeking a theoretical and methodological alignment with scholars linked to historical-comparative studies, the author presents grammaticographic ideas marked by continuities in relation to grammatical descriptions carried out by instruments linked to the lineage rationalist and, to a lesser extent, the Latinized lineage. Furthermore, in relation to grammatical metalanguage, the relative permanence of the categorical and conceptual framework originating from the Greco-Latin tradition and reproduced by previous grammaticographic lineages and contemporary to the author stands out. As for the grammaticized language, it is noted that, following the trends of the grammarians who were his contemporaries, Julio Pires Ferreira does not ignore the linguistic uses peculiar to Brazil. However, instead of legitimizing them, the author places them in a secondary position in relation to the idealized norm that is grammaticized in his linguistic instruments. To sum up, the author's grammaticographic ideas mirror the ideas of his time and allow us to identify the nuances and movements involving certain conceptions and descriptive practices of this moment in Brazilian grammaticography.

Keywords: Historiography of Linguistics. Julio Pires Ferreira. Grammaticography. Portuguese language teaching. Grammar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organograma historiográfico.....	34
Figura 2 – Capa das <i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> , de Julio Pires Ferreira (1893).....	85
Figura 3 – Lista comparativa entre as formas latinas e as portuguesas populares e eruditas...	90
Figura 4 – Plano sinótico da <i>Grammatica Portuguesa</i> , de Julio Pires Ferreira (1910).....	110
Figura 5 – Plano sinótico da <i>Grammatica Portuguesa</i> , de Júlio Ribeiro (1881)	110
Figura 6 – Uso de fontes tipográficas de tamanhos diferentes na <i>Grammatica Portuguesa</i> (1910)	116
Figura 7 – Tábuas de declinação dos pronomes pessoais em Ferreira (1917)	136
Figura 8 – Tábuas de declinação dos pronomes em Barros (1540)	137
Figura 9 – Partes do discurso em gramáticas de língua portuguesa (1540-1951)	141
Figura 10 – Divisão dos adjetivos determinativos em Pacheco e Lameira (1887).....	147
Figura 11 – Divisão dos adjetivos determinativos em Ferreira (1910).....	147
Figura 12 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Barros (1540)	150
Figura 13 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Soares Barbosa (1822).....	151
Figura 14 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Coelho (1891).....	152
Figura 15 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Ferreira (1894).....	153
Quadro 1 – Egressos da Faculdade de Direito do Recife de 1827 a 1927 e suas obras sobre a língua portuguesa.....	15
Quadro 2 – Perfil historiográfico da pesquisa	38
Quadro 3 – Lista exemplificativa de acervos digitais	53
Quadro 4 – Acervos pernambucanos consultados	56
Quadro 5 – Lista de grupos de pesquisa em HL.....	60
Quadro 6 – Levantamento das obras sobre a língua portuguesa publicadas por Julio Pires Ferreira	63
Quadro 7 – Obras de Julio Pires Ferreira consultadas	65
Quadro 8 – Sequência das obras de Julio Pires Ferreira para uso dos cursos secundários	67
Quadro 9 – Sistematização das categorias de análise	74
Quadro 10 – A 1ª edição das <i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> (1893) e o Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios (1887).....	87
Quadro 11 – Correspondências entre os capítulos das duas edições das <i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i>	96
Quadro 12 – A 2ª edição das <i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> (1894) e o Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios (1887).....	98
Quadro 13 – A etimologia nas edições das <i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i>	101
Quadro 14 – Temas da gramática prática nas edições das <i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i>	102
Quadro 15 – Categorização das partes do discurso em Ferreira (1894)	105
Quadro 16 – Temas históricos nas obras de Julio Pires Ferreira.....	115
Quadro 17 – Classificação dos tipos de gramáticas em Pacheco e Lameira (1887).....	130
Quadro 18 – Classificação dos tipos de gramática em Ferreira (1894)	131
Quadro 19 – Fenômenos do português do Brasil descritos nas obras de Julio Pires Ferreira	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Academia Pernambucana de Letras
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BIBLIVRE	Programa Biblioteca Livre
CEDUCH	Centro de Documentação em Historiografia da Linguística
HGEL	Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas
HIL	História das Ideias Linguísticas
HL	Historiografia da Linguística
IAHGP	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
OCR	Optical Character Recognition
PUC-PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RAE	Real Academia Espanhola
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Tema e objeto de pesquisa	12
1.2	Perguntas de pesquisa	22
1.3	Objetivos de pesquisa	23
1.4	Justificativa	24
1.5	Percorso da dissertação	25
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
2.1	A Historiografia da Linguística	27
2.2	Dimensões e princípios da análise historiográfica	38
2.3	Continuidade e mudança na perspectiva historiográfica	42
2.4	Noções da historiografia da gramaticografia utilizadas nesta dissertação	45
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
3.1	Levantamento das fontes primárias	52
3.1.1	Consultas a catálogos <i>online</i> das bibliotecas universitárias brasileiras	54
3.1.2	Consultas a acervos bibliográficos de instituições pernambucanas	55
3.1.3	Consultas a acervos bibliográficos de instituições de outros estados	57
3.1.4	Consultas a sistemas informatizados de bibliotecas e ferramentas digitais de busca de livros	58
3.1.5	Buscas por acervos que herdaram as bibliotecas particulares de intelectuais contemporâneos a Julio Pires Ferreira	59
3.1.6	Pesquisas e aquisições de exemplares em <i>sites</i> de venda de livros	60
3.1.7	Contatos com grupos de pesquisa brasileiros com foco em estudos historiográficos	60
3.1.8	Contatos com pesquisadores que referenciaram obras gramaticográficas de Julio Pires Ferreira em trabalhos acadêmicos	61
3.1.9	Contatos com descendentes de Julio Pires Ferreira	62
3.1.10	Síntese do levantamento e delimitação das fontes primárias	62
3.2	Levantamento das fontes secundárias	68
3.3	Categorias de análise	72
4	O ENSINO DE PORTUGUÊS NAS OBRAS DE JULIO PIRES FERREIRA	75
4.1	Português como disciplina escolar	75
4.2	<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> – 1ª edição (1893)	81
4.3	<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> – 2ª edição (1894)	94
4.4	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso médio e do Curso superior</i> (1910, 1917, 1921, 1929)	109
5	A DESCRIÇÃO GRAMATICAL NAS OBRAS DE JULIO PIRES FERREIRA	118

5.1	Perfil teórico-metodológico	119
5.2	Metalinguagem gramatical	138
5.2.1	Classificação das partes do discurso	139
5.2.2	Rede taxonômica da sintaxe da oração.....	149
5.3	Língua gramatizada	154
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
	REFERÊNCIAS.....	172
	APÊNDICE	181
	ANEXO	193

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e objeto de pesquisa

A dissertação que aqui apresento tem como tema as ideias gramaticográficas sobre a língua portuguesa que se configuraram no Brasil nas décadas finais do século 19 e no início do século 20. Especificamente, busco analisar as ideias do professor pernambucano Julio Pires Ferreira (1868-1930). O trabalho está ancorado nos pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia da Linguística (HL), disciplina que, nos termos de Swiggers (2009a, 2010, 2013, 2019) e Koerner (1996, 2014a, 2014b), se propõe a investigar o desenvolvimento das ideias linguísticas ao longo do tempo. De modo particular, pretendo contribuir para os estudos realizados no âmbito da *historiografia da gramaticografia*, entendida como a parte da HL que procura comparar ou estabelecer relações históricas entre as concepções de gramáticos diante das questões da língua (Swiggers, 2020).

Antes de adentrar em considerações acerca das perguntas e objetivos da pesquisa, é importante mencionar que o ponto de partida para a elaboração deste estudo se relaciona com minha primeira formação em nível superior, realizada no curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em 2020, ao longo da graduação, pude ingressar como extensionista voluntário no Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife, ação de extensão interdisciplinar que se propõe a contribuir com a política de preservação do patrimônio cultural da instituição. Vale destacar que o curso de Direito da UFPE se afigura, ao lado do curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP), como o mais antigo curso jurídico do Brasil, tendo sido criado em 11 de agosto de 1827, quando ainda não existiam universidades no país.

Nas atividades extensionistas promovidas pelo mencionado projeto, chamou atenção o fato de que, além da função precípua de formar políticos e juristas para integrar o aparato burocrático do Estado, a instituição congregava, no que então se compreendia como norte do país¹, aqueles que se interessavam pela grande área das Humanidades. A esse respeito, basta lembrar que a Faculdade de Direito do Recife não só foi o centro irradiador das ideias da

¹ Conforme destaca Albuquerque Júnior (2011) em sua pesquisa sobre a constituição histórica do Nordeste do Brasil, até as primeiras décadas do século 20 o país costumava ser espacialmente dividido em duas grandes regiões – o Norte e o Sul – não havendo, assim, distinção institucionalizada entre o que hoje chamamos de Norte e Nordeste. Dessa forma, nesta dissertação, quando faço menção ao norte do país, me refiro à ampla porção espacial setentrional do Brasil que corresponde, atualmente, a essas duas regiões e parte da região Centro-Oeste. De igual modo, quando mencionar o sul do país, estarei fazendo referência à toda a porção meridional do país, que abrange as atuais regiões Sul, Sudeste e parte da Centro-Oeste.

Escola do Recife, movimento sociocultural e filosófico de tendência positivista surgido em meados do século 19, como também teve como alunos alguns expoentes da literatura nacional, tais como Castro Alves (1847-1871), Raul Pompeia (1863-1895) e Augusto dos Anjos (1884-1914).

Tal constatação, apesar de relevante para o início desta pesquisa, não chega a surpreender, tendo em vista a escassez de cursos superiores no Brasil até as primeiras décadas do século 20. No caso específico de cursos voltados para a profissionalização da carreira de Letras, Altman (2004a) destaca que, apesar do caráter humanista do Colégio Pedro II, estabelecimento de referência para o ensino secundário fundado ainda no século 19, foi somente com a criação das primeiras Faculdades de Filosofia em São Paulo e no Rio de Janeiro, na década de 1930, que os estudos linguísticos nacionais iniciaram formalmente o processo de institucionalização em nível superior. No norte do país, por sua vez, as Faculdades de Filosofia começaram a ser instituídas a partir da década de 1940, com a inauguração de estabelecimentos como a Faculdade de Filosofia do Recife em 1941². Antes disso, os filólogos do período se especializavam de forma autodidata e se tornavam professores de português em estabelecimentos de ensino de prestígio, tais como os Liceus, os Ginásios e as Escolas Normais. Dada a ausência de cursos específicos, tais professores “tinham formação superior de outra natureza, quando a tinham” (Altman, 2004a, p. 70).

Diante disso, já na segunda graduação, no curso de Letras, pude formular a seguinte questão de pesquisa preliminar: antes da institucionalização de cursos superiores específicos para a formação em Letras, existiram autores egressos da Faculdade de Direito do Recife que publicaram reflexões sobre a língua portuguesa e sobre seu ensino?

Para alcançar a resposta a esse questionamento inicial, a obra *História da Faculdade de Direito do Recife*, de Clóvis Beviláqua (1859-1944), assumiu papel importante como fonte de pesquisa. Editado pela primeira vez em 1927, em comemoração ao primeiro centenário do curso jurídico, o livro se constitui como um conjunto de crônicas sobre a instituição e sobre as personalidades que por ali passaram. Valendo-se da documentação existente no arquivo da faculdade, Beviláqua reproduz as listas dos bacharéis formados em cada ano, apontando, em notas de rodapé, referências sobre a vida e as obras de autoria dos egressos que haviam alcançado algum prestígio social. Por meio dessas notas, foi possível obter dados que respondessem, mesmo que parcialmente, a questão levantada.

² Em notícia publicada em 14 de março de 1941, no periódico pernambucano *Jornal Pequeno*, afirma-se que a Faculdade de Filosofia do Recife foi o primeiro estabelecimento do tipo a ser instalado no norte do país. A notícia, disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, pode ser consultada no seguinte endereço: <http://memoria.bn.br/docreader/800643/66067>. Acesso em: 01 ago. 2022.

O uso da obra de Beviláqua, porém, apresentou limitações que merecem registro. Em primeiro lugar, ainda que os apontamentos biográficos exibidos pelo autor tenham sido feitos com base em materiais de referência, tais como o *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Sacramento Blake, a inserção das notas no livro se reveste de um caráter arbitrário, uma vez que representa uma escolha particular de destacar determinadas figuras e determinadas publicações. Além disso, o teor das notas se limita tão somente às informações as quais o próprio Beviláqua tinha conhecimento ou as quais teve acesso a partir dos materiais por ele consultados. Não é possível afirmar, assim, que as menções aos autores e às respectivas obras sobre a língua portuguesa são exaustivas. A própria nota referente à vida e às obras de Julio Pires Ferreira, como constatei em fase posterior da pesquisa, serve como exemplo dessa questão: embora sejam citados os títulos *Notas sobre a Lingua Portuguesa* e *Grammatica Portuguesa*, não há qualquer menção às *Consultas sobre a Língua Portuguesa*, livro publicado pelo autor em 1918.

Uma segunda limitação da fonte, para fins da pesquisa pretendida, esteve relacionada ao recorte temporal. Lançada em 1927, a obra não cobria todo o período necessário, uma vez que, conforme já apontado, as Faculdades de Filosofia foram criadas na década de 1930, sendo a primeira delas fundada em São Paulo, em 1934. Dessa forma, as informações da fonte consultada não abarcavam eventuais autores de obras sobre a língua portuguesa que se formaram bacharéis pela instituição entre 1927 e 1934. Além disso, o recorte temporal também não permitia o mapeamento de obras publicadas após 1927.

O último ponto limitador do uso da obra de Beviláqua diz respeito às lacunas e imprecisões do autor em relação às informações apresentadas. Uma vez que não havia, à época de produção do material, normatização específica para referenciação bibliográfica, o autor, em grande parte dos casos, apenas cita os títulos das obras, sem fazer menção ao ano ou ao local de publicação. Isso acontece, por exemplo, com as obras de Julio Pires Ferreira, que são elencadas sem quaisquer outras informações sobre elas além do título. Em outras ocasiões, até mesmo o título é apresentado de modo impreciso. Caso exemplar dessa situação acontece com a publicação de Martiniano Mendes Pereira (1826-1898), que, segundo Beviláqua, seria intitulada *Grammatica luso-latina*. O título completo da obra, no entanto, corresponde a *Lições de grammatica luso-latina, ou, Estudo comparativo das línguas portugueza e latina com outras, obra escrita à vista dos escritos de Bopp, Diez, Leupol, Burnouf, Oppert e outros*. Desse modo, para corrigir eventuais imprecisões e suprir as lacunas das informações apresentadas, foi preciso buscar os dados bibliográficos das obras citadas em outros locais, tais como em pesquisas livres pelo buscador *Google* e em consultas a acervos

online como os existentes na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos e em bibliotecas universitárias.

A despeito dessas questões, a fonte escolhida se mostrou elucidativa em relação à pergunta formulada preliminarmente. A partir dela, com a devida complementação bibliográfica mencionada no parágrafo anterior, alcancei o seguinte quadro, sistematizado por ordem cronológica do ano de conclusão de curso dos autores:

Quadro 1 – Egressos da Faculdade de Direito do Recife de 1827 a 1927 e suas obras sobre a língua portuguesa

Ano de conclusão de curso	Autor	Obra	Local de publicação
1832	Lourenço Trigo de Loureiro (1793-1870)	<i>Grammatica razoavel da língua portugueza, composta segundo a melhor doutrina dos grammaticos antigos e modernos de diferentes idiomas</i> (1828)	Rio de Janeiro
1836	Manuel Soares da Silva Beserra (1810-1888)	<i>Compendio de grammatica philosophica</i> (1861)	Ceará
		<i>Compendio de grammatica da lingua nacional</i> (1877)	Fortaleza
		<i>Questão de grammatica philosophica</i> (1881)	Não identificado
1856	Heráclito de Alencastro Pereira da Graça (1837-1914)	<i>Factos da linguagem: esboço critico de alguns assertos do snr. Candido de Figueiredo</i> (1904)	Rio de Janeiro
1859	Martiniano Mendes Pereira (1826-1898)	<i>Lições de grammatica luso-latina, ou, Estudo comparativo das línguas portugueza e latina com outras, obra escrita à vista dos escritos de Bopp, Diez, Leupol, Burnouf, Oppert e outros</i> (1884)	Maranhão
1864	Filippe Franco de Sá (1841-?)	<i>A Lingua Portuguesa: dificuldades e dúvidas</i> (1915)	Maranhão
1865	José Joaquim de Oliveira Fonseca (?-?)	<i>Observações sobre as emendas do Sr. Senador Rui Barbosa, com aditamento sobre a Réplica</i> (1904)	Rio de Janeiro
1885	Carlos da Costa Ferreira Porto Carreiro (1865-1932)	<i>Grammatica da lingua nacional: methodo pratico: segundo anno</i> (1918)	Rio de Janeiro
1888	Julio Pires Ferreira (1868-1930)	<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> (1893)	Recife
		<i>Grammatica Portuguesa: 1º anno, para uso dos Cursos Primários</i> (1905)	Recife
		<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso Médio e do Curso Superior</i> (1905)	Recife

1895	Luís de França Pereira (1870-1925)	<i>Gramatica Pratica Elementar</i> (1916)	Recife
1908	Rodolpho Augusto de Amorim Garcia (1873-1949)	<i>Diccionario de brasileirismos: peculiaridades pernambucanas</i> (1915)	Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração própria (2022) a partir dos dados apresentados por Beviláqua (2012 [1927]).

O quadro apresenta 10 autores e 14 obras, o que demonstra que, de fato, ante a ausência de formação específica em Letras, o curso jurídico era uma opção procurada por aqueles que se interessavam pela reflexão sobre a linguagem. Não quero dizer, com isso, que os currículos dos cursos de Direito, naquele momento, proporcionavam algum tipo de formação linguística. Tal tarefa, na verdade, era papel dos cursos secundários, que, subordinados aos testes de admissão para os cursos superiores, conhecidos como Exames Gerais de Preparatórios, apresentavam disciplinas como latim, francês, inglês e português (Razzini, 2010). Aqueles que se interessavam por questões envolvendo as línguas, assim, partiam dos estudos secundários e se aprofundavam de forma autodidata, independentemente de estarem ou não matriculados em um curso superior. Prova disso é o fato de a *Grammatica razoavel da lingua portugueza*, de Lourenço Trigo de Loureiro (1793-1870), ter sido publicada em 1828, antes mesmo de o autor concluir o curso jurídico pernambucano.

Ao analisar os dados alcançados por meio do levantamento exposto, os nomes de dois agentes se destacaram: Manuel Soares da Silva Beserra (1810-1888) e Julio Pires Ferreira (1868-1930). O realce dos dois autores, por sua vez, se deu por duas questões principais. Inicialmente, do ponto de vista quantitativo, eles se destacaram por contarem, cada um, com três obras sobre a língua portuguesa. Além disso, os dois autores, na condição de professores de estabelecimentos de ensino de prestígio no norte do país, haviam produzido gramáticas destinadas ao uso escolar e poderiam ser vistos, assim, como filólogos de referência em seus respectivos estados.

A atenção particular para a figura de Julio Pires Ferreira ocorreu em virtude do período em que suas obras foram publicadas, isto é, entre o final do século 19 e o início do século 20. Tal momento foi marcado, na produção gramaticográfica do país, pela transição de uma *linhagem racionalista*, à qual a produção de Beserra estava vinculada, para uma

*linhagem empirista*³, que viria a ser modelo para a gramaticografia brasileira das décadas seguintes (Faraco; Vieira, 2021; Vieira, 2018).

Naquela ocasião, os gramáticos, desejosos por romper com a perspectiva racionalista, que adotava uma postura logicista, universalizante e especulativa para o trato gramatical, passaram a se identificar, ao menos retoricamente, como seguidores da linguística histórico-comparativa. Tal disciplina, embalada pelo cientificismo evolucionista europeu do século 19, tinha como expoentes nomes como Franz Bopp (1791-1867) e August Schleicher (1821-1868). Interessava a esses pesquisadores desenvolver um método capaz de comparar diferentes línguas e investigar as relações de parentesco entre elas, com o intuito final de reconstruir uma língua ancestral comum não registrada em documentos (Bossaglia, 2019).

Tendo em vista o objetivo de seguir a orientação dos estudos histórico-comparativos, os autores da nova tendência gramaticográfica acolheram a tese da evolução das línguas e passaram a dar maior relevância à análise dos “fatos” linguísticos, isto é, assumiram uma postura empirista que conferia atenção aos dados da língua (Coelho; Danna, 2015). Com isso, essas novas gramáticas passaram a apontar, mesmo que com observações marginais, as particularidades do português do Brasil. No entanto, ainda que se tenha inaugurado uma gramatização “feita por brasileiros e para brasileiros” (Vieira, 2018, p. 145), é preciso ressaltar que tais instrumentos permaneciam tendo como referência o português lusitano e que, por adotarem uma postura purista, estavam longe de legitimar as peculiaridades do português do Brasil (cf. Silva, 2021).

Como marco inicial desse pretendido “corte epistemológico” (cf. Vidal Neto, 2010) em relação à tradição racionalista no Brasil, costuma-se apontar para a *Grammatica Portuguesa*, publicada por Júlio Ribeiro (1845-1890) em 1881. Nessa obra, como destaca Vidal Neto (2010), é possível notar uma oscilação de posicionamento: de um lado, com base no espírito histórico-comparativo, a gramática aceita a evolução da língua e busca descrevê-la; de outro lado, a obra é atravessada por uma restrição normativa em relação às possibilidades de usos linguísticos, na medida em que não abre mão do caráter prescritivo e pedagógico tradicionalmente vinculado a esse tipo de instrumento.

³ Neste trabalho, adoto a classificação proposta por Faraco e Vieira (2021) para os modos de gramatização no âmbito da historiografia da gramaticografia de língua portuguesa. Segundo os autores, no curso da história das gramáticas das línguas modernas, é possível identificar três linhagens com posturas epistemológicas específicas: a) uma linhagem *latinizada*, caracterizada pela tendência de gramatizar as línguas por meio de um espelhamento da estrutura da língua latina; b) uma linhagem *racionalista*, marcada por uma postura logicista e universalizante, fundada na *ratio*; c) uma linhagem *empirista*, que privilegia os usos e a descrição. Maiores considerações acerca das três linhagens gramaticográficas são realizadas na seção 2.4 do Capítulo 2 desta dissertação.

Ao analisar a perspectiva gramatical inaugurada, no Brasil, por Júlio Ribeiro, Cavaliere (2014) observa que, enquanto as antigas gramáticas racionalistas se ocupavam preponderantemente da missão pedagógica, as novas gramáticas que começavam a ser publicadas, autodenominadas “científicas”, tentavam conciliar as tarefas conflitantes de pesquisar e de ensinar a língua. A dificuldade de articular esses dois interesses – o da pesquisa e o do ensino – se dava, sobretudo, em razão das demandas necessárias para atingir cada objetivo: um texto investigativo, destinado a um leitor pesquisador, exigia uma metalinguagem mais complexa e discussões mais profundas e reflexivas sobre os conceitos; um texto prescritivo e pedagógico, destinado a um leitor consulente, deveria utilizar uma metalinguagem mais simples e conceitos diretos, a fim de facilitar o aprendizado (Cavaliere, 2014).

Embora o discurso de Júlio Ribeiro apresente inovações ao se referir às teses evolucionistas do momento, é preciso ter em vista que sua descrição gramatical, na prática, permanecia ancorada na tradição. Desse modo, no lugar de uma ruptura com um paradigma de produção gramatical consolidado ao longo de dois milênios (cf. Vieira, 2018), temos na obra de Júlio Ribeiro “uma gramática tradicional com ‘uma feição histórica’, com acréscimos de informações sobre a história da língua que não resultam em mudanças substantivas na prática de descrição da língua portuguesa” (Borges Neto, 2022, p. 361).

Nos anos que se seguiram à publicação da *Grammatica Portuguesa* de Julio Ribeiro, a nova orientação gramatical com “feição histórica” se consolidou no âmbito escolar brasileiro, sobretudo a partir da publicação do Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios, organizado por Fausto Barreto (1852-1908) em 1887 (cf. Anexo). Tendo como principal objetivo uniformizar o ensino de português no país, o programa impulsionou a produção de novas gramáticas por parte dos professores (Bunzen; Medeiros, 2016). Nesse sentido, autores como João Ribeiro (1860-1934), Maximino Maciel (1866-1923), Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920) e Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) publicaram gramáticas empiristas que buscavam se alinhar retoricamente aos pressupostos evolucionistas dos estudos da linguística histórico-comparativa. A esse grupo de gramáticos, soma-se o nome do pernambucano Julio Pires Ferreira, que, em 1905, publicou os dois tomos de sua *Grammatica Portuguesa*, destinados, respectivamente, ao uso do curso primário e ao uso dos cursos médio e superior.

Além do fato de ter sido contemporâneo dos gramáticos elencados no parágrafo anterior, o pertencimento de Julio Pires Ferreira à nova geração empirista se atesta pelos comentários realizados por importantes intelectuais do período acerca de suas produções. Em

pesquisas sobre a vida do autor, realizadas nos periódicos disponibilizados na Hemeroteca Digital Brasileira, foi possível localizar uma carta de Clóvis Beviláqua endereçada ao gramático e publicada no jornal *A Província*. Nela, o prestigiado jurista, autor do projeto do primeiro Código Civil brasileiro, analisa o trabalho realizado nas duas versões da *Grammatica Portuguesa* de Julio Pires Ferreira. Ao comentar sobre o estado dos estudos gramaticais no Brasil naquele momento, Beviláqua não hesita em inserir o gramático pernambucano no rol dos estudiosos que seguiam a nova tendência dita “científica”:

Os estudos de grammatica, aqui no Brasil transformados e consideravelmente melhorados com os empreendimentos de Grivet, Julio Ribeiro, Pacheco Junior, Lameira de Andrade, têm adquirido ultimamente grande estima. João Ribeiro, Heraclito Graça, Fausto Barreto, Mario Barreto, Silva Ramos e tantos outros continuam a cultivar com amor e competencia o campo da filologia [...].

Ao lado destes notaveis philologos colloca-se o autor das *Notas sobre a lingua portugueza* e da *Grammatica portugueza* (2º anno), que tem a orientação scientifica de Julio Ribeiro e a preocupação de estudar os factos da linguagem como é a tendencia do grupo de philologos citado em ultimo logar (Bevilaqua, 1906, p. 1).

Bacharel em Direito e doutor em Ciências Jurídicas e Sociais, Julio Pires Ferreira, além de advogado e livre docente de Direito Comercial na Faculdade de Direito do Recife, foi professor de português em estabelecimentos de ensino de prestígio na capital pernambucana entre os anos finais do século 19 e as três primeiras décadas do século 20. Entre as escolas em que lecionou, destacam-se o Ginásio Pernambucano, onde assumiu a disciplina português de forma interina no último decênio do século 19, e a Escola Normal, estabelecimento em que, tendo ingressado por meio de concurso, ensinou português de 1900 a 1930, ano de sua morte.

Em razão do exercício docente no Ginásio Pernambucano, Pires Ferreira publicou, em 1893, seu primeiro opúsculo sobre questões da língua, intitulado *Notas sobre a Lingua Portuguesa*. Como autor, produziu outras obras voltadas para o uso escolar, com destaque para as *Lições de Literatura Portuguesa* (1917) e *Lições de Literatura Brasileira* (1925). Também na área educacional, atuou como examinador em bancas de exames de português de escolas no estado e foi membro do Conselho Superior de Instrução Pública de Pernambuco. Chegou, ainda, a assumir a direção do Externato Acadêmico, um dos tantos estabelecimentos de ensino que surgiam em um período que, conforme destaca Razzini (2000), foi marcado pela progressiva expansão do ensino secundário no país.

Reconhecido como filólogo tanto por sua produção gramatical quanto por sua atuação como professor de português, Julio Pires Ferreira costumava escrever artigos sobre questões vernáculas em periódicos de circulação local, tais como na revista *Heliopolis*, publicação pernambucana dedicada às artes e às letras. Em 1914, iniciou um “consultório gramatical” no

periódico pernambucano *Jornal Pequeno*, com o intuito de responder às dúvidas dos leitores sobre questões da língua portuguesa. Devido ao interesse crescente da população nesse tipo de coluna, justificado pelo aumento do número de alfabetizados e pela distância perceptível entre o falar culto e a norma-padrão (cf. Vidal Neto, 2021), o autor reuniu parte de suas respostas na obra *Consultas sobre a Lingua Portuguesa: consultorio do “Jornal Pequeno”* (1918). Além disso, na década de 1920, também publicou consultas e artigos sobre a gramática e a língua portuguesa em periódicos de circulação nacional, tais como a *Revista de Lingua Portuguesa*, a *Revista Brasileira* e a *Revista de Filologia Portuguesa*.

A participação de Julio Pires Ferreira no cenário intelectual pernambucano, no entanto, não se restringiu ao contexto pedagógico nem ao âmbito da reflexão sobre a língua portuguesa. Integrante de família de prestígio e tendo como bisavô Gervásio Pires Ferreira (1765-1836), líder da Revolução Pernambucana de 1817 (cf. Ferreira, 1987), o gramático foi membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), criou e dirigiu o *Almanach de Pernambuco*, periódico anual que circulou de 1899 a 1931, e fez incursões literárias com a publicação, em 1889, do livro de poemas intitulado *Modilhos*. Além disso, foi eleito para ocupar uma cadeira na Academia Pernambucana de Letras (APL) em 1924.

Em relação a este último fato, é preciso ressaltar que o nome de Julio Pires Ferreira já se figurava entre aqueles originalmente convidados por Carneiro Villela (1846-1913) para serem os membros fundadores da Academia, em 1901. A entrada tardia do professor pernambucano na instituição, conforme ele próprio explica em nota publicada no periódico *A Provincia*, ocorreu em virtude de sua convicção pessoal de que “só devia faser parte da *Academia*, pernambucano que tivesse publicado alguma obra” (Pires, 1901, p. 6). Tal situação, porém, não estava configurada em 1901, dada a presença do português Antonio Joaquim Barbosa Vianna (1852?-1920) entre os acadêmicos fundadores. A despeito das querelas do momento, o que chama atenção é o fato de que, apesar de ter ingressado na APL apenas em 1924, o convite inicial para ser membro fundador da instituição literária demonstra que Julio Pires Ferreira já gozava de suficiente conceito entre os seus pares em 1901.

Apesar de sua inegável participação no cenário intelectual de seu estado, o professor da Escola Normal de Pernambuco não obteve o mesmo reconhecimento no contexto nacional. Nesse sentido, enquanto as gramáticas de autores como Eduardo Carlos Pereira circularam em escolas por todo o país, as obras gramaticográficas de Julio Pires Ferreira permaneceram, em grande medida, restritas ao nível estadual, alcançando, quando muito, os estados adjacentes.

Ainda que seja difícil precisar os motivos que expliquem a falta de projeção nacional do gramático, é possível supor que uma questão preponderante tenha sido a distância espacial entre a capital pernambucana, local de publicação e circulação das obras do autor, e o centro político-administrativo do Brasil, então sediado no Rio de Janeiro. Ao longo da história da gramaticografia brasileira, embora algumas obras publicadas no norte do país tenham alcançado notoriedade em todo o território, tal como foi o caso das produções gramaticográficas do maranhense Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), o que se observa, via de regra, é uma maior repercussão das obras publicadas no sul, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. A respeito desse ponto, que reflete o histórico do cenário intelectual do Brasil em diversas áreas do conhecimento, é bastante ilustrativa a introdução de um artigo publicado no Boletim do Conselho Federal de Cultura em 1971, que cita o nome de Julio Pires Ferreira entre os intelectuais desconhecidos no país em razão da situação territorial:

Uma das características do nosso país, talvez como decorrência em grande parte de sua extensão territorial, é sem dúvida o desconhecimento de valores que ficaram em suas províncias, nelas trabalhando sem que o seu trabalho, indiscutivelmente meritório, tivesse a repercussão a que fazia jus. Talvez, em outros tempos, a falta de comunicação contribuísse para tal coisa. O jornal ou a revista pouco circulavam, salvo os da capital do Império ou depois da República, entre as Províncias. [...]

O fato é que provincianos ilustres, culturas eminentes, estudiosos senhores de seus assuntos, viviam e morriam em suas províncias cercados do apreço de seus conterrâneos, mas ignorados, ou quase ignorados, no resto do País; quando não, às vezes, no próprio Estado. O que sucedeu, por exemplo, com Julio Pires Ferreira e com Austro Costa, em Pernambuco; ou com Adriano Jorge pai nas Alagoas e Adriano Jorge filho no Amazonas; ou ainda com Joaquim Alvez no Ceará, e com Coriolano de Medeiros e Irineu Joffily na Paraíba (Diégues Júnior, 1971, p. 54).

Como consequência desse desconhecimento, o nome do pernambucano é pouco frequente nas revisões históricas da gramaticografia nacional. Em pesquisa realizada nas plataformas *Portal de Periódicos CAPES*, *SciELO*, *Google Acadêmico*, *Google Livros*, *Catálogo de Teses e Dissertações CAPES* e *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)*, utilizando como descritores as expressões “Julio Pires Ferreira”, “Julio Pires” e “Julio Ferreira”, somente foi localizado um único trabalho acadêmico que versava especificamente sobre a gramática do autor. Tal trabalho consiste no capítulo “Frei Caneca e Julio Pires Ferreira: dois gramáticos pernambucanos”, de autoria de Marlos de Barros Pessoa, professor aposentado da UFPE. Publicado no livro *Aspectos descritivos e sócio-históricos da língua falada em Pernambuco* (2015), o capítulo assume como objetivo principal o de “dar a conhecer Julio Pires Ferreira, que tem sido esquecido dos estudos de gramatização brasileira” (Pessoa, 2015, p. 277).

Embora tenha se limitado a descrever a organização da gramática primária de Julio Pires Ferreira e comentar alguns nomes que se filiam à mesma tradição gramatical do pernambucano, o autor do capítulo reforça a ideia de que poucas menções são feitas à obra do gramático nos estudos atualmente realizados. De fato, além do capítulo de Pessoa, os outros estudos alcançados pelas buscas nos repositórios digitais apenas mencionam o gramático de forma pontual, como é o caso das pesquisas historiográficas realizadas por Cavaliere (2000) e Vidal Neto (2021). Faltam, portanto, estudos que permitam descrever, analisar e interpretar as ideias gramaticográficas do autor. É justamente esse espaço que esta dissertação pretende ocupar.

1.2 Perguntas de pesquisa

Considerando o interesse de situar a obra de Julio Pires Ferreira no quadro da gramaticografia brasileira e a necessidade de melhor compreender as particularidades de um momento em que os gramáticos tentavam conciliar as ações de investigação e de ensino de português, formulei a seguinte pergunta norteadora desta dissertação: *como se caracterizam as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira (1868-1930), no que diz respeito às propostas do autor para o ensino de português e ao perfil epistemológico da descrição gramatical empreendida?*

Tendo em vista a ancoragem deste trabalho nos pressupostos da Historiografia da Linguística, a resposta para o questionamento levantado somente pode ser alcançada de modo satisfatório quando se considera a correlação entre a dimensão interna das ideias investigadas e a dimensão do contexto social, político e cultural no qual elas foram produzidas (Swiggers, 1990). Desse modo, a fim de melhor elucidar a questão norteadora, elaborei outras perguntas de pesquisa, expostas a seguir:

- a. como e em que medida a atmosfera intelectual e o cenário educacional que caracterizaram o final do século 19 e o início do século 20 no Brasil impactaram os compromissos retóricos e os movimentos descritivos assumidos por Julio Pires Ferreira em suas obras?
- b. de que maneira a forma composicional dos livros, a seleção e organização dos conteúdos e as estratégias argumentativas presentes nas obras de Julio Pires Ferreira refletem a proposta do autor para o ensino de português?
- c. na configuração teórico-metodológica das obras de Julio Pires Ferreira, que movimentos de continuidade e descontinuidade são estabelecidos em relação às diferentes linhagens

gramaticográficas que caracterizam os instrumentos produzidos no Brasil a partir do século 19?

- d. de que modo as redes de metatermos e definições adotadas por Julio Pires Ferreira em seus instrumentos de ensino dialogam com o arcabouço categorial e conceitual da tradição greco-latina empregado pelas linhagens gramaticográficas anteriores ou contemporânea às obras do autor?
- e. quais especificidades do português do Brasil são destacadas por Julio Pires Ferreira e de que forma elas são apresentadas e avaliadas em suas obras?

1.3 Objetivos de pesquisa

Ante o exposto, o objetivo geral desta pesquisa consiste em *caracterizar as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira (1868-1930), no que diz respeito às propostas do autor para o ensino de português e ao perfil epistemológico da descrição gramatical empreendida*. Para que a análise pretendida possa ser alcançada, tendo como referência as perguntas de pesquisa formuladas, estabeleço como objetivos específicos:

- a. analisar o impacto da atmosfera intelectual e do cenário educacional do final do século 19 e início do século 20 no Brasil em relação aos compromissos retóricos e aos movimentos descritivos assumidos por Julio Pires Ferreira em suas obras;
- b. identificar as propostas de Julio Pires Ferreira para o ensino de português a partir da análise da forma composicional dos livros, da seleção e organização dos conteúdos e das estratégias argumentativas formuladas pelo autor em suas obras;
- c. examinar, na configuração teórico-metodológica das obras de Julio Pires Ferreira, os movimentos de continuidade e descontinuidade estabelecidos em relação às diferentes linhagens gramaticográficas que caracterizam os instrumentos produzidos no Brasil a partir do século 19;
- d. estabelecer relações entre as redes de metatermos e definições adotadas por Julio Pires Ferreira em seus instrumentos de ensino e o arcabouço categorial e conceitual da tradição greco-latina empregado pelas linhagens gramaticográficas anteriores ou contemporânea às obras do autor;
- e. identificar as especificidades do português do Brasil destacadas por Julio Pires Ferreira e analisar o modo como elas são apresentadas e avaliadas em suas obras.

1.4 Justificativa

Devo explicitar, enfim, que a pesquisa se justifica por algumas razões. Em primeiro lugar, é preciso ter em vista que as gramáticas escolares tradicionais, conforme afirma Borges Neto (2022) em sua *História da gramática*, possuem até hoje espaço privilegiado não só nas escolas de nível fundamental e médio, mas também no contexto dos estudos linguísticos brasileiros, uma vez que grande parte dos cursos de Letras continua se valendo desses instrumentos como meio de apresentar a metalinguagem utilizada para descrever os fenômenos linguísticos. É possível afirmar, assim, que as gramáticas tidas como tradicionais apresentam ideias que constituem as práticas e os saberes docentes e reforçam certas visões sobre a língua que estão no imaginário social (Vieira, 2018). Dessa forma, investigar obras dessa natureza produzidas no passado se torna relevante, pois contribui para a melhor compreensão de como os conhecimentos gramaticais que hoje circulam nas escolas foram sendo (re)configurados ao longo do tempo.

Em segundo lugar, é preciso tecer alguns comentários sobre a relevância de um empreendimento historiográfico que busca investigar especificamente as ideias de Julio Pires Ferreira, caracterizado por Cavaliere (2000, p. 27) como um “filólogo pernambucano de velada presença no cenário acadêmico”. Mais do que a mera curiosidade de estudar fontes pouco exploradas nas pesquisas contemporâneas, entendo que analisar o conhecimento formulado por um agente distinto daqueles que alcançaram prestígio e repercussão nacional pode ampliar a compreensão das continuidades e descontinuidades que envolvem a produção, o desenvolvimento, a divulgação e até mesmo o esquecimento de saberes linguísticos. Além disso, o fato das obras do autor terem sido publicadas em Pernambuco contribui para que se lance um olhar para a forma como o conhecimento linguístico se configurava fora do eixo espacial do Rio de Janeiro, então centro político-administrativo e cultural do país.

Acerca da pertinência de diversificar as fontes na pesquisa em HL, Swiggers (2010) pondera que as investigações historiográficas, ao focarem apenas nos “grande textos” do passado, frequentemente não levam em consideração produções tidas como “menores”. Na perspectiva do pesquisador, essas últimas fontes, que abrangem gramáticas escolares, dicionários práticos e correspondências particulares, podem servir para “iluminar o background institucional, ideológico e pessoal das ideias e das teorias linguísticas” (Swiggers, 2010, p. 2). Desse modo, a obra gramaticográfica de Julio Pires Ferreira, por se posicionar de forma marginal em relação ao cânone das “grandes gramáticas” que circularam no período, pode servir para descortinar algumas questões envolvendo a transição de instrumentos da

linhagem racionalista para instrumentos de uma linhagem empirista que procurava se alinhar à linguística histórico-comparativa.

Por fim, tomando como base as observações de Altman (2009, p. 127) de que “é o passado que informa continuamente o presente” e que “os conceitos e procedimentos de pesquisa que o linguista utiliza são produtos históricos”, destaco o papel das pesquisas historiográficas para a formação do pesquisador em linguística. Afinal, por meio do resgate das memórias relativas ao desenvolvimento de conhecimentos que tiveram como objeto a linguagem, nos tornamos mais conscientes não só dos temas que já foram objeto de interesse no passado, mas também das questões que atravessam a forma de estudar a linguagem no presente (Koerner, 2014a). Sendo assim, a HL possui, conforme destaca Swiggers (2013), uma importância educacional e cognitiva. No caso de minha pesquisa, ao me propor a revelar os processos de continuidade e descontinuidade que envolvem a produção de ideias gramaticográficas elaboradas na transição do século 19 para o século 20, espero contribuir para romper com um olhar ingênuo e linear acerca do desenvolvimento das linhagens gramaticais no país, de modo a evitar generalizações pouco fundamentadas sobre as gramáticas do passado.

Feitas as devidas considerações sobre o tema, objeto, objetivos e justificativa da pesquisa de mestrado ora apresentada, descrevo, na próxima seção, o percurso adotado para a exposição da pesquisa.

1.5 Percurso da dissertação

Além deste capítulo introdutório, em que foram apresentados os objetivos e motivações da pesquisa, esta dissertação é constituída por outros cinco capítulos.

No Capítulo 2, “Fundamentação teórica”, realizo considerações acerca da Historiografia da Linguística, disciplina que fornece as bases epistemológicas da investigação aqui realizada. Busco, ao longo do capítulo, caracterizar a natureza de minha pesquisa a partir dos interesses, abordagens, dimensões e princípios próprios da prática historiográfica, conforme definidos por Koerner (1996, 2014a, 2014b) e Swiggers (1990, 2009a, 2010, 2012, 2013, 2014, 2019, 2020).

No Capítulo 3, “Procedimentos metodológicos”, apresento o percurso metodológico traçado para o trabalho. Sendo assim, descrevo os movimentos empreendidos para o levantamento das fontes primárias e secundárias da pesquisa e exponho as categorias de análise delimitadas para a investigação historiográfica.

No Capítulo 4, “O ensino de português nas obras de Julio Pires Ferreira”, realizo a investigação das questões envolvendo o ensino de português que podem ser identificadas nas obras escolares do professor pernambucano. Por meio da consideração da dimensão externa do período em que as obras foram publicadas, procuro verificar o modo com o qual o autor articula as tarefas de ensinar e investigar a língua em seus instrumentos. Além disso, com base nas escolhas retóricas e nas estratégias de apresentação adotadas nas obras, busco verificar a existência de deslocamentos de posturas sobre o ensino de português ao longo das publicações do autor.

No Capítulo 5, “A descrição gramatical nas obras de Julio Pires Ferreira”, analiso o perfil epistemológico da descrição das regras e das formas da língua portuguesa que é realizada pelo autor em seus instrumentos linguísticos. Nesse sentido, busco, num primeiro momento, identificar a configuração teórico-metodológica das obras por meio da averiguação das continuidades e descontinuidades estabelecidas em relação às diferentes linhagens gramaticográficas. Também são realizadas, neste capítulo, análises acerca da metalinguagem gramatical empregada e da língua que efetivamente se encontra gramatizada nos instrumentos linguísticos investigados.

Por fim, no último capítulo, “Considerações finais”, exponho as principais conclusões advindas das interpretações historiográficas realizadas nesta dissertação de mestrado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo, voltado para a explanação dos pressupostos teóricos que fundamentam esta pesquisa, está dividido em quatro seções. Na primeira, apoiado sobretudo nas formulações de Koerner (1996, 2014b) e Swiggers (2009a, 2010, 2013, 2019), procuro tecer comentários sobre a caracterização do objeto, dos objetivos e do campo de atuação da Historiografia da Linguística. Também realizo, nesta seção, considerações sobre a organização e os diferentes perfis assumidos pelas pesquisas historiográficas.

Na seção seguinte, elaboro apontamentos sobre as dimensões e princípios da análise historiográfica, a partir das observações de Altman (2009), Koerner (1996) e Swiggers (1990). Na terceira seção, amparado pelos postulados de Kuhn (2018 [1962]) e Murray (1994), realizo considerações sobre os movimentos de permanência e mudança no desenvolvimento do conhecimento linguístico. Na última seção do capítulo, apresento algumas questões relacionadas à historiografia da gramaticografia que são mobilizadas nesta dissertação, com destaque para: o processo de gramatização, definido por Auroux (2014); as linhagens gramaticográficas identificadas por Faraco e Vieira (2021); as particularidades analíticas de pesquisas historiográficas que trabalham com gramáticas.

Destaco que, ao longo de todo o capítulo, busco articular os pressupostos teóricos apresentados com o objeto e os objetivos desta pesquisa. Dessa forma, para além da exposição dos fundamentos da Historiografia da Linguística, o capítulo também tem como fim apresentar as características e o perfil historiográfico do estudo aqui desenvolvido.

2.1 A Historiografia da Linguística

Nas discussões sobre a constituição disciplinar da Historiografia da Linguística, merecem destaque as considerações acerca da definição de seu objeto e de seus objetivos. A esse respeito, Swiggers (2013, p. 43) entende que o objetivo fundamental daqueles que se dedicam à pesquisa historiográfica consiste em “reconstruir o ideário linguístico e seu desenvolvimento através de textos situados em seu contexto”. A partir da delimitação desse objetivo, é possível compreender que o objeto da HL não é a linguagem em si, mas sim o conhecimento que se produziu sobre a linguagem e as línguas ao longo do tempo. No caso da pesquisa de mestrado aqui apresentada, por exemplo, não se busca investigar ou descrever a língua portuguesa do Brasil no final do século 19 e início do século 20: o que interessa é analisar e interpretar aquilo que o professor pernambucano Julio Pires Ferreira pensou sobre a

língua portuguesa e seu ensino, e de que maneira as formulações do gramático se articulam com reflexões realizadas por outros agentes. Podemos dizer, portanto, que a HL se constitui como uma disciplina metateórica, pois tem interesse na produção intelectual sobre as línguas ou sobre a linguagem (Batista, 2020).

Esse entendimento acerca do objeto da HL, por sua vez, conduz à necessidade de delimitar o alcance e o domínio dessa área disciplinar. Com isso, conforme aponta Altman (2012), é preciso definir o alcance do termo “linguística” na pesquisa historiográfica. Partindo das observações de Swiggers (2009a), “linguística”, na HL, corresponde ao *corpus* global de conhecimentos e reflexões que se relaciona com o fenômeno da linguagem e das línguas. Dessa forma, as ideias linguísticas que podem ser objetos de uma investigação historiográfica não estão restritas às reflexões que fazem parte da disciplina científica que começou a ser constituída no século 19 e que recebeu o nome de Linguística. Afinal,

O conhecimento sobre a linguagem, formalizado ou não, institucionalizado ou não, fez parte da vida intelectual de muitos povos antes do século XIX, sob outras formas e sob diferentes designações. Não há razão alguma por que devam ser excluídos das historiografias linguísticas contemporâneas que se propõem abrangentes, ou mesmo daquelas mais especializadas, que se erigem a partir de problemas específicos e das respostas dadas a esses problemas. De uma perspectiva ampla, o termo linguística pode se referir a qualquer estudo sobre a linguagem que tenha sido feito pelo homem, onde quer que se encontrem dele vestígios de documentação (ALTMAN, 2012, p. 20).

Diante disso, compreendemos que a HL, em seu interesse pela produção, desenvolvimento, circulação e recepção das ideias sobre a linguagem e as línguas, pode se voltar tanto para teorias institucionalizadas e reconhecidas hoje como científicas, a exemplo do gerativismo chomskyano, quanto para reflexões sobre a linguagem e as línguas realizadas em domínios muitas vezes tidos como não científicos, tais como a filosofia, a religião ou a própria gramática tradicional. Fica claro, portanto, que, embora a produção gramaticográfica de Julio Pires Ferreira não esteja situada no âmbito da ciência linguística brasileira, institucionalizada nas universidades a partir da década de 1960 (cf. Altman, 2004a), o conhecimento linguístico ali exposto é de interesse da HL pelo fato de ser reflexo de uma forma de olhar para a língua portuguesa em dado momento.

Além disso, conforme destaca Batista (2019a), o campo de atuação da HL também pode contemplar estudos voltados para a interpretação historicamente situada das práticas de ensino de língua e da produção de materiais didáticos. Afinal, a dimensão pedagógica da língua se relaciona não apenas com as políticas educacionais, mas também com as próprias ideias linguísticas em circulação, uma vez que “há sempre uma perspectiva teórica (mesmo que inabilmente elaborada) que sustenta lições (e a delimitação de conteúdos programáticos)

que se propõem a ensinar língua para um nível de ensino” (Batista, 2019a, p. 157-158). Desse modo, dada a destinação escolar das obras de Julio Pires Ferreira, caracterizar suas ideias gramaticográficas sob uma perspectiva historiográfica também implica analisar as propostas para o ensino de português que podem ser identificadas nos livros do autor.

Outro aspecto metateórico relevante para caracterizar o fazer historiográfico diz respeito à exigência de que o pesquisador realize uma escrita da história metodologicamente orientada e epistemologicamente consciente (Koerner, 2014b), especialmente no que diz respeito às atividades de seleção, ordenação e interpretação dos fatos a serem investigados. Isso significa dizer que, como disciplina cientificamente fundamentada que objetiva descrever e interpretar os processos de produção, desenvolvimento, circulação e recepção do conhecimento sobre a linguagem e as línguas ao longo do tempo, a HL impõe algumas pré-condições ao historiógrafo, tais como a necessidade de atentar para: a consistência interna dos procedimentos aplicados; a confiabilidade e representatividade dos dados; o controle da trajetória de pesquisa; a coerência no momento de exposição dos resultados (Swiggers, 2019).

Essas características, de acordo com Altman (2004a, 2012), distinguem a HL daquilo que se tem compreendido como História da Linguística. Para a pesquisadora, a história e a historiografia da linguística, apesar de se relacionarem, possuem estatutos e dimensões diferentes e não são coextensivas, uma vez que o historiógrafo necessariamente realiza um recorte sobre o complexo *continuum* da história. Desse modo, valendo-se de uma comparação formulada por Pierre Swiggers⁴, Altman também destaca que, assim como uma gramática não pretende esgotar toda a descrição da língua, uma historiografia tampouco esgota todo o conjunto de fatos que compõe a história.

Diante disso, devemos considerar que o trabalho historiográfico não pretende reconstruir uma “verdade histórica” inquestionável. Embora os eventos transcorridos ao longo da história da linguística não se modifiquem, cada produto historiográfico representa uma possibilidade distinta de interpretá-los. Conforme destaca Borges Neto (2020), o quadro analítico final alcançado pelo pesquisador é resultado não de uma descoberta da verdade, mas de olhares particulares e seletivos sobre o conjunto de acontecimentos do passado. A empreitada historiográfica que realizo neste trabalho, portanto, apresenta apenas um olhar possível para o desenvolvimento da gramaticografia brasileira do final do século 19 e início do século 20. Historiografias sobre o mesmo período que selecionem outros fatos, fundamentem-se em outros documentos e partam de categorias analíticas distintas daquelas

⁴ A comparação é extraída de: SWIGGERS, P. La méthodologie de l’historiographie de la linguistique. *Folia Linguistica Historica*, v. 4, p. 55-79, 1983.

aqui adotadas podem alcançar resultados diferentes, sem que, por esse motivo, deixem de ser interpretações válidas. Afinal, devemos ter em mente que a HL, no lugar de uma mera reprodução da história, se caracteriza pela pluralidade de narrativas.

Nesse sentido, Koerner (1996) enfatiza que as pesquisas historiográficas não se confundem com crônicas, pois não se resumem a uma enumeração de datas e fatos. No entanto, isso não significa dizer, como bem alerta Altman (2012), que o trabalho do historiógrafo prescindia das crônicas. Na verdade, para que se possam realizar movimentos interpretativos sobre as ideias linguísticas, seria fundamental e desejável o acesso a crônicas que fornecessem uma visão panorâmica tanto do período em que essas ideias foram formuladas quanto da vida dos agentes que as formularam.

Seguindo essa linha de raciocínio para distinguir uma historiografia de outros tipos de produção, podemos considerar que obras como *História concisa da linguística*, de Weedwood (2002), e *Pequena história da linguística*, de Robins (1979), ao apresentarem a história dos mais de dois mil anos do conhecimento linguístico sob um olhar cumulativo e linear, destacando grandes eventos, marcos temporais e agentes pioneiros, são exemplos de trabalhos que poderiam ser chamados genericamente de “histórias da linguística”. Uma historiografia da linguística, por outro lado, pressupõe do pesquisador uma série de procedimentos metodológicos que permitam realizar, no lugar de paráfrases das obras do passado, interpretações historiográficas das ideias linguísticas investigadas, considerando a complexidade da dinâmica histórica de construção do conhecimento, marcada por continuidades e descontinuidades (Batista, 2020).

É devido a essa necessidade interpretativa, inclusive, que Swiggers (2019) argumenta que a prática historiográfica exige do pesquisador uma dupla competência em Linguística e em História, além de demandar, em maior ou menor grau, conhecimentos oriundos de áreas como a Filosofia, a Sociologia, a Economia, a Literatura, a Retórica e a Lógica. No caso do estudo aqui apresentado, por exemplo, foi necessário realizar leituras de estudos em campos de pesquisa como a História das Disciplinas Escolares⁵ (cf. Chervel, 1990), uma vez que, para caracterizar as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira, foi necessário levar em conta o contexto escolar no qual elas circularam.

⁵ Como ramo da História da Educação, a História das Disciplinas Escolares é um campo de investigação que tem como objeto a história dos conteúdos de ensino que se (re)configuraram no ambiente escolar. Nesse sentido, a preocupação se volta não só para os documentos oficiais, mas também para a atmosfera intelectual e cultural que favoreceram a cristalização das disciplinas nas escolas. As contribuições desse campo para esta pesquisa são apresentadas no Capítulo 4.

Além de se distinguir da História da Linguística, a HL também se diferencia, no contexto acadêmico brasileiro, da História das Ideias Linguísticas (HIL), área disciplinar que, apesar de também se ocupar do estudo da construção do conhecimento linguístico, realiza suas análises a partir de categorias que se articulam com conceitos e terminologias da Análise de Discurso. No que diz respeito ao processo de institucionalização, a HIL se pauta nos delineamentos realizados pelo francês Sylvain Auroux e, no Brasil, se consolidou por meio da atuação preponderante de Eni Orlandi e Eduardo Guimarães, no âmbito da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e de Diana Luz Pessoa de Barros, na Universidade de São Paulo (USP). A HL, por sua vez, está pautada nos trabalhos desenvolvidos por Konrad Koerner e Pierre Swiggers, tendo se desenvolvido no Brasil sobretudo pela liderança de Cristina Altman, professora e pesquisadora da Universidade de São Paulo, que, na década de 1990, fundou o Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (CEDOCH), grupo que, até hoje, possui papel de destaque na produção e divulgação científica da área.

A despeito de suas diferentes abordagens teórico-metodológicas, a História das Ideias Linguísticas e a Historiografia da Linguística estão em constante diálogo. Sendo assim, embora minha pesquisa esteja vinculada aos pressupostos da HL, as ponderações de Auroux (2014) acerca do fato da gramatização e da teoria das partes do discurso se mostraram relevantes para atingir os objetivos delineados, motivo pelo qual o autor francês, ao lado de Koerner (1996, 2014a, 2014b) e Swiggers (1990, 2009a, 2010, 2012, 2013, 2014, 2019, 2020), também faz parte da lista de teóricos que fundamentam este estudo. Enfatizo, contudo, que, ao utilizar expressões como “ideias linguísticas” ou “ideias gramaticográficas”, nesta pesquisa, não busco qualquer filiação epistemológica com a HIL, sendo tais termos empregados tão somente para fazer referência aos conhecimentos sobre as línguas e a linguagem estudados nesta pesquisa.

Tendo em vista o amplo domínio e as múltiplas possibilidades investigativas da HL, outro ponto metateórico que merece atenção diz respeito aos materiais que podem servir como fontes, pois são eles que, em grande medida, determinam a natureza da pesquisa historiográfica realizada (Altman, 2012). Acerca dessa questão, vale destacar que, apesar da possibilidade de estudos erigidos a partir de fontes orais (cf. Cavaliere, 2013) ou de fontes escritas não canônicas, tais como correspondências e notas de aula, as fontes primárias das pesquisas costumam ser documentos escritos tradicionais, a exemplo de gramáticas, ensaios e trabalhos acadêmicos. Considerados por Swiggers (2013, p. 42) como “o ‘reflexo (ou depósito) material’ da história da linguística”, esses textos formam o *corpus* da análise historiográfica. O volume desse *corpus*, por sua vez, dependerá dos propósitos do

pesquisador, podendo abranger “desde uma obra particular, do conjunto da produção de um único autor, até uma gama mais ou menos extensa de textos, relacionada com uma delimitação – geográfica, histórica e/ou temática – do objeto de estudo” (Swiggers, 2009a, p. 68, tradução nossa).

Quando observamos o cenário das pesquisas em HL desenvolvidas nas últimas décadas em programas de pós-graduação no Brasil, temos uma dimensão de como o volume quantitativo das fontes primárias pode variar de acordo com os objetivos e o foco historiográfico de cada trabalho. As pesquisas de doutorado desenvolvidas por Polachini (2018) e Vidal Neto (2021), por exemplo, buscaram traçar panoramas da produção gramaticográfica brasileira em diferentes recortes temporais: no caso de Polachini, foi realizada uma história serial da produção gramatical oitocentista brasileira; no caso de Vidal Neto, investigou-se a produção linguística sobre o português nas quatro primeiras décadas do século 20. Dada a visão panorâmica almejada, ambos os trabalhos envolveram o exame dos metadados presentes em uma quantidade de fontes que alcançou a casa das centenas.

Ferreira (2021), por sua vez, no âmbito do mestrado, ao investigar a emergência e o desenvolvimento do processo de gramatização da colocação pronominal no português em gramáticas brasileiras do século 19, selecionou 16 gramáticas como fontes primárias, número que atendia à pretensão da autora de analisar o tema ao longo dos vários momentos que marcaram o período oitocentista. Outros trabalhos, por fim, estabelecem como fontes primárias as obras de um único agente, tal como se observa na tese defendida por Rocha (2007), que examinou os estudos da linguagem realizados por Manuel Pacheco da Silva Júnior (1842-1899) em quatro obras publicadas pelo autor, e na dissertação de Silva (2021), que analisa a abordagem da variação linguística, da mudança linguística e do português do Brasil na *Grammatica Portugueza: Curso Superior* (1920 [1887]), de João Ribeiro.

Ao estabelecer como fontes primárias as produções gramaticográficas de Julio Pires Ferreira, me aproximo dos últimos dois trabalhos entre os elencados nos parágrafos anteriores. Em vista disso, convém destacar que assumir a postura de analisar instrumentos linguísticos de um único autor traz implicações sobre o produto historiográfico que merecem ser discutidas.

Tal como alerta Swiggers (2019), abordagens que estabelecem como foco ideias de figuras específicas estão mais propensas a construir uma historiografia “heroica”, isto é, uma historiografia que se concentra na contribuição de estudiosos individuais tidos como “importantes” e/ou como precursores de novas ideias. Essa perspectiva, nas palavras de

Altman (2012, p. 24) “reforça a imagem do trabalho científico como a atividade solitária de um indivíduo de cuja genialidade nós, humildes mortais, seremos sempre devedores”.

Ciente desse risco inerente às investigações focadas em figuras, destaco que a historiografia elaborada nesta pesquisa se afasta de uma abordagem heroica por duas razões. Em primeiro lugar, tal como já mencionado no início desta dissertação, assumo de antemão que Julio Pires Ferreira, apesar de ter sido uma personalidade importante no cenário intelectual de Pernambuco, não foi precursor de novos modelos gramaticais, tampouco foi nacionalmente aclamado como um dos “grandes filólogos” do período em que viveu. Além disso, apesar de partir das obras do professor pernambucano, não pretendo julgar as supostas limitações ou sucessos das eventuais soluções individuais propostas pelo autor para as questões da língua portuguesa. Ao contrário, encaro que as discussões levantadas por Julio Pires Ferreira, bem como suas escolhas metalinguísticas e orientações normativas, estão inseridas em uma tradição compartilhada pelos estudiosos de sua geração.

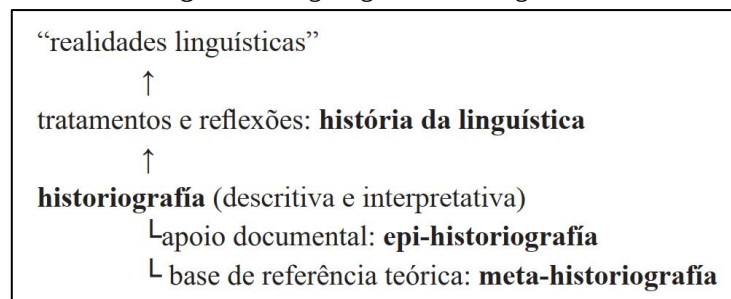
Desse modo, se é verdade que esta pesquisa partiu de uma intenção inicial de situar o nome de Julio Pires Ferreira nos estudos historiográficos brasileiros, também é certo que ela procura investigar os problemas e as perspectivas gramaticais sobre a língua portuguesa e seu ensino que estavam em evidência no Brasil na virada do século 19 para o século 20. Em outras palavras, a investigação proposta assume contornos de um estudo de caso, uma vez que, com a escolha de analisar a produção de um único autor, busco lançar um olhar mais aproximado para questões que, de maneira geral, envolvem outros instrumentos linguísticos do período. Em especial, procuro esmiuçar o olhar para cinco pontos: a) as implicações do meio social, político, cultural e educacional nos compromissos retóricos dos gramáticos e na formulação e recepção das ideias gramaticográficas; b) o modo de articulação, no instrumento gramatical, dos interesses de ensinar com os interesses de investigar a língua; c) os movimentos de continuidade e descontinuidade estabelecidos em relação aos pressupostos teórico-metodológicos das diferentes linhagens gramaticográficas; d) as relações da rede de metatermos e das definições adotadas com o arcabouço categorial advindo da tradição greco-latina e empregado por outras obras de diferentes linhagens; e) o lugar ocupado pelas especificidades do português do Brasil na descrição gramatical. Sendo assim, o foco historiográfico em uma figura, no lugar de reiterar uma visão heroica da história, tem o papel, aqui, de colocar em evidência movimentos de continuidade e descontinuidade que podem escapar do olhar panorâmico de pesquisas de maior cobertura.

Convém pontuar, ainda, que a prática historiográfica de investigar figuras específicas para melhor compreender o amplo cenário que as envolvia não é nova. Nesse sentido, não se

pode deixar de citar a emblemática obra *O queijo e os vermes* (2006 [1976]), fruto da pesquisa do historiador italiano Carlo Ginzburg nos arquivos inquisitoriais. A partir do achado de um longo julgamento envolvendo um moleiro conhecido como Menocchio, Ginzburg realiza análises e levanta hipóteses que dizem respeito não apenas a um indivíduo, mas à cultura camponesa da Europa pré-industrial. Dessa forma, a investigação do historiador demonstra que, embora não se possa desconsiderar a singularidade dos indivíduos, estudos que lançam uma “lente de aumento” em determinadas figuras podem colocar em relevo questões que dizem respeito ao cenário sociocultural de um dado momento.

Independentemente do volume quantitativo das fontes primárias ou do foco estabelecido, Swiggers (2013) considera que os trabalhos historiográficos devem atender a duas exigências. A primeira diz respeito à inclusão da investigação em um organograma historiográfico composto por três planos interrelacionados: o das *realidades linguísticas*, o da *história da linguística* e o da *historiografia da linguística*. A fim de proporcionar uma melhor compreensão dos planos, Swiggers esquematiza o organograma da seguinte maneira:

Figura 1 – Organograma historiográfico



Fonte: Swiggers (2013, p. 44)

O plano das realidades linguísticas, em constante mudança no tempo e no espaço, fornece o substrato das atividades práticas e teóricas sobre as línguas que atravessa o plano da história da linguística. Este segundo plano consiste no amplo quadro sobre o qual, por meio de um recorte, o plano da historiografia da linguística realiza descrições e análises.

Para que possa ser desenvolvido, o plano historiográfico necessita, além das fontes primárias, do suporte de fontes secundárias, constituídas por documentações biobibliográficas e contextuais sobre os agentes, os textos e a atmosfera intelectual e sociocultural do período no qual as ideias circularam. O levantamento das informações relativas às fontes, sejam elas primárias ou secundárias, se constitui como uma atividade “lateral” na historiografia, denominada, por esse motivo, “epi-historiografia” (Swiggers, 2010).

Em minha pesquisa, as fontes primárias foram alcançadas por meio de uma série de movimentos epi-historiográficos que estão descritos no Capítulo 3. Em relação ao levantamento das fontes secundárias, que também será apresentado no referido capítulo, destaco que a documentação sobre Julio Pires Ferreira e suas obras foi obtida em buscas na Hemeroteca Digital Brasileira e em materiais encontrados em acervos de instituições localizadas em Recife, tais como o Instituto Ricardo Brennand e o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. As informações contextuais sobre o período, especialmente no tocante ao cenário educacional e gramaticográfico, foram alcançadas por meio de estudos como os de Borges Neto (2022), Bunzen (2011), Fávero (2009), Razzini (2000, 2010), Soares (2012 [2002]), Faraco e Vieira (2021) e Vieira (2018, 2020b).

Além desse apoio documental e bibliográfico, o plano historiográfico se materializa a partir de bases metodológicas e epistemológicas advindas da meta-historiografia, domínio das atividades reflexivas que busca realizar ponderações metateóricas e fornecer modelos para o desenvolvimento das pesquisas historiográficas (Swiggers, 2010). É a partir da articulação das considerações meta-historiográficas com o objeto de pesquisa que o historiógrafo encontra os fundamentos necessários para elaborar suas análises.

A segunda exigência para o trabalho historiográfico se relaciona a sua organização. A esse respeito, Swiggers (2013) distingue três fases para o desenvolvimento da pesquisa: a fase *heurística*, a fase *hermenêutica* e a fase *executiva*. A primeira fase, a *heurística*, corresponde ao momento em que o pesquisador, em um movimento epi-historiográfico, deve realizar o levantamento das fontes, seja em relação às edições e reedições das fontes primárias, seja em relação às fontes secundárias que informem sobre os agentes e o contexto social, político e intelectual em que as ideias linguísticas investigadas surgiram e foram recebidas. Também é nesse momento que a leitura das fontes primárias deve ser realizada, com vistas à catalogação de ideias, ao conhecimento dos pontos de vista e à familiarização com a terminologia empregada.

A fase *hermenêutica*, como o próprio nome sugere, consiste na interpretação das fontes a partir de categorias analíticas previamente estabelecidas. Para delimitá-las, Swiggers (2009a) aponta que o historiógrafo deve considerar vários parâmetros que afetam sua pesquisa, tais como: a) a cobertura espacial, temporal e temática do trabalho; b) a perspectiva adotada, que, em alguns casos, poderá conferir maior foco para a dimensão interna, que analisa as ideias linguísticas em si mesmas, ou para dimensão externa, que abrange o contexto no qual tais ideias surgiram; c) a profundidade da análise, que, a depender do objeto de estudo, do interesse do pesquisador e da documentação disponível, poderá se concentrar, por

exemplo, na interpretação de metadados ou na análise histórico-crítica de ideias e práticas linguísticas.

A meta-historiografia, nessa fase analítica, desempenha um papel importante, na medida em que, ao refletir, do ponto de vista metodológico e epistemológico, sobre o fazer historiográfico, fornece modelos e categorias gerais a partir dos quais o historiógrafo pode operar. No entanto, considerando que cada trabalho na HL possui suas características particulares e que, portanto, não há uma única maneira de concretizar a pesquisa historiográfica, cada pesquisador deve buscar estabelecer seu próprio quadro de trabalho personalizado, segundo seus interesses e objetivos (cf. Koerner, 1996; Swiggers, 2013). Dessa forma, além de categorias gerais, o historiógrafo pode buscar interpretar as fontes por meio de categorias especificamente pensadas para sua pesquisa. Nesta dissertação, as considerações sobre as categorias analíticas adotadas são abordadas no Capítulo 3.

Estabelecer uma grade analítica (cf. Quadro 9) com categorias gerais e específicas para guiar a interpretação historiográfica é uma tarefa essencial e bastante útil para o pesquisador, uma vez que:

- (a) permite uma organização sistemática da pesquisa (por exemplo, com a observação da identificação de passagens (altamente) relevantes nas fontes primárias; ou em função de um estudo comparativo entre autores/teorias etc.); (b) garante a possibilidade de controle, por leitores e críticos, da adequação (ou, idealmente, completude) e da precisão do processo hermenêutico; (c) facilita o processo de redigir os resultados da pesquisa (Swiggers, 2019, p. 59).

Por fim, os resultados da investigação são materializados na terceira e última fase da pesquisa, que corresponde à fase executiva. Uma vez que cada trabalho parte de problemas particulares e desenvolve uma metodologia própria, a execução pode assumir diferentes configurações. De acordo com Swiggers (2013), podemos distinguir três dimensões na fase executiva: a) a dimensão do *formato de exposição*; b) a dimensão da *intencionalidade do historiógrafo*; c) a dimensão do *programa cognitivo*.

Em relação ao formato de exposição, uma pesquisa historiográfica pode ser executada de forma *sequencial*, de forma *tópica* ou de forma *combinatória*. Dizemos que a execução é sequencial quando o produto historiográfico apresenta um formato predominantemente narrativo. A forma tópica, por sua vez, se materializa nas pesquisas que focam na análise de um determinado tema ou em algum tipo de problema. Já o terceiro formato de exposição, o combinatório, tem como ponto central o contexto e os pontos de vista existentes em determinado momento da história do pensamento linguístico. Em minha pesquisa, predominam os formatos tópico e combinatório, tendo em vista que a investigação está

centrada especificamente nas ideias apresentadas por Julio Pires Ferreira, mas, ao mesmo tempo, busca contextualizar o pensamento do autor com outros pontos de vista coexistentes no final do século 19 e início do século 20 no Brasil.

Acerca da intencionalidade do historiógrafo, Swiggers (2013) destaca que, a partir dos propósitos de cada pesquisador, o produto historiográfico pode tomar contornos específicos. Se o historiógrafo tiver a intenção de descrever e classificar o seu objeto de estudo em categorias sistematizadas, a historiografia produzida é tida como *taxonômica*. Caso o objetivo principal seja o de defender ou criticar um pensamento linguístico, a historiografia é do tipo *apologética* ou *polêmica*. Se, por outro lado, a pretensão for a de compreender os fins das ideias linguísticas investigadas, isto é, os propósitos para os quais elas se destinam, o trabalho historiográfico é classificado como *teleológico*. Swiggers (2013) postula, ainda, que a historiografia pode ser do tipo *exegético-crítica*, no caso de buscar realizar interpretações críticas sobre o objeto de estudo. Apesar de investigar o pensamento linguístico de um autor específico, a historiografia aqui proposta não se classifica como apologética, pois não intenciona defender ou combater as ideias apresentadas. Na verdade, dados os objetivos elencados para a pesquisa, pretendo desenvolver uma historiografia com traços teleológicos e exegético-críticos, pois busco averiguar os compromissos assumidos por Julio Pires Ferreira em suas obras e interpretar criticamente as ideias gramaticográficas elaboradas.

No tocante ao programa cognitivo da pesquisa, definido pelo objeto de estudo, pelas fontes disponíveis e pelos interesses do pesquisador, Swiggers (2013) identifica cinco perfis intelectuais de historiografia: a) uma historiografia *atomística*, que consiste na apresentação analítica de fatos que compõem a história do pensamento linguístico; b) uma historiografia *narrativa*, que corresponde ao relato cronológico dos acontecimentos de interesse para a pesquisa; c) uma historiografia *nocional-estrutural*, que realiza uma análise da estrutura das ideias e abordagens elaboradas ao longo da história dos estudos da linguagem; d) uma historiografia *arquitetônico-axiomática*, que descreve e analisa a estrutura lógica de teorias e modelos a partir de axiomas e enunciados; e) uma historiografia *correlativa*, que investiga as correlações entre teorias, pontos de vista sobre a linguagem e contexto sociocultural, político e institucional. Tendo em vista essa classificação, a historiografia que busco produzir assume predominantemente traços dos perfis nocional-estrutural, arquitetônico-axiomático e correlativo, pois, ao caracterizar as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira, procuro analisar a forma composicional das obras e o conjunto de metatermos e conceitos elaborados pelo autor, além de correlacionar seu pensamento com outras obras da gramaticografia de língua portuguesa e com a atmosfera sociocultural e política do momento.

O quadro a seguir sintetiza, com base nas supracitadas dimensões executivas definidas por Swiggers (2013), as características da historiografia aqui desenvolvida:

Quadro 2 – Perfil historiográfico da pesquisa

Dimensão executiva	Caracterização	Postura historiográfica adotada
Formato de exposição	Tópica	Focalização nas ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira.
	Combinatória	Caracterização do contexto e do conjunto de pontos de vista gramaticográficos coexistentes no Brasil entre o final do século 19 e início do século 20.
Intencionalidade do historiógrafo	Teleológica	Investigação dos compromissos retóricos assumidos por Julio Pires Ferreira em suas obras.
	Exegético-crítica	Interpretação crítica das ideias gramaticográficas elaboradas por Julio Pires Ferreira.
Programa cognitivo	Nocional-estrutural	Análise da relação entre as ideias e a forma composicional das obras gramaticográficas de Julio Pires Ferreira.
	Arquitetônico-axiomática	Descrição e análise da organização das redes de metatermos e definições adotadas por Julio Pires Ferreira em sua proposta de descrição da língua portuguesa.
	Correlativa	Estudo da correlação entre as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira, outras obras da gramaticografia de língua portuguesa e a atmosfera sociocultural, educacional e política do período.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Uma vez realizadas as devidas considerações sobre a ancoragem epistemológica desta pesquisa ao campo da HL, passo a apresentar, na próxima seção, apontamentos sobre as dimensões e os princípios da análise historiográfica. Conforme já destacado nos comentários sobre a fase hermenêutica, a observação de tais aspectos é central para a delimitação das categorias de análise do estudo.

2.2 Dimensões e princípios da análise historiográfica

Uma vez que a HL se preocupa em descrever e interpretar o ideário linguístico em determinado contexto sociocultural situado no tempo (Altman, 2009), o historiógrafo deve compreender que sua atividade envolve duas dimensões de análise: uma *dimensão interna*, voltada para a consideração dos textos em sua imanência, isto é, em seu conteúdo, e uma *dimensão externa*, que direciona o olhar para o contexto histórico, social e cultural no qual os

textos foram produzidos e divulgados. No primeiro caso, as fontes são investigadas em si mesmas, a partir de categorias de análise que permitem examinar as perspectivas teóricas, os gestos descritivos e as escolhas metodológicas que atravessam os textos. Em relação à dimensão externa, o foco recai sobre a atmosfera intelectual e sobre as diversas práticas sociais que envolvem os agentes de produção e recepção dos conhecimentos linguísticos. Nesse caso, são delimitadas categorias de análise que proporcionem uma melhor compreensão da configuração sociocultural do período estudado e que possibilitem identificar os movimentos retóricos dos autores em relação às ideias linguísticas circulantes.

De acordo com Swiggers (1990), a existência dessas duas dimensões fez com que as pesquisas em HL, durante muitas décadas, se desenvolvessem sob duas formas dicotômicas: de um lado, uma *historiografia orientada para o conteúdo (content-oriented)*, preocupada com a dimensão interna; de outro lado, uma *historiografia orientada para o contexto (context-oriented)*, direcionada para questões envolvendo a dimensão externa. Embora cada dimensão de análise apresente um foco de interesse específico e exija diferentes posturas metodológicas, Swiggers pontua que a suposta oposição entre os dois tipos de historiografia não deve subsistir, uma vez que conteúdo e contexto estão sempre conectados. Na mesma linha de raciocínio se direciona Altman (2009), cujas ponderações sobre a indissociabilidade entre contexto e conteúdo merecem ser transcritas:

Pessoalmente, não consigo separar a reflexão epistemológica, ou metodológica, sobre o conhecimento linguístico do momento histórico e do contexto intelectual e social em que foi formulado e se desenvolveu. Tal perspectiva me faz entender como tarefa básica da historiografia linguística, por consequência, a descrição (não normativa) dos princípios e métodos de produção do conhecimento linguístico, e de seus resultados em determinado momento, inevitavelmente histórico. Ideias linguísticas não se desenvolvem no vazio, desvinculadas das outras ideias que as circundam no momento em que entram em evidência, e das práticas que lhes são paralelas. Ignorá-las é aumentar o risco de tomar como norma única e desejável de teorização e de prática de análise linguística nossa concepção momentânea de conhecimento da linguagem (Altman, 2009, p. 128).

Aproximando essa discussão do objetivo geral desta dissertação, fica evidente que a caracterização das ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira somente pode ser realizada se as duas dimensões analíticas forem articuladas na pesquisa. Em outras palavras, é necessário observar as ideias do autor tanto em sua imanência, tarefa que demanda a interpretação dos termos, conceitos e argumentos formulados internamente nos textos, quanto em sua relação com cenário sociocultural do período, o que inclui a investigação das questões sobre a língua, sobre a educação e sobre o contexto do país no final do século 19 e início do século 20.

Contemplar as dimensões interna e externa na pesquisa historiográfica, além de propiciar uma interpretação mais consistente do desenvolvimento do conhecimento linguístico, é essencial para que se evitem determinados anacronismos e distorções analíticas. A esse respeito, Koerner (1996) aponta para duas armadilhas para as quais o historiógrafo deve se atentar: o *argumento da influência* e a *questão da metalinguagem*.

Acerca do primeiro ponto, o pesquisador deve procurar distinguir o impacto da atmosfera intelectual e dos valores compartilhados pelos agentes em dado período daquilo que corresponde a uma influência direta de um determinado autor sobre outro, comprovada por meio de referências explícitas e comparações textuais. O descuido em relação a essa questão e uma leitura apressada dos aspectos contextuais podem conduzir o historiógrafo a realizar “alegações de influência baseadas em similaridades superficiais entre autores, em interpretações errôneas dos textos em questão, ou em tentativas de reduzir a importância de uma figura maior na história da teoria linguística” (Koerner, 1996, p. 62).

Embora seja uma questão pertinente para o plano geral da investigação científica, a questão da influência é particularmente relevante para o historiógrafo da linguística que investiga fontes produzidas no Brasil até o início do século 20, uma vez que, no contexto dos estudos linguísticos no país, conforme afirma Cavaliere (2020, p. 137), “o hábito de oferecer informações claras e pormenorizadas acerca das obras e autores consultados não se estabelece senão após a segunda década do século XX”. Antes disso, as informações bibliográficas, quando apareciam nos textos, costumavam ser imprecisas ou incompletas. Exemplo dessa imprecisão pode ser constatado em passagem da 1ª edição das *Notas sobre a Língua Portuguesa*, quando Julio Pires Ferreira, ao comentar sobre as interjeições, realiza a seguinte afirmação: “Sobre as interjeições, encontramos em nossas notas a seguinte observação, não sabemos de quem [...]” (Ferreira, 1893, p. 116).

Nesta dissertação, para não fazer uso indiscriminado do conceito de *influência*, opto por empregá-lo, de modo similar ao que fez Polachini (2013) em sua dissertação de mestrado, apenas nas situações em que Julio Pires Ferreira cita outros autores de forma explícita em suas obras. Com isso, busco fazer uso da ideia de influência somente quando houver indícios textuais da existência do contato entre o pernambucano e seus influenciadores, seja na esfera do contato profissional direto, seja no âmbito da leitura acadêmica. Para fazer menção a pontos mais abrangentes, tais como o papel da linguística histórico-comparativa para a retórica gramaticográfica daquele momento, utilizarei expressões mais amplas, tais como “repercussão” ou “impacto”.

Sobre a questão da metalinguagem, Koerner (1996) destaca que o uso do vocabulário técnico atual para descrever ideias linguísticas do passado pode provocar distorções historiográficas e anacronismos, visto que determinados termos e conceitos que utilizamos no presente podem ter assumido sentidos bastante distintos em textos anteriores. Por outro lado, o pesquisador deve se preocupar em tornar sua pesquisa acessível ao leitor contemporâneo, a fim de não transformar seu estudo numa mera apresentação de teorias antigas. Para lidar com o problema da metalinguagem e articular as dimensões interna e externa nesta pesquisa, adoto, nesta dissertação, os três princípios para a análise historiográfica propostos por Koerner: o princípio da *contextualização*, o princípio da *imanência* e o princípio da *adequação*.

Em relação ao princípio da contextualização, que está intimamente relacionado à dimensão externa, é particularmente relevante atentar para o “clima de opinião”, conceito formulado em 1932 pelo historiador estadunidense Carl Lotus Becker⁶ e empregado por Koerner (1996) para se referir à atmosfera intelectual na qual ideias linguísticas são concebidas, recepcionadas ou rejeitadas. Por meio desse princípio, o historiógrafo deve estar atento para o fato de que o sucesso ou o fracasso de determinadas formulações sobre as línguas está, por vezes, mais relacionado ao clima de opinião vigente do que ao mérito da lógica interna das ideias. Além disso, a contextualização sinaliza para a necessidade de incluir, na análise, os fatores sociais, econômicos, políticos e educacionais que atuaram no período que circunscreve o conhecimento investigado.

No caso das ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira, devemos ter em mente que o espírito da época, marcado pelo cientificismo e pela difusão dos estudos histórico-comparativos, é refletido, em alguma medida, nos compromissos retóricos, nas formulações conceituais e nas descrições da língua que são realizadas pelo autor. Também não devem escapar de vista, na análise dessas ideias, os impactos das discussões sobre o ensino de português que perpassaram as reformas educacionais no país entre o final do século 19 e o início do 20.

O segundo princípio analítico, que corresponde à imanência, diz respeito à necessidade de compreensão crítica e histórica do texto linguístico pesquisado. Conforme alerta Koerner (1996), o pesquisador deve buscar se afastar o máximo possível do conhecimento linguístico contemporâneo e das terminologias atuais, a fim de não comprometer a interpretação da fonte investigada.

⁶ O conceito é apresentado pelo autor no primeiro capítulo da obra *The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers* (1932).

Especialmente em pesquisas envolvendo gramáticas de língua portuguesa produzidas no Brasil até a metade do século 20, esse princípio exige do pesquisador um distanciamento da terminologia fixada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), documento do Ministério da Educação e Cultura instituído por meio da Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959. Com o objetivo de uniformizar e simplificar a metalinguagem empregada no ensino de português, a NGB, apesar de ser apenas uma recomendação, cumpriu de modo bastante eficaz o objetivo de servir como modelo terminológico para gramáticas posteriores (Baldini, 1999). Dessa forma, atentar para o princípio da imanência, nesta dissertação, se torna imprescindível, pois, do contrário, haveria o risco de se analisar a rede de metatermos empregada por Julio Pires Ferreira à luz da terminologia da NGB, postura que poderia provocar uma série de distorções hermenêuticas.

Após a observação dos dois primeiros princípios, torna-se possível prosseguir, na fase executiva, ao princípio da adequação. Como o próprio nome sugere, esse terceiro princípio consiste na realização de uma aproximação cuidadosa e explícita das ideias existentes nas fontes com o vocabulário técnico atual, com a finalidade de permitir uma melhor compreensão de determinados termos, conceitos ou teorias por parte do leitor contemporâneo. Tal processo, contudo, deve ser conduzido com o máximo de cautela, a fim de não descaracterizar as ideias do texto linguístico do passado e, como consequência, entrar em conflito com o princípio da imanência. Sendo assim, ao longo da pesquisa, busco realizar, quando necessário, aproximações entre a terminologia utilizada por Julio Pires Ferreira com o vocabulário técnico atual, sempre com a devida indicação dos movimentos realizados.

Feitas as considerações sobre as dimensões e os princípios da análise historiográfica, serão realizadas, nas próximas duas subseções, apontamentos sobre os processos de continuidade e mudança na ótica da HL e sobre as noções específicas da historiografia da gramaticografia que são mobilizadas nesta dissertação. Tais questões, convém ressaltar, são de fundamental importância para a definição das categorias de análise desta pesquisa.

2.3 Continuidade e mudança na perspectiva historiográfica

Conforme já mencionado ao longo deste capítulo, para caracterizar as ideias gramaticográficas de um agente específico, devidamente situado no tempo e no espaço, é preciso considerar a complexa dinâmica que envolve a produção, o desenvolvimento e o esquecimento dos saberes linguísticos no curso da história. Diante desses constantes

movimentos, compreender como ocorrem as mudanças no conhecimento linguístico assume papel fundamental na pesquisa historiográfica.

Entre os estudos que buscam explicar o processo de mudança no curso da história das ciências, ganham destaque as considerações de Thomas Kuhn em seu conhecido ensaio *A estrutura das revoluções científicas*, publicado em 1962. Tendo como foco a investigação do progresso nas ciências naturais, o autor propõe um modelo analítico para explicar a dinâmica da mudança no conhecimento científico. Esse modelo tem como ponto central o conceito de *paradigma*, compreendido como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (Kuhn, 2018 [1962], p. 53).

Opondo-se à visão cumulativa do conhecimento científico, Kuhn (2018 [1962]) argumenta que o desenvolvimento de uma ciência ocorre por meio de rupturas paradigmáticas. Em outras palavras, o filósofo defende que uma verdadeira revolução científica acontece somente a partir do momento em que o paradigma então vigente é substituído por um novo paradigma, que se opõe de modo incompatível com seu antecedente. Partindo de uma análise histórica, o modelo kuhniano postula que, para que tal movimento aconteça, a ciência atravessa, de forma cíclica, determinados estágios de desenvolvimento.

Num primeiro momento, de acordo com Kuhn (2018 [1962]), o conhecimento científico passa por um estágio *pré-paradigmático*, caracterizado por uma multiplicidade de grupos que realizam “debates frequentes e profundos a respeito de métodos, problemas e padrões de solução legítimos” (Kuhn, 2018 [1962], p. 121). Nesse cenário, um paradigma surge quando a proposta de um dos grupos pré-paradigmáticos triunfa sobre as demais e passa a ser amplamente aceita e compartilhada pela comunidade científica.

Uma vez estabelecido o paradigma, entra-se no estágio da *ciência normal*. As pesquisas produzidas nesse momento, assentadas nas bases teórico-metodológicas consolidadas em realizações científicas do passado, são marcadas por um “reduzido interesse em produzir grandes novidades, seja no domínio dos conceitos, seja no dos fenômenos” (Kuhn, 2018 [1962], p. 103). O trabalho dos pesquisadores, na lógica da ciência normal, se assemelha à resolução de um quebra-cabeça, na medida em que os problemas que interessam, em geral, são aqueles cuja solução está previamente assegurada dentro dos limites técnicos e teóricos preestabelecidos pelo paradigma. Ao encontrarem resultados esperados, os trabalhos realizados sob as bases de um determinado paradigma atuam no sentido de reforçá-lo e aperfeiçoá-lo. A ciência, nesse estágio, se desenvolve por meio de um intenso processo de acumulação de conhecimento.

Apesar de ser legitimado por uma grande quantidade de pesquisas, um paradigma costuma se deparar com novos fenômenos ou problemas para os quais ele não possui, em princípio, uma solução. O surgimento dessas *anomalias* promove a necessidade de ajustes no paradigma, a fim de transformar o anômalo em algo previsível. Em algumas situações, contudo, a anomalia se torna incontornável e não consegue ser solucionada pelo paradigma vigente. Quando essa situação se instaura, transita-se da ciência normal para um estágio de crise e de *ciência extraordinária*, que culmina com uma *revolução científica* e com a consequente emergência de um novo paradigma, incompatível e incomensurável em relação ao paradigma anterior (Kuhn, 2018 [1962]).

Embora tenham sido elaboradas a partir da lógica das ciências naturais, as considerações de Kuhn também impactaram o modo de compreender a mudança no âmbito das ciências humanas e sociais. No caso da ciência linguística, conforme relata Koerner (1996), o debate nas últimas décadas do século 20 esteve centrado na discussão sobre a aplicabilidade da proposta de Kuhn para a interpretação da história da linguística. Nesse contexto, as críticas de Percival (1976) e Hymes (1983) apontavam para a impossibilidade de aplicar a noção kuhniana de paradigma na linguística, uma vez que em nenhum momento da história dessa ciência teria sido possível verificar a prevalência de um único modelo teórico.

Diante da constatação dos limites de aplicar integralmente as ideias de Kuhn para a história da linguística, outros modelos foram formulados para lidar com o tema da mudança nesse campo do conhecimento. Entre aqueles frequentemente empregados nas pesquisas historiográficas, destaca-se o *modelo de conflito*, elaborado pelo sociólogo e antropólogo Stephen Murray.

Em sua proposta, Murray (1994) argumenta que os movimentos de continuidade e de descontinuidade na produção do conhecimento se dão, sobretudo, no discurso. Opondo-se à ideia de que existiriam teorias completamente inovadoras que ocasionariam aquilo que Kuhn denomina revolução científica, o autor propõe analisar a dinâmica da mudança a partir das escolhas retóricas adotadas pelos participantes de uma determinada comunidade científica. Desse modo, a depender da condição do participante no cenário intelectual, seria possível identificar dois tipos de retórica: uma *retórica de continuidade*, verificada no discurso que pretende se alinhar a uma tradição de pesquisa; ou uma *retórica revolucionária* ou *de descontinuidade*, observável nas situações em que se reivindica uma ruptura com as ideias anteriores.

No campo da Historiografia da Linguística, a escolha retórica se configura como uma categoria de análise geral que permite identificar a autopercepção dos agentes produtores de

estudos sobre a língua em relação ao clima de opinião no qual estão inseridos. Para dar conta da complexa configuração dessa dinâmica, de acordo com Batista (2019b), é necessário considerar que a retórica se constrói a partir de determinadas estratégias linguísticas e argumentativas que se valem de uma rede de citações e alusões intertextuais para persuadir os destinatários do discurso. Sendo assim, analisar a retórica de um autor sob uma perspectiva historiográfica exige tanto a contextualização do ambiente de circulação e de recepção de suas ideias quanto a averiguação da estrutura textual e dos argumentos que sustentam o posicionamento adotado (Batista, 2019b).

Nesta dissertação, procuro investigar as escolhas retóricas de Julio Pires Ferreira com o intuito de identificar a autopercepção do autor em meio ao amplo cenário dos trabalhos gramaticográficos publicados no curso da história. Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, ressalto que a análise da retórica do agente abrange não só sua filiação discursiva a um determinado perfil teórico-metodológico de descrição linguística, mas também seu posicionamento em relação às propostas para o ensino de português então em vigor. Nas fontes estudadas, a identificação dessas escolhas se deu tanto a partir dos prólogos, espaços tipicamente associados a esse tipo de manifestação discursiva, quanto por meio de escolhas descritivas e de fragmentos argumentativos identificadas ao longo dos textos.

Situada a noção de retórica e sua relevância para o estudo ora desenvolvido, resta discutir algumas questões próprias da historiografia da gramaticografia que são relevantes para os objetivos desta dissertação.

2.4 Noções da historiografia da gramaticografia utilizadas nesta dissertação

Apesar de ser frequentemente naturalizado como um objeto observacional verificável no mundo concreto, o conhecimento linguístico conhecido como *gramática tradicional* consiste num construto teórico advindo da tradição greco-latina e sistematizado pelos gramáticos alexandrinos (cf. Borges Neto, 2022; Vieira, 2018, 2020b). No curso da história ocidental, especialmente entre os séculos 5 e 19, as línguas passaram por um movimento massivo de *gramatização*, conceito formulado por Auroux (2014) para se referir ao processo de descrição e instrumentação das línguas em duas tecnologias: a gramática e o dicionário. Para o autor, tais tecnologias devem ser concebidas como instrumentos linguísticos, tendo em vista que dão acesso a um “corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor” (Auroux, 2014, p. 70). Voltando-se especificamente para as gramáticas, Auroux (2014) argumenta que elas são compostas por três elementos básicos:

a) *categorização de unidades*; b) *exemplos*; c) *regras mais ou menos explícitas para a construção de enunciados*.

A *categorização de unidades* consiste no ato de fragmentar a cadeia da fala e formular termos teóricos para classificar cada fragmento. Nos instrumentos gramaticais, essa categorização se materializa na apresentação das partes do discurso, suas definições e propriedades, bem como na conceituação de outros termos teóricos globais, tais como a noção de “palavra” (Auroux, 2014). Vale lembrar que, embora seja naturalizada e empregada de forma protocolar nos estudos linguísticos contemporâneos, as partes do discurso, assim como toda a metalinguagem gramatical, são objetos teóricos advindos da tradição greco-latina (Borges Neto, 2022). Sendo assim, na condição de entidade teórica, a metalinguagem está sujeita a diferentes arranjos taxonômicos.

A título de ilustração, é possível notar, ao longo da gramaticografia de língua portuguesa, flutuações em categorias como *artigo* e *numeral*, ora tidas como partes do discurso autônomas, ora incluídas como subcategorias de outras partes do discurso (Cavaliere, 2000). Ao comentar acerca das diferentes organizações classificatórias na história da gramaticografia de língua portuguesa, Vieira (2020b) argumenta que a ausência de determinados termos em algumas gramáticas, na maioria das vezes, é decorrente menos de uma desconsideração das categorias por parte do gramático e mais de uma forma de organização diferente. Para sustentar seu argumento, o autor apresenta as seguintes situações:

Argote (1725) apresenta os artigos, adjetivos e numerais na classe dos nomes; Barbosa (1822) apresenta alguns advérbios na classe dos substantivos, bem como os pronomes, numerais, artigos, participios e outros advérbios na classe dos adjetivos; Grivet (1881) traz os numerais e o pronome relativo “cujo” na classe dos adjetivos; Bueno (1951 [1944]) põe os adjetivos, artigos e numerais na classe dos nomes (Vieira, 2020b, p. 115).

Os *exemplos*, por sua vez, constituem o “núcleo da língua normatizada” (Auroux, 2014, p. 67), uma vez que é a partir deles que o gramático justifica as descrições e as prescrições realizadas. Os exemplos compõem o *corpus* da gramática e, com isso, privilegiam uma determinada realidade linguística em detrimento de outras. No curso da gramaticografia ocidental, além da existência de exemplos fabricados pelos próprios gramáticos, é possível perceber que o exemplário utilizado para abonar os fatos e as prescrições é oriundo dos textos literários do passado, fato justificado pela noção de que as obras clássicas seriam aqueles que melhor espelhariam o bom uso da língua (Vieira, 2018, 2020b).

Por fim, as regras para a construção de enunciados, segundo Auroux (2014), podem ser encaradas tanto sob um viés mais prescritivo quanto sob um viés mais descritivo. É

necessário pontuar, porém, que as duas práticas – descrição e prescrição – estão extremamente imbricadas e são, por vezes, de difícil distinção. Nesse sentido, embora o propósito prescritivo se destaque nas gramáticas tradicionais, ocupadas preponderantemente com o ensino do suposto “bom uso” da língua, a descrição linguística também perpassa esses instrumentos gramaticais, uma vez que, para que determinadas prescrições possam ser elaboradas, é necessário realizar um conjunto de afirmações descritivas sobre a língua. Vale dizer que a relação entre descrição e prescrição também se faz presente nas gramáticas contemporâneas escritas por linguistas, conforme aponta Lagares (2016), num estudo realizado a partir da *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2011 [2008]). Para o autor, apesar de se declarar como uma gramática descritiva, a obra de Azeredo também assume uma postura prescritiva, pois, ao considerar apenas a variedade padrão escrita do português brasileiro e excluir da descrição formas identificadas como pertencentes ao padrão informal e oral, contribui para “legitimar determinada norma prescritiva, numa linha tênue que conduz, não sem tensões, à norma da tradição conservadora da língua portuguesa” (Lagares, 2016, p. 81).

Além desses três elementos básicos, Auroux (2014) também aponta que o conteúdo das gramáticas produzidas ao longo do tempo é relativamente estável: em geral, são apresentadas seções que tratam da *ortografia* e *fonética*, das *partes do discurso*, da *morfologia*, da *sintaxe* e das *figuras de construção*. Em adição a essas características, também é necessário ter em vista que, a despeito de suas diferentes configurações ao longo do tempo, os instrumentos gramaticais possuem um viés preponderantemente pedagógico, na medida em que buscam ser uma entidade reguladora de um padrão de língua idealizado e tido como correto (Vieira, 2018, 2020b). Considerar o aspecto didático que atravessa essas obras, portanto, também se mostra fundamental para caracterizar a produção gramaticográfica.

A partir dessas noções gerais sobre aquilo que caracteriza uma gramática tradicional, torna-se possível discutir a prática gramaticográfica, isto é, o ato de escrever gramáticas. Encarada como uma prática social e historicamente situada, a gramaticografia, segundo o entendimento de Swiggers (2020), corresponde ao campo de ação do gramático, que inclui tarefas a serem executadas e supõe a tomada de determinadas decisões.

Para compreender a dinâmica gramaticográfica ao longo do tempo, o historiógrafo deve partir do pressuposto de que as gramáticas, na condição de fenômeno histórico, são elaboradas por meio de uma técnica cujo principal objetivo é o de reduzir a totalidade não observável da língua a um conjunto de unidades, classes e regras. Tal técnica, por sua vez, pode ser definida como um complexo de três componentes: a) um *componente conceitual*, que

corresponde à conceitualização geral do objetivo do trabalho gramatical; b) um *componente operativo*, que envolve as operações técnicas que o gramático executa; c) um *componente redacional*, que abrange tanto o formato da descrição gramatical, isto é, o quadro adotado, quanto a sua formulação argumentativa, metalinguística e exemplificativa (Swiggers, 2014, 2020).

Devido às múltiplas decisões que podem ser tomadas em cada componente, é possível perceber que, a despeito de compartilharem diversos traços em comum⁷, os instrumentos gramaticais apresentam características que permitem diferenciá-los no curso da história. Nesse sentido, num olhar retrospectivo para a natureza epistemológica da produção gramatical ocidental, Faraco e Vieira (2021) identificam a existência de três linhagens gramaticográficas: a *linhagem latinizada*, a *linhagem racionalista* e a *linhagem empirista*.

As gramáticas da linhagem latinizada se caracterizam pela vinculação explícita, do ponto de vista retórico, normativo e analítico, à gramatização latina. Há, nessas gramáticas, um “espelhamento estrutural entre as línguas latina e portuguesa” (Faraco; Vieira, 2021, p. 475). Predominante na gramaticografia de língua portuguesa até o final do século 18, a linhagem latinizada esteve presente no ensino de português sobretudo por meio da *Arte da grammatica da lingua portugueza* (1770), de Antonio José dos Reis Lobato (1721-1804?), primeira gramática oficial para o ensino de português adotada em Portugal e em todos os seus territórios.

Em contraponto retórico e descritivo à linhagem latinizada, a linhagem racionalista surge a partir de uma perspectiva logicista e universalizante que entendia que a gramática deveria ser fundamentada na razão, isto é, era necessário se atentar não aos usos particulares, mas aos princípios racionais universais subjacentes às estruturas das línguas (Faraco; Vieira, 2021). Com o intuito de se distanciarem retoricamente da linhagem anterior, os gramáticos racionalistas realizam fortes críticas à prática de descrever as línguas vernáculas nos moldes estruturais da língua latina, com as tábuas de casos e declinações, por exemplo. Consolidada no cenário europeu ainda em 1660 com a *Gramática de Port-Royal ou Gramática Geral e Razoada*, publicada pelos franceses Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695), a perspectiva racionalista, também conhecida como filosófica, somente se tornou predominante na gramaticografia do português no século 19, com a publicação da *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou princípios da grammatica geral aplicados á nossa linguagem* (1822), de autoria de Jeronymo Soares Barbosa (1737-1816).

⁷ Sobre esse ponto, pode-se conferir, em Vieira (2018), a apresentação e discussão dos traços constitutivos daquilo que se entende como paradigma tradicional de gramatização.

A terceira linhagem gramaticográfica, por fim, corresponde à linhagem empirista. De acordo com Faraco e Vieira (2021), a postura empirista surge na gramaticografia francesa no início do século 18, com a publicação, em 1709, da *Grammaire Française sur un plan nouveau pour rendre les principes plus clairs & la pratique plus aisée*, de autoria de Claude Buffier (1661-1737). Ao contrário das gramáticas racionalistas, que privilegiavam a *ratio*, as gramáticas empiristas assumem como foco principal os usos, numa postura descritivista também contraposta às gramáticas da linhagem latinizada.

É preciso alertar, porém, que, embora houvesse a defesa de que o uso deveria estar em primeiro plano e de que cada língua possuía um gênio próprio, tal como afirmava Gabriel Girard (1677-1748), outro importante nome da gramaticografia francesa do período, não eram todos os usos que interessavam aos gramáticos empiristas daquele momento. Na verdade, as gramáticas empiristas francesas tinham como foco tão somente “o uso dos ‘polidos’, dos que cultivavam a arte da fala” (Faraco; Vieira, 2021, p. 482). Não eram considerados, assim, os usos das camadas populares ou daqueles que habitavam províncias distantes da Corte.

Tendo concorrido com a linhagem racionalista ao longo do século 18, a linhagem empirista exerceu forte impacto na gramaticografia da língua espanhola, sendo o modelo teórico-analítico adotado pela *Gramática de la Lengua Castellana*, da Real Academia Espanhola (RAE), publicada em 1771. Na gramaticografia da língua portuguesa, porém, a linhagem empirista chegou de forma tardia, aparecendo pela primeira vez em 1799, com a obra *Rudimentos da Grammatica Portuguesa, cômodos á instrucção da Mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons Autores*, do português Pedro José da Fonseca (1736-1816). A obra de Fonseca, além de ser fundamentalmente descritiva, inova na gramaticografia de língua portuguesa ao ser a primeira a fazer uso de exemplos retirados da literatura dos séculos 16 e 17 para abonar os fatos e as regras prescritas (Faraco; Vieira, 2021).

O empirismo, por sua vez, assumiu diferentes configurações no curso da gramaticografia de língua portuguesa. Além da gramática de Fonseca, fazem parte da linhagem empirista as gramáticas produzidas entre o final do século 19 e início do século 20 que buscavam se filiar à linguística histórico-comparativa, tal como é o caso das obras de Julio Pires Ferreira. Apesar desse enquadramento, o estudo proposto por esta pesquisa procura lançar o olhar para a produção do gramático pernambucano a partir da perspectiva das continuidades e descontinuidades estabelecidas em relação às características das três linhagens gramaticográficas descritas. Em outras palavras, busco identificar a existência de

traços das linhagens latinizadas e racionalistas que podem ser identificados na descrição gramatical empreendida pelo autor.

Tendo realizado apontamentos sobre a natureza dos instrumentos gramaticais, passo a apresentar breves notas meta-historiográficas acerca da execução de pesquisas no campo da historiografia da gramaticografia. Para isso, parto das considerações de Swiggers (2012) sobre as possibilidades de investigação de gramáticas explicitamente destinadas ao ensino. Na perspectiva do autor, um modelo de análise para tais fontes pode ser elaborado a partir da consideração dos constituintes básicos do fazer gramaticográfico: *o autor, o público ao qual a obra é destinada, a língua, o objeto descrito e o processo de elaboração*. No tocante aos dois primeiros constituintes, é possível analisar o modo com o qual o contexto político, socioeconômico e intelectual afeta a orientação do autor e a recepção da obra pelo público. No caso desta dissertação, a consideração desses constituintes possibilita averiguar de que modo o clima de opinião, o cenário educacional e a recepção das obras impactaram as escolhas descritivas e pedagógicas de Julio Pires Ferreira ao longo de sua produção.

Em relação à língua e ao objeto descrito, Swiggers (2012) chama atenção para a necessidade de o historiógrafo distinguir tais constituintes do fazer gramaticográfico. A língua, encarada como um todo, se configura como o objeto de referência para a descrição gramatical. O objeto descrito nas gramáticas, por outro lado, é sempre uma imagem seletiva e parcial dessa língua, que apresenta uma estrutura específica e uma concretização que privilegia determinados aspectos do todo linguístico.

Diante dessa distinção, investigar a natureza e características do objeto descrito nos instrumentos gramaticais é uma das preocupações que deve estar no horizonte do historiógrafo que se ocupa da gramaticografia. No caso das gramáticas produzidas no Brasil entre o final do século 19 e início do século 20 que assumem retoricamente a postura de aceitação evolutiva da língua, como é o caso das obras de Julio Pires Ferreira, é necessário atentar não apenas para o exemplário utilizado pelo autor para abonar os fatos e as regras linguísticas, mas também para o modo com o qual o gramático descreve as particularidades do português do Brasil.

A respeito do processo de elaboração, Swiggers (2012) destaca a necessidade de considerar o elemento didático, o aparato metalinguístico e a ampla dimensão denominada *modelização*, que corresponde ao tipo de organização que um gramático confere a sua descrição. Tal organização se dá tanto no nível da macroestrutura, isto é, no formato global da descrição gramatical realizada, quanto no da microestrutura, que abrange decisões descritivas particulares do gramático. A opção por dividir a gramática em fonologia, morfologia e

sintaxe, por exemplo, se situa no nível da organização macroestrutural; a divisão das palavras em classes e subcategorias, por outro lado, está no nível da organização microestrutural.

Sendo uma dimensão relacionada às decisões do gramático, a modelização abrange escolhas que envolvem a argumentação teórica e a profundidade da descrição. Esses dois elementos, por sua vez, refletem as bases epistemológicas do texto produzido e as técnicas descritivas empregadas. Dessa maneira, considerar a dimensão da modelização exige do pesquisador a análise do perfil teórico-metodológico do instrumento gramatical investigado, a fim de verificar tanto as concepções teóricas subjacentes à descrição realizada quanto as formas de abordagem dos fatos linguísticos, que podem variar entre abordagens mais descritivas e abordagens mais prescritivas. Além disso, ainda no âmbito da modelização, é possível investigar as estratégias de apresentação adotadas pelo instrumento gramatical, o que inclui os aspectos relacionados ao suporte material do texto, tais como a inclusão de diagramas e quadros, a apresentação de índices e a utilização de diferentes arranjos tipográficos (Swiggers, 2012, 2014).

O modelo de análise proposto por Swiggers (2012), que pode ser dinamizado pelos elementos contextuais que afetam a produção gramatical, é aplicável a pesquisas que tenham como fontes primárias textos gramaticais, sejam eles de um único autor, sejam eles de autores que podem ser agrupados pelo recorte definido pelo pesquisador. Em razão do objetivo geral desta dissertação, tomo como base as noções apresentadas pelo modelo de Swiggers para a elaboração de categorias de análise próprias para esta dissertação. Tais categorias, assim como outras questões de ordem metodológica, serão apresentadas no capítulo a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme mencionado no capítulo anterior, o trabalho historiográfico, além de se fundamentar em pressupostos teóricos gerais, deve buscar traçar uma metodologia própria, capaz de atender aos objetivos e ao perfil da pesquisa realizada. Em outras palavras, o pesquisador deve realizar escolhas metodológicas que sejam capazes de dar conta dos trabalhos heurístico e hermenêutico que são necessários para a execução da historiografia que pretende elaborar.

Neste capítulo, exponho os procedimentos metodológicos adotados para a concretização deste trabalho. Para isso, divido o capítulo em três seções. As duas primeiras são voltadas para a descrição dos movimentos epi-historiográficos que foram realizados para o levantamento das fontes primárias e secundárias da pesquisa. A terceira seção, por sua vez, é voltada para a apresentação das categorias de análise estabelecidas para orientar a interpretação das fontes. Articuladas, as três seções permitem visualizar o percurso metodológico traçado nesta pesquisa.

3.1 Levantamento das fontes primárias

Para dar início a uma pesquisa em Historiografia da Linguística, de acordo com Swiggers (2009a), o primeiro problema com o qual o historiógrafo se depara é o da disponibilidade e acessibilidade das fontes. A respeito desse ponto, é necessário destacar o importante trabalho de digitalização dos acervos bibliográficos que vem sendo realizado por diversas instituições, sobretudo as de caráter público. Esse processo, que, em geral, envolve a criação de acervos digitais *online*, tem sido um grande facilitador para as pesquisas historiográficas, pois possibilita o acesso gratuito a edições de obras raras que, em seu formato físico, estão presentes em poucos espaços. No caso da gramaticografia de língua portuguesa, repositórios digitais de instituições públicas brasileiras e portuguesas se destacam por abrigarem uma grande quantidade de edições de gramáticas e opúsculos sobre a língua portuguesa produzidos a partir do século 16. A título exemplificativo, enumero, no quadro a seguir, alguns acervos digitais nos quais é possível acessar obras dessa natureza:

Quadro 3 – Lista exemplificativa de acervos digitais

Acervo digital	Vínculo institucional	Endereço eletrônico⁸
Biblioteca Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin	Universidade de São Paulo	https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/1
Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos	Universidade Federal de Santa Catarina	https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/
Biblioteca Digital do Instituto de Estudos Brasileiros	Universidade de São Paulo	https://www.ieb.usp.br/
Biblioteca Digital do Museu Nacional	Universidade Federal do Rio de Janeiro	https://obrasraras.museunacional.ufrj.br/
Biblioteca Digital Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	https://bibdig.biblioteca.unesp.br/home
Biblioteca Nacional Digital – Brasil	Fundação Biblioteca Nacional	https://bndigital.bn.gov.br/
Biblioteca Nacional Digital – Portugal	Biblioteca Nacional de Portugal	https://bndigital.bnportugal.gov.pt/
Biblioteca Pública Benedito Leite – Acervo Digital	Secretaria de Cultura do Maranhão	http://casas.cultura.ma.gov.br/porta/bpbl/acervodigital/
Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil	Universidade Estadual de Campinas	https://www.labeurb.unicamp.br/bvclb
Portal Domínio Público	Ministério da Educação do Brasil	http://www.dominiopublico.gov.br/

Fonte: Elaboração própria (2022).

A despeito da volumosa quantidade de documentos existentes nos repositórios listados, o pesquisador deve estar ciente de que, dadas a dispersão e limitação dos acervos bibliográficos, nem todo o conhecimento produzido sobre a linguagem está disponível digitalmente. Essa observação, ainda que trivial, precisa estar no horizonte dos historiadores do século 21, pois, do contrário, corre-se o risco de se produzirem historiografias que, ao considerarem apenas os textos acessíveis *online*, ignorem fontes que poderiam ser cruciais para alcançar os objetivos pretendidos. Sendo assim, se impõe ao historiador o trabalho de lançar mão de todos os recursos que estejam a sua disposição para buscar as fontes da pesquisa, tal como descrevem Asencio, Del Arco e Swiggers (2014, p. 278-279, tradução nossa):

⁸ Data de acesso dos endereços: 22 fev. 2023.

[...] deve-se recorrer às bibliotecas que se tenha à mão, sejam físicas, sejam virtuais (lojas na internet), isto é, aos recursos eletrônicos *online*.

Mas ali não está tudo, e é necessário continuar examinando como se puder e onde se puder, sem parar, deliberadamente e *ad hoc*, ou incidentalmente, enquanto faz outro trabalho. Geralmente, se acaba encontrando coisas que estavam escondidas ou que passaram despercebidas [...]

Qualquer pessoa interessada tem essa porta aberta e, muito provavelmente, certas garantias de êxito na exploração e na descoberta. Não possuímos receitas para isso (o caminho se faz caminhando), nem temos notícia de repertórios além dos habituais.

Embora os apontamentos dos autores se refiram especificamente a pesquisas historiográficas sobre a gramaticografia espanhola, a ideia de que “o caminho se faz caminhando” se aplica perfeitamente a trabalhos envolvendo a gramaticografia de língua portuguesa. Tal é o caso desta dissertação, que tem como fontes obras que, após buscas nos acervos listados e no buscador *Google*, não foram localizadas digitalmente. Diante disso, se impôs à pesquisa a necessidade preliminar de mapear a existência e disponibilidade de exemplares das obras publicadas por Julio Pires Ferreira em suas edições originais e em suas reedições, uma vez que, tal como aponta Swiggers (2019), o trabalho historiográfico se constrói a partir de uma base documental que cubra o máximo possível de textos-fonte.

Dessa forma, foi necessário realizar uma série de movimentos para levantar o maior número possível de edições existentes e acessíveis para a consulta. Procurei, assim, caminhos para concretizar um levantamento de pretensão exaustiva, prática que, conforme defendem Coelho, Nóbrega e Alves (2021), é essencial nas pesquisas historiográficas, visto que viabiliza a ampla familiaridade com os temas, as fontes e seus respectivos contextos.

A exaustividade, convém destacar, está sempre no nível da pretensão, visto que, especialmente no caso de um país com a dimensão territorial do Brasil, é difícil conceber um esgotamento completo das possibilidades de busca por fontes. Apesar disso, devo ressaltar que o fato de concentrar a análise nas obras de um único autor me permitiu empreender movimentos heurísticos minuciosos para localizá-las e acessá-las. A fim de melhor explicitar tais movimentos, passo a elencá-los a seguir.

3.1.1 Consultas a catálogos *online* das bibliotecas universitárias brasileiras

Levando em consideração a relevância das universidades como centros de pesquisa no Brasil, é de se esperar que suas bibliotecas guardem valiosos acervos bibliográficos. Em virtude desse pressuposto, a fim de alcançar a pretensão de exaustividade na pesquisa, realizei, de início, uma consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação

Superior, conhecido como Cadastro e-MEC, com o intuito de obter a lista completa das universidades brasileiras. Foram incluídas, na pesquisa, instituições de todas as categorias administrativas, fossem elas públicas ou privadas. Entretanto, a despeito do reconhecimento da importância de centros universitários, faculdades e institutos federais, foram consideradas apenas as instituições classificadas, em sua organização acadêmica, como universidades. Essa delimitação, que já demonstra por si só a impossibilidade prática de se alcançar uma exaustividade concreta, se mostrou necessária para viabilizar a pesquisa, uma vez que, somente com o filtro das universidades, a lista apresentada pelo Cadastro e-MEC forneceu um total de 205 instituições.

A partir da lista das universidades brasileiras, procedi à busca pelos catálogos *online* das bibliotecas universitárias, disponíveis nos *sites* eletrônicos de cada instituição. Em 12 universidades⁹, no entanto, não foi possível consultar os catálogos, seja pela não localização de uma página específica na qual a busca pudesse ser feita, seja pela indisponibilidade das páginas eletrônicas nesta fase da pesquisa, realizada em abril de 2022. Nas demais instituições, os catálogos se encontram disponibilizados em sistemas informatizados de gerenciamento de dados, com destaque para o sistema *Pergamum*, utilizado por uma parcela considerável das universidades. Nesses sistemas, foi possível pesquisar obras disponíveis no acervo das instituições a partir de vários filtros de busca, tais como título, autor ou assunto. Para localizar as obras de interesse para este estudo, as pesquisas foram realizadas com o filtro do autor e tendo como descritores os termos “Julio Pires Ferreira”, “Julio Pires”, “Julio Ferreira” e “Pires Ferreira”. Ao final do processo, esse movimento se provou bastante produtivo, pois grande parte dos exemplares localizados estava nas bibliotecas universitárias.

3.1.2 Consultas a acervos bibliográficos de instituições pernambucanas

Outro movimento bastante relevante para o levantamento pretendido foi a busca pelas obras de Julio Pires Ferreira em acervos localizados no estado de Pernambuco. Considerando que o autor nasceu e viveu no estado e que suas obras gramaticográficas foram adotadas em escolas da capital e das cidades adjacentes, havia uma expectativa de que exemplares desses

⁹ Foram elas: Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp); Universidade Brasil (UB); Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ); Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); Universidade de Rio Verde (FESURV); Universidade do Estado do Amapá (UEAP); Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL); Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS); Universidade Nilton Lins (Uniniltonlins); Universidade Santa Úrsula (USU); Universidade Universitas Veritas Guarulhos (Univeritas UNG); Universidade Virtual do Estado do Maranhão (UNIVIMA).

livros pudessem estar preservados em instituições pernambucanas que guardassem acervos bibliográficos históricos.

Uma dificuldade inicial, nesse movimento, consistiu na falta de sistemas informatizados e *sites* eletrônicos em algumas instituições, o que representou um obstáculo não só para o acesso aos catálogos, mas também para o próprio contato com os setores administrativos dos acervos. Por esse motivo, além das tentativas de comunicação por meio do correio eletrônico, do número telefônico ou de visitas presenciais, realizei pedidos de acesso à informação ao estado e a municípios da Região Metropolitana do Recife. Vale lembrar que, segundo a Lei nº 12.527/2011, que regula o direito constitucional de acesso à informação, qualquer interessado pode apresentar pedidos de acesso à informação aos órgãos e entidades públicas do país, sendo dever desses órgãos e entidades conceder e autorizar, via de regra, o acesso ao que foi requerido. Utilizar essa via se demonstrou uma ação eficaz para o levantamento nos acervos públicos do estado, pois foi por meio de pedidos de acesso à informação direcionados ao estado de Pernambuco e ao município de Olinda, por exemplo, que pude constatar a existência de exemplares das obras de Julio Pires Ferreira na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco e no Arquivo Público de Olinda.

Ao final desse movimento, foram consultados os seguintes acervos:

Quadro 4 – Acervos pernambucanos consultados

Acervo
Academia Pernambucana de Letras
Arquivo Dom José Lamartine
Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
Arquivo Público de Olinda
Biblioteca do Ginásio Pernambucano
Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
Fundação Joaquim Nabuco
Gabinete Português de Leitura de Pernambuco
Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
Instituto Ricardo Brennand
Museu da Cidade do Recife
Museu do Estado de Pernambuco

Fonte: Elaboração própria (2022).

As consultas aos supracitados acervos não só propiciaram o conhecimento sobre a existência de fontes primárias da pesquisa, mas também permitiram o acesso a duas

importantes fontes secundárias sobre a vida de Julio Pires Ferreira: a primeira, encontrada no Instituto Ricardo Brennand, corresponde a um verbete sobre a vida do professor pernambucano publicado no periódico recifense *A cultura acadêmica* (1905); a segunda, acessada no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, consiste no livro *A mística do parentesco* (1987), estudo genealógico de Edgardo Pires Ferreira que reconstrói a rede das relações ascendentes, descendentes e colaterais da família Pires Ferreira, desde o século 18, e apresenta informações biográficas sobre Julio Pires Ferreira.

O achado incidental desses documentos aponta para a necessidade de o historiógrafo, no momento heurístico, estar atento a todos os tipos de fontes que podem emergir a partir de suas buscas. Ainda que o foco, nesse movimento, estivesse concentrado nas obras do gramático pernambucano, os dois documentos encontrados foram de suma importância para a pesquisa, pois possibilitaram a visualização condensada de dados biográficos e biobibliográficos que, por sua vez, deram condições para uma melhor compreensão das circunstâncias externas que envolveram a produção e circulação das obras de Julio Pires Ferreira.

3.1.3 Consultas a acervos bibliográficos de instituições de outros estados

Como modo de ampliar o movimento anterior, busquei fontes em instituições de outros estados. Tendo em vista a vasta amplitude desse movimento, foi preciso selecionar quais instituições seriam consultadas. Com isso, uma primeira ação tomada foi a realização de consultas em espaços reconhecidos nacionalmente como depositários de acervos bibliográficos que preservam a memória nacional, tais como o Arquivo Nacional, a Fundação Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Real Gabinete Português de Leitura. Dada a natureza didática das fontes desta pesquisa, a esse grupo de instituições também se soma o Colégio Pedro II, que, graças ao seu Núcleo de Documentação e Memória, apresenta um acervo arquivístico, bibliográfico e iconográfico composto por obras raras, livros didáticos, programas de ensino e outros documentos de grande importância para a história da educação no país.

É necessário destacar que todas as instituições mencionadas no parágrafo anterior estão localizadas no estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, para dar maior cobertura e representatividade para a pesquisa, foi necessário expandir a consulta para outros acervos. Com isso, procurei consultar o catálogo das bibliotecas públicas estaduais de todos os estados da federação, além da Biblioteca Nacional de Brasília, no Distrito Federal. Para tanto, utilizei

os mesmos recursos já mencionados nos movimentos anteriores: acesso ao sistema informatizado de dados (quando existentes); contato por correio eletrônico; pedido de acesso à informação.

Ainda em relação a esse movimento, é preciso destacar o achado fortuito de um documento digital contendo o acervo bibliográfico do Museu Histórico Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina, localizado em Pindamonhangaba, município do estado de São Paulo. Ao verificar que, na listagem do arquivo, havia uma “Grammatica portuguesa”, publicada no Recife, em 1910, e cuja autoria se atribuía a “Julio Ferreira”, entrei em contato com o referido museu por meio de um pedido de acesso à informação ao município de Pindamonhangaba. A confirmação de que se tratava, de fato, de uma das obras gramaticográficas de Julio Pires Ferreira, além de contribuir para o levantamento realizado, reforça os comentários de Asencio, Del Arco e Swiggers (2014) sobre a possibilidade de descobertas incidentais ao longo do processo heurístico.

3.1.4 Consultas a sistemas informatizados de bibliotecas e ferramentas digitais de busca de livros

Como forma de cobrir a maior quantidade de acervos cujos catálogos estivessem disponíveis *online*, um outro movimento para a pesquisa foi a consulta aos sistemas informatizados de bibliotecas, tais como o Programa Biblioteca Livre (BIBLIVRE), o Sistema SophiA de Bibliotecas, a Rede Virtual de Bibliotecas, que agrega doze bibliotecas da Administração Pública Federal, e o Sistema Integrado Rede Pergamum, organizado por iniciativa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Além de apresentar as bibliotecas universitárias ou os acervos já pesquisados anteriormente, a consulta aos referidos sistemas permitiu a pesquisa em acervos de bibliotecas municipais ou mesmo em instituições que ainda não haviam sido consideradas, como o Gabinete Português de Leitura da Bahia. Também foram realizadas pesquisas em ferramentas digitais de busca de livros, como o *Google Livros* e o *Internet Archive*. Em todos os casos, os descritores eram os mesmos já utilizados na pesquisa nas bibliotecas universitárias, quais sejam: “Julio Pires Ferreira”; “Julio Pires”; “Julio Ferreira”; “Pires Ferreira”.

Após as buscas, foi possível localizar, na biblioteca da Câmara dos Deputados, a existência de um exemplar das *Consultas sobre a Lingua Portuguesa*, de 1918. Para além desse achado, esse movimento foi de grande importância para a ampliação quantitativa dos acervos pesquisados, o que aproxima o levantamento da exaustividade pretendida.

3.1.5 Buscas por acervos que herdaram as bibliotecas particulares de intelectuais contemporâneos a Julio Pires Ferreira

Em meio ao processo de levantamento de fontes secundárias sobre a vida de Julio Pires Ferreira em periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, um novo movimento heurístico se impôs à pesquisa das obras do autor. A partir do achado e da leitura da já mencionada carta publicada por Clóvis Beviláqua no jornal *A Província* (cf. Capítulo 1, seção 1.1), foi possível constatar que o jurista possuía, em seu acervo particular, as gramáticas de Julio Pires Ferreira. Nesse sentido, considerei a possibilidade de preservação da biblioteca pessoal de Beviláqua em algum acervo do país, tendo em conta a relevância do civilista para o ordenamento jurídico brasileiro. Diante dessa situação, formulei a hipótese de que acervos que herdaram bibliotecas particulares de intelectuais contemporâneos a Julio Pires Ferreira poderiam abrigar obras do pernambucano.

Para verificar tal suposição, no entanto, encontrei duas limitações. Em primeiro lugar, com exceção do indício deixado pela carta de Beviláqua, era difícil eleger critérios seguros para definir outros intelectuais de destaque nacional que poderiam ter possuído as obras de Julio Pires Ferreira. Em segundo lugar, ainda que fosse possível delimitar uma lista com tais agentes, obter informações sobre a preservação de seus acervos privados era uma tarefa que poderia não ser exequível, tendo em vista o tempo de execução esperado para uma pesquisa de mestrado.

Com isso, além da tentativa de localização da biblioteca de Clóvis Beviláqua, optei por realizar apenas a consulta ao catálogo da *Oliveira Lima Library*, biblioteca da *Catholic University of America* que abriga a vasta coleção particular de Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), diplomata e jornalista brasileiro nascido em Pernambuco. Saliento, porém, que o acervo foi consultado somente devido ao conhecimento prévio que possuía sobre sua existência. Quanto à biblioteca pessoal de Beviláqua, foi possível localizá-la no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Apesar de ser um movimento pouco usual nas pesquisas historiográficas, essas novas buscas ajudaram a ampliar o levantamento, visto que um exemplar da obra *Consultas sobre a Lingua Portuguesa* foi localizado na biblioteca da universidade estadunidense.

3.1.6 Pesquisas e aquisições de exemplares em *sites* de venda de livros

Inspirado na estratégia adotada por Vidal Neto (2021) no movimento epistemiológico de sua pesquisa de doutorado, realizei consultas a *sites* de venda de livros usados, tais como a *Estante Virtual*, que reúne um grande acervo de sebos e livreiros do Brasil, e o *Mercado Livre*, plataforma de venda de produtos *online*. Nesse processo, adquiri, inicialmente, exemplares de duas edições das *Notas sobre a Língua Portuguesa*, publicadas, respectivamente, em 1893 e 1894. Os livros passaram, então, a compor aquilo que, para fins de sistematização do levantamento pretendido, passei a chamar de “acervo pessoal”.

Em virtude da circulação dinâmica de livros em estabelecimentos dessa natureza, voltei a consultar, periodicamente, os referidos *sites* ao longo da pesquisa. Com isso, pude adquirir, em momento posterior, exemplares da 6ª e da 7ª edição da *Grammatica Portuguesa* para uso dos cursos médio e superior, publicadas, respectivamente, em 1921 e 1929.

3.1.7 Contatos com grupos de pesquisa brasileiros com foco em estudos historiográficos

Outro movimento heurístico adotado foi o estabelecimento de contatos com grupos de pesquisa brasileiros voltados para estudos em Historiografia da Linguística, a fim de verificar a possível existência de exemplares das obras de Julio Pires Ferreira nos acervos documentais dos grupos ou nos acervos particulares de seus respectivos pesquisadores. Vale mencionar que, nas últimas décadas, as pesquisas em HL no Brasil vêm ganhando espaço no meio acadêmico. Como consequência disso, conforme é possível observar no mapeamento realizado por Oliveira e Anjos (2021), pelo menos 13 grupos de pesquisa interessados pelo campo foram institucionalizados nas universidades brasileiras. A lista a seguir apresenta, por ordem alfabética, os grupos de pesquisa com seus respectivos vínculos institucionais:

Quadro 5 – Lista de grupos de pesquisa em HL

Grupos de pesquisa	Vínculo institucional
Centro de Documentação em Historiografia da Linguística (CEDOCH)	Universidade de São Paulo
Cultura e identidade linguística na lusofonia (CILL)	Universidade Presbiteriana Mackenzie
Estudos Linguísticos e Internacionalização do Currículo	Universidade do Vale do Itajaí
Filologia, Línguas Clássicas e línguas formadoras da cultura nacional (FILIC)	Universidade Federal Fluminense

Grupo de Estudos Linguísticos do Maranhão (GELMA)	Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão
Grupo de Pesquisa em Semiótica da Unesp (GPS-Unesp)	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Historiografia da Língua Portuguesa no Brasil	Universidade Federal da Paraíba
Historiografia da Linguística Brasileira	Universidade Federal Fluminense
Historiografia Linguística no Brasil: estudo de fontes pretéritas e contemporâneas	Universidade Federal do Piauí
Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas (HGEL)	Universidade Federal da Paraíba
Historiografia: a construção da gramática	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Pesquisas <i>Sedes Sapientiae</i> - Historiografia da Língua Portuguesa (GPehLP)	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mostragem e Desenvolvimento Epistemológico da Historiografia dos Estudos da Linguagem (IMAGO)	Universidade Federal de Goiás

Fonte: Adaptado de Oliveira e Anjos (2021).

Além do contato pessoal com os pesquisadores e outros estudantes do HGEL, grupo de pesquisa ao qual este trabalho se vincula, busquei me comunicar com os líderes dos demais grupos listados, a partir dos endereços de e-mail disponibilizados na página de cada grupo no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq). Por meio dessa ação, tomei conhecimento da existência de exemplares de duas edições da *Grammatica Portuguesa* no acervo pessoal de José Bento Cardoso Vidal Neto, pesquisador do CEDOCH. Com isso, pude entrar em contato direto com o pesquisador para obter informações sobre o ano e a edição dos exemplares que se encontravam em sua posse, de modo a verificar a existência de novas edições diferentes das já localizadas nos movimentos anteriores. Acionar a rede de pesquisadores do campo historiográfico, portanto, se mostrou mais um caminho pertinente para a exploração heurística.

3.1.8 Contatos com pesquisadores que referenciaram obras gramaticográficas de Julio Pires Ferreira em trabalhos acadêmicos

Como consequência do movimento anterior, considerei apropriado contatar pesquisadores que, em trabalhos acadêmicos ancorados ou não na HL, tivessem referenciado obras gramaticográficas de Julio Pires Ferreira. Tais trabalhos, vale ressaltar, já haviam sido localizados por ocasião das buscas iniciais por estudos sobre as ideias linguísticas do

professor pernambucano. Com esses novos contatos, tomei conhecimento da existência de um exemplar da 5ª edição da *Grammatica Portuguesa* de Julio Pires Ferreira, voltada para uso dos cursos médio e superior, pertencente à professora Conceição de Maria de Araújo Ramos, vinculada ao Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)¹⁰. Essa informação, que veio acompanhada da posterior digitalização e disponibilização do exemplar, reitera a importância de considerar o contato entre linguistas para ampliar o acesso a fontes historiográficas.

3.1.9 Contatos com descendentes de Julio Pires Ferreira

Um último movimento heurístico para o levantamento das obras consistiu no contato com descendentes do gramático pernambucano. É importante destacar, contudo, que esse movimento só foi possível devido à constatação da preservação do sobrenome “Pires Ferreira” ao longo das gerações. Vale lembrar que as informações sobre os ascendentes e descendentes de Julio Pires Ferreira já haviam sido obtidas no livro *A mística do parentesco*, de autoria de Edgardo Pires Ferreira (1987), localizado por ocasião das consultas aos acervos bibliográficos pernambucanos. A partir dos nomes apresentados nesse estudo genealógico, pude buscar contato com Herculano Pires Ferreira, bisneto de Julio Pires Ferreira que guardava, em seu acervo pessoal, quatro edições da *Grammatica Portuguesa* destinada ao uso dos cursos primários. O contato com o descendente se configurou, assim, como parte essencial do levantamento epi-historiográfico, principalmente pelo fato de ter propiciado o conhecimento de edições que não foram encontradas em nenhum outro acervo.

3.1.10 Síntese do levantamento e delimitação das fontes primárias

Ao final das buscas pelas obras de Julio Pires Ferreira que versavam sobre questões da língua portuguesa, foram localizadas duas edições das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, quatro edições da *Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do curso médio e do curso superior*, seis edições da *Grammatica Portuguesa: 1º anno, para uso dos cursos primários* e uma edição das *Consultas sobre a Lingua Portuguesa: consultorio do “Jornal Pequeno”*. De

¹⁰ A gramática de Julio Pires Ferreira é referenciada no trabalho “A variação menos/menas nos estados do Maranhão, Sergipe e Bahia: o que dizem os dados do projeto Atlas Linguístico do Brasil – AliB”, publicado por Conceição de Maria de Araújo Ramos e Amanda de Jesus Fernandes de Carvalho nos Anais do I Congresso Internacional de Letras, em 2017.

modo sistematizado, apresento, no quadro a seguir, a síntese do levantamento, por ordem cronológica de publicação das edições:

Quadro 6 – Levantamento das obras sobre a língua portuguesa publicadas por Julio Pires Ferreira

Ano	Título	Edição	Acervo
1893	<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i>	1ª	Acervo pessoal
			Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
			Biblioteca da Universidade Estadual de Campinas
1894	<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i>	2ª	Acervo pessoal
			Fundação Biblioteca Nacional
			Biblioteca da Universidade de São Paulo
			Biblioteca da Universidade Federal do Pará
1910	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior</i>	4ª	Museu Histórico Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina
			Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
			Biblioteca da Universidade do Novo México (EUA)
1917	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso médio e do Curso superior</i>	5ª	Acervo da professora Conceição Maria de Araújo Ramos (UFMA)
			Biblioteca da Universidade Metodista de Piracicaba
1918	<i>Consultas sobre a Lingua Portuguesa: consultorio do “Jornal Pequeno”</i>	1ª	Biblioteca da Academia Pernambucana de Letras
			Biblioteca Blanche Knopf – Fundação Joaquim Nabuco
			Biblioteca da Câmara dos Deputados
			Biblioteca Central do Estado da Bahia
			Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
			Biblioteca Oliveira Lima – Universidade Católica da América (EUA)
			Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura
			Biblioteca da Universidade Católica de Dom Bosco
			Biblioteca da Universidade Federal do Pará
1921	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso médio e do Curso superior</i>	6ª	Acervo do pesquisador José Bento Cardoso Vidal Neto (CEDOCH-USP)
			Acervo pessoal
			Arquivo Público de Olinda
			Biblioteca Central do Estado da Bahia
			Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco
			Biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais
1929	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior</i>	7ª	Acervo pessoal
			Biblioteca da Universidade Federal da Bahia
			Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

1932	<i>Grammatica Portuguesa: 1º anno, para uso dos Cursos Primarios</i>	11ª	Acervo de Herculano Pires Ferreira
1934	<i>Gramática Portuguêsa: 1º ano, para uso dos Cursos Primarios</i>	12ª	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
			Biblioteca da Universidade Federal da Bahia
s/d	<i>Gramática Portuguêsa: 1º ano, para uso dos Cursos Primarios</i>	13ª	Acervo de Herculano Pires Ferreira
s/d	<i>Gramática Portuguêsa: 1º ano, para uso dos Cursos Primarios</i>	14ª	Acervo de Herculano Pires Ferreira
s/d	<i>Gramática Portuguêsa: 1º ano, para uso dos Cursos Primarios</i>	17ª	Acervo do pesquisador José Bento Cardoso Vidal Neto (CEDOCH-USP)
1954	<i>Gramática Portuguesa: para uso dos Cursos Primários</i>	27ª	Acervo de Herculano Pires Ferreira

Fonte: Elaboração própria (2022).

Os resultados do levantamento permitem que sejam feitas algumas observações. Do ponto de vista dos movimentos heurísticos, chama atenção o fato de que as obras foram encontradas não apenas nos acervos bibliográficos das grandes universidades e nas instituições nacionalmente reconhecidas, mas também em acervos de instituições de pequeno e médio porte, além de acervos particulares. Isso demonstra que, num levantamento que se pretende exaustivo, não se pode ignorar a existência de espaços que não correspondem aos centros de pesquisa tradicionais ou que estão geograficamente localizados fora dos grandes centros políticos e econômicos do país.

Um outro ponto que se constatou foi a existência de lacunas no levantamento. A *Grammatica Portuguesa: 1º anno, para uso dos cursos primários*, por exemplo, somente foi localizada a partir de sua 11ª edição, datada de 1932. A edição mais antiga do tomo gramatical voltado para os cursos médio e superior, por sua vez, corresponde à 4ª edição, de 1910. Considerando que, segundo as informações obtidas nas fontes secundárias, os dois tomos da gramática haviam sido publicados pela primeira vez em 1905, fica evidente a ausência de edições disponíveis e acessíveis para a investigação. Percebe-se, com isso, que faz parte do trabalho historiográfico considerar as lacunas inevitavelmente existentes no processo de reconstrução da história do pensamento linguístico.

Em relação aos metadados observáveis, foi possível presumir que a *Grammatica Portuguesa: 1º anno* obteve um maior número de reedições quando comparado com o volume de uso dos cursos médio e superior, o que indica um maior sucesso editorial do tomo voltado

para os cursos primários. O fato da última edição da gramática primária de que se teve conhecimento ter sido lançada em 1954, por sua vez, é um indicativo de que, assim como aconteceu com várias gramáticas do período, a obra foi descontinuada em razão da publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira em 1959 (cf. Vieira, 2018).

Devo ressaltar, por fim, que as informações apresentadas no Quadro 6 indicam tão somente os locais onde as obras foram encontradas. O acesso efetivo ao conteúdo de cada título se deu através da aquisição das obras disponíveis nos sebos virtuais, de visitas aos acervos e por meio do contato com as instituições e com os detentores dos exemplares encontrados para verificar a possibilidade de digitalização. Para acessar o conteúdo integral das fontes, foi necessário, por vezes, consultar mais de um acervo para uma mesma edição, visto que, em algumas situações, as condições de preservação dos exemplares prejudicava sua legibilidade. A fim de conferir o devido crédito aos acervos nos quais obtive acesso ao conteúdo das obras, passo a listá-los no quadro abaixo:

Quadro 7 – Obras de Julio Pires Ferreira consultadas

Ano	Título/Edição	Edição	Acervo
1893	<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i>	1ª	Acervo pessoal
			Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
1894	<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i>	2ª	Acervo pessoal
1910	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior</i>	4ª	Museu Histórico Pedagógico Dom Pedro I e Dona Leopoldina
1917	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso médio e do Curso superior</i>	5ª	Acervo da professora Conceição Maria de Araújo Ramos (UFMA)
1918	<i>Consultas sobre a Lingua Portuguesa: consultorio do "Jornal Pequeno"</i>	1ª	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
1921	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso médio e do Curso superior</i>	6ª	Acervo do pesquisador José Bento Cardoso Vidal Neto (CEDOCH-USP)
			Acervo pessoal
			Arquivo Público de Olinda
			Biblioteca da Universidade Católica de Pernambuco
1929	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior</i>	7ª	Acervo pessoal
			Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
1932	<i>Grammatica Portuguesa: 1º anno, para uso dos Cursos Primarios</i>	11ª	Acervo de Herculano Pires Ferreira

1934	<i>Gramática Portuguesa: 1º ano, para uso dos Cursos Primários</i>	12ª	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
------	--	-----	--

Fonte: Elaboração própria (2022).

Devido aos objetivos traçados para a pesquisa, o critério utilizado para delimitar as fontes primárias foi a destinação da obra ao uso escolar dos cursos secundários. Tal opção se justifica pelo interesse em investigar obras destinadas ao ensino e pela existência de maiores discussões sobre a natureza dos fatos da língua nos instrumentos voltados aos cursos secundários. Enquanto os volumes destinados aos cursos primários apresentam caráter eminentemente prático, com formulações simplificadas e diretas, com um grande volume de exercícios e sem menções a outros estudos e autores, as obras voltadas para os cursos secundários procuram refletir e especular sobre a natureza dos fatos descritos. Sendo assim, os instrumentos destinados aos cursos secundários permitem uma melhor caracterização do perfil epistemológico das ideias gramaticográficas do autor, bem como possibilitam visualizar o modo com o qual são articulados, ao menos retoricamente, os interesses de ensinar e investigar cientificamente a língua num mesmo instrumento.

Aplicado o critério após a leitura das fontes, dois títulos foram excluídos do conjunto de fontes primárias: a *Grammatica Portuguesa: 1º anno, para uso dos cursos primários*, e as *Consultas sobre a Lingua Portuguesa: consultorio do “Jornal Pequeno”*. Restaram, assim, as *Notas sobre a Lingua Portuguesa* e a *Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior*, obras que, conforme foi possível constatar na leitura dos prólogos e nas informações obtidas nas fontes secundárias, eram destinadas às escolas secundárias.

Embora os dois títulos selecionados indicassem, num primeiro momento, que se tratavam de obras distintas, a leitura do “Prologo da 3ª edição”, reproduzido no início da 4ª edição da *Grammatica Portuguesa: 2º anno*, de 1910, evidenciou que o tomo gramatical era, na verdade, um desdobramento do trabalho iniciado com as *Notas sobre a Lingua Portuguesa*. O texto introdutório da 3ª edição, datado de 1905, realiza uma elucidativa narrativa do processo que culminou com a publicação da gramática:

Em 1893 publicámos, em volume, algumas lições sob o titulo de – *Notas sobre a Lingua Portuguesa - Linguistica*.

Estudáramos ahi a formação da linguagem, a classificação das linguas, a origem da lingua portugueza, a organização do léxico portuguez e varias outras questões que mais de perto se relacionam com a lingua materna.

O acolhimento carinhoso e excepcional que essa obra teve, envaideceu-nos e resolvemos publicar obra de maior desenvolvimento: em fins de 1894, esgotando-se aquella edição, exposemos á luz uma grammatica portugueza organizada de modo

que podesse servir de guia ao estudante de portuguez de qualquer classe a que pertencesse.

Hoje, aceitando o conselho de varios collegas, resolvemos publicar a presente edição que servirá para o *Curso Médio e Superior* de portuguez, edição a que antecedeu uma outra, própria para o *Curso Primario*, cheia de multiplos exercicios, de modo a tornar o ensino mais pratico do que theorico, como convem aos que pela primeira vez vão estudar methodicamente a sua lingua.

Estamos prompto a receber qualquer correcção, aditamento ou modificação ao nosso modesto trabalho confiando no auxilio dos professores e dos nossos collegas. (Ferreira, 1910 [1905], p. 3-4).

Tal como se observa na leitura do prólogo, a referência inicial que o autor aponta para suas reflexões sobre a língua é a obra *Notas sobre a Língua Portuguesa*, publicada em 1893. Em seguida, o autor menciona a publicação, no final de 1894, de uma “obra de maior desenvolvimento”. Embora não se mencione explicitamente o título dessa segunda publicação, qualificada pelo autor como uma gramática portuguesa, é possível depreender que se trata da 2ª edição das *Notas sobre a Língua Portuguesa*, publicada em 1894. Além da coincidência do ano de publicação, a reedição da obra também indica que seu conteúdo serviria “para o estudante de qualquer curso de Portuguez” (Ferreira, 1894, p. 5), indicação que coincide com a destinação atribuída à “grammatica portugueza” mencionada no prólogo acima transcrito, tida como um guia para o estudante de português de qualquer classe.

Apesar de central para a compreensão do deslocamento da proposta do autor para o ensino de português, a discussão da natureza gramatical da reedição das *Notas sobre a Língua Portuguesa* é uma questão que ultrapassa a investigação heurística e que será propriamente abordada no Capítulo 4 desta dissertação. O que importa destacar, nesse momento, é o fato de que, ao apresentar a 3ª edição de sua *Grammatica Portuguesa*, Julio Pires Ferreira a concebe como uma reformulação didática da obra publicada em 1894. Sendo assim, no lugar de se constituírem como obras distintas, as *Notas sobre a Língua Portuguesa* e a *Grammatica Portuguesa: 2º anno*, correspondem a um *continuum* das ideias gramaticográficas do autor. Dessa forma, considerando as edições da gramática que foram localizadas no levantamento epi-historiográfico e tendo em vista a data constante no “Prólogo da 3ª edição”, temos a seguinte sequência de obras para uso dos cursos secundários:

Quadro 8 – Sequência das obras de Julio Pires Ferreira para uso dos cursos secundários

Ano	Título	Edição
1893	<i>Notas sobre a Língua Portuguesa</i>	1ª
1894	<i>Notas sobre a Língua Portuguesa</i>	2ª

1905	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior</i>	3ª
1910	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior</i>	4ª
1917	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso médio e do Curso superior</i>	5ª
1921	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso médio e do Curso superior</i>	6ª
1929	<i>Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior</i>	7ª

Fonte: Elaboração própria (2022).

Diante da possibilidade de observar, nesse *continuum* de reedições, eventuais mudanças nas propostas pedagógicas e nos movimentos descritivos realizados por Julio Pires Ferreira, foram delimitadas como fontes primárias para esta dissertação: a) as duas edições das *Notas sobre a Língua Portuguesa* (1893, 1894); b) as quatro edições localizadas da *Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso médio e do Curso superior* (1910, 1917, 1921, 1929). Seguindo o exemplo das pesquisas de Polachini (2018) e Ferreira (2021), elaborei fichas descritivas de cada obra (cf. Apêndice), a fim de mapear os principais dados relativos às fontes primárias, o que serviu de subsídio para a análise historiográfica.

Tendo descrito o processo de levantamento das obras e de delimitação das fontes primárias, passo a realizar, na seção a seguir, apontamentos sobre o levantamento das fontes secundárias da pesquisa.

3.2 Levantamento das fontes secundárias

De modo paralelo e concomitante ao levantamento das obras de Julio Pires Ferreira sobre a língua portuguesa, também se mostrou imprescindível estabelecer uma base documental e bibliográfica de fontes secundárias que fornecessem dados sobre a trajetória do autor pernambucano e o contexto no qual estava inserido. Sendo assim, busquei tomar conhecimento de algumas informações que, segundo Ascencio, Del Arco e Swiggers (2014), são relevantes para a investigação sobre autores, tais como: a vida, os estudos e a formação de Julio Pires Ferreira; as relações que ele estabeleceu com outros autores; as escolas nas quais trabalhou; o entorno social, político, educativo e cultural que o envolvia; os títulos e anos de publicação de suas obras. Considerando a relevância desses dados para a contextualização do autor, grande parte deles já foi apresentada no capítulo introdutório deste trabalho.

No tocante ao tipo de material utilizado, conforme pontuado no Capítulo 2, as fontes secundárias sobre a vida e a produção intelectual de Julio Pires Ferreira consistiram em

documentos localizados no Instituto Ricardo Brennand e no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, bem como em recortes de periódicos localizados na Hemeroteca Digital Brasileira. Tendo em vista que o processo envolvendo o achado dos primeiros documentos já foi descrito na seção 3.1.2 deste capítulo, os parágrafos que se seguem focarão nos procedimentos adotados na pesquisa na Hemeroteca.

A Hemeroteca Digital Brasileira é um portal da Fundação Biblioteca Nacional que reúne e disponibiliza gratuitamente, pela internet, diversos jornais, revistas, almanaques e anuários nacionais, incluindo aqueles criados ainda no início do século 19. A consulta aos periódicos completos pode ser realizada a partir de filtros como o título, o período e o local de publicação. Além disso, é possível pesquisar palavras-chave específicas que se deseja localizar nos periódicos. Neste último caso, a busca é viabilizada por meio da tecnologia conhecida como Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition* – OCR), que torna possível identificar a ocorrência de palavras específicas em documentos digitalizados.

Da mesma forma que os já mencionados acervos digitais das bibliotecas, a existência desse portal e as funcionalidades de sua ferramenta de busca ocasionaram uma ampliação no acesso aos registros históricos. No entanto, tal como alertam Brasil e Nascimento (2020), é preciso que o uso da Hemeroteca Digital Brasileira seja acompanhado de uma reflexão crítica sobre os impactos, transformações e limites dessa tecnologia no trabalho historiográfico, sobretudo no campo heurístico. Afinal, devemos recordar que, antes da existência desse sistema informatizado digital, as buscas eram feitas de forma analógica, por meio do método da leitura corrente dos periódicos. Isso significa dizer que, para localizar informações pertinentes, o pesquisador precisava realizar a leitura página a página de cada edição dos periódicos, processo que, em geral, consumia uma boa quantidade de horas.

Com a nova tecnologia digital, além do método de leitura corrente, passou a ser possível, a partir da busca por termos específicos, acessar diretamente uma listagem com todas as ocorrências do termo encontradas pelo leitor ótico nos periódicos da Hemeroteca. Diante disso, o pesquisador pode selecionar um dos periódicos listados e navegar rapidamente de uma ocorrência para a outra, tendo acesso imediato ao trecho da página na qual o termo está localizado.

Apesar de agilizar o processo de pesquisa, a busca nominal por palavra-chave nesse tipo de plataforma apresenta ao menos três limites que devem ser considerados:

O primeiro é que a digitalização sempre pode comportar erros nos caracteres de documentos que não são nativamente digitais. Segundo, a linguagem tem a incrível capacidade de nos permitir falar das coisas sem que necessariamente mencionemos o nome delas. Por fim, e não menos grave, o horizonte de possibilidades daquilo que sabemos que vamos encontrar sempre pode ser surpreendido por algo que sequer imaginávamos que poderia ser encontrado (Brasil; Nascimento, 2020, p. 204).

Os pontos elencados implicam dizer que, na pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira, é preciso ter ciência de duas questões centrais: a) as ocorrências localizadas pelo Reconhecimento Ótico de Caracteres não necessariamente correspondem à totalidade de vezes que o termo efetivamente aparece nos periódicos pesquisados; b) a consideração apenas dos resultados obtidos pela busca “palavras-chave” conduz, de forma praticamente inevitável, a uma análise fragmentada dos periódicos, o que reduz as possibilidades do pesquisador de ser surpreendido por dados inesperados. Ciente disso, procurei traçar caminhos que pudessem minimizar as referidas limitações e proporcionassem, assim, um alcance maior de informações sobre Julio Pires Ferreira e suas obras.

Inicialmente, realizei buscas utilizando o filtro de períodos e tendo como descritor “Julio Pires Ferreira”. Após a constatação de que os periódicos frequentemente se referiam ao professor pernambucano utilizando apenas seu primeiro sobrenome, o descritor “Julio Pires” passou a ser utilizado nas buscas. As pesquisas a partir desse novo descritor, contudo, exigiram maior atenção, pois delas resultaram ocorrências que se referiam a outros indivíduos com o mesmo nome do autor. Desse modo, para evitar situações de homonímia, foram consideradas apenas aquelas ocorrências que preenchiam pelo menos um dos seguintes requisitos: a) continham citações ou comentários de obras do autor, a exemplo das *Notas sobre a Língua Portuguesa*; b) apresentavam o nome completo do autor; c) caracterizavam o autor com elementos previamente conhecidos de sua vida, tais como local de residência (Pernambuco), ocupação profissional (professor/filólogo) e escola onde atuava (especialmente o Gymnasio Pernambucano e a Escola Normal de Pernambuco).

Quanto aos intervalos pesquisados, considerando que as buscas por período, na Hemeroteca Digital Brasileira, são divididas por décadas, foi selecionado como marco inicial o intervalo de 1880 a 1889. A opção por tal período se justifica pela presunção de que Julio Pires Ferreira teria passado a participar mais ativamente da vida social pernambucana a partir de sua entrada na Faculdade de Direito do Recife, em 1885, de modo que seu nome se tornaria mais frequente nos jornais.

A fim de verificar a permanência do nome do pernambucano na memória coletiva, o intervalo final correspondeu ao período de 2020 a 2022. É preciso mencionar, contudo, que o

volume de periódicos disponibilizados na Hemeroteca se reduz consideravelmente à medida que se aproxima do presente. A título de exemplo, enquanto no intervalo de 1900 a 1909 existem um total de 899 periódicos disponíveis, no intervalo de 2010 a 2019 esse número cai para 36. Para além do fato de indicar o deslocamento dos modos de comunicação social para outros meios, esse dado aponta a limitação da Hemeroteca para a pesquisa em periódicos do tempo presente. Desse modo, embora as últimas menções a Julio Pires Ferreira tenham sido localizadas na Hemeroteca no intervalo de 1980 a 1989, não é possível descartar por completo a possibilidade do nome do autor ter sido mencionado em periódicos mais recentes que não estão disponíveis no portal.

Para reduzir as já apontadas lacunas na pesquisa, realizei a leitura corrente dos periódicos nas situações em que as resenhas e os comentários sobre as obras de Julio Pires Ferreira eram publicados de forma continuada em edições diferentes do jornal. Vale pontuar que, dada a limitação espacial dos periódicos impressos, era comum que textos de maior extensão fossem divididos e tivessem suas partes publicadas em edições sucessivas dos jornais. Quando essas situações aconteceram nas buscas aqui realizadas, partes da resenha ou do comentário frequentemente não foram localizadas pelo Reconhecimento Ótico de Caracteres, motivo pelo qual se fez necessária a leitura página a página das edições anteriores e posteriores às da ocorrência.

Ao final do processo, o levantamento realizado na Hemeroteca proporcionou o acesso não somente a dados biográficos de Julio Pires Ferreira, mas também a anúncios, críticas e notícias que evidenciam a repercussão de suas obras na sociedade. Além disso, foi possível constatar que o próprio autor também realizou publicações sobre questões da língua portuguesa em jornais e revistas do período. Acerca desse ponto, se destacam os artigos publicados pelo autor ao longo da década de 1920 na *Revista de Lingua Portuguesa* e na *Revista Brasileira*, periódicos editados no Rio de Janeiro que congregavam escritos de importantes estudiosos da língua naquele período, tais como João Ribeiro, Maximino Maciel, Manuel Said Ali (1861-1953) e Alfredo Gomes (1859-1924). Embora a publicação nessas revistas aponte para algum nível de alcance nacional de Julio Pires Ferreira, o que se verifica é uma prevalência das ocorrências nominais nos periódicos pernambucanos, dado que reitera a ideia de que a expressividade do gramático se deu preponderantemente em seu estado.

Além dos achados na Hemeroteca e dos demais documentos que revelam dados sobre a trajetória e as obras de Julio Pires Ferreira, foram tomadas como fontes secundárias para esta pesquisa gramáticas de língua portuguesa anteriores ou contemporâneas ao autor, bem como estudos acadêmicos sobre: a) o contexto histórico brasileiro na transição do século 19

para o século 20; b) a história do ensino de português nas escolas brasileiras; b) a produção gramatical brasileira no período. O resultado da articulação do conjunto das fontes secundárias com as fontes primárias é apresentado nos capítulos 4 e 5 desta dissertação.

Os procedimentos metodológicos descritos até aqui compuseram a fase heurística da pesquisa, caracterizada tanto pelo levantamento e leitura das fontes quanto pela catalogação das ideias apresentadas. Finalizado esse primeiro momento, foi possível prosseguir para a fase hermenêutica, que, conforme já mencionado no Capítulo 2, consiste na etapa da interpretação historiográfica, realizada por meio de um quadro analítico previamente definido. Na próxima seção, serão apontadas as categorias de análise que foram delimitadas e utilizadas nesta pesquisa.

3.3 Categorias de análise

Definir categorias de análise em uma pesquisa historiográfica é uma ação que, somada às bases heurísticas, caracteriza a natureza do estudo, uma vez que tais categorias estabelecem direcionamentos para a interpretação do conhecimento linguístico investigado. Em outras palavras, a construção de um quadro analítico faz parte do processo de construção da agenda de pesquisa do historiógrafo (Swiggers, 2019). Para que o quadro possa ser elaborado de forma consistente, é necessário ter em vista os objetivos da investigação proposta, pois são eles que definem os propósitos a serem alcançados ao longo do estudo.

Dessa maneira, visto que o objetivo principal desta pesquisa consiste em *caracterizar as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira (1868-1930), no que diz respeito às propostas do autor para o ensino de português e ao perfil epistemológico da descrição gramatical empreendida*, foram definidos dois eixos para a análise das fontes: o eixo da *proposta de ensino* e o eixo da *descrição gramatical*.

Diante desses dois eixos e por meio da adaptação das noções apresentadas no modelo analítico proposto por Swiggers (2012), exposto no capítulo anterior (cf. Capítulo 2, seção 2.4), pude estabelecer as seguintes categorias de análise:

- a. *Cenário educacional*. Por meio dessa categoria, analiso o contexto educacional brasileiro ao longo do século 19 e início do século 20. Busco identificar, também, o impacto do clima de opinião do período nas escolhas de Julio Pires Ferreira relativas à natureza do material escolar produzido e aos conteúdos considerados relevantes para o ensino de português.

- b. *Estratégias de apresentação.* A partir dessa categoria, observo a materialização das propostas de ensino das obras de Julio Pires Ferreira. Analiso, nesse sentido, tanto aspectos relacionados à macroestrutura das obras, tais como o modo de organização dos capítulos, quanto aspectos relativos à microestrutura, que abarcam decisões específicas sobre como abordar determinados conteúdos para fins de ensino. Nesse sentido, considero, nesta categoria, a retórica relativa ao ensino de português, isto é, observo as estratégias argumentativas utilizadas pelo autor para defender determinadas propostas de ensino. Além disso, também procuro analisar questões que envolvem a forma composicional das obras, tais como a utilização de textos contínuos ou topicalizados, o uso de quadros esquemáticos e o emprego de diferentes arranjos tipográficos.
- c. *Perfil teórico-metodológico.* Por intermédio dessa categoria, procuro identificar, na descrição gramatical das obras de Julio Pires Ferreira, os movimentos de continuidade e descontinuidade que se estabeleceram em relação às diferentes linhagens gramaticográficas que caracterizam os instrumentos produzidos no Brasil a partir do século 19. Analiso, nessa categoria, a rede de influências teóricas do autor, os movimentos retóricos de alinhamento ou contraposição a determinadas abordagens e os conceitos gerais que estabelecem os pressupostos da descrição gramatical, tais como os conceitos de *gramática* e *linguagem*. Também investigo, aqui, de que modo o autor formula os resultados de sua análise gramatical, isto é, procuro averiguar se as obras do autor conferem uma abordagem mais descritiva ou mais prescritiva aos fatos da língua.
- d. *Metalinguagem gramatical.* Por meio dessa categoria, identifico as relações existentes entre a rede de metatermos e definições adotadas por Julio Pires Ferreira em suas obras e as categorias, classificações e conceitos oriundos da tradição greco-latina. Também procuro averiguar em que medida a aludida rede dialoga com outras redes de metatermos e definições empregadas pelas diferentes linhagens e por diferentes obras da gramaticografia de língua portuguesa.
- e. *Língua gramatizada.* Orientado por essa categoria, verifico em que medida, e de que modo, as especificidades do português do Brasil foram consideradas na descrição gramatical realizada por Julio Pires Ferreira em suas obras, especialmente no que diz respeito aos movimentos de prescrição e proscrição de regras.

O quadro a seguir sistematiza a disposição das categorias de análise nos dois eixos definidos na pesquisa:

Quadro 9 – Sistematização das categorias de análise

Eixo	Categoria de análise	Finalidade
Proposta de ensino	Cenário educacional	Analisar o impacto do cenário educacional nos compromissos assumidos por Julio Pires Ferreira para o ensino.
	Estratégias de apresentação	Verificar a materialização das propostas de ensino de Julio Pires Ferreira na organização macro e microestrutural e na forma composicional de suas obras.
Descrição gramatical	Perfil teórico-metodológico	Identificar, na descrição gramatical das obras de Julio Pires Ferreira, os movimentos de continuidade e descontinuidade estabelecidos em relação às diferentes linhagens gramaticográficas que caracterizam os instrumentos produzidos no Brasil a partir do século 19.
	Metalinguagem gramatical	Averiguar as relações existentes entre as redes de metatermos e definições formuladas ao longo da gramaticografia de língua portuguesa e a rede adotada por Julio Pires Ferreira.
	Língua gramatizada	Analisar como as especificidades do português do Brasil foram consideradas na descrição gramatical de Julio Pires Ferreira.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Diante da distribuição das categorias de análise nos dois eixos definidos, foi possível realizar os movimentos interpretativos necessários para o alcance dos objetivos traçados para esta dissertação. Apesar de serem apresentados separadamente em capítulos específicos, é importante pontuar a correlação existente entre os dois eixos. Afinal, assim como o cenário escolar e as estratégias de apresentação dos conteúdos impactam a forma com a qual a descrição gramatical é realizada, o perfil teórico-metodológico, a língua gramatizada e a rede de metatermos e definições também ajudam a compreender a proposta pedagógica do autor para o ensino de português.

4 O ENSINO DE PORTUGUÊS NAS OBRAS DE JULIO PIRES FERREIRA

Neste capítulo, busco analisar as questões sobre o ensino de português que atravessam as obras escolares de Julio Pires Ferreira voltadas para o uso dos cursos secundários. Seguindo a organização analítica definida no capítulo anterior, proponho discutir e caracterizar as propostas pedagógicas do autor a partir da consideração do cenário educacional do período e das estratégias de apresentação adotadas em cada obra. Nesse sentido, uma vez que, em termos executivos, o formato de exposição desta historiografia se caracteriza como tópico e combinatório (cf. Capítulo 2), tenho como foco tanto as escolhas argumentativas e composicionais realizadas pelo professor pernambucano em suas obras quanto a relação dessas escolhas com o contexto sociocultural do período.

A fim de organizar as considerações analíticas, o capítulo é dividido em quatro seções. Na primeira seção, é traçado um panorama geral das questões relativas ao ensino de português no Brasil a partir do século 19 até as três primeiras décadas do século 20. Para isso, são utilizados os apontamentos e dados apresentados em estudos de autores como Razzini (2000, 2010), Bunzen (2011), Fávero (2009) e Soares (2012 [2002]), que desenvolveram importantes trabalhos no campo da História das Disciplinas Escolares.

Após traçado o panorama da disciplina Língua Portuguesa no Brasil, são analisadas especificamente as obras de Julio Pires Ferreira no tocante ao ensino. Dessa maneira, as outras três seções do capítulo são dedicadas ao estudo das fontes primárias. Tendo em vista a correlação entre as dimensões externa e interna, as fontes são analisadas considerando não só a seleção, a organização e a forma de exposição de seus conteúdos, mas também o modo como elas foram recebidas pela sociedade. Além disso, com o objetivo de caracterizar as propostas do autor para o ensino de português, procurei apontar, textualmente, passagens nas quais Julio Pires Ferreira expõe sua visão sobre esse tema, atentando para eventuais deslocamentos de postura entre as fontes.

4.1 Português como disciplina escolar

De acordo com Chervel (1990), a criação de disciplinas escolares tem como principal finalidade a transmissão da cultura. Sendo assim, estudar o processo histórico de escolarização de um determinado campo de conhecimento significa não apenas investigar as mudanças nos conteúdos de ensino, mas também compreender a dinâmica dos valores culturais que atravessaram a sociedade. Não é de se estranhar, portanto, que, diante da

dinâmica social, determinadas disciplinas escolares tenham desaparecido do currículo, ao passo que outras foram introduzidas e cristalizadas.

No caso da realidade brasileira, o sistema educacional organizado pelos jesuítas ao longo dos primeiros séculos de colonização portuguesa tinha como foco o ensino do latim, língua preferencialmente utilizada para o conhecimento do alfabeto e dos princípios básicos da decifração (Bunzen, 2011). Segundo Soares (2012), ainda não havia, até aquele momento, condições internas nem externas que permitissem que o português se tornasse uma disciplina escolar. Do ponto de vista interno, a despeito da existência de gramáticas de língua portuguesa, o conteúdo ainda não possuía suficiente tradição como área do conhecimento autônoma. Em relação às condições externas, o uso do português ainda era precário e secundário na então colônia. Foi somente a partir do século 18, em virtude das transformações socioeconômicas provocadas pela descoberta do ouro, que a língua portuguesa começou a se tornar hegemônica no Brasil (Faraco, 2016).

Em termos escolares, o aumento do uso do português no território brasileiro teve como consequência a inclusão de seu estudo nas disciplinas Gramática, Retórica e Poética, em meados do século 18. Embora continuassem vinculadas à tradição do latim, as três disciplinas passaram a incluir estudos de gramática portuguesa (Bunzen, 2011). Num primeiro momento, porém, como bem alerta Soares (2012), o estudo do português, que ocorria sobretudo por meio da gramática de Antônio José dos Reis Lobato (1721-1804), servia apenas como um instrumento para aprender a gramática da língua latina, ainda tida como língua da erudição.

A consolidação efetiva do português como disciplina escolar autônoma veio apenas no século 19, com a organização do ensino secundário brasileiro a partir da criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, instituição que viria a se tornar a principal sede do processo gramaticográfico do português no país (Faraco, 2016). Dessa forma, para entender a configuração da disciplina em estudo, é necessário compreender de que modo o ensino secundário se estruturou no Brasil.

Conforme destaca Razzini (2000), o início do ensino secundário no país remonta às “Aulas Menores Anexas aos Cursos Jurídicos”, instituídas em 1831 com o objetivo de preparar os jovens para os exames de acesso aos dois cursos de Direito existentes no Brasil, então sediados em São Paulo e Olinda. Essas aulas, para atingir seu propósito, abarcavam as disciplinas que, à época, eram exigidas como requisito nos exames de admissão para os referidos cursos jurídicos, tais como Francês, Gramática Latina, Retórica e Filosofia.

Diante do aumento da procura pelos cursos superiores, do desejo de modernização cultural da burguesia e da histórica falta de investimento em estabelecimentos de ensino no

território nacional, houve a necessidade de se instituírem colégios, ginásios e liceus dedicados à preparação dos jovens da elite para as poucas faculdades existentes no país. A criação desses estabelecimentos foi impulsionada, também, pela emenda constitucional conhecida como Ato Adicional de 1834, que delegava às províncias a responsabilidade pela instrução pública primária e secundária (Fávero, 2009). Assim, nos anos seguintes, foram criadas diversas instituições de ensino secundário no Brasil: em 1835, foi fundado o Ateneu, no Rio Grande do Norte; em 1836, surgiram os Liceus dos estados da Paraíba e da Bahia. No caso de Pernambuco, estado onde Julio Pires Ferreira estudou e exerceu seu magistério, o Liceu Provincial, que, mais tarde, se transformaria no Ginásio Pernambucano, foi instituído ainda em 1825, dada a “necessidade que os filhos dos comerciantes e donos de engenho e de usinas do estado tinham de dar continuidade aos seus estudos sem precisar se deslocar para o Rio de Janeiro, capital do Império, ou para a Europa” (Bezerra, 2012, p. 240).

Apesar da expansão dos estabelecimentos educacionais, é preciso pontuar que grande parte da população brasileira permaneceu, até as primeiras décadas do século 20, sem acesso ao ensino secundário, fato comprovado pelos censos demográficos do período, que atestam que, em 1920, menos de 30% dos brasileiros eram alfabetizados (Razzini, 2000). As novas instituições educacionais secundárias, portanto, não garantiam a educação de toda a sociedade, mas apenas das elites, que buscavam conservar a ordem social, política e econômica vigente. Nesse cenário educacional, surge, em 1837, o Colégio Pedro II, criado com o propósito de servir de modelo para os demais estabelecimentos de ensino no país (Fávero, 2009).

É necessário destacar, no entanto, que, mesmo após a criação do Colégio Pedro II, não havia a obrigatoriedade de conclusão do curso secundário para o ingresso nos cursos superiores. Aqueles que desejassem ser admitidos nas faculdades existentes no país necessitavam tão somente da aprovação nos Exames Gerais de Preparatórios, provas de verificação de aprendizagem que poderiam ser realizadas de forma parcelada ao longo dos anos. Assim que conseguiam obter os resultados necessários em todas as matérias exigidas, os alunos abandonavam o ensino secundário e ingressavam no curso superior. Isso explica, por exemplo, a baixa quantidade de diplomas de conclusão expedidos pelo Colégio Pedro II no período (Razzini, 2000). Diante desse arranjo, os currículos das escolas secundárias ficavam subordinados às matérias e aos conteúdos previstos nos programas dos ditos exames preparatórios.

Durante as primeiras décadas de existência desse sistema de admissão, os exames eram realizados sob a responsabilidade das próprias faculdades. No entanto, em 1854, com a

expansão do ensino secundário e as sucessivas reformas educacionais, foram criadas bancas específicas para os exames, que tomavam como base os compêndios e programas adotados pelo Colégio Pedro II. Tal fato indica que havia uma clara intenção de transformar a instituição carioca na grande balizadora dos cursos secundários no país (Vidal Neto, 2021). Embora a efetiva centralização e oficialização do currículo do Colégio Pedro II somente tenha ocorrido após o advento da República, por meio da reforma Benjamin Constant de 1890, os professores da instituição, ainda no Império, gozavam de grande poder e prestígio, visto que “eram eles que decidiam, cada um na sua cátedra, o programa curricular e os compêndios adotados no Pedro II e, por conseguinte, nos exames preparatórios” (Razzini, 2000, p. 26).

Dentro desse modelo de ensino secundário, a disciplina português, a princípio, detinha pouco prestígio, uma vez que não era exigida nos Exames Gerais de Preparatórios. Com isso, o estudo da “gramática nacional”, subordinado ao professor de Latim, permanecia limitado ao primeiro ano do curso do Colégio Pedro II. Entre os livros indicados no programa do estabelecimento, nessa primeira fase, se destaca o *Compêndio de Grammatica da Lingua Portuguesa* de Cyrillo Dilermando da Silveira (?-?), adotado de 1856 a 1869 (Razzini, 2010).

A efetiva ascensão da disciplina começou somente a partir de 1871, quando a matéria português começou a figurar entre as exigências dos Exames Gerais de Preparatórios por força do Decreto nº 4.430 de 1869. Com isso, a nova disciplina absorveu em definitivo os conteúdos das antigas aulas de Retórica e Poética e se desvinculou do ensino de Latim. De acordo com Razzini (2000), o ensino da gramática portuguesa passou a ser realizado por meio da indicação de uma maior variedade de livros, tais como a *Nova Grammatica Portuguesa*, de Bento José de Oliveira (?-?), e as *Postillas de grammatica geral applicada á lingua portugueza*, de Sotero dos Reis (1800-1871). A consolidação da disciplina no currículo escolar, por sua vez, veio por meio do Decreto nº 9.647 de 1886, que determinou a precedência do exame de português sobre os demais.

Em relação à configuração da disciplina durante o período que abrange a produção gramaticográfica do professor pernambucano, Bunzen e Medeiros (2016) apontam que, entre o final do século 19 e as primeiras décadas do século 20, a despeito das várias reformas nos programas de ensino, a disciplina português seguiu com destaque no currículo do Colégio Pedro II, especialmente no que tange ao ensino de gramática. Entre as reformas que impactaram a disciplina, interessa pontuar, aqui, a reforma de 1882, que teve como parecerista o político e jurista Rui Barbosa (1849-1923). Amparado por nomes de linguistas de destaque no século 19, como Max Müller (1823-1900) e William Dwight Whitney (1827-1894), Barbosa buscava, ao menos retoricamente, um afastamento do ensino de gramática até

então estabelecido, de caráter racionalista. No lugar, sua proposta envolvia um ensino pautado na perspectiva gramatical de feição histórica e evolucionista, que encarava a língua como um organismo vivo (Fávero, 2009).

Nesse sentido, o programa de ensino de 1882 adotou como livro de referência a *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro (1881), tida como o instrumento que iniciou, no Brasil, a nova linhagem gramaticográfica empirista, que procurava articular a descrição gramatical com elementos históricos da língua portuguesa. Lembremos, porém, que essa nova tendência buscava introduzir a perspectiva histórico-comparativa no discurso gramatical, mas não modificava substancialmente as práticas de descrição da língua (Borges Neto, 2022, Vieira, 2018).

Na esteira das reformas no ensino de português que impactaram diretamente o período de atuação docente de Julio Pires Ferreira, também é necessário mencionar a instituição, em 1887, do Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios, organizado por Fausto Barreto, professor do Colégio Pedro II. Tendo como objetivo uniformizar os conteúdos dos referidos exames, o programa, além de prever a avaliação por meio de uma composição escrita, contemplava 46 pontos que exploravam aspectos da teoria gramatical em voga. Seguindo a tendência do período, temas como a noção de gramática histórica, a constituição do léxico português e o estudo dos brasileirismos passaram a compor, juntamente com tópicos fonológicos, morfológicos e sintáticos, o quadro de conteúdos exigidos para os exames admissionais dos cursos superiores.

Na visão dos gramáticos adeptos à nova linhagem empirista que se estabelecia na gramaticografia brasileira, o programa elaborado por Fausto Barreto foi o grande marco da mudança no ensino da língua vernácula. Maximino Maciel, ao analisar a história do ensino de português no Brasil, pontua que o programa “assignalou nova época na docência das linguas e, quanto á vernacula, a emancipava das retrogradadas doutrinas dos autores portuguezes que esposavamos” (Maciel, 1914 [1910], p. 444). O próprio Júlio Ribeiro, em artigo publicado em 17 de abril de 1887 no jornal *A Procellaria*, tece elogios ao programa e o identifica como seguidor dos mesmos princípios de sua autodenominada “gramática científica”:

Não ha negar; é este um programma organizado scientificamente, sobre as bases largas, solidas, da sciencia da linguagem. De uma parte a *lexeologia*, isto é, as palavras consideradas em si phonologica, morphologica, taxeologicamente; de outra, a *syntaxe*, as palavras constituindo expressão de juizo, formando sentenças.

[...]

Si fomos vaidoso, era esta a hora de rejubilar: o programma de Portuguez, bem como o de todas as outras linguas que se ensinam officialmente no Brasil, está de

accordo exacto, perfeito com os princípios da grammatica scientifica, que, em 1881, tivemos a ousadia de arrojá á publicidade (Ribeiro, s.d., p. 92-93).

Nesse mesmo artigo, Júlio Ribeiro aponta para o conflito epistemológico existente entre o programa de Fausto Barreto e a gramática portuguesa oficialmente adotada no curso anexo da Faculdade de Direito de São Paulo, de autoria do então professor catedrático de português daquele estabelecimento. Embora não cite explicitamente o nome do autor da mencionada gramática, é possível inferir que Júlio Ribeiro se referia a Augusto Freire da Silva (1836-?), que ensinava a disciplina no curso anexo desde meados da década de 1870. Ribeiro e Freire da Silva, aliás, já haviam travado, entre 1879 e 1880, uma polêmica em torno da concepção de cientificidade da gramática: enquanto Freire da Silva era, naquele momento, um dos principais defensores da gramática racionalista nos moldes apresentados por Sotero dos Reis, Ribeiro defendia uma gramática de natureza empirista, com traços históricos, e negava os valores científicos do racionalismo, atacando especialmente a ideia de que existiriam princípios gerais imutáveis que regeriam as línguas humanas (Vidal Neto, 2010). Em estudo específico sobre a polêmica, Aquino (2020, p. 165) assim sintetiza as ideias que estavam em debate:

Para Júlio Ribeiro, a batalha seria entre o atraso representado pela metafísica e a modernidade trazida aos estudos gramaticais pela linguística, significada em relação à antropologia, à filologia e à gramática comparada, no rastro dos estudos fisiológicos sobre o desenvolvimento do cérebro e a teoria da evolução. Para Augusto Freire, contrariamente, a modernidade e cientificada (sic) da gramática seriam garantidas justamente por aquilo que seu oponente classifica negativamente como metafísica, isto é, toda uma tradição de reflexão sobre a linguagem a partir dos estudos da gramática geral.

Nesse contexto, ao apontar a incompatibilidade entre o programa de Fausto Barreto e a gramática de Freire da Silva no artigo de 1887, Júlio Ribeiro retoma as críticas realizadas à linhagem racionalista, classificando a obra do catedrático do curso anexo como uma reprodução de doutrinas antiquadas. No entanto, a persistência da gramática de Freire da Silva em ambientes de ensino, mesmo após a publicação do novo programa, aponta que a disputa epistemológica entre as duas linhagens continuou existindo no cenário brasileiro na virada do século 19 para o século 20 (Aquino, 2020).

Com a entrada em vigor do programa de Fausto Barreto, uma série de novas gramáticas passaram a ser publicadas no país, com especial destaque para as de Pacheco e Lameira, João Ribeiro e Alfredo Gomes, todas lançadas em 1887, ano de publicação do programa. Tais obras procuravam se adequar explicitamente aos pontos elencados no novo

programa, tal como se nota no texto de apresentação das *Noções de Grammatica Portugueza*, de autoria de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade:

Tinhamos empreendido escrever uma grammatica completa da lingua portugueza, rompendo em lucta a tradição, e faziamos fundamento de entregal-a em breve á publicidade. O novo programma para os exames geraes de preparatorios, porem, veio fazer-nos mudar de proposito. É que muitos dos pontos nelle exigidos para os exames de portuguez não se encontrando nas grammaticas que por ahi correm impressas, e os alumnos não tendo fontes onde possam haurir a instrucção de que carecem, resolvemos vir ainda uma vez em auxilio da mocidade estudiosa (Pacheco; Lameira, 1887, p. 3).

O excerto permite depreender que o programa de Fausto Barreto alterou o projeto gramaticográfico inicialmente idealizado por Pacheco e Lameira. Isso demonstra que o programa de fato funcionou, ao menos naquele momento, como um mecanismo que uniformizava a terminologia e os conteúdos apresentados nas gramáticas (Borges Neto, 2022). Nota-se, por exemplo, que tanto a gramática de Pacheco e Lameira quanto a gramática de João Ribeiro são divididas em 46 lições, que coincidem, no título e na ordem de apresentação, com os 46 pontos do programa.

Por terem sido adotadas nos programas do Colégio Pedro II nos anos subsequentes, as obras dos gramáticos destacados alcançaram ampla repercussão nacional, fato que explica as sucessivas reedições que obtiveram nas décadas seguintes. Retoricamente opostas às obras de linhagem racionalista, essas novas gramáticas reforçaram a perspectiva iniciada por Júlio Ribeiro, o que ajudou a consolidar a nova linhagem gramaticográfica no país.

Embalado por esse cenário educacional e pela atmosfera intelectual empirista, marcada pelo cientificismo e pela difusão da linguística histórico-comparativa, Julio Pires Ferreira publicou, em 1893, seu primeiro opúsculo sobre a língua portuguesa. Passemos, então, a analisar a obra inaugural do professor pernambucano no que diz respeito aos propósitos escolares, às escolhas retóricas e às estratégias de apresentação.

4.2 *Notas sobre a Lingua Portugueza* – 1ª edição (1893)

Tendo feito parte de uma geração de docentes que foram autores de livros didáticos, Julio Pires Ferreira desenvolveu seus primeiros escritos sobre a língua portuguesa a partir das experiências pedagógicas como professor interino da cadeira Língua Nacional do Ginásio Pernambucano na última década do século 19. Segundo o próprio autor explicita no prólogo de sua primeira publicação, as observações ali realizadas correspondiam a “notas” que ele havia sido compelido a tomar diante da “vida penosissima do magisterio” (Ferreira, 1893, p.

3). Publicados originalmente no *Diário de Pernambuco* entre os meses de junho e agosto de 1893, numa coluna denominada *Linguística*, os escritos foram reunidos e organizados em um volume de 118 páginas e 13 capítulos, que recebeu o sugestivo título de *Notas sobre a Língua Portuguesa*.

Antes de adentrar em considerações acerca das propostas pedagógicas e dos conteúdos selecionados pelo autor, chamo atenção para o fato de que o meio de divulgação inicial do texto foi um jornal de ampla circulação local, prática comum entre aqueles que se interessavam por questões linguísticas no período (Altman, 2004b). Considerar esse ponto é fundamental para quaisquer análises que sejam realizadas sobre a fonte, especialmente por duas razões principais.

Em primeiro lugar, o fato do texto ter sido divulgado em um jornal significa que se buscava alcançar, num primeiro momento, um grande número de leitores. Afinal, o potencial público leitor da coluna não se restringia somente a alunos e professores, mas abrangia todos aqueles com acesso aos jornais no período. Reconhecendo a amplitude de seu público, Julio Pires Ferreira aponta que sua obra não se dirigia a especialistas, mas a todos aqueles que pudessem se interessar pela matéria e que não dispusessem “de tempo ou de meios para folhear e consultar os philologos e linguistas modernos” (Ferreira, 1893, p. 3). A caracterização dos destinatários iniciais do texto, portanto, ajuda a compreender o caráter sintético dos apontamentos realizados.

A outra razão pela qual se torna importante considerar o meio de divulgação inicial do texto está relacionada à forma composicional da obra. Dadas as características dos periódicos do final do século 19, que privilegiavam textos escritos no lugar de figuras, as colunas eram apresentadas predominantemente na forma de textos contínuos, sem a presença de quadros esquemáticos ou fontes tipográficas de tamanho diferenciado. Além disso, o reduzido espaço de publicação não favorecia a organização de tópicos ou a exposição de listas de exemplos, que somente eram apresentadas em momento pontuais, tais como na comparação de expressões da língua latina com palavras da língua portuguesa.

Ao serem transpostas do jornal para o livro, as notas preservaram grande parte dessa formatação em texto contínuo. A própria organização dos capítulos, no livro, parece ter obedecido à ordem de apresentação das notas no jornal. Isso explica o fato de um mesmo capítulo reunir, em algumas situações, conteúdos sem relação direta entre si, tal como acontece no segundo capítulo da obra, que expõe considerações sobre o alfabeto e, em seguida, apresenta observações sobre a classificação das línguas e sobre a origem das línguas indo-europeias. As estratégias de apresentação da obra, portanto, se distanciam do formato

didático e topicalizado que comumente era encontrado nos compêndios escolares do período, conforme se pode observar nas gramáticas escolares de João Ribeiro (1889, 1920).

Ainda acerca da coluna de jornal na qual o texto da obra foi originalmente veiculado, é necessário contextualizar a escolha do termo “Linguística” para denominá-la. Para isso, é preciso compreender que, do século 19 até as primeiras décadas do século 20, muito se discutiu sobre a terminologia utilizada para os estudos sobre a linguagem. O próprio Julio Pires Ferreira, no primeiro capítulo de sua obra, demonstra a dificuldade de se chegar a um consenso terminológico para designar a área:

Os nomes recebidos em França, Inglaterra e Allemanha são tam vagos e moveis, que idéas as mais confusas sobre o objecto desta nova sciencia teem tido lugar.

Max-Müller chama-a *Sciencia da Linguagem*; Hovelacque, *Linguística*; Ad. Coelho, *Glottologia*, e ainda temos as denominações de *Philologia comparada*, *Etymologia Scientifica*, *Phonologia*, *Glossologia*, *Mythologia*, *Logologia*.

A *Sciencia da linguagem*, nome que foi adoptado tambem por Whitney, é o que está mais fora de qualquer objecção. (Ferreira, 1893, p. 5-6).

Em meio a essa multiplicidade de nomes, Koerner (1997) destaca o debate em torno da “Filologia” e da “Linguística”, especialmente considerando os diferentes sentidos que os termos assumiram nas tradições germânica, francesa e anglo-saxônica. Para o autor, enquanto nas duas primeiras tradições o sentido de “Filologia” permaneceu associado ao estudo dos textos literários, na tradição anglo-saxônica o termo passou a ser utilizado, também, para designar o estudo histórico da língua a partir de textos, o que fez com que, nessa tradição, a Filologia assumisse o sentido que hoje atribuímos à linguística histórico-comparativa.

No contexto luso-brasileiro, Altman (2004b) pontua que as tradições francesa e germânica foram as mais recepcionadas em Portugal e, por consequência, no Brasil. Desse modo, estudiosos como Adolpho Coelho (1847-1919) costumavam distinguir teoricamente os dois campos seguindo as referidas tradições: enquanto a Linguística, reconhecida por Coelho como Glotologia, seria o estudo científico da linguagem, a Filologia seria o estudo da literatura e da consequente manifestação da língua na cultura dos povos. Na prática, contudo, o que se verificava era a indeterminação do estatuto da Filologia, que era encarada tanto como a investigação dos textos literários clássicos quanto como o estudo da gramática comparada e das questões envolvendo o desenvolvimento histórico da língua. Julio Pires Ferreira, ainda no primeiro capítulo de seu livro, reflete tal indeterminação ao tentar distinguir os dois campos:

A linguistica, é a sciencia dos factos da linguagem espontanea, popular, em todos os idiomas.

A philologia, é a sciencia dos factos litterarios e eruditos. O vasto campo da philologia é muitas vezes limitado por um adjectivo, e assim se diz: *Philologia COMPARADA*, que pouco difere da Linguistica, na phrase de Abel Hovelacque (Ferreira, 1893, p. 6).

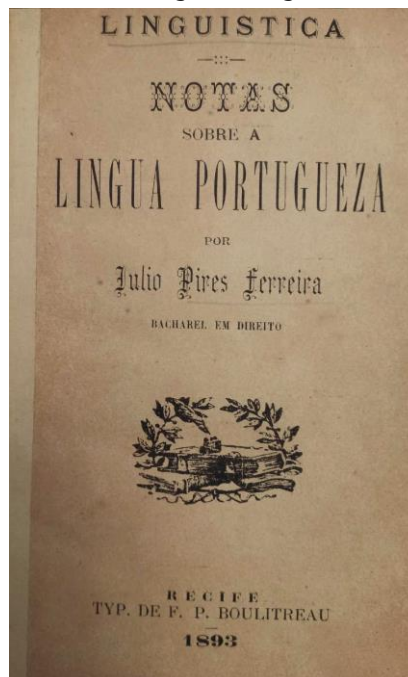
Como se depreende do excerto transcrito, apesar de o professor pernambucano distinguir as duas áreas nos moldes das tradições francesa e germânica, ele reconhece a Filologia como um campo tão abrangente que poderia abarcar, em um de seus ramos, os interesses da própria Linguística. Sendo assim, Filologia comparada e Linguística, para o autor, seriam expressões praticamente equivalentes.

Diante desse debate, o que se notava nos círculos intelectuais brasileiros do final do século 19 e início do século 20, na prática, era o amplo uso do termo “filologia” para agrupar figuras que possuíam interesses em questões que iam desde a crítica literária até os estudos gramaticais ou dialetológicos (Altman, 2004b). Tendo sido um estudioso das questões da língua portuguesa, Julio Pires Ferreira era, portanto, reconhecido como um filólogo.

Em virtude dessas imprecisões terminológicas e da difusão da expressão “filólogo” para se referir aos estudiosos de questões linguísticas, chama atenção o fato da coluna assinada por Julio Pires Ferreira ter recebido o nome de “Linguística” em detrimento de designações como “Philologia comparada” ou mesmo “Sciencia da linguagem”, nomenclatura que o autor defendia estar fora de qualquer objeção para designar os estudos sobre a linguagem (Ferreira, 1893). O gramático pernambucano, no entanto, não apresenta explicitamente os motivos que o levaram a essa escolha. É possível, assim, que o emprego da expressão tenha atendido a uma mera conveniência estilística do autor, prática que, segundo Cavaliere (2000), era comum em meio a um cenário marcado por conceitos conflitantes e pelo uso indiscriminado dos designativos “Linguística” e “Filologia”.

Ao reunir os artigos em seu livro, Julio Pires Ferreira manteve a referência ao título da coluna por meio do posicionamento do termo “Linguística” na parte superior da capa, acima do título, conforme é possível observar na Figura 2:

Figura 2 – Capa das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, de Julio Pires Ferreira (1893)



Fonte: Ferreira (1893).

A permanência do destaque conferido a essa denominação, porém, foi um dos pontos de crítica à obra, conforme se depreende da leitura de parte da resenha realizada pelo professor Ovídio Alves Manaya (1858-?), publicada no *Diario de Pernambuco* em 10 de novembro de 1893:

A denominação de Linguistica para designar a sciencia da linguagem é inaceitavel, não por ser uma palavra barbara, de formação anti scientifica, como notaram Schleicher e Mueller, o que nada significaria, caso ella tivesse sido sanccionada pelo uso, que é o verdadeiro mestre de uma lingua, mas por não abranger a sciencia da linguagem em geral, pois tem sido até hoje empregada somente para designar a morphologia da linguagem.

A palavra philologia, a mais antiga das denominações e a mais geralmente empregada para designar a sciencia da linguagem, não exprime bem a respectiva sciencia por não se applicar ao estudo da morphologia da linguagem. Milita contra as outras denominações a mesma ordem de considerações *mutatis mutandi*. Só a de Glossologia exprime bem a sciencia da linguagem em virtude da comprehensão e entensão, que lhe deu A. De La Calle (Manaya, 1893, p. 2).

O comentário de Manaya em relação à impropriedade das expressões “linguística” e “philologia”, além de servir como crítica à escolha de Julio Pires Ferreira, evidencia que a discussão sobre a nomenclatura apropriada para designar os estudos da linguagem estava longe de um consenso no cenário intelectual brasileiro. Acerca desse tema, é preciso pontuar, por fim, que a ideia de ciência da linguagem, naquele momento, se relacionava aos estudos desenvolvidos no âmbito da linguística histórico-comparativa. Dessa forma, o significado

atribuído por Julio Pires Ferreira ao termo “linguística” não deve ser confundido com o sentido que hoje o Ocidente confere à disciplina Linguística, institucionalizada no contexto acadêmico brasileiro a partir da década de 1960 (Altman, 2004b).

Tendo contextualizado as questões relativas ao meio de circulação inicial do texto que compõe a obra, é chegado o momento de analisar os propósitos pedagógicos que motivaram Julio Pires Ferreira a reunir os artigos num livro para uso escolar. Nesse sentido, ainda no prólogo, o autor deixa explícito que não buscava, com a publicação de suas notas, introduzir novidades sobre os estudos linguísticos. Sua intenção, na verdade, era a de apresentar um apanhado das “locubrações de eminentes escriptores que, como Max Müller, Jacolliot, Whitney, Diez, Schleicher, Bopp, Hovelacque, Benfey, Leoni, Adolpho Coelho, Julio Ribeiro, etc., teem dedicado as suas maiores energias ao estudo d’esta sciencia” (Ferreira, 1893, p. 3). A obra objetivava ser, portanto, um meio de vulgarização do conhecimento científico nas escolas.

Em meio a atmosfera intelectual do período, refletida nas produções dos autores citados, Julio Pires Ferreira reivindica o espaço dos estudos histórico-comparativos no ensino secundário, em oposição a um tipo de estudo que, na perspectiva do autor, estava ultrapassado:

Felizmente, o estudo que agora inicia-se sobre Portuguez é muito differente do que outr’ora fazia-se.

Já hoje há, quem rompendo com as velharias, ouse, de uma cadeira, discutir a theoria de Renan que diz que a linguagem é um organismo.

Sim: é preciso ensinar aos alunos de portuguez mais do que é praxe no ensino official, e do que se exige para o tam decantado *exame no fim do anno*.

O estudo da origem da linguagem e das linguas, seu desenvolvimento, progresso e futura morte são idéas que devem ir dando luz nos cerebros dos estudantes (Ferreira, 1893, p. 4).

Nesse excerto, é possível constatar que, além de estabelecer uma retórica de descontinuidade com o ensino de português que se realizava no passado, pautado nas gramáticas racionalistas, Julio Pires Ferreira também considerava insuficiente se restringir ao que era costumeiramente cobrado no ensino oficial e nos “exames no fim do anno”. Sendo assim, a despeito das reformas que buscavam alinhar os programas de ensino e os conteúdos dos exames aos estudos histórico-comparativos (cf. Capítulo 4, seção 4.1), o ensino de português ainda não atendia completamente aos anseios do professor pernambucano, que desejava ver escolarizados outros pontos que integravam as discussões daquilo que vinha sendo constituído como a ciência da linguagem, tais como o estudo da origem das línguas. O

autor demonstra, assim, que, ao menos retoricamente, não pretendia limitar sua exposição aos pontos dos programas de ensino das escolas nem aos do programa para os Exames Gerais de Preparatórios de Português, já em vigor desde 1887.

A respeito desse movimento retórico, é importante destacar que, dada a preocupação didática da obra, o autor propõe, ainda no prólogo, que as questões que constituíam a ciência linguística do período fossem abordadas sem que houvesse a necessidade de adentrar em “questões transcendentes sobre a linguagem” (Ferreira, 1893, p. 4). Em outras palavras, as questões advindas dos estudos histórico-comparativos deveriam ser abordadas de maneira simplificada e adaptada ao nível escolar, sem a necessidade de aprofundamentos teóricos. Ao longo da obra, é possível localizar momentos em que o autor explicita essa postura, tal como acontece no capítulo dedicado ao estudo da etimologia verbal. Ao comentar sobre a formação dos temas compostos do perfeito latino, o autor realiza a seguinte consideração: “para demonstrar que esse thema é o perfeito da raiz *fu*, descoberta de Bopp, perderíamos grande espaço de tempo, sem grande resultado para os estudantes” (Ferreira, 1893, p. 94). Percebe-se, portanto, que, apesar do alinhamento retórico com os estudos da linguística histórico-comparativa, não se perdia de vista o propósito escolar do material.

Na análise da macroestrutura da obra, é possível perceber que, embora o autor não tenha assumido o compromisso de seguir estritamente os pontos definidos por Fausto Barreto para os exames de português, os conteúdos e a forma de divisão dos capítulos parecem ter sido impactados pelo mencionado programa. Apesar de, muitas vezes, não estar explícito nos títulos dos capítulos, foi possível identificar, na leitura integral do texto, a presença de determinados conteúdos elencados nos pontos do programa. O quadro comparativo a seguir, que apresenta a correspondência entre os temas abordados nos 13 capítulos do livro e o programa de Fausto Barreto, ajuda a melhor visualizar em que medida esse impacto se materializa:

Quadro 10 – A 1ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa* (1893) e o Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios (1887)

<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> (1893)	Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios (1887)
I. Nomes dados á sciencia da linguagem. – Sua classificação. – Formação da linguagem.	-
II. Alphetos. – Classificação das linguas. – Qual a que deu origem ás indo-européas?	-
III. Origem da lingua portugueza: o latim.	-
IV. O celticismo.	-

V. Ligeira noticia da formação do lexico portuguez.	22. Da constituição do lexico portuguez. Linguas que maior contingente forneceram ao vocabulario portuguez.
VI. Lexico portuguez: o latim.	23. Caracter differencial entre os vocabulos de origem popular e os de formação erudita; duplas ou formas divergentes.
VII. Dialectos. – Dialecto brasileiro. – Dialectos portuguezes. – Edades da lingua portugueza.	44. [...] brasileirismos e dialecto.
VIII. Substantivos. – Adjectivos.	3. [...] leis que presidem á permuta das letras; importancia destas transformações fônicas no processo de derivação das palavras. 19. Das palavras variáveis formadas no proprio seio da lingua portugueza. 25. Etymologia do substantivo e do adjectivo. Influencia dos casos na etymologia dos nomes.
IX. Artigo. – Pronomes. – Collocação dos pronomes.	26. Etymologia do artigo e do pronome. 40. Da collocação dos pronomes pessoaes.
X. Flexões nominaes. – Declinações em portuguez e latim. – Gráus.	13. Flexão dos nomes: genero; numero; caso. Noções de declinação latina. Desapparecimento do neutro latino em Portuguez; vestigios do neutro em Portuguez. [...] 14. Flexão dos nomes: grau do substantivo e do adjectivo; comparativos e superlativos syntheticos; comparativos e superlativos analyticos.
XI. Flexões verbaes.	27. Etymologia das fórmulas verbaes; comparação da conjugação latina com a portugueza. 38. Syntaxe [...] do pronome se.
XII. Verbo Haver. – Flexão pessoal do infinito.	36. Regras de syntaxe relativas ás fórmulas nominaes do verbo. 38. Syntaxe do verbo <i>haver</i> [...].
XIII. Palavras invariaveis.	20. Das palavras invariaveis formadas no proprio seio da lingua portugueza. 28. Etymologia das palavras invariaveis.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Conforme se nota, em nove dos treze capítulos da obra há um alinhamento entre as discussões propostas por Julio Pires Ferreira e o programa de Fausto Barreto. Apenas nos quatro primeiros capítulos, dedicados a explanações gerais sobre a ciência da linguagem, a origem das línguas e a origem da língua portuguesa, não se verifica correspondência com os pontos previstos no programa de 1887. A esse respeito, destaco que a presumível relação entre o tópico “Alfabetos”, tratado no segundo capítulo, e o tema “Origem das letras portuguezas”, descrito no terceiro ponto do programa, não se verifica na prática, visto que Julio Pires Ferreira tece comentários gerais acerca da origem do alfabeto como sistema de escrita, não adentrando nas especificidades da língua portuguesa.

Do ponto de vista quantitativo, foi possível identificar a existência de 15 dos 46 pontos do programa de Fausto Barreto na 1ª edição da obra. É necessário ressaltar, contudo, que não há, nas *Notas sobre a Língua Portuguesa*, uma equivalência exata entre os títulos dos capítulos e os termos do programa. Sendo assim, a fim de evitar distorções na identificação dos pontos contemplados na obra, procedi a uma análise comparativa entre o programa e os temas tratados ao longo de cada capítulo. Nesse processo, para melhor compreender os conteúdos esperados em cada ponto do programa, consultei as gramáticas de João Ribeiro (1889 [1887]) e de Pacheco e Lameira (1887), organizadas nos mesmos termos do documento elaborado por Fausto Barreto.

Ao final da análise, foi possível verificar que, em algumas situações, um único capítulo incluía mais de um ponto do programa, ainda que tal ponto não estivesse explicitado no título. É o que acontece, por exemplo, no oitavo capítulo, que, além de abordar a etimologia do substantivo e do adjetivo, trata das leis que regulam as modificações fonéticas na língua.

No processo comparativo, também foi constatado que, por vezes, o ponto do programa foi apenas parcialmente abrangido na obra, como se nota no sétimo capítulo, que tem como tema os dialetos. No programa de Fausto Barreto, o mesmo ponto que envolve os dialetos também prevê a discussão sobre as anomalias gramaticais, os idiotismos e os provincialismos, assuntos que não são comentados por Julio Pires Ferreira. Em casos como esse, a indicação de que o capítulo contempla apenas parcialmente o ponto do programa foi sinalizada, no quadro, com o uso das reticências entre colchetes.

Por fim, é preciso mencionar que, nos capítulos cujos títulos correspondiam textualmente a um dos pontos do programa, foi necessário verificar se havia, de fato, uma equivalência no conteúdo. Com isso, pude observar que o capítulo denominado “Flexões verbaes” não correspondia ao que se esperava do ponto 16 do programa de Fausto Barreto, intitulado “Flexão do verbo; conjugação; formas de conjugação”. Na verdade, o capítulo, que se alonga por vinte e oito páginas, aborda a etimologia das formas verbais, a partir da comparação da conjugação latina com a portuguesa. Tal tema, no programa, está refletido no ponto 27, intitulado “Etymologia das fórmulas verbaes; comparação da conjugação latina com a portuguesa”. Além disso, nesse mesmo capítulo, o autor, ao tratar da etimologia da voz passiva, adentra em questões relativas à função sintática do pronome *se*, tema equivalente ao ponto 38 do programa.

Do ponto de vista qualitativo, o professor pernambucano procura trabalhar, ao longo dos capítulos, temas relacionados à investigação científica recorrente no período, isto é, temas

que têm como traço em comum a preocupação com o aspecto histórico e evolutivo da língua. O primeiro capítulo da obra, de caráter introdutório, inicia com considerações acerca dos múltiplos nomes conferidos à ciência da linguagem e com apontamentos sobre a natureza dos estudos linguísticos. Tomando a linguística como “o estudo comparativo e philosophico das linguas” (Ferreira, 1893, p. 8), Julio Pires Ferreira a classifica como uma ciência natural, filosófica e histórica.

Para sustentar sua classificação, o autor prossegue, ainda no capítulo inicial, com a exposição de teorias sobre a origem da linguagem. Importa observar que, na apresentação dessas teorias, o filólogo realiza uma prática que se repete ao longo de diversos momentos da obra: de início, sintetiza as teses divergentes sobre o tema e, em seguida, assinala seu ponto de vista sobre a questão. No caso da discussão sobre a origem da linguagem, Julio Pires Ferreira expõe, em princípio, a tese de Johann Gottfried Herder (1744-1803), que associava a origem da linguagem às onomatopeias. Em seguida, apresenta a tese de Max Müller de que a linguagem era um poder inerente à natureza humana. Amparado por argumentos de autores como Adolpho Coelho e Louis Jacolliot (1837-1890), o professor pernambucano critica a tese de Herder e se filia à posição de pretensão naturalista formulada por Müller.

Nos capítulos seguintes da obra, são abordados temas relacionados à história das línguas e, em específico, da língua portuguesa. O autor procura tratar de temas como a evolução lexical das formas latinas para as formas portuguesas populares e eruditas, chamando atenção para a diferenciação de uma palavra em duas ou mais formas. Ao discorrer sobre esse tópico, Julio Pires Ferreira segue o exemplo de gramáticas como a de João Ribeiro e elabora pequenas listas de colunas para comparar as formas populares, eruditas e latinas, num dos raros momentos em que se rompe com o formato de texto contínuo, tal como se observa na Figura 3:

Figura 3 – Lista comparativa entre as formas latinas e as portuguesas populares e eruditas

1.ª forma popular ao lado da forma erudita.		
Popular	Erudita	Latina
dobro	duplo	<i>duplum</i>
papel	papyro	<i>papyrus</i>
rezar	recitar	<i>recitare</i>
pregar	predicar	<i>predicare</i>
leal	legal	<i>legalis</i>
pêgo	pelago	<i>pelaqus</i>

Fonte: Ferreira (1893, p. 40).

Chama atenção, também, o capítulo em que se coloca em debate a origem latina da língua portuguesa e se discute a possibilidade de uma origem céltica. Após expor os argumentos dos defensores dessa hipótese, o autor reforça a defesa da origem latina da língua portuguesa, destacando as semelhanças entre as estruturas linguísticas do português e as preposições, as conjunções e o léxico do latim. O fato de dedicar um capítulo inteiro para expor e, em seguida, refutar a hipótese do “celticismo” demonstra que o empreendimento de Julio Pires Ferreira buscava, de fato, lançar luz sobre as discussões que envolviam as preocupações da ciência da linguagem naquele período.

A partir do oitavo capítulo, a obra passa a tratar de assuntos metagramaticais, iniciando com notas sobre os substantivos e os adjetivos. No entanto, diferentemente dos instrumentos gramaticais, as considerações do autor não envolvem a divisão das partes do discurso em categorias e subcategorias. Na concepção do professor pernambucano, explicitada na abertura do oitavo capítulo, tais questões já deveriam ser dominadas pelos alunos do curso secundário, de modo que fosse possível prosseguir para assuntos tidos como mais complexos:

O alumno de um curso de portuguez que, pelo menos almeja fazer seu exame final já deve trazer para esse curso grande somma de conhecimentos sobre divisão e classificação das palavras, sobre as definições delas etc.

O estudo, então, depois de acentuados estes principios, é mais complexo e tem de relacionar-se com a origem e a etymologia das palavras (Ferreira, 1893, p. 55).

A partir da leitura da passagem transcrita, é possível notar que o autor, mesmo nos temas metagramaticais, busca privilegiar uma abordagem histórica da língua, enfatizando questões de ordem etimológica. A análise da microestrutura da obra ratifica a pouca importância atribuída pelo autor às distinções classificatórias das partes do discurso, conforme se verifica nas seguintes passagens:

Em geral os grammaticos incluem os artigos na classe dos adjectivos determinativos e dão-lhe o nome de adjectivos articulares.

Em todo o caso é sem importancia essa distincção desde que ella não traz influencia sobre origem, transformação e emprego de tal especie de palavra (Ferreira, 1893, p. 61).

Ha quem considere como pronomes somente os pessoaes.

Outros incluem nessa classe todos os adjectivos determinativos que vierem sem substantivo claro, trazendo á memoria o nome antecedente.

Estas distincções não teem valor algum etymologico (Ferreira, 1893, p. 63-64).

Como se observa, Julio Pires Ferreira opta por desconsiderar discussões metagramaticais que não se relacionem a questões etimológicas. Com isso, a partir do oitavo capítulo, o professor pernambucano enfatiza o papel das considerações históricas para o ensino de português e critica determinadas práticas pedagógicas tradicionalmente presentes nos compêndios gramaticais escolares. As passagens transcritas a seguir, que apresentam orientações dirigidas aos professores, servem como exemplos prototípicos dessas duas posturas:

Deixamos de dar uma lista de prefixos e sufixos por tornar-se para o alumno um simples trabalho mnemotechnico de que, podemos afirmar pela pratica que possuimos, resultado nenhum tirará.

Compete ao professor, tanto que possa, procurar nas palavras conforme se deparar a ocasião, aquelles elementos e explica-los ao estudante, pois que só assim alcançará melhor resultado (Ferreira, 1893, p. 58).

Dar uma lista dos participios irregulares preferidos aos regulares etc. era descer do ponto em que nos temos colocado para de novo estudar o que as grammaticas aos milheiros dizem e repetem.

Assim, melhor seria explicar sunccintamente o plano da obra de Ad. Coelho, detendo-nos nos logares que mais se prestarem a uma explicação clara aos estudantes, para quem somente temos a velleidade de dizer cousas novas (Ferreira, 1893, p. 80).

Quem se dedica ao ensino, muitas vezes observa as transformações phoneticas de umas palavras, certas regras baseadas no estudo comparativo e na pratica, todas ellas palpitantes nos erros das provas de portuguez dos alumnos.

Exemplifiquemos:

Quantas vezes os nossos discipulos escrevem *leones*?

Não é este o meio de provar-se etymologicamente a razão do plural em *ões* dos substantivos em *ão*? (Ferreira, 1893, p. 108).

Nesses excertos, é possível verificar que o autor, conforme havia anunciado no prólogo da obra, propõe aos professores um afastamento dos assuntos e das posturas costumeiramente adotadas pelas “gramáticas práticas”, instrumentos pedagógicos que, conforme destaca Borges Neto (2022), eram voltados para o ensino dos “bons usos” da língua. Apesar de não ignorar por completo os temas tratados em tais instrumentos, o opúsculo de Julio Pires Ferreira busca discorrer sobre “assunto mais científico”, tal como se aponta em comentário elaborado pelo autor após considerações sobre a noção de grau:

Deslisamos por sobre o que faz objecto das grammaticas praticas que não são em pequeno numero, esquivamos-nos de tratar sobre os comparativos de igualdade, superioridade e inferioridade, sobre os superlativos, absolutos e relativos, pois só tivemos em mente ao iniciar a publicação destas notas esboçar o que de mais importante se encontra no estudo de nossa lingua.

Assumpto mais scientifico, nos chama a attenção. As flexões verbaes demandam muito estudo e são de muitíssima importancia (Ferreira, 1893, p. 78).

Os apontamentos feitos até aqui permitem concluir que, na 1ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, Julio Pires Ferreira propõe, para o curso secundário, um ensino de português pautado nas discussões científicas que então se realizavam no âmbito da ciência da linguagem. Em virtude da predominância das considerações históricas, os tópicos prescritivos, na obra, ocupam um espaço reduzido, aparecendo com destaque somente na abordagem da colocação pronominal e do emprego do infinito pessoal, tidos como temas sintáticos que traziam dificuldade aos estudantes. Nos demais tópicos, ainda que eventuais prescrições ou proscricções normativas sejam realizadas, o foco argumentativo reside nas questões de caráter histórico.

Após a publicação do opúsculo, periódicos pernambucanos e cariocas publicaram resenhas sobre a obra. A partir da leitura das fontes secundárias, foi possível perceber que a repercussão do texto do professor pernambucano foi, em geral, positiva, especialmente no que diz respeito ao alinhamento das discussões com os estudos da linguística histórico-comparativa. É o que se observa, de forma ilustrativa, na resenha publicada pelo *Jornal do Recife* em 04 de outubro de 1893:

[...] O Dr. Julio Pires, abordando assumptos tão pouco explorados, entre nós, mostra a cada linha quanto lhe são familiares as opiniões correntes e os grandes mestres como Muller, Whitney, Schleiger, Hovelacque, discutindo-as e vulnerando-as em seus pontos mais fracos.

As *Notas sobre a lingua portugueza* constituem, com taes elementos, não só um precioso livro de vulgarisação, proprio para os principiantes, mas tambem uma farta fonte que pode ser consultada pelos próprios mestres [...] (Notas..., 1893, p. 2).

Em razão do reconhecimento do livro como importante instrumento para discutir e vulgarizar os temas da ciência da linguística, a obra passou a ser recomendada em estabelecimentos como a Sociedade Propagadora da Bôa-Vista e o próprio Gymnasio Pernambucano, além de ter alcançado outros estados da região, a exemplo do Maranhão, onde é possível encontrar anúncios de venda da obra em periódicos locais.

A boa recepção do texto, contudo, não foi unânime. Além de ter sido alvo da já mencionada crítica de Ovídio Alves Manaya, que questiona as escolhas teóricas de Julio Pires

Ferreira, as *Notas* não foram aprovadas pelo Conselho Literário de Instrução Pública de Pernambuco para uso nas escolas do estado.

No tocante às razões para a reprovação do opúsculo na Instrução Pública estadual, as informações encontradas nas fontes secundárias indicam que a negativa esteve mais relacionada a questões externas do que a questões que diziam respeito à imanência da obra. No parecer inicialmente emitido pelo órgão deliberativo, transcrito por Julio Pires Ferreira na edição de 24 de maio de 1894 do *Jornal do Recife*, reconhecia-se a natureza pedagógica do livro e sua capacidade de auxiliar no ensino de português, servindo como obra de consulta tanto para estudantes quanto para professores. Após redigir tais elogios, porém, os pareceristas concluem que o Conselho Literário de Instrução Pública não deveria tomar quaisquer providências para aprovar e recomendar a obra para uso nas escolas pernambucanas.

Pelo que foi possível depreender da leitura das fontes secundárias, a postura do órgão teria sido motivada por conflitos pessoais envolvendo Julio Pires Ferreira e os conselheiros Ezequiel Franco de Sá (?-?) e Francisco Carlos da Silva Fragozo (?-?). Exposta numa contenda travada nos periódicos pernambucanos após a reprovação da obra, a disputa tinha como ponto central a demissão de Julio Pires Ferreira do cargo de professor interino da cadeira de Língua Nacional do Ginásio Pernambucano. Diante disso, o professor e os conselheiros trocaram acusações que pouco dizem respeito ao conteúdo ou à qualidade da obra. Tal constatação reforça o postulado da Historiografia da Linguística de que a aceitação ou rejeição de determinadas ideias não envolve somente o mérito interno da argumentação elaborada, mas é resultado, em grande medida, dos fatores externos que atravessam a produção e circulação desses saberes.

Ao final do embate nos artigos do jornal com os membros do Conselho Literário de Instrução Pública, Julio Pires Ferreira anuncia que, dado o sucesso de suas *Notas*, uma 2ª edição do livro já estava em vias de publicação. Na seção a seguir, serão expostas as considerações sobre as mudanças realizadas nessa nova edição.

4.3 *Notas sobre a Língua Portuguesa* – 2ª edição (1894)

Publicada em 1894, a 2ª edição das *Notas sobre a Língua Portuguesa* traz, em sua folha de rosto, o indicativo de que a obra teria sido “completamente reformada e muito melhorada”. No prólogo, Julio Pires Ferreira destaca que a prática como docente o havia conduzido a um caminho mais amplo na nova edição, que, sendo mais desenvolvida que a

anterior, poderia “servir para o estudante de qualquer curso de Portuguez” (Ferreira, 1894, p. 6). Em relação às reformulações empreendidas, se destaca, de início, o expressivo aumento na extensão da obra, que passa a contar com 234 páginas, distribuídas em 23 capítulos. Além de dobrar a quantidade de páginas e inserir novos capítulos em comparação com a edição anterior, o autor anuncia uma importante mudança de perspectiva:

Moldada assim a presente obra, não avivamos mais os traços sobre a origem da linguagem, sobre a primitiva lingua indo européa e outras questões congeneres.

Sahiria dos limites de uma obra completamente didactica, que, nas condições precárias do nosso ensino oficial, não comporta certos estudos philosophicos (Ferreira, 1894, p. 6).

Numa comparação do excerto acima transcrito com o prólogo da 1ª edição, nota-se que o autor deixa de reivindicar a escolarização das discussões associadas aos estudos histórico-comparativos e reconhece a impossibilidade de dar conta de suas pretensões iniciais em meio à realidade do ensino oficial, tida como precária. Nessa mudança retórica, passa a defender que a escola e, conseqüentemente, a obra didática não seriam espaços apropriados para questões que envolvessem os estudos científicos sobre a linguagem.

Embora as fontes consultadas não forneçam elementos suficientes para que se possa afirmar com exatidão quais motivos teriam levado o autor a essa considerável mudança retórica e didática num curto intervalo de tempo, é possível pensar em pelo menos duas questões que podem ter impactado essa decisão. Em primeiro lugar, é possível que o exercício da docência tenha, de fato, evidenciado a impossibilidade prática de ensinar português sob a perspectiva dos estudos e discussões da linguística histórico-comparativa diante de um cenário educacional voltado para a preparação para exames de admissão nos cursos superiores. Em segundo lugar, a decisão das autoridades públicas de recusar a recomendação da 1ª edição das *Notas* para uso das escolas do estado pode ter motivado o autor a adequar o conteúdo de sua obra aos temas tipicamente escolares. Afinal, independentemente de disputas pessoais, seria menos provável que um livro com conteúdos alinhados aos programas de ensino fosse reprovado pelo Poder Público.

A respeito dessa última questão, convém destacar que, naquele momento, a aprovação de um livro didático pelos conselhos de instrução pública significava maior probabilidade de sucesso comercial da obra. Era prática comum, à época, publicar os pareceres de aprovação nas primeiras folhas do livro, tal como se observa na *Grammatica Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1907). Os próprios conselheiros Ezequiel Franco de Sá e Francisco Carlos da Silva Fragoso, em meio à disputa com Julio Pires Ferreira nos periódicos pernambucanos,

insinuam que seria esse o principal motivo da frustração do professor diante da reprovação de sua obra. Nas palavras dos conselheiros, caso a obra tivesse sido aprovada, Julio Pires Ferreira teria sido “deligente em publicar o nosso parecer n’uma das primeiras paginas do seu livro; e servir-se-hia d’elle como de reclamo para o credito de suas – Notas, e para facilitar a sua vendagem” (Franco de Sá; Fragoso, 1894, p. 5). Nesse sentido, a mudança considerável na obra pode ter sido motivada, entre outros motivos, pelos interesses comerciais do autor de ver seu livro vendido.

Considerando a macroestrutura da nova edição, é perceptível que os temas que ocupavam os dois primeiros capítulos da edição anterior, dedicados a questões gerais sobre a ciência da linguagem, são aglutinados num único capítulo. Nesse processo, foram suprimidas as considerações sobre a classificação da ciência da linguagem, a formação da linguagem e a origem das línguas indo-europeias, questões centrais para a discussão científica então proposta pela linguística histórico-comparativa. O tópico a respeito do alfabeto, por sua vez, foi realocado e passou a anteceder os capítulos que introduzem questões fonológicas.

Em sentido contrário às supressões dos tópicos iniciais, houve uma expansão considerável dos temas metagramaticais: enquanto a 1ª edição reservava apenas 6 capítulos para discorrer sobre questões dessa natureza, a reedição passa a contar com 17. Alguns temas existentes na edição anterior, a exemplo dos substantivos e adjetivos, passaram a ser abordados em mais de um capítulo, de forma ampliada. Outros pontos, tais como os tipos de gramática e as considerações sobre os termos da oração, foram introduzidos na nova edição. Para melhor visualização das mudanças realizadas em relação aos capítulos, apresento o quadro comparativo a seguir, organizado de acordo com a ordem dos capítulos da 1ª edição:

Quadro 11 – Correspondências entre os capítulos das duas edições das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*

<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> (1893)	<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> (1894)
I. Nomes dados á sciencia da linguagem. – Sua classificação. – Formação da linguagem.	Lecção Primeira. A sciencia da linguagem. [...]
II. Alphetos. – Classificação das linguas. – Qual a que deu origem ás indo-européas?	Lecção Primeira. [...] Classificação das linguas Lecção Setima. [...]. Alpheteto.
III. Origem da lingua portugueza: o latim.	Lecção Segunda. Origem da lingua portugueza: o latim
IV. O celticismo.	Lecção Terceira. O celticismo
V. Ligeira noticia da formação do lexico portuguez.	Lecção Quarta. Ligeira noticia da formação do léxico portuguez
VI. Lexico portuguez: o latim.	Lecção Quinta. Lexico portuguez: o latim

VII. Dialectos. – Dialecto brasileiro. – Dialectos portugueses. – Edades da lingua portugueza.	Lecção Sexta. Dialectos. Dialecto brasileiro. Dialectos portugueses. Edades da lingua portugueza.
VIII. Substantivos. – Adjectivos.	Lecção Decima. Leis geraes da transformação dos sons. Estructura da palavra. Derivação e composição. ¹¹ Lecção Decima Primeira. Taxenomia: partes do discurso. Substantivo. Lecção Decima Quarta. Adjectivos: divisão.
IX. Artigo. – Pronomes. – Collocação dos pronomes.	Lecção Decima Sexta. Artigo: sua origem. Emprego e omissão. Pronomes pessoaes: sua collocação.
X. Flexões nominaes. Declinações em portuguez e latim. – Gráus.	Lecção Decima Segunda. Flexões dos substantivos: genero; numero. Lecção Decima Terceira. Flexões substantivas: grau, declinação em latim e portuguez. Lecção Decima Quinta. Flexões dos adjectivos. Syntaxe.
XI. Flexões verbaes.	Lecção Decima Setima. Verbo: definição, divisões. Conjugações. Lecção Decima Oitava. Verbos irregulares. Participios passados. Lecção Vigesima. Etymologia verbal: pessoas, modos. Themias simples. Lecção Vigesima Primeira. Etymologia verbal: themias compostos. Voz passiva.
XII. Verbo Haver. – Flexão pessoal do infinito.	Lecção Decima Nona. Verbo: concordância; correspondencia dos modos e dos tempos. Infinito pessoal. Verbo haver.
XIII. Palavras invariaveis.	Lecção Vigesima Segunda. Palavras invariaveis.
-	Lecção Setima. Grammatica, suas divisões. [...].
-	Lecção Oitava. Liguagem: sua sede. Apparelho da phonação.
-	Lecção Nona. Vozes, ruido. Accentos. Sons. Metaplasmos.
-	Lecção Vigesima Terceira. Syntaxe. Termos da oração, relações entre si; classificação das orações. Ordem gramatical, figuras.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Ainda em relação às modificações macroestruturais, chamo atenção para o fato dos capítulos passarem a ser denominados “lições”. O designativo, também empregado por Pacheco e Lameira e João Ribeiro em suas respectivas gramáticas, aproxima a obra do ambiente escolar, uma vez que explicita seu propósito pedagógico. A busca por um maior alinhamento da reedição com as demandas escolares, por seu turno, se dá não apenas pela

¹¹ Conforme mencionado na seção 4.2, o 8º capítulo da 1ª edição aborda as leis que regulam as modificações fonéticas na língua, motivo pelo qual encontra correspondência parcial com o texto da 10ª lição da 2ª edição.

apresentação de capítulos na forma de “lições”, mas também pelo acréscimo de uma maior quantidade de conteúdos contemplados pelos pontos do programa de português de Fausto Barreto. O quadro comparativo exposto a seguir, elaborado por meio dos mesmos procedimentos do Quadro 10, ajuda a visualizar o modo como se deu a ampliação temática:

Quadro 12 – A 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa* (1894) e o Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios (1887)

<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> (1894)	Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios (1887)
Lecção Primeira. A sciencia da linguagem. – Classificação das linguas	-
Lecção Segunda. Origem da lingua portugueza: o latim	-
Lecção Terceira. O celticismo	-
Lecção Quarta. Ligeira noticia da formação do léxico portuguez	22. Da constituição do lexico portuguez. Linguas que maior contingente forneceram ao vocabulario portuguez.
Lecção Quinta. Lexico portuguez: o latim	23. Character differencial entre os vocabulos de origem popular e os de formação erudita; duplas ou formas divergentes.
Lecção Sexta. Dialectos. Dialecto brasileiro. Dialectos portugueses. Edades da lingua portugueza.	44. [...] brasileirismos e dialecto.
Lecção Setima. Grammatica, suas divisões. Alfabeto.	1. Observações geraes sobre o que se entende por grammatica geral, por grammatica historica ou comparativa e por grammatica descriptiva ou expositiva. Objecto da grammatica portugueza e divisão de seu estudo. [...] 5. Dos systemas de ortografia e das causas de sua irregularidade.
Lecção Oitava. Liguagem: sua sede. Apparelho da phonação.	-
Lecção Nona. Vozes, ruido. Accentos. Sons. Metaplasmos.	1. [...] Phonologia: os sons e as letras; classificação dos sons e das letras; vogaes; grupos vocalicos; consoantes; grupos consonantes; syllaba; grupos syllabicos; vocabulos; notações lexicais. 2. Da acentuação e da quantidade. 4. Dos Metaplasmas.
Lecção Decima. Leis geraes da transformação dos sons. Estructura da palavra. Derivação e composição.	3. [...] leis que presidem á permuta das letras; importancia destas transformações fônicas no processo de derivação das palavras. 6. Morphologia: estrutura da palavra; raiz; thema; terminação; affixos. Do sentido das palavras deduzido dos elementos morphicos que as constituem; desenvolvimento de sentidos novos nas palavras. 17. Formação das palavras em geral: composição por prefixos e por juxtaposição. Estudo dos prefixos. 18. Formação das palavras em geral: derivação própria (por suffixos); derivação impropria (sem suffixos). Estudos dos suffixos. 19. Das palavras variáveis formadas no proprio seio da lingua portugueza. 24. Da criação de palavras novas. Hybridismos.

Lecção Decima Primeira. Taxenomia: partes do discurso. Substantivo.	7. Da classificação das palavras. Do substantivo e suas espécies. 12. Agrupamento de palavras por famílias e por associação de idéias. Dos synonymos, homonymos e paronymos. 25. Etymologia do substantivo [...].
Lecção Decima Segunda. Flexões dos substantivos: genero; numero.	13. Flexão dos nomes: genero; numero [...]. Desapparecimento do neutro latino em Portuguese; vestígios do neutro em Portuguese. Origem do s do plural.
Lecção Decima Terceira. Flexões substantivas: grau, declinação em latim e portuguez.	13. Flexão dos nomes: [...] caso. Noções de declinação latina. [...] 14. Flexão dos nomes: grau do substantivo [...]
Lecção Decima Quarta. Adjectivos: divisão.	8. Da classificação das palavras. Do adjectivo e suas espécies. 25. Etymologia do [...] adjectivo. [...]
Lecção Decima Quinta. Flexões dos adjectivos. Syntaxe.	13. Flexão dos nomes: genero; numero [...]. 14. Flexão dos nomes: grau do [...] adjectivo; comparativos e superlativos synthetics; comparativos e superlativos analyticos. 33. Regras de syntaxe relativas ao substantivo e ao adjectivo.
Lecção Decima Sexta. Artigo: sua origem. Emprego e omissão. Pronomes pessoas: sua collocação.	9. Classificação das palavras. Do pronome e suas espécies. 15. Flexão dos nomes: flexão do pronome; declinação dos pronomes pessoas. 26. Etymologia do artigo e do pronome. 33. Regras de syntaxe relativas ao [...] adjectivo ¹² . 34. Regras de syntaxe relativas ao pronome. 40. Da collocação dos pronomes pessoas.
Lecção Decima Setima. Verbo: definição, divisões. Conjugações.	10. Classificação das palavras. Do verbo e suas espécies. 16. Flexão dos verbos; conjugação; fórmulas de conjugação. 35. Regras de syntaxe relativas ao verbo. Do emprego dos modos e tempos [...]
Lecção Decima Oitava. Verbos irregulares. Participios passados.	16. Flexão dos verbos; conjugação; fórmulas de conjugação.
Lecção Decima Nona. Verbo: concordância; correspondencia dos modos e dos tempos. Infinito pessoal. Verbo haver.	32. Regras de syntaxe relativas a cada um dos termos ou membros da composição. 35. Regras de syntaxe relativas ao verbo. [...] correspondencia dos tempos dos verbos nas proposições coordenadas e nas proposições subordinadas. 36. Regras de syntaxe relativas ás fórmulas nominaes do verbo. 38. Syntaxe do verbo <i>haver</i> [...]
Lecção Vigesima. Etymologia verbal: pessoas, modos. Themases simples.	27. Etymologia das fórmulas verbaes; comparação da conjugação latina com a portugueza.
Lecção Vigesima Primeira. Etymologia verbal: themases compostos. Voz passiva.	27. Etymologia das fórmulas verbaes; comparação da conjugação latina com a portugueza. 38. Syntaxe [...] do pronome <i>se</i> .

¹² Na Lecção Decima Sexta, Julio Pires Ferreira elenca regras de syntaxe relativas ao emprego dos artigos. Na classificação taxonômica do autor, porém, os artigos estão incluídos na classe dos adjectivos, o que justifica a correspondência com o ponto 33 do programa de Fausto Barreto.

Lecção Vigésima Segunda. Palavras invariáveis.	11. Classificação das palavras. Das palavras invariáveis. 20. Das palavras invariáveis formadas no próprio seio da língua portuguesa. 28. Etymologia das palavras invariáveis. 37. Regras de syntaxe relativas ás palavras invariáveis.
Lecção Vigésima Terceira. Syntaxe. Termos da oração, relações entre si; classificação das orações. Ordem gramatical, figuras.	29. Da syntaxe em geral. [...]. 30. Syntaxe da proposição simples. Especies de proposição simples quanto á fôrma e á significação. Dos membros da proposição simples. 31. Syntaxe da proposição composta ou do periodo composto. Coordenação. Subordinação. Classificação das proposições. 39. Da construcção: ordens das palavras na proposição simples e das proposições simples no período composto. 42. Figuras de syntaxe. [...].

Fonte: Elaboração própria (2022).

A partir do quadro obtido, percebe-se que, do ponto de vista quantitativo, a obra passou a abarcar 41 dos 46 pontos previstos no Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios de 1887, o que constitui uma significativa mudança em relação à 1ª edição, que contemplava somente 15 pontos. Qualitativamente, a despeito da preservação de tópicos que abordam questões históricas e etimológicas, nota-se que temas como a classificação das palavras e as regras de syntaxe passam a ganhar maior destaque. Com isso, se na edição de 1893 não havia grandes preocupações com discussões que não fossem relevantes para os apontamentos etimológicos, na edição de 1894 há um deslocamento de interesse para temas envolvendo a categorização de unidades e a prescrição de regras.

Esse movimento se torna ainda mais visível a partir da análise dos aspectos microestruturais da obra. Por meio de uma comparação textual entre as edições, é possível notar que, na 2ª edição, são suprimidos excertos da edição anterior nos quais se apontava para a centralidade das questões etimológicas no trato de temas metagramaticais. As supressões acontecem, sobretudo, nos tópicos em que são abordadas as classe de palavras, como se verifica nos exemplos transcritos no quadro a seguir:

Quadro 13 – A etimologia nas edições das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*

<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> – 1ª edição (1893)	<i>Notas sobre a Lingua Portuguesa</i> – 2ª edição (1894)
Em geral os grammaticos incluem os artigos na classe dos adjectivos determinativos e dão-lhe o nome de adjectivos articulares. <u>Em todo o caso é sem importancia essa distincção desde que ella não traz influencia sobre origem, transformação e emprego de tal especie de palavra.</u> Si nos não enganamos, diz Max Muller que artigo é a tradução litteral do nome grego <i>arthron</i> (latim <i>artus</i>) que significava a articulação ou juntura dos ossos. [...] <u>Sobre o artigo só ha uma questão a elucidar que é, qual a sua origem.</u> (Ferreira, 1893, p. 61, grifo nosso)	Em geral os grammaticos incluem os artigos na classe dos adjectivos determinativos e dão-lhe o nome de adjectivos articulares. Não ha razão alguma para não seguirmos a corrente do uso commum. Max Muller diz que <i>artigo</i> é a tradução litteral do nome grego <i>arthron</i> (latim <i>artus</i>) que significava a articulação ou juntura dos ossos. [...] <i>Artigo</i>, ou adjectivo articular é a palavra que modifica o substantivo de um modo preciso, determinado, particular. (Ferreira, 1894, p. 139).
Ha quem considere como pronomes somente os pessoas. Outros incluem nessa classe todos os adjectivos determinativos que vierem sem substantivo claro, trazendo á memoria o nome antecedente. <u>Estas distincções não teem valor algum etymologico.</u> Dispensamo-nos de analysar os pronomes que teem função de adjectivos, pois que já o fizemos. (Ferreira, 1893, p. 63-64, grifo nosso).	Ha quem considere como pronomes somente os pessoas. Outros incluem nessa classe todos os adjectivos determinativos que vierem sem substantivo claro, trazendo á memoria um nome já enunciado. Dispensamo-nos de analysar os pronomes que teem função de adjectivos (Vide Lecção 15). <i>Pronomes pessoas</i>, são os que lembram um nome em referência ás pessoas grammaticas (Ferreira, 1894, p. 143-144).

Fonte: Elaboração própria (2022).

Conforme é possível observar, os trechos sublinhados na primeira coluna do quadro explicitam que as observações relacionadas às partes do discurso, na 1ª edição, estavam centradas em questões de ordem etimológica. Outras discussões, tais como a possibilidade de inclusão dos artigos na classe dos adjetivos, eram tratadas com pouca importância, pois não interferiam na etimologia das partes do discurso. Na 2ª edição, Julio Pires Ferreira exclui tais trechos, diminui a ênfase nas discussões de ordem etimológica ao longo dos capítulos e passa a introduzir cada parte do discurso a partir de sua respectiva definição, movimento não realizado na edição anterior.

Dessa maneira, a etimologia, que até então predominava nas seções metagramaticais, deixa de ser o foco central da nova edição, que passa a enfatizar a categorização das partes do discurso e a apresentação de regras e exemplos, aspectos tipicamente explorados pelas gramáticas práticas. A semelhança da 2ª edição com esse tipo de instrumento, aliás, também é constatada na análise microestrutural de outros trechos da obra, em que é possível visualizar outros deslocamentos de postura em relação à 1ª edição:

Quadro 14 – Temas da gramática prática nas edições das *Notas sobre a Língua Portuguesa*

<i>Notas sobre a Língua Portuguesa</i> – 1ª edição (1893)	<i>Notas sobre a Língua Portuguesa</i> – 2ª edição (1894)
Deslisamos por sobre o que faz objecto das grammaticas praticas que não são em pequeno numero, <u>esquivamos-nos de tratar sobre os comparativos de igualdade, superioridade e inferioridade, sobre os superlativos, absolutos e relativos</u>, pois só tivemos em mente ao iniciar a publicação destas notas esboçar o que de mais importante se encontra no estudo de nossa lingua (Ferreira, 1893, p. 78, grifo nosso).	D’ahi conclue-se que o gráu comparativo subdivide-se em comparativo de <i>egualdade</i>, de <i>superioridade</i> e de <i>inferioridade</i>, e que o superlativo subdivide-se em <i>absoluto</i> e <i>relativo</i>. Pode-se formar o <i>comparativo</i> de dous modos: 1º <i>analyticamente</i> juntando-se ao positivo os advérbios <i>tam</i>, <i>tanto</i> (egualdade), <i>mais</i> (superioridade), <i>menos</i> (inferioridade). [...] 2º <i>syntheticamente</i>, por meio do sufixo <i>ior</i> (latim) que corresponde a <i>or</i> (portuguez). [...] O superlativo <i>absoluto synthetico</i> forma-se com o accrescimo da terminação <i>imo</i> derivada de <i>timus</i>, abrandada em <i>simus</i>, e <i>imus</i> – facil sup. abs. synth. facilimo ou facilissimo. [...] O superlativo <i>absoluto analytico</i> forma-se antepondo-se ao adjectivo positivo os advérbios <i>mui</i>, <i>muito</i> ou <i>nada</i>, ou então os advérbios em <i>mente</i>, ou os advérbios <i>assás</i> e <i>demasiado</i>: – João é mui, muito, assas, grandemente ou nada sabio. O Portuguez não possui o superlativo <i>relativo synthetico</i> a não ser os formados com os comparativos <i>syntheticos</i> precedidos do artigo e seguidos de preposição <i>de</i>: o melhor dos agouros é combater pela patria. O superlativo <i>relativo analytico</i> forma-se, antepondo-se as palavras <i>o mais</i> ou <i>o menos</i> e suas variações ao positivo: – A caridade é a mais nobre das virtudes. O ar é o menos pesado dos elementos (Ferreira, 1894, p. 129-132).
<u>As pretensas irregularidades dos verbos não resistem á analyse etymologica, são mais do dominio do estudo pratico do que do theorico.</u> [...] Portanto fique bem claro e assentado, a grande classe de verbos irregulares não existe senão para aquelles que estudam a lingua portugueza superficialmente como se fazia ha uns vinte annos passados (Ferreira, 1894, p. 81).	Apezar de termos dito que propriamente em Portuguez só ha irregulares os verbos <i>ser</i> e <i>ir</i> (Lecção 17ª), o uso tem determinado que sejam considerados irregulares os verbos que se afastam do paradigma da conjugação a que pertencem. Não satisfeitos com esta grande dificuldade, os Grammaticos apresentam uma nova divisão de verbos irregulares quanto á orthographia ou verbos aparentemente irregulares (Ferreira, 1894, p. 161).

Dar uma lista dos participios irregulares preferidos aos regulares etc. era descer do ponto em que nos temos colocado para de novo estudar o que as grammaticas aos milheiros dizem e repetem.

Assim, melhor seria explicar sunccintamente o plano da obra de Ad. Coelho, detendo-nos nos logares que mais se prestarem a uma explicação clara aos estudantes, para quem somente temos a velleidade de dizer cousas novas (Ferreira, 1893, p. 80, grifo nosso).

Muitos verbos teem dous participios passados, um regular e outro irregular.

Os 1^{os} são geralmente conjugados com os verbos *ter* e *haver*; os 2^{os}, como simples adjectivos verbaes, designando qualidades, são mais usados com os verbos *ser* e *estar*.

*1ª conjugação*¹³

Part. Pass. Reg.	Part. Pass. Irreg.	Part. Pass. Reg.	Part. Pass. Irreg.
Acceitado	Acceito ou acceite	Gastado (ant.)	Gasto
Afeiçãoado	Affecto	Ignorado	Ignoto
Agradado	Grato	Infectado	Infecto
		Infestado	Infesto [...]

(Ferreira, 1894, p. 168)

Fonte: Elaboração própria (2022).

Tal como se destaca nos excertos sublinhados na primeira coluna do quadro, a 1ª edição da obra é explícita na sua intenção de evitar repetir determinados movimentos tipicamente adotados nas gramáticas práticas, como a descrição das espécies de grau nos adjetivos e a apresentação de lista dos participios irregulares. Além disso, com base em razões etimológicas, chega-se a refutar a existência de verbos irregulares no português, afirmando que as irregularidades seriam uma questão mais prática do que teórica. A esse respeito, numa retórica de ruptura com os estudos anteriores sobre a língua portuguesa, afirma-se que somente aqueles que não estudassem a fundo as questões da língua vernácula poderiam considerar válida a categoria dos verbos irregulares.

A 2ª edição, porém, apresenta uma perceptível mudança de postura, uma vez que, tal como se observa na segunda coluna do quadro, o autor deixa de tecer os referidos comentários e passa a realizar, sem ressalvas, os movimentos descritivos típicos das gramáticas escolares. Em relação à irregularidade dos verbos, há uma mudança de entendimento na 2ª edição, na medida em que o autor passa a aceitar a existência da categoria dos verbos irregulares e procede à conjugação de alguns desses verbos nas páginas subsequentes.

O deslocamento da proposta do autor para o ensino de português também é refletido na mudança da própria natureza da obra publicada. Apesar de preservar o título original, a 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa* deixa de ser um conjunto de artigos de feição histórica e passa a ter a natureza de um instrumento linguístico, mais especificamente uma

¹³ A lista se estende por quatro páginas e apresenta, em quatro colunas, uma vasta quantidade de participios regulares e irregulares de verbos da 1ª, 2ª e 3ª conjugações. A fim de não alongar o quadro para além do necessário para a ilustração proposta, opto por apresentar apenas as quatro primeiras linhas da lista.

gramática, fato que se comprova por meio de análises historiográficas orientadas para o contexto e para o conteúdo, apresentadas a seguir.

Numa análise orientada para o contexto, é possível perceber que Julio Pires Ferreira, por ocasião da publicação da 3ª edição da obra, renomeada com o título *Grammatica Portuguesa*, reconhecia a edição de 1894 como uma gramática. Embora já o tenha apresentado no Capítulo 3 desta dissertação, transcrevo, novamente, o trecho em que o autor explicita essa posição:

O acolhimento carinhoso e excepcional que essa obra [1ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*] teve, envaideceu-nos e resolvemos publicar obra de maior desenvolvimento: em fins de 1894, esgotando-se aquella edição, exposemos á luz uma grammatica portugueza organizada de modo que podesse servir de guia ao estudante de portuguez de qualquer classe a que pertencesse (Ferreira, 1910 [1905], p. 3, grifo nosso).

Além da autopercepção do autor acerca da nova edição, menções à obra em jornais do período também a reconheciam como uma gramática. Na edição de 05 de agosto de 1902 do *Diario de Pernambuco*, por exemplo, numa coluna dedicada à discussão de questões da língua portuguesa, encontra-se o seguinte comentário:

Quanto aos pronomes, recommenda ao pobre rapaz que, se não quer lêr outros autores consulte a grammatica do dr. Julio Pires, uma das melhores da actualidade e geralmente adoptada nas escolas.

Elle encontrará na pag. 147, este aviso aos tolos, como elle:

«Sobre a collocação dos pronomes pessoaes complementos (variações pronominaes) ha tantos exemplos classicos que infalliveis, certas e irrevogaveis leis ainda não foram approvadas.»

[...]

Dize-lhe que leia tudo o que está na aludida grammatica e em outras que eu penso mandar deixar em alguma casa por elle iniciada, e depois se convencerá do papel triste que está representando [...] (Prosa..., 1902, p. 2, grifo nosso).

Conforme se observa dos trechos grifados, o autor da coluna considera que Julio Pires Ferreira já possuía, em 1902, uma gramática que era adotada nas escolas e se mostrava digna de ser consultada para a compreensão de questões gramaticais da língua portuguesa. Apesar de não haver menção expressa ao título da gramática no excerto, foi possível verificar que o trecho da obra de Julio Pires Ferreira diretamente citado pelo colunista, relativo à colocação pronominal, se encontra precisamente na página 147 da 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, o que comprova que o autor do comentário se referia, de fato, à reedição de 1894. Com isso, percebe-se que, diante da ampliação do conteúdo metagramatical, a obra deixa de ser encarada como um conjunto de artigos e passa a ser concebida, pelos próprios leitores, como uma gramática.

Numa análise orientada para o conteúdo, a natureza gramatical da 2ª edição é comprovada quando analisamos a imanência da obra a partir dos apontamentos de Auroux (2014) acerca do fato da gramatização. Tal como já apontado na seção 2.4 do Capítulo 2 desta dissertação, o autor considera que um instrumento gramatical deve ser composto por três elementos básicos: a) categorização de unidades; b) exemplos; c) regras mais ou menos explícitas para a construção de enunciados. Passemos, então, a analisar o modo com o qual a nova edição reflete tais elementos.

Em relação à categorização de unidades, é possível perceber que há um interesse em definir explicitamente as partes do discurso. Isso fica especialmente evidente na 11ª lição, quando se aborda a temática da taxonomia, compreendida como o estudo da classificação das palavras em categorias. Partindo do critério semântico da significação das palavras, o autor apresenta oito partes do discurso: substantivo, adjetivo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Importa frisar que, embora a 1ª edição da obra já se utilize dessas categorias para organizar as discussões etimológicas, é somente na 2ª edição que os conceitos e as subcategorias de cada parte do discurso passam a ser sistematizados. O Quadro 15, elaborado nos moldes do quadro apresentado por Vieira (2018) para sintetizar a abordagem das classes de palavras na gramática de João Ribeiro, ilustra a categorização de unidades na obra de Julio Pires Ferreira:

Quadro 15 – Categorização das partes do discurso em Ferreira (1894)

Parte do discurso	Subcategorias
Substantivo: palavra que designa o nome de animal, cousa ou objeto.	Próprio, abstrato, concreto, coletivo, verbal, etc.
Adjetivo: palavra que exprime um atributo qualificativo ou determinativo que modifica o substantivo.	Qualificativo (explicativo e restritivo), determinativo (possessivo, demonstrativo, relativo, quantitativo, articular), etc.
Pronome pessoal ¹⁴ : lembra um nome em referencia às pessoas gramaticais.	-
Verbo: palavra que exprime um fato.	Regular, irregular, defectivo, unipessoal, transitivo, intransitivo, pronominal, perifrástico, substantivo, atributivo, etc.
Advérbio: palavra que exprime uma circunstância.	De tempo, lugar, ordem, quantidade, afirmação, negação, dúvida, exclusão, modo.
Preposição: palavra que exprime a relação de dependência que existe entre duas palavras.	De meio, posse, companhia, tempo, conveniência, separação, matéria, causa, oposição, fim, lugar, modo, etc.

¹⁴ Em sua categorização, Julio Pires Ferreira não apresenta uma definição sistemática para a categoria “pronome”. As espécies de pronomes com função de adjetivo são incluídas na subcategoria dos adjetivos determinativos, e apenas o “pronome pessoal” é destacado de forma autônoma. Maiores considerações sobre essa questão serão realizadas no Capítulo 5 desta dissertação.

Conjunção: partícula que mostra a relação entre dois juízos, duas ideias ou duas orações.	Coordenativas (copulativas, adversativas, conclusivas, disjuntivas), subordinativas (condicionais, concessivas, temporais, causais, integrantes).
Interjeição: grito que exprime os sentimentos de uma maneira primitiva e animal.	De apelo, dor, admiração, mando, repugnância, silêncio.

Fonte: Elaboração própria (2022).

No tocante aos exemplos, tal como acontece nos instrumentos gramaticais, a 2ª edição das *Notas sobre a Língua Portuguesa* se utiliza de excertos de textos literários pregressos e de períodos fabricados pelo próprio autor para abonar os fatos e as prescrições realizadas. É possível perceber esse movimento em diversos momentos da obra, tal como se vê no seguinte exemplo:

Emprega-se o infinito pessoal:
1º Quando si poder substitui-lo pela linguagem do indicativo ou do subjuntivo:

Vimos as Ursas apezar de Juno
Banharem-se nas aguas de Neptuno
Luziadas C 5º E 15

[...]

2º Quando ha necessidade de clareza:

Comprei um livro para (tu) lêres
Comprei um livro para (eu) lêr (Ferreira, 1894, p. 177)

Quanto às regras para a construção de enunciados, é perceptível a maior preocupação da nova edição em apresentá-las. Enquanto na 1ª edição as regras eram elaboradas apenas em tópicos pontuais, com destaque para os temas da colocação pronominal e do emprego do infinito pessoal, na 2ª edição o trato normativo passa a abranger outros temas, tais como a concordância verbal e nominal e o emprego dos artigos e dos tempos verbais.

Além de articular, ao longo do texto, esses três elementos (categorização de unidades, exemplos e regras), a 2ª edição da obra de Julio Pires Ferreira também passa a apresentar os conteúdos que, na visão de Auroux (2014), são característicos das gramáticas: fonética/ortografia, partes do discurso, morfologia, sintaxe e figuras de construção. Tais conteúdos, vale enfatizar, nem sempre estão organizados separadamente em lições específicas. Na 15ª lição, por exemplo, é abordado o adjetivo a partir de tópicos relacionados tanto a questões morfológicas (flexão de gênero e número) quanto a questões sintáticas (concordância e colocação).

Apesar disso, é possível perceber que, nos capítulos dedicados a temas metagramaticais, o autor busca seguir, em geral, a ordem de apresentação de gramáticas como

a *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro (1881): na 7ª lição, são apresentados conceitos gerais sobre os tipos de gramática e suas divisões; da 8ª lição ao primeiro tópico da 10ª, são expostas considerações de ordem fonológica; do segundo tópico da 10ª lição até a 22ª, são introduzidos temas de ordem morfológica, intercalados por questões sintáticas a respeito das partes do discurso; na 23ª lição, por fim, são apresentadas questões relacionadas à sintaxe, tais como os elementos da oração e as figuras de construção.

Seguindo o exemplo de Ribeiro (1881), Julio Pires Ferreira compreende que a fonologia e a morfologia seriam subdivisões da grande área da *lexeologia*, entendida como a parte da gramática voltada para o estudo da palavra em seu som e em sua forma. Sendo assim, para o autor, a gramática seria dividida em duas grandes partes: a *lexeologia* e a *sintaxe*. Essa divisão, por sua vez, é tida pelo gramático pernambucano como uma forma mais lógica de dividir os instrumentos gramaticais. Para sustentar seu ponto de vista, cita Júlio Ribeiro e Theophilo Braga e, num movimento retórico de contraposição às produções gramaticográficas anteriores, argumenta que a antiga divisão da gramática em quatro seções – *prosódia*, *ortografia*, *etimologia* e *sintaxe* – seria irracional e ultrapassada.

Outro aspecto que chama atenção na 2ª edição das *Notas* diz respeito à forma composicional. Embora permaneça organizada, em grande medida, sob a forma de texto contínuo, sem diferenças no tamanho das fontes tipográficas, a edição passa a apresentar uma maior quantidade de listas exemplificativas e de tópicos numerados. Como exemplo dessa última prática, transcrevo o trecho no qual o autor apresenta o conceito de sujeito:

Sujeito é o termo de que se afirma uma acção, qualidade ou estado: representa o objecto principal de que se falla e exercita o significado do verbo.

É expresso:

1º por um substantivo: – O gato mia.

2º por um pronome: – Nós pensamos.

3º por qualquer palavra substantivada: – O não desespera.

4º por uma proposição: – É inegavel *que a terra gyra* (Ferreira, 1894, p. 220)

Tal configuração topicalizada, somada ao aumento na quantidade de quadros e esquemas, demonstra uma maior preocupação em facilitar a compreensão dos conteúdos, o que se coaduna com o interesse do autor em apresentar uma obra destinada ao ensino de português nos cursos secundários. Vale destacar, nesse ponto, que esse tipo de estratégia de apresentação, mais esquemática e menos ensaística, já é notado na tradição gramatical ocidental desde a *Ars grammatica*, de Élio Donato (310-363 d.C.), gramática latina que, de acordo com Vieira (2018), serviu de modelo para as primeiras gramáticas vernaculares europeias. Em sua obra, Donato confere especial atenção para a organização da gramática, optando por um texto dividido numa maior quantidade de seções e apresentado de forma mais

esquemática, de modo a favorecer sua compreensão. Boa parte do sucesso que sua gramática alcançou, inclusive, “advém do método sistemático de exposição do conteúdo” (Vieira, 2018, p. 72). O fato da reedição das *Notas* adotar estratégias de apresentação legatárias de uma tradição gramatical milenar, por sua vez, indica que, para além de uma aproximação de conteúdo, também havia uma intenção de aproximar a nova edição da forma composicional tipicamente observada nos instrumentos gramaticais.

Ainda no que diz respeito à forma composicional da 2ª edição, também se destaca a introdução do uso de notas de rodapé para indicação das referências citadas, a exemplo do que faz Júlio Ribeiro (1881) em sua gramática. Essa prática permite identificar, de forma explícita, os autores que influenciaram Julio Pires Ferreira, o que, por sua vez, favorece a caracterização do perfil teórico-metodológico da descrição realizada. (cf. Capítulo 5, seção 5.1).

Em relação à repercussão da obra, foi possível constatar que, diferentemente do que aconteceu com a 1ª edição, o livro foi reconhecido pela Instrução Pública de Pernambuco, sendo indicado para uso dos professores desde, pelo menos, o ano de 1902, conforme consta na Portaria nº 11 da Inspeção Geral da Instrução Pública de Pernambuco, publicada em 09 de maio daquele ano:

O Inspector Geral Interino da Instrucção Publica, usando da attribuição que lhe confere o art. 41 §§ 14 e 15 do Regulamento de 30 de julho de 1896 e tendo em vista o parecer do Conselho Superior, approved em sessão de 1º de abril proximo findo, resolve adoptar para o ensino nas aulas publicas do Estado, os livros e compendios constantes da relação junta, a qual, depois de impressa, será remettida aos respectivos professores, afim de que, como lhes é recommendado pelos art. 21 § 2 do Regimento Interno das escolas, leccionem sómente por elles as materias exigidas pelo programma em vigor.

[...]

PARA O PROFESSOR

Grammatica portugueza de Pacheco e Lameira.

Notas sobre a lingua portugueza, de Julio Pires.

Diccionario gramatical de João Ribeiro.

Diccionario portuguez de Moraes, Aulete ou A. Coêlho [...] (Inspeção..., 1902, p. 4).

Tal como se lê do texto da mencionada Portaria, o livro de Julio Pires Ferreira passa a ser recomendado para uso dos professores, ao lado de obras que repercutiam nacionalmente naquele momento, tais como a já comentada gramática de Pacheco e Lameira e o *Diccionario grammatical*, de João Ribeiro. Dois são os motivos que ajudam a explicar a mudança de postura das autoridades estatais quanto à recomendação da obra.

Em primeiro lugar, destaca-se a maior observância da nova edição aos pontos do Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios de 1887. Tal como argumenta Vidal Neto (2021), seguir os programas de ensino em vigência consistia numa estratégia essencial para assegurar o sucesso de uma obra, seja do ponto de vista comercial, seja do ponto de vista do prestígio entre os pares. Ao passar a contemplar grande parte dos pontos do programa organizado por Fausto Barreto, a 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa* se tornava, do ponto de vista editorial, um título de maior interesse para uso das escolas.

Em segundo lugar, foi possível constatar que, a partir do ano de 1901, Julio Pires Ferreira começou a atuar no Conselho de Instrução Pública de Pernambuco. Desse modo, é possível supor que a condição de conselheiro do professor pernambucano pode ter exercido impacto na decisão de incluir o livro na lista de indicações para professores do estado.

Tendo sido analisadas as duas edições das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, resta, agora, proceder ao estudo da *Grammatica Portuguesa* do autor, obra que, tal como já se afirmou nesta dissertação (cf. Capítulo 3), reformula as ideias apresentadas na 2ª edição aqui comentada. Uma vez que as quatro edições da gramática a que tive acesso não possuem grandes diferenças do ponto de vista das propostas de ensino e das estratégias de apresentação, elas serão abordadas no mesmo tópico, sendo realizadas as devidas observações quanto a eventuais particularidades de cada edição.

4.4 *Grammatica Portuguesa: 2º anno, para uso do Curso médio e do Curso superior* (1910, 1917, 1921, 1929)

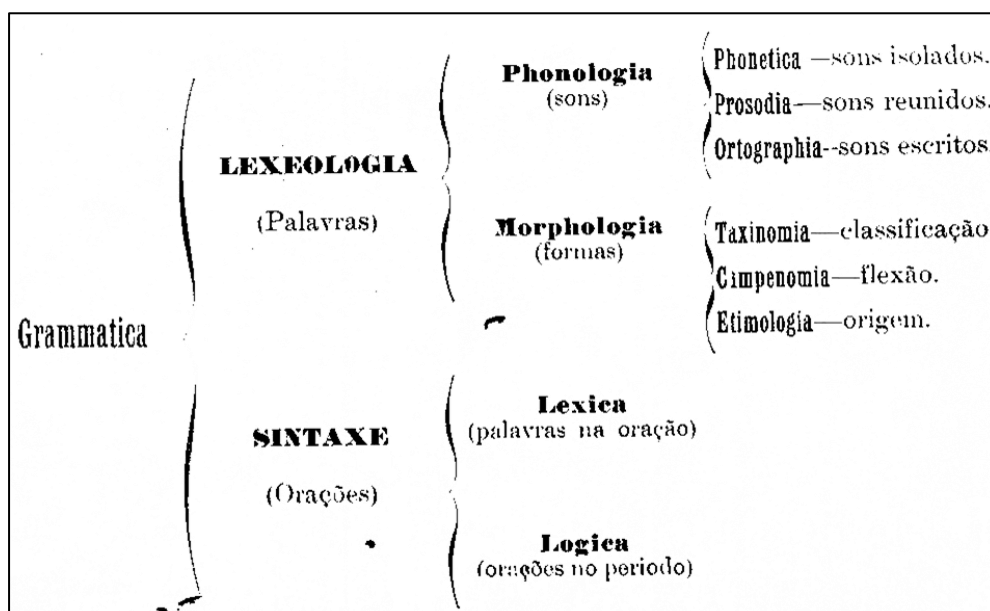
Publicada como uma 3ª edição da obra analisada na seção anterior, a *Grammatica Portuguesa* de Julio Pires Ferreira vem à lume no ano de 1905. Na 4ª edição, de 1910, é possível ler, na folha de rosto, que a obra era adotada em diversas escolas, tais como a Escola Normal, o Ginásio Ayres Gama, o Colégio Salesiano e “varios estabelecimentos de instrução deste e de outros Estados” (Ferreira, 1910, n.p.). A partir da 5ª edição, datada de 1917, passa a haver uma menção à premiação obtida pela obra por parte do governo de Pernambuco, fato que demonstra o prestígio alcançado pelo instrumento no âmbito estadual.

No que diz respeito aos aspectos macroestruturais, a obra, a exemplo de gramáticas publicadas naquele momento, como a popular *Grammatica Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1907), é organizada da seguinte maneira: de início, é exibida uma breve seção de noções gerais, na qual se expõe o modo de divisão da gramática e se definem conceitos como

o de gramática, linguagem e palavra; em seguida, são apresentadas três grandes seções, dedicadas à fonologia, morfologia e sintaxe, respectivamente.

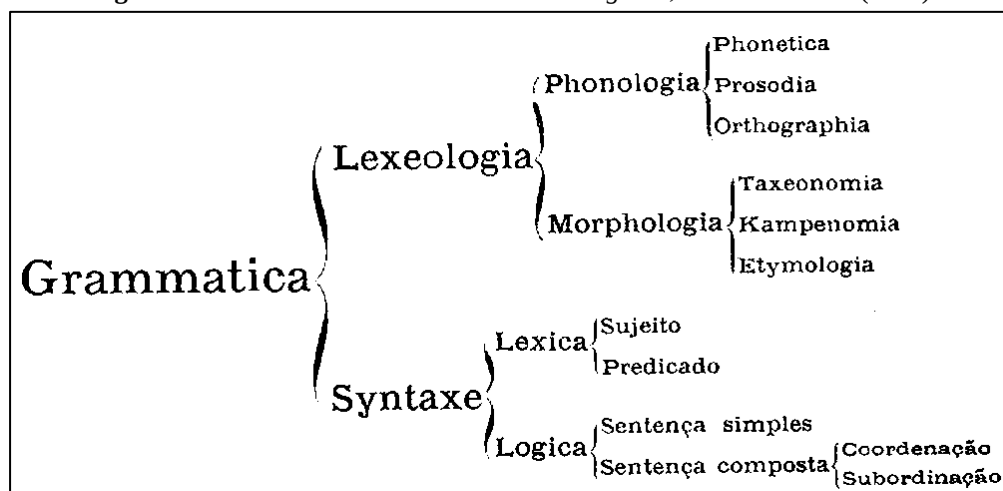
Convém destacar, contudo, que, mantendo a divisão realizada na 2ª edição das *Notas sobre a Língua Portuguesa*, o autor enquadra os dois primeiros níveis – fonologia e morfologia – no grande campo da lexeologia. Percebe-se, além disso, que o gramático pernambucano busca seguir a mesma organização delineada por Ribeiro (1881), fato que se comprova na comparação dos planos sinóticos apresentados pelos dois autores, reproduzidos nas Figuras 4 e 5:

Figura 4 – Plano sinótico da *Grammatica Portuguesa*, de Julio Pires Ferreira (1910)



Fonte: Ferreira (1910, p. 5).

Figura 5 – Plano sinótico da *Grammatica Portuguesa*, de Júlio Ribeiro (1881)



Fonte: Ribeiro (1881, n.p.).

A leitura dos dois planos permite concluir que Julio Pires Ferreira também adota as mesmas subcategorias de Júlio Ribeiro para cada um dos níveis: a fonologia é subdividida em fonética, prosódia e ortografia; a morfologia, em taxinomia, campenomia e etimologia; a sintaxe, em léxica e lógica. Embora essas subcategorias já sejam mencionadas na 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, é somente com a reorganização empreendida na *Grammatica Portuguesa* que os conteúdos passam a ser sistematicamente expostos de modo segmentado.

Em relação a essa forma de organização dos instrumentos gramaticais, é importante mencionar que, embora pudesse haver flutuações terminológicas no plano sinótico adotado por cada gramático (cf. Cavaliere, 2000), os temas abordados eram essencialmente os mesmos. Além disso, também é necessário pontuar que, transcorridos alguns anos da publicação do Programa de Português para os Exames Geras de Preparatórios de 1887, os instrumentos gramaticais não mais se preocupavam em transcrever textualmente os 46 pontos do documento nos títulos de suas lições. Com isso, mesmo aqueles que inicialmente haviam adotado essa estratégia editorial, tal como foi o caso de Pacheco e Lameira e de João Ribeiro, optaram por reorganizar suas gramáticas em grandes seções, tal como se nota em estudos focados em reedições das obras desses autores (cf. Fávero; Molina, 2006). O programa organizado por Fausto Barreto, no entanto, continuou a ser o documento oficial de referência para o ensino de português e, por esse motivo, as gramáticas ainda procuravam contemplar, em seus capítulos, os conteúdos previstos em cada ponto.

No caso da *Grammatica Portuguesa* de Julio Pires Ferreira, o que se observa é que houve a preservação da grande maioria dos conteúdos apresentados na 2ª edição das *Notas*. Tais conteúdos, conforme demonstrado na seção anterior deste Capítulo, já contemplavam 41 dos 46 pontos do programa de Fausto Barreto. Por esse motivo, não se mostra necessário, aqui, comparar os capítulos da *Grammatica Portuguesa* de Julio Pires Ferreira com os pontos do documento oficial. Basta mencionar que, além desses pontos, a gramática de Julio Pires Ferreira passou a incluir capítulos especificamente dedicados a conteúdos do programa que não haviam sido contemplados na reedição das *Notas*, tais como a pontuação, os vícios de linguagem, os arcaísmos, os neologismos e os idiotismos.

A respeito deste último tema, convém apontar que é possível perceber uma mudança de concepção do autor quanto a pertinência dessa categoria para classificar os fatos da língua. Nas duas edições das *Notas*, além de não haver espaço específico dedicado à análise dos idiotismos, essa categoria é tida como um “recurso extremo dos que não aprofundam as questões grammaticas” (Ferreira, 1893, p. 109). Na *Grammatica Portuguesa*, por sua vez, a

crítica é suprimida e, seguindo o exemplo de outras gramáticas do período, os idiotismos são conceituados como “factos peculiares a uma lingua” que, muitas vezes, “não são susceptíveis de análise pelos preceitos grammaticaes” (Ferreira, 1910, p. 242).

A mudança de postura quanto aos idiotismos e a inclusão dos novos capítulos indica que a obra se aproxima ainda mais das demandas escolares do período, na medida em que passa a contemplar mais pontos do Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios. Realizadas as devidas considerações gerais acerca dos conteúdos e da forma de organização, passemos, então, a comentar brevemente cada uma das seções da obra.

Acerca das noções gerais, vale destacar que, diferentemente de gramáticos como João Ribeiro, Julio Pires Ferreira não se ocupa em distinguir os diferentes tipos de gramática. Essa postura difere, inclusive, da 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, quando o autor distingue os conceitos de *grammatica pratica*, *grammatica geral*, *grammatica particular*, *grammatica comparativa* e *grammatica historica*. Embora essa diferenciação fosse um ponto exigido pelo programa de Fausto Barreto, a gramática de Julio Pires Ferreira não é a única a não realizar tais distinções: a supressão também ocorre, por exemplo, na já mencionada 1ª edição da *Grammatica Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1907)¹⁵. É possível observar, inclusive, grande semelhança entre a seção de noções preliminares apresentada em Pereira (1907) e a seção de noções gerais da *Grammatica Portuguesa* de Julio Pires Ferreira: nos dois instrumentos, os autores expõem, sucintamente, conceitos como os de linguagem, palavra e gramática portuguesa, além de introduzirem a forma de divisão da gramática.

A respeito da seção dedicada à fonologia, chama atenção o tamanho reduzido e simplificado das considerações realizadas na gramática. Dividida em cinco breves capítulos e preenchendo apenas 23 das 282 páginas da 4ª edição da obra, a seção apresenta, de forma geral, apontamentos acerca dos sons das vogais e das consoantes, das sílabas e acentos, das regras ortográficas e dos metaplasmos. Os termos empregados são definidos de forma sucinta, sem a realização de descrições alongadas. Além disso, são excluídos da *Grammatica Portuguesa* os comentários acerca do processo de emissão de sons a partir do aparelho de fonação, realizados ao longo de duas páginas na 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*.

O desprestígio da fonologia em relação às outras áreas da gramática, no entanto, não é uma exclusividade da obra em estudo. Segundo Cavaliere (2000), tal situação ocorria, em geral, com todas as gramáticas daquele período, e pode ser explicada pelo fato das descrições

¹⁵ É preciso mencionar, porém, que, em reedições posteriores, Eduardo Carlos Pereira passa a realizar a distinção dos tipos de gramática, nos moldes exigidos pelo programa de Fausto Barreto.

diacrônicas da língua serem concentradas nos capítulos dedicados à etimologia, que então integrava o campo da morfologia. Dessa forma, embora determinados aspectos diacrônicos fossem tratados no segmento da prosódia, como era o caso dos metaplasmos, a seção da fonologia permanecia preponderantemente relacionada à natureza e classificação dos sons vocálicos e consonantais e a sua representação gráfica.

Ainda em relação a essa seção, vale destacar que, ao longo das reedições da *Grammatica Portuguesa*, os apontamentos relacionados à ortografia sofreram importantes modificações. O que justifica essas mudanças, por sua vez, é a grande controvérsia que envolvia a questão ortográfica no início do século 20. Devido à falta de um sistema ortográfico oficialmente estabelecido, várias foram as tentativas de uniformização do padrão a ser seguido pelos “homens das letras” (Cavaliere, 2000). Diante desse cenário, o gramático pernambucano buscou, a cada reedição, atualizar o estado da discussão e expor as regras mais atuais que estavam vigentes. Sendo assim, enquanto na 4ª edição, de 1910, são apresentadas as regras segundo o projeto da Academia Brasileira de Letras de 1907, na 7ª edição, datada de 1929, as regras expostas são aquelas constantes no *Formulario Ortographico*, organizado por Laudelino Freire (1873-1937) em 1926.

Em contraste com o pouco desenvolvimento da seção fonológica, a seção que aborda a morfologia é a mais volumosa de toda a gramática, tal como era a regra nas gramáticas do período (Cavaliere, 2000). Seguindo a subdivisão adotada no quadro sinótico para o campo da morfologia, a seção é dividida em capítulos dedicados à taxinomia, à campenomia e à etimologia. Nas subseções, por sua vez, são realizadas considerações sobre cada parte do discurso isoladamente. Isso significa dizer que o estudo morfológico dos substantivos, por exemplo, é realizado de forma fragmentada em três capítulos, localizados, cada um, numa das três subseções mencionadas.

O que se observa, de modo geral, é que há uma reorganização na forma de apresentação dos conteúdos morfológicos já expostos na 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*. Nas páginas dedicadas à taxinomia, são reunidos os diferentes modos de classificação das palavras, bem como são elencadas e definidas cada parte do discurso. Na subseção denominada campenomia, são abordadas questões relativas à flexão das palavras. Os capítulos, nessa subseção, expõem e definem os elementos mórficos que constituem as palavras, prescrevem regras relativas à flexão nominal de gênero, número e grau, bem como apresentam longas listas com a exposição dos paradigmas das conjugações verbais. Em relação à etimologia, são incluídas considerações sobre o processo de formação e sobre a

origem das palavras. Nesta subseção, são reproduzidos, em grande parte, os apontamentos metagramaticais realizados desde a 1ª edição das *Notas sobre a Lingua portuguesa*.

A seção da sintaxe apresenta a maior mudança realizada pelo autor em relação à obra anterior, uma vez que os temas sintáticos, no lugar de serem abordados de forma esparsa, passam a ser reunidos numa mesma seção. O capítulo inicial, de modo semelhante à última lição da 2ª edição das *Notas sobre a Lingua portuguesa*, expõe os metatermos relacionados à sintaxe e suas respectivas definições. Nos capítulos seguintes, são sistematizados os fatos e as regras sintáticas relativas às classes de palavras e à ordem gramatical, bem como são apresentadas as figuras de sintaxe. Essa nova forma de organização, por sua vez, aproximou ainda mais a obra dos padrões tradicionalmente seguidos pelas demais gramáticas do período. Ao final da seção, são abordadas as alterações gramaticais e lexicológicas, os vícios de linguagem, os idiotismos e a pontuação.

Para além das noções gerais e dos conteúdos relativos às seções indicadas no quadro sinótico, a gramática de Julio Pires Ferreira possui um apêndice contendo exercícios de redação e capítulos com considerações históricas sobre a língua. No tocante aos exercícios de redação, é necessário lembrar que, além da análise gramatical, os Exames Gerais de Preparatórios eram compostos por uma prova escrita de redação. Dessa forma, ao incluir esse tipo de exercício, o autor procurava adequar sua obra às necessidades do ensino de português daquele período, ainda que tais necessidades ultrapassassem o limite do estudo estritamente gramatical. Chama atenção, contudo, a ausência, nos tomos voltados aos cursos secundários, de exercícios de fixação dos temas gramaticais. Tais exercícios estão presentes apenas no tomo dedicado aos cursos primários.

Os capítulos com apontamentos históricos, por sua vez, consistem em versões resumidas dos capítulos iniciais das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*. Nesse processo de síntese, o capítulo que abordava considerações sobre a ciência da linguagem e o capítulo que analisava a hipótese da origem céltica da língua portuguesa foram excluídos da *Grammatica Portuguesa*. Numa comparação entre as obras do autor, podemos visualizar a diminuição do espaço dedicado a questões históricas, que compunham o interesse da ciência da linguagem naquele período:

Quadro 16 – Temas históricos nas obras de Julio Pires Ferreira

Notas sobre a Lingua Portuguesa – 1ª ed. (1893)	Notas sobre a Lingua Portuguesa – 2ª ed. (1894)	Grammatica Portuguesa: 2º anno – 4ª ed. (1910)
I. Nomes dados á sciencia da linguagem. – Sua classificação. – Formação da linguagem.	-	-
II. Alphabetos. – Classificação das linguas. – Qual a que deu origem ás indo-européas?	Lecção Primeira. A sciencia da linguagem. – Classificação das linguas	-
III. Origem da lingua portugueza: o latim.	Lecção Segunda. Origem da lingua portugueza: o latim	Origem da lingua portugueza: o latim.
IV. O celticismo.	Lecção Terceira. O celticismo	-
V. Ligeira noticia da formação do lexico portuguez.	Lecção Quarta. Ligeira noticia da formação do lexico portuguez	Ligeira noticia da formação do lexico portuguez
VI. Lexico portuguez: o latim.	Lecção Quinta. Lexico portuguez: o latim	Lexico portuguez: o latim
VII. Dialectos. – Dialecto brasileiro. – Dialectos portuguezes. – Edades da lingua portugueza.	Lecção Sexta. Dialectos. Dialecto brasileiro. Dialectos portuguezes. Edades da lingua portugueza.	Dialectos. Dialecto brasileiro. Dialectos portuguezes.

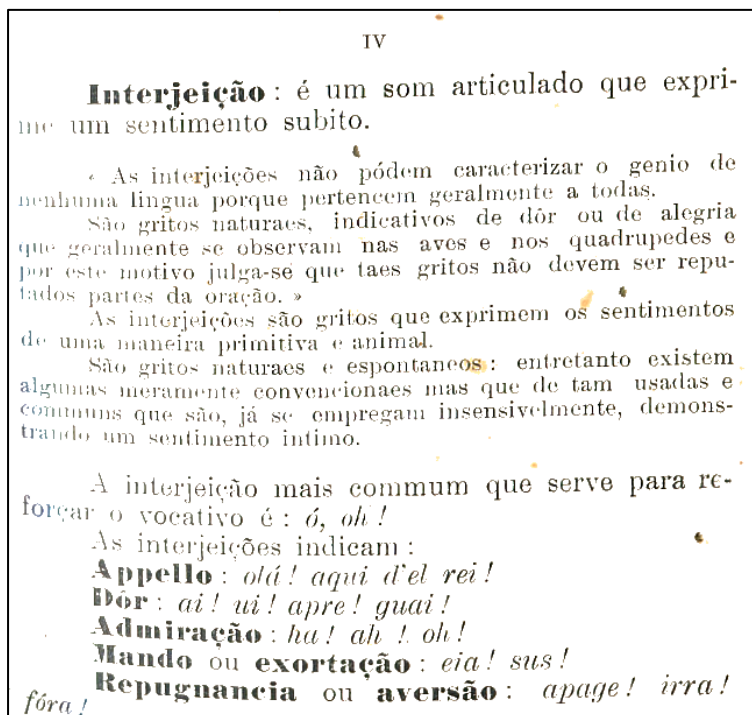
Fonte: Elaboração própria (2023).

Percebe-se, assim, que o espaço para as discussões históricas é gradativamente reduzido ao longo das reedições e reformulações empreendidas. Esse movimento indica que, a despeito da aproximação retórica com os estudos histórico-comparativos, discussões dessa natureza ocupavam, na prática, lugar marginal no ensino de português, fato que explica, também, o deslocamento dos capítulos de caráter histórico para o apêndice da gramática.

Ainda em relação ao apêndice, vale salientar os acréscimos realizados ao longo das reedições da gramática. A partir da 6ª edição, publicada em 1921, o apêndice passa a contar, além dos já mencionados capítulos, com seções dedicadas à classificação das línguas, aos períodos da língua portuguesa e a considerações sobre semântica. Na edição seguinte, datada de 1929, o apêndice ganha o acréscimo de mais um capítulo, dedicado a noções de estilo.

No que tange à forma composicional, a *Grammatica Portuguesa*, em comparação com as *Notas sobre a Lingua portuguesa*, apresenta um texto mais topicalizado e com arranjos tipográficos diferenciados, características comuns às gramáticas escolares do período. Além do uso do negrito para destacar os títulos e os termos centrais dos capítulos, uma outra estratégia de apresentação introduzida na gramática consiste no uso de fontes de tamanhos diferenciados ao longo do corpo texto. É o que se observa, por exemplo, na Figura 6, que reproduz a página na qual se define o conceito de interjeição:

Figura 6 – Uso de fontes tipográficas de tamanhos diferentes na *Grammatica Portugueza* (1910)



Fonte: Ferreira (1910, p. 53).

Embora o gramático pernambucano não explicita o propósito dessa diferenciação, é possível depreender que a justificativa é a mesma que se encontra em gramáticas como as *Noções de Grammatica Portugueza*, de Pacheco e Lameira:

NOTA – A matéria que o alumno é obrigado a encerebrar vae impressa em typo maior; as notas encasadas no texto, e as que vão embaixo da pagina são destinadas aos que mais desejam aprender.

Entendemos dever forrar-nos á tarefa de nos ocuparmos de definições e outras coisas elementares, que o alumno já deve conhecer desde a escola primaria (Pacheco; Lameira, 1887, p. 4).

No caso da gramática de Julio Pires Ferreira, as informações apresentadas em fonte maior, isto é, as informações tidas como essenciais, correspondem, em geral, aos conceitos dos metatermos, às regras prescritas e aos exemplos. As matérias expostas em fonte menor, por sua vez, são aquelas que fornecem informações complementares sobre o fato linguístico em comento, prática que envolvia, muitas vezes, menções a outros autores. Não se deve concluir, com isso, que as informações em fonte tipográfica menor sempre ocupam um espaço reduzido e pontual na gramática: a depender do tipo de discussão, os comentários se alongam por vários parágrafos ou mesmo por várias páginas, como é o caso dos comentários realizados

sobre a colocação pronominal, tema sintático bastante debatido no período. Chama atenção, também, o fato de vários apontamentos históricos realizados nas duas edições da *Notas* terem sido integrados à *Grammatica* por meio dessa estratégia de apresentação. Os dois capítulos dedicados à etimologia verbal, por exemplo, foram apresentados inteiramente em fonte tipográfica menor, o que é mais um indicativo de que as questões de ordem histórica assumiam, na prática, um papel secundário no ensino da língua.

A análise realizada até aqui permite concluir que a reformulação empreendida pela *Grammatica Portuguesa: 2º anno* leva à cabo a mudança de postura em relação ao ensino de português que havia se iniciado na 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*: o interesse em divulgar, nas escolas, o conhecimento científico da linguística histórico-comparativa perde espaço para as prescrições normativas e para a categorização de unidades. A obra didática concebida para o ensino deixa de ser um opúsculo composto por artigos de feição histórica e passa a ser uma gramática escolar direcionada especificamente aos cursos secundários. Dessa forma, o deslocamento visualizado entre a obra produzida em 1893 e a gramática publicada no início do século 20 reforça a tese de Vidal Neto (2021) de que, a partir do início do século 20, começa a haver um processo de especialização da produção linguística sobre o português, de modo que as obras destinadas ao ambiente escolar, por meio de um processo de didatização, deixam de ser o espaço da discussão científica sobre a língua.

5 A DESCRIÇÃO GRAMATICAL NAS OBRAS DE JULIO PIRES FERREIRA

Este capítulo é dedicado às considerações do segundo eixo analítico definido para esta pesquisa, que corresponde à descrição gramatical empreendida por Julio Pires Ferreira. Levando em consideração as categorias de análise estabelecidas para esse eixo (cf. Capítulo 3, Quadro 9), procuro analisar, aqui, o perfil teórico-metodológico que caracteriza o pensamento gramatical do professor pernambucano, a metalinguagem gramatical empregada no texto e a língua que efetivamente se encontra gramatizada nos instrumentos linguísticos. Para tanto, divido o capítulo em três seções.

Na primeira seção, investigo o perfil teórico-metodológico das fontes a partir dos movimentos de continuidade e descontinuidade que são estabelecidos em relação às três linhagens gramaticográficas existentes no contexto da gramaticografia de língua portuguesa: a latinizada, a racionalista e a empirista. Ainda que as observações sobre tais linhagens já tenham sido realizadas nesta dissertação (cf. Capítulo 2, seção 2.4), não é demais lembrar que, apesar de compartilharem traços em comum, elas apresentam posturas epistemológicas particulares, que se refletem nos aspectos retóricos e analíticos das gramáticas. Sendo assim, nesta seção, o perfil teórico-metodológico é caracterizado pela análise da rede de citações a outros autores e pelos movimentos, retóricos e descritivos, que permitem identificar o alinhamento ou a contraposição das fontes às diferentes linhagens e a determinadas perspectivas dos estudos linguísticos.

Na segunda seção, busco relacionar a rede de metatermos e definições adotadas por Julio Pires Ferreira com o aparato categorial e conceitual advindo da tradição greco-latina. Além disso, em consonância com o perfil correlativo e arquitetônico-axiomático proposto para essa historiografia, realizo, nesta seção, a comparação entre a rede metalinguística presente nas obras investigadas com as redes apresentadas em outras gramáticas de língua portuguesa anteriores ou contemporâneas aos instrumentos do autor, especialmente no que diz respeito às partes do discurso e aos termos empregados na rede taxonômica da sintaxe da oração.

Na terceira e última seção, trato da língua gramatizada nos instrumentos linguísticos de Julio Pires Ferreira. Uma vez que o objeto descrito nas gramáticas se constitui como um recorte seletivo de um todo linguístico (Swiggers, 2012), busco verificar em que medida, e de que forma, as especificidades do português do Brasil são consideradas na descrição gramatical do autor. Identifico, também, o tipo de exemplário utilizado para abonar as regras e os fatos apresentados ao longo do texto, a fim de compreender de que forma o tipo de

corpus selecionado pelo autor reflete a realidade linguística privilegiada na gramatização da língua.

5.1 Perfil teórico-metodológico

No Capítulo 4 desta dissertação, destaquei que a 1ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa* foi publicada em meio a uma atmosfera intelectual marcada pela difusão, no Brasil, dos estudos advindos da linguística histórico-comparativa europeia. Tendo a intenção inicial de difundir os estudos então realizados na ciência linguística daquele momento, Julio Pires Ferreira, no prólogo da obra, faz menção a autores que, em maior ou menor grau, foram responsáveis por divulgar o método histórico-comparativo e as teses de evolução das línguas.

Entre os autores de língua estrangeira considerados como expoentes norteadores de seu trabalho, o professor pernambucano aponta os nomes de Max-Müller (1823-1900), Louis Jacolliot (1837-1890), William Dwight Whitney (1827-1894), Friedrich Diez (1794-1876), August Schleicher (1821-1868), Franz Bopp (1791-1867), Abel Hovelacque (1843-1896) e Theodor Benfey (1809-1881). Grande parte dos trabalhos desses autores, conforme destaca Cavaliere (2000, 2014), serviu como fonte recorrente para os gramáticos e filólogos brasileiros daquele momento. Entre os autores de língua portuguesa, Julio Pires Ferreira menciona os nomes dos filólogos portugueses Francisco Evaristo Leoni (1804-1874) e Adolpho Coelho, bem como o do gramático brasileiro Júlio Ribeiro.

A menção expressa a esses estudiosos nas primeiras páginas da obra, além de permitir identificar parte das influências doutrinárias que atravessam o texto, revela um movimento do autor de se filiar retoricamente às ideias da linguística histórico-comparativa a partir da apresentação de autoridades no assunto. Esse tipo de movimento retórico era relativamente comum nos textos de apresentação das gramáticas do período, como bem exemplifica Cavaliere (2000) ao reproduzir excertos das apresentações da *Grammatica Expositiva*, de Eduardo Carlos Pereira (1907), e dos *Serões grammaticaes*, de Ernesto Carneiro Ribeiro (1890). Esses instrumentos, convém lembrar, também estavam vinculados à linhagem gramaticográfica empirista que buscava se filiar aos estudos advindos do método histórico-comparativo.

Embora a consideração dos nomes citados nos paratextos de introdução dos instrumentos seja importante para caracterizar a retórica adotada nas obras, é necessário atentar, também, para os demais estudiosos que são citados no corpo do texto. Afinal, conforme observou Prete (2020) em estudo sobre o perfil teórico-metodológico da

Grammatica Portuguesa, de Júlio Ribeiro (1885 [1881]), grande parte dos autores que compõem a rede de influências dos gramáticos somente é mencionada ao longo da descrição gramatical. Dessa forma, para melhor compreender a natureza das ideias que caracterizam o perfil teórico-metodológico adotado por Julio Pires Ferreira em suas obras, procurei identificar os autores que são citados para compor os argumentos da 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*. Vale ressaltar que, por ser um processo que busca auxiliar a caracterização do perfil teórico-metodológico da obra, não foram considerados, nesse momento, os autores cujas obras são citadas apenas como exemplário para abonar as regras e os fatos linguísticos descritos.

A escolha específica de analisar a referida edição se deu não só pelo fato de ser ela a primeira obra de Julio Pires Ferreira a apresentar natureza de um instrumento gramatical (cf. Capítulo 4, seção 4.3), mas também em razão do maior emprego de notas de rodapé para explicitar as fontes citadas, prática que favoreceu a identificação dos autores e de suas respectivas obras. Ressalto, porém, que, apesar de tomar esta edição como referência para o processo de identificação da rede de influências do autor, as outras edições também foram analisadas, de modo que, ao longo da seção, são realizados apontamentos acerca das eventuais diferenças existentes nas reedições.

Antes de serem iniciadas as considerações sobre a rede de influências, é preciso mencionar que não se pode afirmar, com segurança, que Julio Pires Ferreira acessou diretamente todas as obras que são referenciadas. Tal como alerta Cavaliere (2014) ao comentar sobre o tema da influência na produção gramatical brasileira do século 19, os autores brasileiros, no lugar de lerem as obras dos linguistas histórico-comparativos, frequentemente optavam pela leitura de gramáticas inglesas e francesas, que já apresentavam, de forma aplicada, as ideias dos linguistas. Dessa forma, era comum que os brasileiros tomassem conhecimento das ideias que fundamentavam os estudos histórico-comparativos por meio de referências bibliográficas secundárias.

Realizado o processo de identificação dos autores citados ao longo do corpo do texto, foi possível constatar que Julio Pires Ferreira se vale de uma grande variedade de nomes para fundamentar suas lições. Chamam atenção, nesse sentido, as menções a diversos autores de língua estrangeira atuantes no cenário europeu do século 19, muitos dos quais se notabilizaram como filólogos comparativistas. Entre aqueles não citados no prólogo, merecem destaque os nomes de Michel Bréal (1832-1915), um dos expoentes da gramática comparada na França, e James Darmesteter (1849-1888?), estudioso que, apesar de não ter ganhado tanto

destaque no cenário europeu, teve grande repercussão entre os filólogos brasileiros por buscar alinhar os objetivos de investigar a língua com os de ensiná-la (Cavaliere, 2000, 2014).

A maior parte das citações, contudo, é de autores de língua portuguesa. Além de grande quantidade de menções aos estudos de Adolpho Coelho e Júlio Ribeiro, já citados no prólogo, adquirem especial relevância os nomes do português Theophilo Braga e dos brasileiros João Ribeiro, Pacheco Junior, Lameira de Andrade, Augusto Freire da Silva e Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior (1852-1922), todos autores de gramáticas da língua portuguesa. Este último, vale salientar, foi professor de português de Julio Pires Ferreira no curso secundário do Colégio Dois de Dezembro, sendo tido como aquele que “primeiro concorreu para o desenvolvimento de sua bellissima intelligencia” (Julio..., 1905, p. 145).

A evidência do contato direto, no contexto escolar, de Julio Pires Ferreira com Diégues Junior, por sua vez, ajuda a explicar o destaque conferido a uma figura que, no âmbito nacional, não era amplamente reconhecida na área dos estudos gramaticais. A influência dos trabalhos de Diégues Junior no pensamento gramatical do professor pernambucano repercute a tal ponto que, na última lição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa* (1894), dedicada ao estudo dos termos da oração e das relações sintáticas, Julio Pires Ferreira menciona, em nota, que a lição havia sido “inspirada no substancioso opusculo «Theoria das Proposições. 1893.»”, de seu “distincto mestre Dr. Diegues Junior” (Ferreira, 1894, p. 219). Tal fato demonstra que a rede de influências do autor não se limita aos nomes de maior repercussão do período, sendo atravessada, também, pelos contatos adquiridos em sua própria trajetória de vida.

Ao analisar a natureza epistemológica das gramáticas de língua portuguesa dos autores mencionados, é perceptível que a maioria dos instrumentos se filia à linhagem empirista que procurava amparo retórico nos estudos histórico-comparativos, tal como já atestado por estudos historiográficos previamente desenvolvidos (cf. Fávero; Molina, 2006; Polachini, 2018; Vieira, 2018; Vidal Neto, 2010). Dos gramáticos listados nos parágrafos anteriores, apenas Augusto Freire da Silva e Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior não estariam expressamente filiados a essa linhagem.

No caso de Freire da Silva, costuma-se apontar que sua *Grammatica Portuguesa* (1877), a despeito de estar situada num período de transição de linhagens, teria sido mais impactada pelos pressupostos racionalistas da *Gramática de Port-Royal* (cf. Molina, 2013). O próprio debate entre Freire da Silva e Júlio Ribeiro em torno do conceito de cientificidade da gramática (cf. Capítulo 4, seção 4.1) parece indicar a maior filiação do primeiro com a linhagem racionalista. No caso de Diégues Junior, não foram localizados estudos

historiográficos que caracterizem a obra do autor, de modo que uma afirmação precisa sobre a natureza epistemológica de sua produção se torna mais difícil. No entanto, é possível notar que seu *Curso de lingua nacional: grammatica elementar* (1876) possui um caráter preponderantemente pedagógico, uma vez que, na apresentação da obra, indica-se que as lições foram compiladas com o intuito de servir para as aulas no Colégio Dois de Dezembro e de facilitar o aprendizado dos estudantes.

Em relação às citações incorporadas no decorrer das lições de Julio Pires Ferreira, foi possível identificar que elas são empregadas, majoritariamente, em quatro situações específicas: a) na apresentação das ideias defendidas pela linguística histórico-comparativa; b) nas considerações históricas sobre o desenvolvimento das línguas; c) nas discussões envolvendo determinados fatos linguísticos e regras gramaticais; d) nas definições de metatermos e categorias gramaticais.

Na primeira situação, as citações são realizadas com o intuito de apresentar e acatar retoricamente a tese histórico-comparativa de que as línguas, por meio de determinados mecanismos, se modificam ao longo do tempo. Em tópico dedicado à explanação sobre as leis gerais de transformação dos sons, por exemplo, Julio Pires Ferreira, apoiado nos filólogos comparativistas Henry Sweet (1845-1912), Paul Passy (1859-1940) e Archibald Henry Sayce (1846-1933), expõe os dois princípios básicos que explicariam os processos de mudança linguística:

O primeiro principio é «a lei do menor esforço» que Sweet e Palesy (sic) chamam «principio de economia.»

O segundo é o «principio de emphase» largamente estudado por Sayce e Sweet.

Tiraram-se d'ahi duas leis:

1º A linguagem tende constantemente a desembaraçar-se do que é superfluo.

2º A linguagem tende constantemente a pôr em relevo o que é necessario.

É da primeira que derivam a fraca accentuação das syllabas pouco importantes, a assimilação mais ou menos completa de dous sons consecutivos, a abreviação das syllabas longas. [...]

A segunda lei, embora menos conhecida não deixa por isto de ser menos verdadeira e é, por certo uma consequencia logica da primeira (Ferreira, 1894, p. 80-81).

Na segunda situação, relativa às considerações sobre o desenvolvimento das línguas ao longo do tempo, nota-se que o professor pernambucano se ampara nos estudos históricos desenvolvidos pelos gramáticos e pelos filólogos comparativistas para exemplificar a evolução linguística. Esse movimento, realizado em diversas ocasiões no texto, confere à

obra a “feição histórica” característica dos instrumentos gramaticais do período (cf. Borges Neto, 2022). Os exemplos a seguir ilustram bem essa postura:

Terminemos com Michel Bréal: Todos sabem que um dos principaes caracteres que distinguem as linguas romanas do Latim, é a perda da flexão casual dos adjectivos. Si perguntamos d’onde vem esta mudança, a observação externa nos revela duas causas: a pronunciação e o accento tonico (Ferreira, 1894, p. 116).

De 11 a 15, dizem Pacheco e Lameira, os nossos numeros indicam uma contracção regular dos typos latinos, sujeitos á acção dissolvente das leis phoneticas que transformaram a desinencia *cim* em *ze* (Ferreira, 1894, p. 121).

Nos antigos idiomas indo-germanico, diz Schleicher, só existiam quatro modos propriamente ditos: o optativo, o conjunctivo, o indicativo, e o imperativo (Ferreira, 1894, p. 154).

Julga Schleicher que todas as formas latinas do preterito proveem da forma reduplicativa; numas houve simples queda da syllaba de reduplicação, noutras, contracção (Ferreira, 1894, p. 191).

Convém notar, com Darmesteter, que o velho Francez empregava *humble et dulcement* e não *humblement et dulcement* (Ferreira, 1894, 210).

É oportuno mencionar, ainda no que diz respeito a esse ponto, que Julio Pires Ferreira é particularmente influenciado pelas considerações históricas de Adolpho Coelho acerca da evolução das flexões verbais do latim para o português. Nas duas lições das *Notas* dedicadas à etimologia verbal, o professor pernambucano explicita que suas considerações foram realizadas a partir do conteúdo apresentado na obra *Theoria da Conjugação em Latim e Portuguez: estudo de grammatica comparativa* (1870), escrita pelo filólogo português.

A terceira situação em que foram identificadas citações a outros autores envolve as discussões de determinados fatos linguísticos e regras gramaticais. Ressalto, de início, que boa parte da descrição gramatical realizada por Julio Pires Ferreira acontece sem a menção explícita a outros estudiosos. Afinal, como instrumento pedagógico e normativo, as *Notas* seguem o exemplo das demais gramáticas tradicionais e naturalizam não só a metalinguagem gramatical, mas também a própria norma linguística prescrita. Desse modo, não era comum, em geral, fundamentar as prescrições em estudos de outros autores. Diante disso, a referência a gramáticos e filólogos, nessa situação, se verifica nas questões gramaticais consideradas polêmicas, que demandavam do autor um maior aprofundamento na discussão. Ao longo do texto, duas situações ilustram bem esse movimento: a prescrição de regras de colocação pronominal e a discussão sobre a sintaxe do verbo *haver*.

Em relação às regras de colocação pronominal, cabe mencionar, de início, que a pesquisa historiográfica desenvolvida por Ferreira (2021) já demonstrou que, ao longo do

século 19, o tema ganhou diferentes abordagens conceituais, o que implicou a existência de uma diversidade de regras prescritas. Tal cenário de indefinição normativa é refletido nas considerações de Julio Pires Ferreira. Ao introduzir o ponto, o gramático realiza a seguinte observação: “sobre a collocação dos pronomes pessoaes complementos (variações pronominaes) ha tantos exemplos classicos em opposição, que infalliveis, certas e irrevogaveis leis ainda não foram approvadas” (Ferreira, 1894, p. 147). Nesse excerto, o autor faz referência à prática empirista de buscar estabelecer regras a partir do uso notado em autores clássicos da literatura, tidos como aqueles que fizeram uso exemplar da língua. É ressaltado, porém, que, mesmo entre os clássicos, a colocação pronominal não encontrava uma unanimidade normativa, de modo que a questão ainda não estava resolvida.

Em seguida, após definir os conceitos de próclise, ênclise e mesóclise, o professor pernambucano passa a citar diversas regras de colocação pronominal prescritas por diferentes autores. Nesse processo, são apontadas as regras que se contrapõe entre si e regras que nem sempre correspondem aos usos identificados nos autores literários clássicos, conforme se lê nos excertos transcritos:

Diz o Dr. Teixeira de Mello: «Nas orações em que o verbo tem por antecedente uma adversativa os pronomes veem depois.

Entretanto diz Gama e Castro: Quando a phrase começa por uma conjuncção os pronomes veem antes.

[...]

Diz José Castilho: Quando a oração começa pelo verbo ou seu agente, o verbo antepõe-se ao pronome; no entanto:

O tempo me soprou favor divino
E as musas me fizeram desgraçado.
Bocage.

Eu me arranco d’aqui com magua e dor.
Padre Antonio Vieira

Ella lhe prometteu vendo que a amavam
Camões.

Diz Arthur Barreiros: Depois das palavras *a*, *e*, *mas* o pronome é eclítico; entretanto: Té que aprouve a Deus de o levar para si e lhe succedeu etc.

[...]

Diz Dr. Teixeira de Mello: Nas formas de gerundio nunca se deve antepor.

Diz João Ribeiro: Nas phrases de gerundio, há anteposição.

Diz ainda Teixeira de Mello: No infinito dos verbos manda a regra collocar os pronomes depois; entretanto em Camões:

..... e começa os olhos bellos
A lhe beijar as faces e os cabellos (Ferreira, 1894, p. 147-148).

É válido observar que os autores citados, em sua maioria, não eram gramáticos e discutiam a questão da colocação pronominal em periódicos do período. Tal é o caso, por exemplo, de Arthur Barreiros (1856-1885), que redigiu um artigo dedicado ao tema na *Revista Brasileira* (1880). Neste artigo, aliás, são citadas, em nota, as observações realizadas por Teixeira de Mello (1833-1907), Gama e Castro (1795-1873) e José Feliciano de Castilho (1810-1879), autores citados por Julio Pires Ferreira. Isso permite supor que o artigo de Barreiros teria sido a fonte originária do professor pernambucano para sintetizar a discussão. Também é necessário frisar que, em geral, os autores mencionados criticavam os usos brasileiros, tidos como incorretos e ilegítimos. Após a exposição, Julio Pires Ferreira, num tom normativo, sintetiza as regras que devem ser seguidas e expõe seu posicionamento acerca das regras não consensuais:

No meio de tantas regras devemos observar as seguintes:

1ª Não se deve começar phrases pelos pronomes regimens.

2ª Não se deve colloca-los depois dos participios passados.

3ª Com as formas do futuro e condicional os pronomes são mesocliticos (pela figura tmesa).

Além d'estas regras, é preferivel nas formas do infinito e gerundio ser o pronome enclítico, e nas orações negativas e subordinadas ser proclítico.

Tenha-se attenção tambem para a bôa comprehensão do discurso e para a euphonia (Ferreira, 1894, p. 149).

Percebe-se, assim, que a incorporação de citações, nesse caso, é realizada com o intuito de apresentar uma polêmica normativa do período. Ao reeditar o texto em edições da *Grammatica Portuguesa*, Julio Pires Ferreira segue com a mesma linha argumentativa e amplia a discussão por meio do acréscimo da opinião de outros autores, tais como Manuel Said Ali e Rui Barbosa.

Na discussão sobre a sintaxe do verbo *haver*, por sua vez, a menção a outros autores é realizada, em parte, como um movimento retórico de contraposição à linhagem racionalista. Isso fica visível nas críticas tecidas às explicações apresentadas por Sotero dos Reis, pelo padre Vergueiro (?-?) e por Francisco Praxedes de Andrade Pertence (1823-188) em seus respectivos instrumentos linguísticos. Esses gramáticos, vinculados à perspectiva racionalista, eram amplamente conhecidos no período, pois foram autores de compêndios gramaticais adotados no currículo do Colégio Pedro II em 1870 (Razzini, 2010). Para evidenciar de que modo a crítica à linhagem racionalista é realizada, transcrevo, a seguir, o trecho em que o professor pernambucano menciona os referidos autores:

Vergueiro e Pertence na sua metaphysica linguistica, diz, contra todos os factos da lingua, que o verbo *haver* empregado no sentido de *existir* usa-se na terceira pessoa do singular ainda que o sujeito seja da terceira pessoa do plural.

Esta opinião prende com mais facilidade o espirito dos simples por ser de mais ligeira comprehensão e mais fácil analyse.

Para explicarem a discordancia entre o sujeito e o verbo, classificam este facto de *idiotismo*, recurso extremo dos que não aprofundam as questões grammaticaes.

Uma outra theoria, tam absurda como esta, é sustentada e d'ella nos dá uma amostra Sotero dos Reis:

«O verbo impessoal *haver*, cuja significação é a mesma de *existir* emprega-se ordinariamente com o sugeito grammatical occulto: classe genero, especie, porção, quantidade, numero, espaço, etc., e um complemento desse sujeito precedido da preposição *de* tambem oculta.» [...]

Esta theoria não assenta em facto algum linguistico, é um mero sophisma (Ferreira, 1894, p. 180).

Como se vê, Julio Pires Ferreira afirma que as explicações dadas pelos gramáticos para a sintaxe do verbo *haver* não encontravam respaldo nos fatos linguísticos. Essa observação consiste numa crítica tipicamente realizada pelos autores empiristas às obras vinculadas à linhagem racionalista. Convém recordar que, para os racionalistas, as gramáticas particulares de cada língua consistiam numa aplicação dos “principios immutaveis e geraes da palavra” (Sotero dos Reis, 1871, p. vi), elaborados por meio de um processo de especulação racional. Os gramáticos empiristas, por sua vez, negavam retoricamente as práticas especulativas e buscavam descrever a língua a partir dos usos, sobretudo aqueles notados nos textos literários considerados clássicos. Dessa forma, tal como faz Julio Pires Ferreira no excerto transcrito, era comum que os empiristas classificassem as descrições racionalistas como “metafísicas” ou “sofismas”, num tom pejorativo que evidencia uma retórica de ruptura em relação a esta linhagem gramaticográfica. No prefácio da segunda edição de sua *Grammatica Portuguesa*, por exemplo, Júlio Ribeiro afirma que “as antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua” (Ribeiro, 1885, p. i).

É da gramática de Júlio Ribeiro, aliás, que Julio Pires Ferreira parece ter extraído as críticas às explicações dadas por Sotero dos Reis e por Vergueiro e Pertence para a sintaxe do verbo *haver*, uma vez que as mesmas observações sobre os autores podem ser lidas no texto de Ribeiro (1881, 1885). Contudo, apesar de concordar retoricamente com as críticas aos racionalistas, o gramático pernambucano discorda explicitamente do tratamento que Júlio Ribeiro confere ao tema. Para Ribeiro, o verbo *haver* assumiria o caráter de verbo impessoal e, com isso, seguindo o exemplo de verbos como *chover* ou *trovejar*, não necessitaria de

sujeito determinado. Para Julio Pires Ferreira, porém, o verbo *haver* seria semanticamente equivalente a *ter* ou *possuir*. Por esse motivo, no lugar de classificar o verbo como impessoal, o autor argumenta que, em frases como *haverá lances*, o sujeito estaria elíptico e se originaria do complemento gramatical *lances*. A prova disso, para o gramático, estaria no fato de que, ao substituir o verbo *haver* por *ter* ou *possuir*, a frase poderia ser lida como “a vida ou o tempo possuirá ou terá lances” (Ferreira, 1894, p. 181).

Ao comparar os apontamentos de Julio Pires Ferreira com as observações presentes em outras obras da gramaticografia de língua portuguesa, chama atenção a semelhança da argumentação do autor com os comentários realizados por Antonio de Moraes Silva (1757-1824) em seu *Epitome da Grammatica da Lingua Portuguesa*, obra tida como a primeira gramática de língua portuguesa escrita por um autor brasileiro (cf. Polachini, 2018). Caracterizado como um gramático que se opõe retoricamente à linhagem latinizada e que apresenta traços racionalistas em suas descrições (Cavaliere, 2003; Ferreira, 2021; Polachini, 2018), Moraes e Silva expõe a seguinte análise sobre o verbo *haver*:

Haver sempre é activo, e nunca significou existir, como dizem Argote, e outros. Tanto é incorreto dizer = *Ha homēs* = por *existe homens*; como supor, que na significação de *ter* é idiotismo Portuguez concordar com sujeitos do plural. *Ha homens* é uma sentença elliptica, cō sujeito do singular; i. é, *o mundo, a especie humana* tem homens: “*nesta terra ha boas frutas;*” » i. é, a especie das frutas (*ha*) tem, contém: “*Em mim ha dois eus;*” » i. é, o meu individuo, sujeito, supposto contem dois eus [...] (Moraes Silva, 1806, p. 62)

Da mesma forma que Julio Pires Ferreira, Moraes Silva também explica a sintaxe do verbo *haver* pela equivalência semântica entre *haver* e *ter* e pela consequente suposição da existência de um sujeito elíptico. Essa mesma explicação está presente na gramática de Augusto Freire da Silva, obra citada por Julio Pires Ferreira para reforçar o posicionamento adotado. A reflexão de Freire da Silva, no entanto, é qualificada por Júlio Ribeiro (1881, p. 256) como uma doutrina “metaphysica e falsa”, pois, assim como a de Sotero dos Reis, não encontraria respaldo nos fatos linguísticos.

Para justificar suas considerações, Julio Pires Ferreira busca explicações de ordem histórica. Segundo o gramático, a origem latina do verbo *haver*, advinda de *habere*, demonstraria que esse verbo, no passado, teria possuído a mesma significação do verbo *ter*. Além disso, amparado por um exemplo extraído da *Grammatica Portuguesa* (1889 [1887]), de João Ribeiro, o professor pernambucano procura demonstrar que a hipótese do sujeito elíptico seria deduzida de fatos observados na língua portuguesa em períodos anteriores. É interessante observar, nesse sentido, que, apesar das críticas de Júlio Ribeiro a essa

explicação, outros gramáticos empiristas do período também a adotaram, tal como se lê nas obras de João Ribeiro e Alfredo Gomes. Em Gomes (1913 [1887]), por exemplo, a questão é sistematizada da seguinte maneira:

3. – Razões a favor da theoria que diz que *haver* é igual a *ter*:
 - 1.^a – a etymologia acima citada;
 - 2.^a – a comparação que mostra em francez o mesmo verbo *haver* = *avoir*, tendo por sujeito *elle*.
 - 3.^a – o poder explicar-se porque o verbo *haver* fica sempre no singular: HA *homens*, HOUE *desgraças*. O sujeito, nestes casos do verbo *haver*, é *elle* (occulto) (Gomes, 1913 [1887], p. 359).

Percebe-se que, embora as considerações sobre a sintaxe do verbo *haver* realizadas por Julio Pires Ferreira e por outros gramáticos empiristas busquem fundamentos em explicações históricas, o raciocínio gramatical de pressupor a existência de um sujeito elíptico é, essencialmente, de natureza racionalista. Dessa forma, apesar de Julio Pires Ferreira afirmar retoricamente que a questão teria sido solucionada “graças ao methodo historico-comparativo applicado ao estudo das linguas” (Ferreira, 1894, p. 178), não se pode deixar de notar uma continuidade do autor com um pensamento característico da linhagem racionalista.

Finalmente, no tocante à incorporação de citações para fundamentar algumas das definições de metatermos e categorias gramaticais, chama atenção, de forma particular, os dois conceitos de *gramática* apresentados por Julio Pires Ferreira, atribuídos, respectivamente, a William Dwight Whitney e a George Frederick Holmes (1820-1897). No início da 7^a lição das *Notas*, a noção de gramática é definida da seguinte maneira: “*Grammatica*, segundo Whitney é a exposição methodica dos factos da linguagem; segundo Holmes, é a sciencia da linguagem” (Ferreira, 1894, p. 51).

A respeito da primeira citação, é possível que Julio Pires Ferreira a tenha extraído da *Grammatica Portuguesa* (1881) de Júlio Ribeiro. Além de referenciar, em nota, a obra *Essentials of English Grammar* (1877), escrita por Whitney, Ribeiro também conceitua *gramática* como “a exposição methodica dos factos da linguagem” (Ribeiro, 1881, p. 1).

A fim de compreender os desdobramentos da citação de Whitney para caracterização do perfil teórico-metodológico da obra de Julio Pires Ferreira, é preciso apresentar, em linhas gerais, o argumento elaborado pelo linguista estadunidense para fundamentar sua definição. Para o autor, a gramática não estabelece as leis e regras para a linguagem, mas apenas expõe, de forma sistemática, os fatos que são notados na boa linguagem. Dessa forma, um falante nativo de determinada língua não precisaria, necessariamente, estudar a gramática para falar e escrever corretamente, pois seria possível aprender os bons usos a partir da leitura de livros e

da escuta de bons oradores. A gramática, assim, não seria o instrumento que determinaria as regras da língua correta, mas o que facilitaria sua aprendizagem (Whitney, 1879 [1877]).

Embora, nas *Notas*, Julio Pires Ferreira se limite a apresentar a definição de gramática, sem explicá-la, foi possível constatar que o professor pernambucano, em outros escritos, procura se filiar aos argumentos de Whitney expostos no parágrafo anterior. Em artigo publicado na *Revista Brasileira*, ao tratar da necessidade do estudo da gramática, o gramático apresenta o seguinte posicionamento:

Não é a gramática que faz o escritor e sim êste que concorre para a existência daquela: eis uma verdade por todos sabida.

A gramática não é o factor da língua, mas o seu produto.

Há, é certo, uma incorrecção quando se diz que a frase dêste ou daquele escritor vai de encontro a esta ou àquela regra de gramática.

O que se deve dizer é justamente o contrário: esta regra de gramática vai de encontro ao bom falar e ao bom escrever dos doutos da época. Mas quem dúvida tiver a respeito desta ou daquela construção, a respeito dêste ou daquele emprêgo de um conectivo preposicional, etc., etc., recorrer deve às gramáticas, na impossibilidade estando de compulsar os bons escritores para verificar o meneio mais gracioso da construção, e o frasear mais legítimo para representação de suas ideias.

Se, «de facto, as mães, as amas, os irmãos maiores, os sócios dos brincos, os nossos primeiros educadores, são também os nossos primeiros mestres de gramática, muito antes da hora de aprender a ler a escrever», razão não há para o desprêso do estudo da gramática, principalmente das que têm hoje fugido de coleccionar as regras abstractas de que se achavam repletas as antigas (Pires, 1928, p. 49-50).

Tal como se lê, o autor tece uma linha argumentativa que se coaduna com a perspectiva de Whitney de que a gramática não produz as leis e regras da linguagem. Nesse sentido, ao defender que a gramática é produto da língua e que as regras devem ser extraídas dos usos dos bons escritores, Julio Pires Ferreira apresenta uma postura característica da linhagem gramaticográfica empirista, pois defende que, no lugar de “regras abstratas”, a descrição gramatical deve ser fundamentada no uso. Desse modo, o professor pernambucano se contrapõe retoricamente à linhagem racionalista, pois não atribui à gramática o papel de estabelecer, por meio de especulações racionais, as regras da língua.

Em relação à segunda definição citada, cabe observar, a princípio, que ela foi extraída do compêndio *A Grammar of the English Language* (1878), elaborado por Holmes para uso escolar nos Estados Unidos. Além de citar Max Müller em epígrafe, o autor, no prefácio da obra, afirma que sua gramática observa os princípios estabelecidos por Jacob Grimm (1785-1863), um dos estudiosos europeus que primeiro realizou comparações sistemáticas entre as línguas indo-europeias (Bossaglia, 2019). Isso demonstra que, ao menos retoricamente, a obra foi impactada pelos estudos histórico-comparativos.

Na gramaticografia brasileira, o nome de Holmes se tornou conhecido, em parte, pela tradução da seção introdutória de sua obra, realizada por Júlio Ribeiro e intitulada *Holmes brasileiro ou grammatica da puericia* (1887). No prólogo da tradução, Ribeiro considera a gramática de Holmes um “monumento de sciencia e bom senso” (Ribeiro, 1903 [1887], p. 3) distinto dos compêndios racionalistas, classificados como “gramáticas metafísicas”.

Partindo do pressuposto de que Julio Pires Ferreira compartilharia de uma visão similar de Júlio Ribeiro sobre a obra de Holmes, é possível supor que a citação ao autor americano é incorporada com o intuito de reforçar a filiação das *Notas* aos estudos considerados científicos no período. Convém lembrar que, naquele momento, a gramaticografia de língua portuguesa passava por um deslocamento da própria qualificação do instrumento gramatical, que deixava de ser concebido como arte ou técnica e passava a buscar o valor de ciência, a despeito da manutenção da postura normativa (Vieira, 2018). Observa-se, contudo, que a definição de Holmes não é apresentada nas reedições subsequentes do texto, fato que indica a maior relevância atribuída à definição de gramática formulada por Whitney, reproduzida em todas as reedições.

Uma outra noção que é definida por meio de referência a outros autores é a de *gramática portuguesa*. Com menção, em nota de rodapé, à obra de Pacheco e Lameira, a gramática portuguesa é entendida por Julio Pires Ferreira como “o estudo geral, descriptivo, historico, comparativo e coordenativo dos factos da linguagem e das leis que os regem no dominio da lingua portugueza” (Ferreira, 1894, p. 51). Essa definição, em Pacheco e Lameira (1887), é introduzida após a exposição dos três tipos de gramáticas identificadas pelos autores: a *grammatica geral*, a *grammatica historica ou comparativa* e a *grammatica descriptiva ou expositiva*. No Quadro 17, são sistematizadas as definições dos autores para cada espécie:

Quadro 17 – Classificação dos tipos de gramáticas em Pacheco e Lameira (1887)

Tipo de gramática	Definição
Grammatica geral	[...] é o estudo dos factos e das leis da linguagem em toda a sua extensão (Pacheco; Lameira, 1887, p. 5).
Grammatica historica ou comparativa	É a que emprega a <i>historia</i> e a <i>comparação</i> como instrumentos verificadores da linguagem. (Pacheco; Lameira, 1887, p. 6).
Grammatica descriptiva ou expositiva	É a codificação empyrica, a exposição analytica dos factos da linguagem. (Pacheco; Lameira, 1887, p. 7).

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir da leitura das definições, depreende-se que o conceito de gramática portuguesa de Pacheco e Lameira consiste numa articulação das características das três espécies de gramáticas apresentadas. É digno de nota que os autores não atribuem à gramática portuguesa a função de um instrumento de correção da linguagem.

Nas *Notas*, porém, a classificação dos tipos de gramáticas é realizada de forma diversa. De modo bastante similar à classificação realizada na *Grammatica Portuguesa* (1889 [1887]) de João Ribeiro, o professor pernambucano distingue cinco tipos de instrumentos gramaticais: a *grammatica pratica*, a *grammatica geral*, a *grammatica particular*, a *grammatica comparativa* e a *grammatica histórica*. As definições formuladas para cada tipo, por sua vez, podem ser lidas no Quadro 18:

Quadro 18 – Classificação dos tipos de gramática em Ferreira (1894)

Tipo de gramática	Definição
Grammatica pratica	[...] é a arte de falar e escrever correctamente (Ferreira, 1894, p. 51).
Grammatica geral	[...] se refere aos principios communs a todas as linguas, ou mais restrictamente aos principios communs de um grupo de linguas da mesma origem (Ferreira, 1894, p. 51).
Grammatica particular	[...] estuda os principios especiaes a uma lingua (Ferreira, 1894, p. 51).
Grammatica comparativa	[...] estuda os principios e factos de uma lingua em relação á outra (Ferreira, 1894, p. 51).
Grammatica historica	[...] estuda os factos da linguagem na sua evolução, desde a origem até o momento actual (Ferreira, 1894, p. 51).

Fonte: Elaboração própria (2023).

Diante dessa classificação, chama atenção que, ao reproduzir as palavras de Pacheco e Lameira na sua definição de *gramática portuguesa*, Julio Pires Ferreira deixa de incluir a noção de gramática prática. Uma possível explicação para essa desconsideração está no valor de “arte” atribuído à gramática prática, qualificação que afastaria essa espécie de gramática dos preceitos científicos do período. Entretanto, é curioso observar que, nas reedições do texto gramatical, a citação a Pacheco e Lameira é excluída e a *gramática portuguesa* passa a ser entendida como “o conjunto das regras que nos ensinam a falar e a escrever correctamente a lingua portugueza” (Ferreira, 1910, p. 7), definição que corresponde precisamente à aludida caracterização da gramática prática. A constatação dessa mudança é mais um indício de que, ao transpor o texto da 2ª edição das *Notas* para a *Grammatica Portuguesa*, Julio Pires Ferreira

conclui o processo de reformulação descritiva e retórica de sua obra, que passa a apresentar características típicas das gramáticas práticas, centradas na definição de regras de correção da linguagem. Nesse sentido, em várias passagens das edições da *Grammatica Portuguesa*, é possível visualizar a preocupação em condenar os “erros” e prescrever as formas supostamente corretas de usar a língua:

Exercendo o pronome *se* a função apassivadora, força o verbo a ir para o plural quando o objeto que recebe a acção, estiver no plural.

É erro, assim, dizer: *Vende-se casas; elege-se comissões*.

A verdadeira construção é: *Vendem-se casas; elegem-se comissões*; isto é, *casas são vendidas* ou *estão para ser vendidas*; *comissões são elegidas* ou *estão para ser elegidas* (Ferreira, 1910, p. 207, grifo nosso).

Não se deve empregar a negativa *não* depois de outra palavra de força negativa. **São erradas** construções como as seguintes: NINGUEM NÃO *me ama*, NUNCA NÃO *viu*. O adverbio *não* deve, nestes casos, preceder sempre a outra negativa: *Não me ama ninguém*, *não vi nunca*, ou então desaparecer: *Ninguém me ama*; *nunca vi* (Ferreira, 1910, p. 223, grifo nosso)

É defeituoso o emprego de um substantivo no plural fazendo concordar com elle dois ou mais adjectivos no singular: *O primeiro e segundo LIVROS*; *as LINGUAS portugueza e franceza*. Deve-se dizer: *O primeiro e o segundo livro*; *a lingua portugueza e a franceza* (Ferreira, 1917, p. 206, grifo nosso).

É necessário pontuar, contudo, que a análise do conteúdo da 2ª edição das *Notas* revela que a preocupação com a correção da linguagem já se fazia presente nesta edição. Em alguns momentos do texto, é possível notar que, por meio do emprego de expressões que denotam dever e obrigatoriedade, o tom prescritivo/proscritivo se sobrepõe explicitamente ao tom meramente descritivo, conforme se lê nos exemplos a seguir:

Não se deve empregar o determinativo articular quando o substantivo já estiver determinado, nem quando o substantivo estiver tomado em sentido indeterminado: – Este livro. Onde ha fogo ha fumaça.

E mais nos seguintes casos especiaes:

1º Antes dos termos principaes de um adagio: – Ouro é o que ouro val. Falar é prata, silencio é ouro.

2º Nas enumerações sem idéa de gradação: – Gloria, honra, ouro, prazer, tudo se esvae no tumulto. [...] (Ferreira, 1894, p. 143, grifo nosso).

Todas as variações pronominais combinam-se com as formas *se* e *o*. O pronome **o sempre** se pospõe; o pronome *se* **sempre** se antepõe [...] (Ferreira, 1894, p. 149, grifo nosso).

Muitos sujeitos no singular estando compreendidos ou individualisados por uma palavra collectiva ou no singular, como: *tudo*, *nada*, *cada um*, *cada qual*, *ninguem*, isto **exigem** o verbo na 3ª pessoa do singular: - A palhoça, o sobrado, o palacio tudo, ou nada, etc., foi queimado (Ferreira, 1894, p. 172, grifo nosso).

Em outros momentos, a preocupação normativa aparece sob a forma de regras que assumem um tom aparentemente mais descritivo, sendo formuladas sem marcações explícitas de imposição, o que se coaduna com os ideais empiristas. Nessas situações, são empregados, por vezes, expressões que apontam para uma facultatividade da regra descrita, conforme pode ser lido nos seguintes exemplos:

O artigo emprega-se:

[...]

4º Antes dos pronomes possessivos, e às vezes antes dos adjectivos possessivos, mas principalmente neste ultimo caso quando se quer exprimir vehemencia determinação: - Este é o meu filho e aquelle é o teu (Ferreira, 1894, p. 142, grifo nosso).

O verbo concorda com o sujeito em numero e pessoa.

Devemos mais notar:

1º Concorrendo muitos sujeitos no singular, o verbo vae para 3ª pessoa do plural: – A palhoça, o sobrado, o palacio estão habitados – Si o verbo fôr enunciado primeiro póde ficar no singular: – Está habitada a palhoça, o sobrado, o palacio (Ferreira, 1894, p. 172, grifo nosso).

Essa oscilação no modo de apresentar as regras para o pretendido uso correto da língua – ora de forma explicitamente impositiva, ora de forma supostamente descritiva – é comum nos instrumentos gramaticais daquele período, conforme é possível visualizar nas análises historiográficas de Ferreira (2021) sobre as regras de colocação pronominal nas gramáticas brasileiras oitocentistas. Reforça-se, todavia, que, tal como já afirmado no Capítulo 2 desta dissertação, os movimentos supostamente descritivos, nas gramáticas, são atravessados por posturas prescritivas, uma vez que a descrição supõe a realização de um recorte da língua. Também é preciso considerar que, na qualidade de instrumentos de ensino, as obras do professor pernambucano procuravam ensinar as formas supostamente corretas e legítimas da língua. Desse modo, as regras formuladas, ainda que sem marcadores explicitamente impositivos, espelham a norma-padrão idealizada que se pretendia construir. Tal característica, segundo destaca Vieira (2020b) é comum às gramáticas tradicionais e é decorrente, sobretudo, da orientação normativa e pedagógica desses instrumentos.

Além dos comentários feitos até aqui, o perfil teórico-metodológico dos instrumentos gramaticais de Julio Pires Ferreira também pode ser traçado a partir da análise de algumas passagens do texto que, mesmo sem menção explícita a autores, permitem identificar movimentos de continuidade e descontinuidade com as linhagens racionalista e latinizada. Começemos, então, pelo conceito de *linguagem*.

Ao longo dos capítulos iniciais da 1ª edição das *Notas*, a linguagem é tida como um organismo vivo que se desenvolve ao longo do tempo, concepção que se alinha retoricamente aos estudos histórico-comparativos. No entanto, um conceito formal para o termo somente é formulado na 2ª edição da obra. Após apresentar a noção de *gramática*, já discutida nesta seção, o autor afirma que a linguagem é a “representação dos nossos pensamentos por meio de palavras” (Ferreira, 1894, p. 51), definição reproduzida em todas as reedições da obra.

Numa análise comparativa com outras gramáticas do período, nota-se que tal concepção sobre a linguagem é relativamente comum: em Ribeiro (1881, p. 2), a linguagem é definida como “a expressão do pensamento por meio de sons articulados”; em Gomes (1913 [1887], p. 5), ela é compreendida como “o conjuncto de signaes oraes de que a humanidade se serve para representar as suas idéas”; em Pereira (1907, p. 1), ela é apresentada como “o meio que empregamos para a comunicação de nossas idéas e pensamentos”.

Embora os três exemplos citados sejam extraídos de gramáticas caracterizadas como empiristas, não é possível ignorar as bases racionalistas que sustentam esse conceito. Com efeito, a *Gramática de Port-Royal*, expressão máxima da linhagem racionalista, parte da ideia greco-latina de que o *pensamento* e a *linguagem* são faces de uma mesma moeda (Borges Neto, 2022). Para os gramáticos de Port-Royal, seria por meio de três operações mentais – conceber, julgar e raciocinar – que o ser humano seria capaz de expressar seus pensamentos através da linguagem. Diante disso, tal como já notado por Prete (2022) na análise da 2ª edição da *Grammatica Portuguesa* (1885) de Júlio Ribeiro, é possível perceber que a formulação do conceito de linguagem como representação do pensamento consiste num movimento de continuidade dessas gramáticas empiristas com a linhagem racionalista.

Outro conceito que apresenta traços de continuidade com a linhagem racionalista é o de *oração*, *proposição* ou *frase*, metatermos empregados por Julio Pires Ferreira na 2ª edição das *Notas* para se referir à unidade de análise sintática. Nas palavras do autor, “*oração*, *proposição* ou *phrase* é o enunciado de um juízo por meio de palavras” (Ferreira, 1894, p. 219). Essa definição, ao trazer a noção de oração como um *juízo*, dialoga com a *Gramática de Port-Royal*, uma vez que, no instrumento racionalista francês, a proposição é tida como fruto do julgamento, uma das três operações mentais.

Acerca dessa questão, vale atentar para as considerações realizadas por Polachini (2011, 2013) em estudos historiográficos sobre o impacto do pensamento de Port-Royal na concepção de *sentença* ou *proposição* em gramáticas brasileiras do século 19. Partindo da distinção proposta por Giorgio Graffi na obra *200 Years of Syntax: a critical survey* (2001), Polachini procura averiguar a noção de proposição tanto em seu aspecto holístico, que se

materializa na concepção de proposição como fruto do *juízo*, quanto em seu aspecto analítico, que compreende o arranjo da proposição em *sujeito*, *cópula* e *atributo*. Esses três elementos, na perspectiva dos gramáticos de Port-Royal, seriam os constituintes de todas as proposições: o *sujeito* seria aquele de que se afirma algo; o *atributo* seria aquilo que se afirma do sujeito; a *cópula*, representada pelo verbo *ser* na terceira pessoa do singular, seria a ligação entre os dois primeiros termos. Nesse arranjo, o verbo *ser*, qualificado como *verbo substantivo*, é considerado o único verbo real. Todos os demais seriam criados a partir da junção da *cópula* com o atributo. Dessa forma, a proposição *Pierre vive*, por exemplo, poderia ser lida como *Pierre é vivente*, sendo a forma *vive* resultante da junção de *é* (*cópula*) com *vivente* (atributo) (Arnauld; Lancelot, 1780 [1660] apud Polachini, 2011, 2013).

Tendo em vista essas considerações, foi possível constatar que, se no aspecto holístico a definição de Julio Pires Ferreira remete a uma continuidade com o pensamento racionalista francês, no aspecto analítico é possível perceber um afastamento, na medida em que a análise da oração passa a ser realizada pela divisão binária entre *sujeito* e *predicado* (cf. seção 5.2.2). A partir da 5ª edição da *Grammatica Portuguesa* (1917), contudo, foi introduzido um comentário que sinaliza a permanência do raciocínio gramatical de Port-Royal: após conceituar o *verbo atributivo* como aquele que exprime uma afirmação com ideia de modo ou qualidade, Julio Pires Ferreira pontua que essa categoria verbal contém “em si o verbo *ser* acompanhado de um atributo: *crêr, ser crente; dever, ser devedor; estudar, ser estudante*” (Ferreira, 1917, p. 52).

Essa constatação parece indicar que a obra do gramático pernambucano estaria num momento de transição de concepções no que diz respeito à noção de proposição. Essa transição, conforme apontam os resultados das interpretações historiográficas de Polachini (2011, 2013), já é notada a partir da gramática de Ribeiro (1881), que realiza um deslocamento terminológico em relação à *Gramática de Port-Royal*, sem, contudo romper completamente com a lógica do modelo analítico racionalista.

No tocante à relação estabelecida entre a obra de Julio Pires Ferreira e a linhagem latinizada, os comentários que podem ser feitos são pontuais. Apesar de serem realizadas diversas menções às formas latinas, a proposta de descrição gramatical do português realizada pelo professor pernambucano não envolve o espelhamento da gramática latina. As referências à língua latina, na verdade, acontecem para sustentar explicações de ordem etimológica e para demonstrar a evolução da língua portuguesa. Um dos momentos em que a língua latina é mais mencionada, por exemplo, corresponde à 13ª lição da 2ª edição das *Notas*, que discorre sobre os vestígios da declinação latina dos nomes na língua portuguesa.

Entretanto, é curioso observar que, em sua descrição gramatical dos pronomes pessoais, Julio Pires Ferreira apresenta tábuas de declinação para cada pessoa do discurso, estratégia tipicamente empregada pelas gramáticas latinizadas (cf. Barros 1540; Lobato, 1770). Essas tábuas, introduzidas na 2ª edição das *Notas*, são reproduzidas em todas as reedições da *Grammatica Portugueza* a que tive acesso e podem ser visualizadas na Figura 7, extraída da 5ª edição:

Figura 7 – Tábuas de declinação dos pronomes pessoais em Ferreira (1917)

DECLINAÇÃO				
<i>Singular</i>				
	<i>1.ª pessoa</i>	<i>2.ª pessoa</i>	<i>3.ª pessoa</i>	<i>3.ª pessoa (reflexa)</i>
<i>Nominativo</i>	eu	tu	elle, ella	
<i>Dativo</i>	mim	ti	lhe	si
<i>Acusativo</i>	me	te	o, a	se
<i>Ablativo</i>	commigo	contigo		comsigo
<i>Plural</i>				
<i>Nominativo</i>	nós	vós	elles, ellas	
<i>Dativo</i>	nos	vos	lhes	si
<i>Acusativo</i>	nos	vos	os, as	se
<i>Ablativo</i>	connosco	convosco		comsigo

Fonte: Ferreira (1917, p. 87).

Numa comparação, por exemplo, com as tábuas de declinação dos pronomes apresentadas na *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), escrita por João de Barros e tida como um dos primeiros instrumentos de gramatização do português (cf. Vieira, 2018; Borges Neto, 2022), salta aos olhos a semelhança entre a descrição realizada nas duas gramáticas, separadas por mais de três séculos:

Figura 8 – Tábuas de declinação dos pronomes em Barros (1540)

<i>Dos casos da primeira declinaçam.</i>					
<i>Primeira pessoa.</i>		<i>Segunda pessoa.</i>		<i>Terceira pessoa.</i>	
<i>Singu.</i>	<i>Plu.</i>	<i>Singu.</i>	<i>Plu.</i>	<i>Singu.</i>	<i>P.</i>
<i>Ntõ—tu—nos</i>		<i>N.—tu—uós</i>		<i>No.—careçe</i>	
<i>Gtõ de my—de nós</i>		<i>G.de ty—de uós</i>		<i>Ge.—de fy</i>	
<i>Dtõ—a my a nós</i>		<i>D.—a ty—a uós</i>		<i>Dtõ—a fy</i>	
<i>Aclõ—me—nós</i>		<i>A.—te—uós</i>		<i>Aclõ—se</i>	
<i>Vclõ ó eu—ó nós</i>		<i>V.—ó tu—ó uós</i>		<i>Vclõ—careçe</i>	
<i>Abl.de my de nós</i>		<i>A.de ty—de uós</i>		<i>Ab.—de fy.</i>	

Fonte: Barros (1540, p. 16).

Apesar de não incluir os casos genitivo e vocativo e de não reproduzir rigorosamente as mesmas formas apresentadas por Barros (1540) para os demais casos, Julio Pires Ferreira segue o princípio descritivo característico da linhagem latinizada: os pronomes são distribuídos em paradigmas de declinação e caso, numa tentativa de acomodar a regra da gramática latina à estrutura da língua portuguesa (Faraco; Vieira, 2021).

A realização desse tipo de movimento em instrumentos gramaticográficos empiristas do final do século 19 e início do século 20, contudo, não é exclusividade das fontes primárias estudadas nesta dissertação. Em Gomes (1913 [1887]) e em Ribeiro (1889 [1887]), descrições semelhantes são exibidas quando se aborda o tema da flexão dos pronomes pessoais. Ao contrário de Julio Pires Ferreira, que somente apresenta as tábuas sem maiores explicações, os autores em questão comentam de modo mais alongado as formas descritas. Em ambos os casos, a situação é tida como um dos vestígios da declinação latina no português.

Como síntese conclusiva desta seção, é possível afirmar que o perfil teórico-metodológico das obras de Julio Pires Ferreira é marcado por uma articulação de diferentes modelos teórico-analíticos. Em outras palavras, nota-se que, apesar de se alinhar retoricamente aos estudos histórico-comparativos e de privilegiar, em grande medida, descrições empiristas fundamentadas nos usos extraídos de autores literários clássicos, o gramático pernambucano se vale de outros pressupostos epistemológicos para fundamentar sua descrição gramatical. Constatação semelhante a essa também é realizada por Prete (2020) a respeito da *Grammatica Portugueza* de Júlio Ribeiro. Em sua investigação, o autor considera que Ribeiro, para elaborar sua descrição gramatical, teria realizado uma “integração teórica” de diferentes perspectivas epistemológicas, a exemplo da racionalista, da naturalista e da histórico-comparativa (Prete, 2020). No caso de Julio Pires Ferreira, observa-se que há uma articulação de ideias que, embora também sejam reproduzidas por outros gramáticos

empiristas que lhe são contemporâneos, estão fundamentadas em pressupostos de outras linhagens gramaticográficas.

5.2 Metalinguagem gramatical

Os estudos realizados no campo da historiografia da gramaticografia, quando se voltam para a análise das redes de metatermos e definições utilizadas na descrição gramatical, costumam destacar a relativa estabilidade e preservação do arcabouço metalinguístico advindo da tradição gramatical greco-latina (cf. Auroux, 2014; Borges Neto, 2022; Vieira 2018, 2020b). Tais estudos, porém, não ignoram o fato de que, ao longo do processo de gramatização das línguas ocidentais, o aparato terminológico e conceitual adotado pelas diferentes gramáticas sofreu alguns deslocamentos, materializados em acréscimos, reformulações e esquecimentos de determinados termos e conceitos.

O estudo historiográfico da metalinguagem gramatical, desse modo, exige um olhar atento para os modos com que os gramáticos articulam os construtos teóricos da tradição greco-latina nos instrumentos linguísticos. Afinal, tal como alerta Swiggers (2009b), a análise historiográfica da terminologia gramatical deve levar em consideração que as escolhas dos termos empregados para a descrição gramatical não são neutras, uma vez que a terminologia linguística se constitui como um sistema nocional cuja natureza varia de acordo com a tradição epistemológica ou com os objetivos do autor.

Tendo em vista a extensão e a complexidade que envolvem a investigação dessa temática, foi necessário realizar um recorte das questões a serem consideradas na análise desta pesquisa. Nesse sentido, para delimitar os pontos investigados, parti, inicialmente, das considerações realizadas por Auroux (2014) acerca das práticas gramaticais de análise da cadeia falada. Para o autor, a gramática apresenta, essencialmente, duas práticas analíticas que permitem alcançar a palavra: a *decomposição linear da cadeia falada* e a *repartição das partes em função de propriedades imbricadas*. A decomposição linear da cadeia falada consiste na prática de segmentar o discurso em orações, a oração em sujeito e predicado, o sujeito em núcleo e adjuntos, e assim sucessivamente. A repartição das partes em função de propriedades imbricadas, por sua vez, é concretizada em práticas como a classificação das palavras em verbos, substantivos, conjunções, advérbios, etc., bem como a classificação das orações em principal, coordenada e subordinada.

Além dos apontamentos de Auroux (2014), também considere o estudo realizado por Vieira (2020b) a respeito da natureza epistemológica da gramática tradicional. A partir de

uma análise historiográfica, o autor identifica, entre outras questões, que a oração, tomada como a expressão de um juízo de sentido completo, é a unidade máxima de análise nesse tipo de instrumento. Como consequência disso, as categorias formuladas na gramática tradicional, tais como verbo, sujeito, subordinação, coordenação, concordância e transitividade, “foram configuradas, conceituadas, reelaboradas por gramáticos de diferentes tempos e lugares para a análise da *oração* e de seus fenômenos morfossintáticos de superfície (...)” (Vieira, 2020b, p. 108).

Diante dessas considerações sobre a elaboração da metalinguagem gramatical nos instrumentos linguísticos, optei por investigar a rede de metatermos e definições adotadas por Julio Pires Ferreira a partir da análise de duas questões específicas: a *classificação das partes do discurso* e a *rede taxonômica da sintaxe da oração*. No movimento analítico, além da análise dos constituintes terminológicos presentes na imanência das fontes, busquei estabelecer relações entre as categorias e conceitos apresentados por Julio Pires Ferreira e o arcabouço categorial e conceitual empregado pela tradição greco-latina. Nesse processo, também procurei comparar o arranjo metalinguístico do autor com os arranjos presentes em outros instrumentos linguísticos, vinculados a diferentes linhagens gramaticográficas, a fim de verificar os eventuais deslocamentos realizados.

5.2.1 Classificação das partes do discurso

As partes do discurso, também conhecidas como partes da oração ou classes de palavras, consistem numa elaboração teórica advinda da tradição filosófica grega e sistematizada nas gramáticas greco-latinas (Vieira, 2018). Em estudo historiográfico voltado para o surgimento e estabelecimento desse construto teórico no Ocidente, Dezotti (2013) aponta os impactos dos pensamentos platônico, aristotélico e estoico na divisão e descrição das partes do discurso pelos primeiros gramáticos greco-latinos. Entre as observações realizadas pelo pesquisador, destaca-se a constatação de que a clássica divisão do discurso em oito partes (nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção), adotada pelos alexandrinos desde a *Tékhne Grammatiké* de Dionísio Trácio (170-90 a.C.), foi resultado de uma reelaboração das cinco partes definidas pelos estoicos (nome, denominação, verbo, conjunção e artigo). Além disso, o autor também assinala que o pensamento aristotélico forneceu as bases para a prática gramatical de definir cada parte do discurso por aquilo que lhe é próprio e, em seguida, descrever e exemplificar os acidentes gramaticais, isto

é, os traços modificadores das partes do discurso, a exemplo do tempos e modos dos verbos e dos gêneros e números dos nomes.

A origem histórica das partes do discurso, vale mencionar, não passava despercebida entre os gramáticos empiristas do final do século 19 e início do século 20. O próprio Julio Pires Ferreira, antes de introduzir a definição de verbo na 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, realiza as seguintes considerações:

A distincção entre o nome e o verbo ou para falar mais correctamente entre o sujeito e o attributo foi, diz Max-Muller, obra dos philosophos.

Assim tambem os nomes technicos para caso, numero e genero foram inventados em uma epocha muito longinqua, com o fim de penetrar a natureza do pensamento e não de attingir um fim pratico, analysando as formas da linguagem.

Platão conhecia o nome e o verbo como sendo as duas partes constituintes do discurso.

A estas, Aristoteles juntou os artigos e as conjuncções e observou tambem as distincções dos numeros e dos casos; porém, nem um nem outro deu grande attenção ás formas da linguagem que correspondiam a estas manifestações do pensamento.

Para Aristoteles o verbo ou *rhema* não era mais que o attributo: - A neve é branca, *branca*, era um verbo.

Os primeiros que estabeleceram uma certa ordem nas formas verdadeiras da linguagem foram os sabios de Alexandria (Ferreira, 1894, p. 151).

Conforme se extrai da breve narrativa do gramático pernambucano, corroborada por estudos historiográficos contemporâneos (cf. Dezotti, 2013; Vieira, 2018), os conceitos lógico-filosóficos dos gregos, embora não tenham sido formulados para fins gramaticais, se refletiram na organização descritiva e na terminologia adotada pelos gramáticos alexandrinos. Com isso, a metalinguagem estabelecida para as partes do discurso nos primeiros instrumentos linguísticos do Ocidente atravessou mais de dois milênios e alcançou as gramáticas tradicionais do século 20 e as descrições linguísticas dos estudos contemporâneos (Vieira, 2018). Convém ressaltar, no entanto, que, no curso do processo de gramatização, conforme sistematiza Auroux (2014), cada instrumento se vale de uma ampla variedade de critérios (morfológicos, semânticos, funcionais e metalinguísticos) para realizar a classificação e a definição de cada parte do discurso, o que propiciou a existência de diferentes configurações taxonômicas.

Num olhar específico para a gramaticografia de língua portuguesa, Vieira (2020b) observa que, a despeito das eventuais diferenças no arranjo taxonômico, há uma grande semelhança entre as partes do discurso apresentadas nas gramáticas ao longo de quatro

séculos de gramatização, tal como se observa no mapeamento realizado pelo autor, apresentado na Figura 9:

Figura 9 – Partes do discurso em gramáticas de língua portuguesa (1540-1951)

Gramáticas latinizadas				Gramáticas racionalistas			Gramáticas empiristas										NGB (1959)
Barros (1540)	Argote (1725)	Lobato (1770)	Fonseca (1799)	Silva (1806)	Barbosa (1822)	E. C. Ribeiro (1881)	Braga (1876)	Grivet (1881)	J. Ribeiro (1881)	Coelho (1891)	Silva (1906)	Maciel (1914)	E. C. Ribeiro (1919)	E. C. Pereira (1926)	C. B. Pereira (1942)	Bueno (1951)	
Nom.	Nom.	Nom.	Nom.	Nom. / Subst.	Nom. subst.	Subst. / Nom.	Nom. / Subst.	Subst.	Subst.	Subst.	Subst.	Subst.	Nom. / Subst.	Subst.	Subst.	Nom.	Subst.
Art.	—	Art.	Artículo	—	—	—	Art.	Art.	Art.	Art.	—	—	—	—	—	—	Art.
—	—	—	—	Adj. articular	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	Adj. atributivo	Nome adj.	Adj.	Adj.	Adj.	Adj.	Adj.	Adj.	Adj.	Adj.	Adj.	Adj.	—	Adj.
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Num.	—	—	—	—	—	—	Num.
Pron.	Pron.	Pron.	Pron.	—	—	Pron.	Pron.	Pron.	Pron.	Pron.	Pron.	Pron.	Pron.	Pron.	Pron.	Pron.	Pron.
Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.	Verb.
Part.	Part.	Part.	Part.	—	—	—	—	Part.	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	—	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.	Adv.
Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.	Prep.
Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.	Conj.
Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	—	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.	Interj.

Fonte: Vieira (2020b, p. 114).

Apesar de não ser um mapeamento exaustivo das gramáticas de língua portuguesa, os dados alcançados permitem depreender que, de maneira geral, há uma continuidade em relação à classificação alexandrina das partes do discurso. O sinal mais evidente desse movimento de continuidade ocorre com as classes nome/substantivo, verbo, preposição e conjunção, que estão presentes em todas os instrumentos mapeados, independentemente da linhagem gramaticográfica. A introdução e a exclusão de algumas classes, por sua vez, indicam um movimento de descontinuidade entre as linhagens. É o que ocorre, por exemplo, com o desaparecimento do particípio e a introdução do adjetivo na passagem da linhagem latinizada para a racionalista (Vieira, 2020b). Descontinuidades como essa, no entanto, devem ser interpretadas com a devida cautela, pois, na prática, o que acontece nesses casos é “um conjunto de reorganizações das oito classes de Dionísio, com o acréscimo das interjeições de Prisciano, em que algumas subclasses são elevadas à posição de classe, algumas classes são reduzidas à posição de subclasse e algumas classes (e/ou subclasses) são fundidas” (Borges Neto, 2022, p. 476).

Ainda a respeito dos diferentes arranjos taxonômicos das partes do discurso, também é importante considerar o impacto da dimensão externa para a configuração das gramáticas.

Além das tendências epistemológicas próprias da atmosfera intelectual de cada época, não devemos esquecer o papel de determinados documentos oficiais que objetivavam uniformizar a produção gramaticográfica brasileira, a exemplo do já comentado Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios, de 1887, e da NGB, de 1959. No caso do programa de 1887, documento vigente à época das publicações de Julio Pires Ferreira, nota-se que, embora estivesse mais relacionado à uniformização dos conteúdos das gramáticas, ele também proporcionou, até certo ponto, uma uniformização da terminologia, a partir do espelhamento, nas gramáticas, dos termos utilizados nos títulos de cada um de seus pontos.

Nesse sentido, no tocante às partes do discurso, é possível que a publicação do programa tenha sido um dos fatores que contribuíram com o desaparecimento da classificação do artigo como classe autônoma em grande parte das gramáticas empiristas brasileiras publicadas após 1887. Vale ressaltar que na gramática empirista de Júlio Ribeiro (1881), publicada antes do programa, o artigo é apresentado como parte do discurso autônoma. O programa de português de 1887, no entanto, ao abordar, do ponto 7 ao 11, temas relativos à classificação das palavras, estipula que sejam estudados o substantivo, o adjetivo, o pronome, o verbo e as palavras invariáveis. Desse modo, de forma indireta, a formulação dos pontos do programa relativos à classificação das palavras excluiu o artigo de sua proposta de divisão das partes do discurso.

É bem verdade que o próprio programa não é uniforme quanto à terminologia empregada ao longo dos pontos. No ponto 26, por exemplo, relativo à etimologia, o artigo é apresentado como uma classe autônoma e colocado ao lado das demais classes. Essa falta de uniformidade classificatória do programa, por sua vez, não era ignorada pelos gramáticos do período, que, em alguns casos, explicavam em nota o motivo que os levava a separar uma seção específica para a etimologia do artigo. É o que se lê na nota apresentada por Pacheco e Lameira (1887, p. 379): “para nós o artigo, como já dissemos, entra no rol dos adjetivos demonstrativos: não é parte distinta do discurso – A nossa divisão, explica-se pelo dever de não nos afastarmos do programma official”.

No entanto, a despeito da falta de uniformidade do documento, a ausência do artigo nos pontos dedicados à classificação das palavras, em alguma medida, parece ter exercido impacto nas propostas dos gramáticos que procuravam se alinhar aos termos do programa. De maneira geral, as gramáticas passaram a incluir o artigo como uma das espécies dos adjetivos determinativos, como se observa nas obras de Pacheco e Lameira (1887), de Pereira (1907), de Ribeiro (1920) e nos próprios instrumentos linguísticos de Julio Pires Ferreira.

Numa análise mais ampla da classificação das partes do discurso nos instrumentos empiristas produzidos entre o final do século 19 e início do século 20 e que buscavam se filiar retoricamente à linguística histórico-comparativa, Cavaliere (2000) identifica algumas tendências para além do deslocamento do artigo com subclasse do adjetivo. Para o autor, há, nesses instrumentos, classes tidas como *consensuais*, isto é, que gozam de ampla aceitação entre os gramáticos, e classes *contingentes*, que não são tomadas como autônomas em todas as propostas classificatórias. Fazem parte das classes consensuais o nome/substantivo, o adjetivo, o pronome, o verbo, o advérbio, a preposição e a conjunção. Entre as classes *contingentes*, por sua vez, estariam o artigo, o numeral, a interjeição e o particípio, sendo esta última classe praticamente inexistente nas classificações das gramáticas desse período (Cavaliere, 2000).

Por meio da análise específica das seções dedicadas à taxinomia nas fontes primárias desta pesquisa, foi possível constatar que parte das oscilações relativas às classes contingentes é refletida nos instrumentos linguísticos de Julio Pires Ferreira. Além disso, ao longo das reedições, mudanças terminológicas e classificatórias e o acréscimo de notas explicativas evidenciam outros temas que estavam em discussão no que diz respeito às partes do discurso. Vejamos, então, como o professor pernambucano apresenta esse tema em seus instrumentos.

Na 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, obra em que pela primeira vez o autor sistematiza as partes do discurso e suas definições, afirma-se que “attendendo á significação das palavras ellas dividem-se em substantivo, adjectivo, pronome, verbo, adverbio, preposição, conjuncção e interjeição ou mais resumidamente em: nome, verbo e particulas” (Ferreira, 1894, p. 92). Além de evidenciar as oito partes do discurso consideradas pelo autor nesta edição, a leitura desse excerto indica que, seguindo a tendência predominante do momento (cf. Cavaliere, 2000), o critério que Julio Pires Ferreira busca privilegiar para sua classificação, entre aqueles sistematizados por Auroux (2014), é o critério semântico.

A utilização desse critério, na obra do pernambucano, é especialmente evidente nas definições do substantivo e do verbo, entendidos, respectivamente, como “a palavra que designa o nome de animal cousa ou objecto” (Ferreira, 1894, p. 902) e “a palavra que exprime um facto” (Ferreira, 1894, p. 152). Nesses dois exemplos, as duas classes são caracterizadas a partir de suas relações com elementos não linguísticos que compõem a representação da estrutura do mundo, o que indica o privilégio de uma classificação semântica.

Isso não significa dizer, porém, que o gramático aplica de forma objetiva e uniforme o critério semântico em sua proposta classificatória. Na definição de outras classes, fica visível

a utilização de critérios funcionais, isto é, que se relacionam com a função da categoria numa unidade linguística superior, e de critérios metalinguísticos, que são aqueles que fazem referência ao próprio enunciado linguístico. O critério funcional se destaca, por exemplo, no caso da conjunção, definida como “a partícula que mostra a relação entre dous juízos, duas idéas ou duas orações” (Ferreira, 1894, p. 215). Em outros momentos, o gramático faz uso de diferentes critérios para definir uma mesma classe, como acontece na definição do adjetivo: “é a palavra que exprime um attributo qualificativo ou determinativo que modifica o substantivo” (Ferreira, 1894, p. 117). Há, nesse caso, o emprego do critério semântico (‘palavra que exprime um attributo qualificativo ou determinativo’), juntamente com o emprego dos critérios funcional e metalinguístico (‘modifica o substantivo’).

Além da constatação da falta de objetividade e uniformidade no uso dos critérios para as definições das partes do discurso, característica até hoje presente nas gramáticas tradicionais (cf. Vieira, 2018), outras questões específicas sobre algumas categorias foram identificadas na análise. Os parágrafos seguintes são dedicados a explicar essas questões, com especial enfoque para os traços de continuidade e descontinuidade que podem ser estabelecidos em relação às propostas apresentadas em outras produções gramaticográficas.

De início, chama atenção a oscilação classificatória quanto à *interjeição*. Apesar de ser tomada como uma das partes do discurso na 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa* (1894), a interjeição, neste instrumento, é a única classe que não apresenta uma definição sistematizada no texto. Enquanto nas demais partes do discurso as definições são apresentadas por meio da introdução da categoria destacada em itálico, no caso da interjeição, o autor se limita a apresentar exemplos e a realizar apontamentos acerca da natureza dessa categoria. Entre os comentários elaborados, se destaca a afirmação de que, por ser uma espécie de grito indicativo de dor ou de alegria, a interjeição não poderia ser tida propriamente como uma parte do discurso. Essa opinião, conforme destaca Julio Pires Ferreira, seria a predominante entre os gramáticos.

Ao analisar outras gramáticas produzidas naquele período, é possível perceber que, de fato, boa parte dos instrumentos apresenta ressalvas em relação à consideração da interjeição como uma parte do discurso. Em alguns casos, como em Ribeiro (1881), chega-se até mesmo a excluir a categoria do rol das partes do discurso. Os exemplos a seguir ilustram bem esse posicionamento:

Os Gregos não consideraram a interjeição como verdadeira palavra, por isso que é ella antes clamor instinctivo do que signal de idéia; [...] Era justa a opinião dos

mestres gregos: a interjeição não representa idéia, não envolve noção; é articulação instintiva, é grito animal, não é palavra (Ribeiro, 1881, p. 72-73).

A interjeição propriamente dita — primitiva, originaria — é um grito espontâneo e instintivo, um som animal.

Não constitui tecnicamente parte da oração; é uma voz intercalada na phrase, atirada na proposição para exprimir um súbito sentimento, uma emoção do espirito (Pacheco; Lameira, 1887, p. 115).

A interjeição não entra na construção do discurso. É uma proposição de caracter elliptico, frequentissima nas linguas primitivas, nas quaes era mais extensa e intensa a expressão sentimental (Ribeiro, 1889 [1887], p. 104).

As interjeições essenciaes não pertencem ao dominio da grammatica : são verdadeiros gritos instintivos (Gomes, 1913 [1887], p. 61).

Para além dos apontamentos das gramáticas empiristas, também é importante destacar que a interjeição já era uma classe oscilante desde a elaboração dos primeiros instrumentos linguísticos ocidentais. Nesse sentido, conforme aponta Dezotti (2013), enquanto a *Tékhne Grammatiké* de Dionísio Trácio incluía a interjeição como espécie de advérbio, as gramáticas latinas passaram a classificá-la como parte do discurso.

No curso da gramaticografia de língua portuguesa, tal como observa Leite (2016), a interjeição, apesar de manter uma definição relativamente estável como classe que exprime as emoções, foi abordada a partir de diferentes perspectivas. A gramática de Barros (1540), em seu espelhamento da gramática latina, se preocupa em afirmar a autonomia da interjeição em relação ao advérbio e apresenta de forma sintética a definição da classe e alguns exemplos usuais da época. A gramática racionalista de Barbosa (1822), por sua vez, destaca a interjeição das demais classes, na medida em que distingue as palavras em dois grupos gerais: as palavras interjectivas e as palavras discursivas. Em relação à interjeição, apresentada em primeiro lugar na ordem das partes do discurso, o gramático português destaca que essa classe, relacionada à expressão das paixões, estaria desligada do contexto da oração. Dessa forma, percebe-se que as peculiaridades da interjeição como parte do discurso já eram observadas desde a linhagem racionalista.

No caso dos instrumentos de Julio Pires Ferreira, observa-se que, a partir da 4ª edição da *Grammatica Portuguesa*, a interjeição não mais é incluída como uma das partes do discurso. Contraditoriamente, a partir desta edição a definição da interjeição é sistematizada e apresentada de modo similar às demais categorias. Na edição seguinte, por sua vez, o autor introduz uma breve explicação para a exclusão da classe, argumentando que a interjeição seria “antes um grito para exprimir paixões, que propriamente uma palavra” (Ferreira, 1917, p. 38). Em síntese, essa postura em relação à interjeição demonstra que o estatuto dessa categoria já

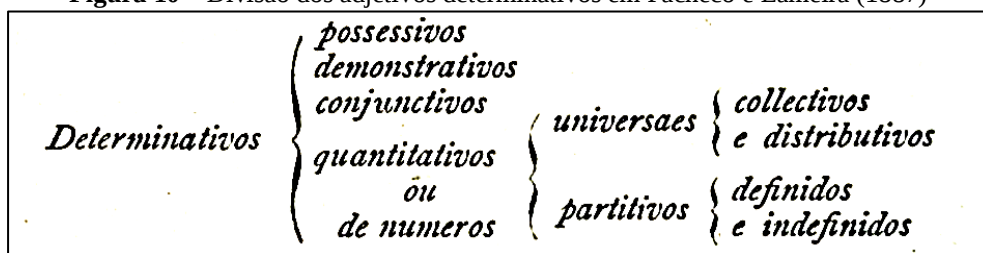
era contestado antes mesmo das críticas realizadas na segunda metade do século 20 pela linguística contemporânea brasileira, que, em geral, passou a encarar a interjeição como uma classe de função discursiva, e não como uma classe de palavras (Vieira, 2018).

Uma outra questão que se destaca nas seções dedicadas às partes do discurso consiste na distinção entre a classe dos *pronomes* e a dos *adjetivos*. Essa questão, vale destacar, é um ponto oscilante no curso da gramaticografia de língua portuguesa. Enquanto a gramática de latinizada de Reis Lobato (1770), por exemplo, reconhece a existência de pronomes e os classificam em subclasses como demonstrativos, possessivos e relativos, a gramática racionalista de Barbosa (1822) opta por agrupar os termos que seriam equivalente aos pronomes de Reis Lobato na subclasse dos adjetivos determinativos.

Na obra de Julio Pires Ferreira, esse ponto se torna evidente na 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, quando, após apresentar a definição de adjetivo, o autor afirma que o “principal caracteristico [do adjetivo] é vir sempre com o substantivo claro a quem modifica; quando este está occulto o adjectivo toma o nome de *pronome*.” (Ferreira, 1894, p. 118). O próprio gramático, no entanto, aponta que esse posicionamento não era unânime, havendo gramáticas que preservavam a denominação *adjetivo* mesmo quando o substantivo modificado estivesse oculto.

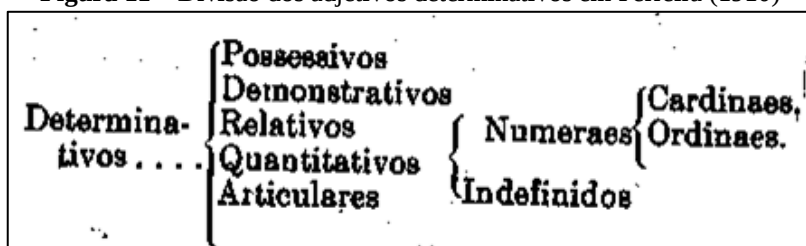
Para melhor compreender essa questão, é necessário pontuar que as gramáticas produzidas naquele período, conforme destaca Cavaliere (2000), costumavam dividir os adjetivos em duas grandes subclasses: os *adjetivos qualificativos* e os *adjetivos determinativos*. Nessa classificação, os adjetivos qualificativos, como o próprio nome sugere, são aqueles que atribuem uma qualidade ao substantivo, a exemplo de palavras como *grande* e *bom* nas expressões *casa grande* ou *bom livro*. Os adjetivos determinativos, por sua vez, consistem nas palavras que restringem ou determinam o substantivo, a exemplo de *esta* e *meu* nas expressões *esta casa* ou *meu livro*. Dada a amplitude dos adjetivos determinativos, as gramáticas empiristas do final do século 19 e início do século 20 costumam subdividi-los em algumas categorias. Os esquemas apresentados nas gramáticas de Pacheco e Lameira (1887) e de Julio Pires Ferreira (1910) sintetizam algumas das possibilidades classificatórias tipicamente adotadas nesses instrumentos:

Figura 10 – Divisão dos adjetivos determinativos em Pacheco e Lameira (1887)



Fonte: Pacheco; Lameira (1887, p. 86).

Figura 11 – Divisão dos adjetivos determinativos em Ferreira (1910)



Fonte: Ferreira (1910, p. 42).

Numa análise das subdivisões apresentadas em instrumentos linguísticos do período, nota-se que, em geral, são incluídas na categoria dos adjetivos determinativos palavras que hoje, sob o crivo da NGB, as gramáticas tradicionais costumam classificar como *pronomes possessivos*, *pronomes demonstrativos*, *pronomes relativos*, *pronomes indefinidos*, *numerais* e *artigos*. Embora a proposta da NGB seja distinta de boa parte dos arranjos taxonômicos presentes nas gramáticas do final do século 19 e início do século 20, já é possível perceber, nesses instrumentos, uma discussão quanto à possibilidade de classificar algumas espécies de adjetivos determinativos na classe dos pronomes.

Nos instrumentos de Julio Pires Ferreira, essa questão fica evidente nos comentários realizados ao longo da descrição dos adjetivos demonstrativos e dos adjetivos relativos. Nesse sentido, na caracterização desses dois tipos de adjetivos, são apresentadas as seguintes considerações:

Os adjectivos demonstrativos appresentam vestigios do genero neutro nas formas: isto (*istud*), isso (*ipsud*), aquillo (*ecc'illud*) e seus compostos: ist'outro, iss'outro e aquill'outro, que todos são somente considerados como *pronomes* (Ferreira, 1894, p. 120).

Relativos, são os [adjetivos] que lembram uma pessoa ou cousa e ligam orações. São, por isso, chamados tambem *conjunctivos*.

São: – qual, plural quaes (*qualis*); que (*qui*); quem (*quem*); cujo fem. cuja, plural cujos, cujas (*cujus*). Estas palavras devem antes ser incluídas na classe dos pronomes, pois que com excepção de *cujo*, nunca trazem substantivo junto com que concordem, a não ser em phrases exclamativas e interrogativas (Ferreira, 1894, p. 120).

Como é possível perceber, o gramático realiza ressalvas em relação à classificação de palavras, que, apesar de estarem dentro do grupo dos adjetivos determinativos, seriam melhor classificadas como pronomes. Esse tipo de comentário é frequentemente encontrado em outras gramáticas empiristas do período. Ribeiro (1889 [1887]), por exemplo, considera que os adjetivos determinativos poderiam ser, simultaneamente, adjetivos e pronomes:

Em verdade, os adjectivos determinativos são simultaneamente adjectivos e pronomes. A discriminação de funções é apenas apreciavel no texto da phrase. A distincção consiste em que o *adjectivo* vem junto ao substantivo e o *pronome* vem isoladamente. Assim, nas phrases: « Que cousa? *meu* tio.»; as partes *que* e *meu* são adjectivos. Na phrase: «o chapéu *que* achastes é *meu*», os termos *que* e *meu* são verdadeiros *pronomes*.

[...]

Para evitar semelhantes confusões, é que muitos grammaticos judiciosamente só consideram pronomes, os *pessoaes* (Ribeiro, 1889 [1887], p. 85-86).

Além disso, no caso das edições da *Grammatica Portuguesa* de Julio Pires Ferreira, chama atenção o fato de não haver um capítulo específico para tratar da classificação taxonômica dos pronomes. Também vale destacar que, conforme já exposto no Quadro 15 (cf. Capítulo 4, seção 4.3), o pronome pessoal, introduzido em um tópico dentro do capítulo da taxinomia dos adjetivos, é a única espécie de pronome que recebe uma definição sistemática nas obras do professor pernambucano e que ganha capítulos autônomos em outras seções da gramática (cf. Apêndice). Essa postura indica que, embora considere a existência de pronomes com função de adjetivo, o autor, em sua prática descritiva, confere maior atenção aos pronomes pessoais.

Ainda a respeito da associação entre pronomes e adjetivos determinativos, é necessário apontar que, a partir da 5ª edição da *Grammatica Portuguesa* (1917), o autor acrescenta uma citação que sinaliza uma outra possibilidade de arranjo classificatório, adotada por gramáticos do período. Apresentada em fonte tipográfica menor e extraída diretamente da obra *Nova Gramática Portuguesa* (1902), do gramático português António Augusto Cortesão (1854-1927), essa proposta classificatória é sintetizada no excerto transcrito a seguir:

«Quási todos os gramáticos modernos, seguindo a escola alemã, admitem só uma classe de adjectivos — os *qualificativos*. Os determinativos sam incluídos na classe dos pronomes, que dividem em *pessoais*, *demonstrativos*, *possessivos*, *relativos*, ou *conjuntivos* e *indefinidos*; alguns dos quais podem desempenhar as funções de substantivos (*pronomes substantivos*) ou de adjectivos (*pronomes adjectivos*). Dos numerais fazem uma classe à parte.» (Cortesão, 1902, apud Ferreira, 1917, p. 42).

Apesar de não ter implicado uma mudança na classificação proposta nas obras de Julio Pires Ferreira, a introdução dessa citação sinaliza que o gramático pernambucano não ignorava as outras possibilidades classificatórias para esse grupo de palavras. No caso da gramaticografia de língua portuguesa, a classificação descrita por Cortesão pode ser observada, por exemplo, nas *Noções elementares de Grammatica Portuguesa* (1891) de Adolpho Coelho, e na *Grammatica secundaria da lingua portugueza* (1923), do filólogo brasileiro Manuel Said Ali. Nessas obras, a classe dos artigos e dos numerais são tomadas como partes autônomas do discurso e os demais adjetivos determinativos são incluídos na classe dos pronomes. Said Ali é, inclusive, tido por Bechara (1962, p. 29) como o gramático que “introduziu nos estudos gramaticais no Brasil o conceito de pronome como vocábulo dêitico, dissociando da classe dos adjetivos”. Nesse sentido, a partir da publicação da gramática de Said Ali, a noção ampliada da classe dos pronomes se tornou predominante nas gramáticas brasileiras, fato que contribuiu para que essa questão fosse objeto dos debates que culminaram na elaboração da NGB (Cavaliere, 2000).

Em relação às reedições da gramática de Julio Pires Ferreira, além da introdução da mencionada citação na 5ª edição, a única mudança notada neste ponto foi de caráter terminológico: na 7ª edição, publicada após a gramática de Said Ali, o professor pernambucano, sem abandonar a nomenclatura e as subdivisões anteriores, incorpora a terminologia *pronome adjetivo* e *pronome substantivo* para se referir, respectivamente, aos adjetivos determinativos que não são acompanhados de um substantivo e aos pronomes pessoais. Cabe alertar, porém, que, apesar dessa terminologia também ser adotada por Said Ali, não há como assegurar que o acréscimo realizado na obra do gramático pernambucano tenha sido decorrente do impacto da obra do primeiro, pois essa mesma terminologia já é observada em gramáticas como a de Pacheco e Lameira (1887) e a de Pereira (1907).

5.2.2 Rede taxonômica da sintaxe da oração

De acordo com Vieira (2020b), a primeira análise da oração na história do pensamento ocidental de que se tem notícia consiste no diálogo filosófico apresentado por Platão na obra *O Sofista*, datada do século 5 a.C. Nesse texto, o filósofo divide o *lógos* em duas partes constitutivas: o nome (*ónoma*), que executa uma ação, e o verbo (*rhêma*), que a exprime. Os primeiros instrumentos gramaticográficos, no entanto, se ocupavam em desenvolver o modelo das partes do discurso e pouco refletiam sobre a estrutura interna da oração. Foi somente a partir das *Institutiones Grammaticae*, de Prisciano de Cesareia (séc. 6 d.C.), que essa reflexão

teórica começou a ser abordada com maior profundidade na gramaticografia ocidental. Nesse sentido, os apontamentos do gramático latino acerca das categorias essenciais da “oração perfeita”, por exemplo, forneceram as bases para a análise sintática da oração que perdura até hoje nas gramáticas tradicionais e no ensino escolar (Vieira, 2020b).

Ainda que a concepção de oração como a expressão de um juízo com sentido completo seja uma característica presente nas gramáticas tradicionais ao longo dos séculos, as redes taxonômicas de descrição sintática variam de acordo com a linhagem gramaticográfica a que os instrumentos linguísticos estão filiados. Isso decorre, em grande medida, dos condicionantes teórico-metodológicos que regem a elaboração das terminologias gramaticais (Swiggers, 2009b). Dessa forma, para compreender as relações estabelecidas entre a rede taxonômica presente na obra de Julio Pires Ferreira e as redes de outras obras da gramaticografia de língua portuguesa, é necessário realizar breves comentários sobre as configurações das redes taxonômicas da sintaxe nas diferentes linhagens gramaticográficas.

Nas gramáticas da linhagem latinizada, que espelhavam o modelo analítico da língua latina, a oração se organiza a partir de uma “sintaxe de casos”. Nesse modelo, a sintaxe se divide em sintaxe de concordância e sintaxe de regimento, sendo esta última equivalente ao que a terminologia contemporânea classifica como sintaxe de regência. A concordância se concretizaria na relação entre um nome no caso nominativo e um verbo. A relação de regimento, por sua vez, seria estabelecida entre um verbo transitivo e um nome em casos latinos distintos do nominativo, tais como o acusativo, o dativo e o ablativo (Vieira, 2020b). Diante disso, é possível perceber que o modelo de oração das gramáticas latinizadas não trabalha com a ideia de funções sintáticas como sujeito e complemento verbal, mas sim com as relações de concordância e regimento que se firmam entre nomes e verbos. A rede taxonômica da sintaxe da oração existente em Barros (1540) ilustra bem o modelo tipicamente adotado pelas gramáticas latinizadas. Na sistematizada realizada por Vieira (2020b), apresentada na Figura 12, é possível visualizar a relação entre o nome nominativo (em azul), o verbo (em amarelo) e os nomes nos outros casos latinos (em verde):

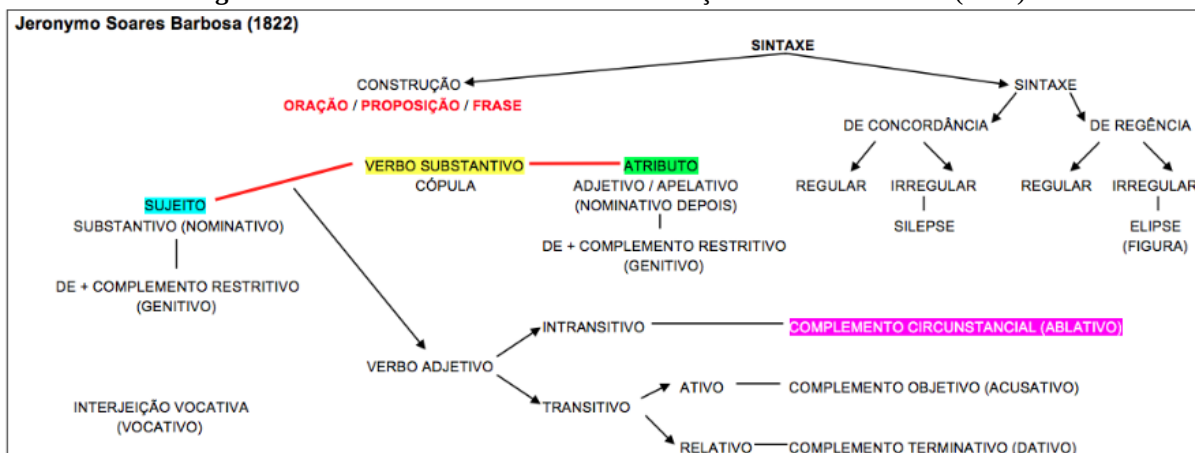
Figura 12 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Barros (1540)



Fonte: Vieira (2020b, p. 102).

Nas gramáticas da linhagem racionalista, conforme já destacado neste capítulo (cf. seção 5.1), o modelo de oração se estrutura a partir da relação de base lógica entre sujeito, cópula (verbo substantivo) e atributo, estabelecida pelos gramáticos de Port-Royal. Dessa forma, diferentemente da estrutura oracional das gramáticas latinizadas, já é possível visualizar, no modelo racionalista, a presença das funções sintáticas da oração. Além do sujeito, da cópula e do atributo, também passa a compor a rede taxonômica da sintaxe da oração o complemento circunstancial, termo da oração que seria equivalente ao que a NGB classifica como adjunto adverbial. Desse modo, embora algumas gramáticas racionalistas tenham preservado a terminologia dos casos latinos, não há mais a existência de uma sintaxe de casos. No lugar, as redes taxonômicas se organizam a partir de uma sintaxe de construção, que busca estabelecer relações lógicas entre as palavras que compõem a oração, tal como se pode observar na sistematização da rede existente na obra de Soares Barbosa (1822), apresentada por Faraco e Vieira (2021), que destacam, em cores, os termos da oração:

Figura 13 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Soares Barbosa (1822)

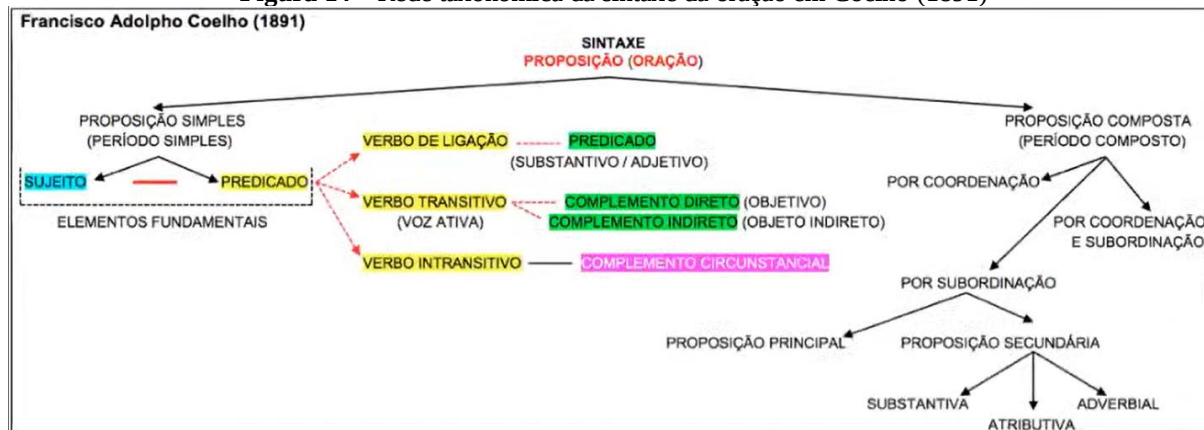


Fonte: Faraco; Vieira (2021, p. 479).

Nas gramáticas da linhagem empirista produzidas a partir do final do século 19, por fim, já é possível observar a divisão da oração entre sujeito e predicado, estrutura cristalizada pela NGB e preservada até hoje nas gramáticas tradicionais. O sujeito, de maneira similar ao modelo racionalista, é definido nas gramáticas empiristas como o termo da proposição de que se afirma alguma coisa, tal como se lê em gramáticas como as de Pereira (1907) e Ribeiro (1881). O predicado, por sua vez, é entendido genericamente como “o que se diz a respeito do sujeito” (Ribeiro, 1881, p. 194). Dado o seu caráter amplo, o predicado, no modelo empirista, abarca o verbo, o complemento verbal e o dito complemento circunstancial. Um bom

exemplo dessa configuração pode ser observado na rede taxonômica da obra de Coelho (1891), apresentada por Vieira (2020a):

Figura 14 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Coelho (1891)



Fonte: Vieira (2020a, n.p.).

Como é possível perceber, a rede taxonômica de Adolpho Coelho já se aproxima bastante da metalinguagem empregada pela NGB. Além de estabelecer o sujeito e o predicado como os termos fundamentais da proposição simples, o gramático português classifica os diferentes tipos de verbos e seus respectivos complementos. Nesse sentido, no arranjo da gramática, o verbo de ligação é acompanhado por um complemento que recebe o nome de predicado, termo equivalente ao que a NGB classifica como predicativo do sujeito. O verbo transitivo, na voz ativa, é acompanhado por um complemento direto ou indireto, que seriam equivalentes ao que a NGB denomina como objeto direto e objeto indireto. O verbo intransitivo, por sua vez, poderia vir acompanhado de um complemento circunstancial, termo que, em gramáticas empiristas como a de Júlio Ribeiro, já é denominado adjunto adverbial. Vale destacar, também, que, além de analisar as relações sintáticas na proposição simples, as gramáticas empiristas começam a desenvolver de modo mais aprofundado a ideia de coordenação e subordinação nas proposições compostas.

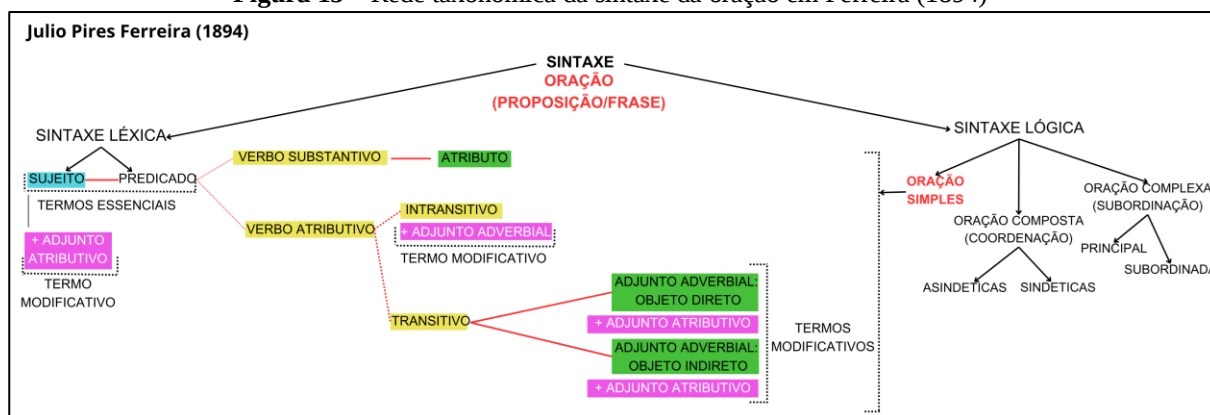
Realizadas as breves considerações sobre as configurações das redes taxonômicas da sintaxe da oração nas três linhagens gramaticográficas, é possível, então, analisar a rede apresentada por Julio Pires Ferreira. De início, é necessário pontuar que, conforme já mencionado neste capítulo (cf. seção 5.1), a última lição da 2ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, voltada para o estudo dos termos da oração e das relações sintáticas, é elaborada a partir da obra *Theoria das Proposições* (1893), de Manoel Balthazar Pereira Diégues Junior. Ao comparar o texto dos dois autores, é possível notar que Julio Pires

Ferreira reproduz, de forma praticamente integral, a redação do opúsculo de Diégues Junior. Desse modo, é necessário ressaltar, de início, que a rede taxonômica adotada na obra do gramático pernambucano consiste numa reprodução de um modelo elaborado por outro autor.

No tocante aos metatermos empregados, verifica-se que, seguindo a tendência empirista do período, a rede adotada por Julio Pires Ferreira divide a oração em dois termos considerados essenciais: o *sujeito*, “termo de que se afirma uma ação, qualidade ou estado” (Ferreira, 1894, p. 220); e o *predicado*, termo que “exprime ação, qualidade ou estado que se refere ao sujeito” (Ferreira, 1894, p. 221). Na oração com um verbo substantivo, o predicado é composto pelo verbo e por um *atributo*, de modo a similar ao que se nota na rede taxonômica da linhagem racionalista (cf. Figura 13).

Além disso, pontua-se que tanto o sujeito quanto o predicado poderiam ser modificados ou explicados por termos *modificativos*, também chamados de *complementos* ou *adjuntos*. Os modificativos, nessa rede taxonômica, representam um grupo bastante abrangente de termos, envolvendo os *adjuntos atributivos*, que correspondem a termos que modificam o substantivo, e os *adjuntos adverbiais*, que consistem em termos que modificam o adjetivo ou verbo e exprimem uma circunstância. Nesta última espécie, estão incluídos o *objeto direto* e o *objeto indireto*, modificativos empregados para representar a pessoa ou coisa sobre a qual recai a ação indicada pelos verbos atributivos. A Figura 15, elaborada nos mesmos moldes das redes taxonômicas apresentadas por Vieira (2020a, 2020b) e Faraco e Vieira (2021), ajuda a visualizar as relações entre os metatermos da sintaxe da oração presentes na obra do gramático pernambucano:

Figura 15 – Rede taxonômica da sintaxe da oração em Ferreira (1894)



Fonte: Elaboração própria (2023).

Como é possível visualizar, ainda que alguns metatermos sejam distintos, a rede taxonômica da sintaxe da oração apresentada na obra de Julio Pires Ferreira é bastante similar

àquela existente na gramática de Adolpho Coelho, o que demonstra um alinhamento do gramático pernambucano com as redes taxonômicas tipicamente adotadas pelos instrumentos empiristas naquele momento. Tal como os demais gramáticos empiristas, Julio Pires Ferreira não emprega, em sua rede taxonômica da sintaxe, os casos latinos, o que representa um movimento de descontinuidade em relação à metalinguagem das gramáticas latinizadas. A presença do verbo substantivo e do atributo, por sua vez, aponta para uma continuidade em relação à lógica do modelo analítico racionalista, característica típica dos instrumentos que se situam num momento de transição de linhagens (cf. seção 5.1).

Chama a atenção, por fim, a classificação dos objetos direto e indireto como tipos de adjuntos adverbiais. Ao contrário de autores como Coelho (1891), que enquadram o *complemento directo* e *indirecto* como termos de natureza distinta do *complemento circunstancial*, Julio Pires Ferreira não realiza tal diferenciação. Na organização classificatória empregada pelo autor, todos os termos que modificam o verbo ou o adjetivo são enquadrados como adjuntos adverbiais, sejam aqueles que exprimem circunstâncias, sejam aqueles que representam o elemento sobre o qual recai a ação indicada pelo verbo. Desse modo, diferentemente da rede taxonômica de outras gramáticas empiristas e da própria metalinguagem que seria definida pela NGB em 1959, a rede taxonômica adotada por Julio Pires Ferreira não distingue explicitamente o complemento verbal do adjunto adverbial. É necessário pontuar, contudo, que, assim como acontece com as partes do discurso, a ausência de distinção não significa a desconsideração desses termos no cenário descritivo, mas tão somente representa outra possibilidade de arranjo classificatório.

5.3 Língua gramatizada

Conforme já mencionado nesta dissertação (cf. Capítulo 2, seção 2.4), um dos constituintes do fazer gramaticográfico corresponde ao objeto descrito, que consiste no recorte parcial da língua realizado pelos gramáticos (Swiggers, 2012). No caso da gramaticografia brasileira de língua portuguesa, compreender que recorte da língua é efetivamente gramatizado significa, entre outras questões, atentar para o espaço dedicado às características do português do Brasil nos instrumentos linguísticos.

Nesse sentido, diversos estudos historiográficos têm apontado que, apesar de já serem documentadas diferenças entre o português de Portugal e o português do Brasil desde, pelo menos, o século 18, a efetiva preocupação com o estudo gramatical da realidade linguística brasileira só veio nas últimas décadas do século 19 (cf. Vieira, 2018; Polachini, 2013; Vidal

Neto, 2010; Coelho; Danna; Polachini, 2014). As investigações realizadas sobre o tema indicam que, em geral, as gramáticas de orientação racionalista, por privilegiarem a *ratio*, não conferiam muita atenção aos usos específicos do português no território brasileiro. As gramáticas empiristas que buscavam se alinhar aos estudos histórico-comparativos, por outro lado, procuravam colocar o uso em primeiro plano e partiam do pressuposto retórico de que as línguas evoluíam. Desse modo, já é possível observar, nestes últimos instrumentos, um maior volume de comentários sobre as peculiaridades do português do Brasil (Coelho; Danna; Polachini, 2014).

Além da mudança retórica e epistemológica entre a linhagem racionalista e a empirista, duas questões de ordem contextual também ajudam a explicar a maior presença de considerações sobre o português do Brasil nas gramáticas do final do século 19. Em primeiro lugar, a partir das fontes compiladas em Pinto (1978), é perceptível que a discussão em torno da língua do Brasil ocupava, naquele momento, lugar destacado nos debates do país. Segundo aponta a autora, embora a discussão já existisse desde as primeiras décadas do século 19, é somente na segunda metade do século que a língua do Brasil “assume contornos de problema de interesse nacional e, concomitantemente, passa a constituir objeto de cogitação, para registro de uma realidade já consistente e documentável” (Pinto, 1978, p. XVI). Diante do sentimento nacionalista e dos recentes movimentos políticos emancipatórios que marcavam o país naquele período, havia uma atmosfera que favorecia o debate em torno da denominação da língua do Brasil e da existência ou não de uma autonomia linguística em relação à língua de Portugal (Cavaliere, 2019; Coelho, 2008).

A segunda questão contextual que, em certa medida, também contribuiu para uma maior atenção às peculiaridades do português do Brasil nas gramáticas do final do século 19 corresponde à publicação do já mencionado Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios, organizado por Fausto Barreto em 1887. No ponto 44 do programa, é previsto o estudo das anomalias gramaticais, dos idiotismos, dos provincialismos, dos brasileirismos e dos dialetos da língua portuguesa. Com isso, conforme observado por Coelho, Danna e Polachini (2014), a presença de uma seção dedicada ao tratamento das particularidades do português do Brasil se tornou frequente nas gramáticas publicadas após 1887. Afinal, tal como já pontuado ao longo desta dissertação (cf. Capítulo 4), o sucesso editorial dos instrumentos gramaticais naquele momento estava, em geral, atrelado à observância dos temas definidos no programa de Fausto Barreto.

No caso das publicações realizadas por Julio Pires Ferreira, é possível observar que, enquanto a discussão em torno da denominação e do estatuto da língua do Brasil já está

presente desde a 1ª edição das *Notas sobre a Lingua Portuguesa*, a organização de uma seção dedicada especificamente aos idiotismos, provincialismos e brasileirismos somente é introduzida quando o texto é reeditado sob o título de *Grammatica Portuguesa*. Isso pode ser explicado pelo próprio objetivo de cada produção: as *Notas* foram publicadas com o propósito de lançar luz sobre temas que faziam parte das discussões linguísticas do período, entre os quais estava a questão da autonomia da língua do Brasil; a *Grammatica Portuguesa*, por sua vez, foi editada com o intuito de concluir o trabalho de reformulação iniciado na 2ª edição das *Notas* e passou a incluir novas seções com temas exigidos pelo programa de Fausto Barreto. Vale ressaltar, entretanto, que, ao discutir sobre o estatuto da língua do Brasil, ainda na 1ª edição das *Notas*, Julio Pires Ferreira já expõe determinadas particularidades linguísticas que, na *Grammatica*, são qualificadas como brasileirismos.

Em relação ao debate em torno da autonomia da língua do Brasil, o gramático pernambucano se detém na discussão sobre a possibilidade ou não de considerar a existência de um “dialeto brasileiro”. A esse respeito, Cavaliere (2019) pontua que, apesar de ser uma denominação frequentemente empregada ao longo do século 19, a propriedade científica do termo “dialeto” era um tema em evidência entre os intelectuais do período. Desse modo, para apresentar a questão, Julio Pires Ferreira expõe, inicialmente, considerações acerca do conceito e das características de um dialeto.

Para o autor, um dialeto corresponde à “língua peculiar a uma provincia, cidade ou estado, alterada na pronuncia, accentuação, desinencias, lexico e syntaxe, relativamente ao idioma donde provém.” (Ferreira, 1893, p. 45). Definições semelhante a esta são encontradas em gramáticas do período, como é possível visualizar em Gomes (1913 [1887]) e em Pacheco e Lameira (1887). O que diferenciaria a formação de um dialeto da formação de uma outra língua, nessa perspectiva, seria a existência de uma unidade linguística que permitiria a comunicação do pensamento. Nesse sentido, quando não houvesse mais a possibilidade de comunicação, haveria a constituição de uma nova língua. Para o autor, alguns dos fatores que estariam em jogo, na evolução de um dialeto, seriam a cultura literária e as relações sociais.

Após apresentar os posicionamentos de José de Alencar (1829-1877) e de Silvio Romero (1851-1914) sobre o tema, Julio Pires Ferreira conclui que, apesar das notáveis modificações prosódicas, sintáticas e lexicais da língua portuguesa no Brasil, ainda não existiria um “dialeto brasileiro” efetivamente constituído, pois a língua falada no Brasil ainda não possuiria “fóros de lingua litteraria e culta” e ainda não conseguiria “rebelar-se contra a lingua pura e vernacula” (Ferreira, 1893, p. 47). Contudo, num movimento retórico de aceitação da evolução das línguas, o autor prevê que, com a maior autonomia e com o

desenvolvimento material e intelectual do Brasil, o país teria, no futuro, uma língua própria, distinta do português lusitano. Na 2ª edição das *Notas*, o autor estende esse pensamento para a realidade linguística interna do Brasil, argumentando que, com o passar do tempo e com as modificações dialetais, as línguas faladas no Norte e no Sul do Brasil se tornariam autônomas e passariam a separar duas nações distintas (Ferreira, 1894).

O posicionamento contrário ao estatuto dialetal da língua falada no Brasil é compartilhado por outros gramáticos do período. Pereira (1907, p. 256), por exemplo, considera que “embora sejam notáveis certas diferenças prosódicas e syntáticas, todavia, seria talvez dar uma extensão indebita ao termo *dialecto* chamar a nossos *brasileirismos* de *dialecto brasileiro*”. Na mesma direção vai Gomes (1913 [1887], p. 418) ao afirmar que “não ha verdadeiramente *dialecto brasileiro*, em que peze á auctoridade de alguns sabedores dos factos glotticos”. Ribeiro (1889 [1887]), por sua vez, apesar de classificar o “*dialecto brasileiro*” como um dos dialetos do português, considera o termo impróprio.

Diante disso, é possível notar que a descrição gramatical empreendida por Julio Pires Ferreira é realizada a partir da percepção de que haveria uma unidade linguística luso-brasileira. Com isso, o gramático, ao longo da descrição, trata o português como uma língua homogênea e invariável, tal como se nota em passagens como “[...] em Portuguese não ha propriamente imperativo negativo” (Ferreira, 1910, p. 70), “[...] a Lingua Portugueza adotou a repetição do pronome pessoal, por enfase” (Ferreira, 1910, p. 199), “O *infinitivo* presente dos verbos em Portuguese tem duas fórmas: uma *peçoal* e outra *peçoal*” (Ferreira, 1910, p. 214).

No tocante às descrições dos usos linguísticos do Brasil, a leitura integral das fontes primárias desta pesquisa evidenciou que, nas obras de Julio Pires Ferreira, tais dados estão, em sua maioria, concentrados em duas seções: na seção dedicada à discussão do “*dialecto brasileiro*” e na seção dedicada aos idiotismos, em que são descritos, entre outras questões, os *brasileirismos* e os *provincialismos*. Nas demais seções, os usos linguísticos do Brasil são apresentados pontualmente e, em geral, sob a forma de observações marginais.

Essa constatação reitera os resultados obtidos por Coelho, Danna e Polachini (2014) na análise dos fenômenos do português do Brasil em textos gramaticais do século 19 e início do século 20. Após contabilizarem os dados em 10 fontes, as autoras observaram que os textos que mencionam o português do Brasil “o fazem apenas marginalmente, incluindo tais menções algumas vezes em seções específicas (vícios, *brasileirismos*, *provincialismos*), outras vezes em meio a detalhamentos em relação a observações mais gerais sobre a ‘língua portuguesa’” (Coelho; Danna; Polachini, 2014, p. 122).

A fim de identificar quais questões são descritas por Julio Pires Ferreira, realizei o mapeamento das menções aos fenômenos do português do Brasil em cada edição das fontes primárias. Nesse processo, procurei selecionar os fenômenos que foram explicitamente identificados como usos brasileiros. Os fenômenos atribuídos genericamente à “linguagem familiar” ou ao “uso popular”, sem menção textual ao Brasil, não foram considerados, uma vez que, nesses casos, não foi possível ter certeza se o fenômeno em questão é considerado pelo autor como uma especificidade do português do Brasil. Ao abordar, por exemplo, a prática de repetir palavras como *muito* para aumentar a força de uma expressão, Julio Pires Ferreira atribui tal uso ao “estilo familiar”, mas o exemplifica a partir de versos do escritor português Gil Vicente (1465-1536). Isso sinaliza que os fenômenos qualificados simplesmente como de uso popular ou familiar não eram necessariamente tratados como construções próprias do contexto brasileiro.

A partir desse mapeamento, foi possível constatar que o professor pernambucano, seguindo o exemplo dos gramáticos do final do século 19, destaca fenômenos linguísticos de natureza lexical, fonética, morfológica e sintática. No Quadro 19, exponho alguns fragmentos que ilustram como as questões são abordadas em cada nível:

Quadro 19 – Fenômenos do português do Brasil descritos nas obras de Julio Pires Ferreira

Natureza do fenômeno	Fragmento
Lexical	[A expressão ‘a seu talante’] na linguagem popular no Brasil tem a significação de força muscular (Ferreira, 1893, p. 44).
	Assim bem vemos a mesma palavra tendo significados inteiramente diferentes nas duas linguas: <i>Canastra</i> que em Portugal é <i>cesta de vime</i> , no Brasil tem a significação de <i>caixa não abahulada</i> ; <i>filhote</i> em Portugal significa <i>filho</i> , no Brasil é um <i>pombo</i> nascido e não empennado e só figuradamente tem aquelle sentido [...] (Ferreira, 1893, p. 48)
	A lingua falada no Brazil é constituida pela lingua portugueza na sua maior parte e por grande numero de vocabulos tupys-guarany e africanos. [...] Innumeros são os termos que no Brazil foram introduzidos, principalmente da lingua de Angola e Congo denominada <i>ambundo</i> . [...] (Ferreira, 1893, p. 50)
	No latim classico a forma é <i>quidam</i> , vulgarizada no elemento popular do Brazil, para designar um individuo indeterminado e sem valor social. (Ferreira, 1917, p. 158)
Fonética	No Brazil o <i>e</i> final de uma palavra tem em geral o som de <i>i</i> , no entanto os Portuguezes não pronunciam esta terminação, ou collocam-na no fim das terminações em <i>ar, er, ir, or: andare, vivere, subire</i> (Ferreira, 1893, p. 49).
	Quando a palavra termina por <i>r</i> o nosso povo não pronuncia a desinencia, o de Portugal accrescenta um <i>i</i> : <i>doutô, doitori</i> (Ferreira, 1893, p. 49).
	As palavras que terminam em <i>al</i> e <i>ale</i> , <i>el</i> e <i>ele</i> , etc, pronunciam os portuguezes <i>pél, mól</i> , e nós <i>pélli, mólli</i> . Se elles dizem <i>jurnale</i> , nós <i>jôrnal</i> (Ferreira, 1893, p. 49).
	O mesmo podemos dizer do Portuguez falado no Brazil. Quando no sul abrem as vogaes dizendo <i>dépréssa</i> , no norte (Pará) dizem: <i>Lá vem a CANU’A carregada de CU’CUS de PU’PA a PRU’A</i> (Ferreira, 1894, p. 54).

	Propositalmente apresentamos para exemplo a palavra <i>rio</i> para fazer notar que no Sul do Brasil as duas vogaes d'esta palavra <i>io</i> formam diphthongo, pois que são pronunciadas: <i>riu</i> ; o mesmo com <i>friu</i> (frio) <i>tiu</i> (tio) (Ferreira, 1894, p. 64).
	De proposito collocámos o diphthongo <i>ui</i> entre os oraes e nazaes. Camões rima <i>muito</i> com <i>fruito</i> (diphthongo oral) na Est. 120 do Canto 3º [...] Os brasileiros pronunciam, porém, <i>muinto</i> (diphthongo nazal) (Ferreira, 1894, p.65).
	Os literatos portuguezes empregam – <i>quere</i> – por – <i>quer</i> –, como é de uso no Brazil. Só usamos – <i>quere</i> – quando se seguem as variações pronominaes – <i>o, as, os, as: quere-o</i> (Ferreira, 1921, p. 118).
	Os Maranhenses tambem dizem: <i>murrer, curren, churar</i> . No Ceará as sillabas – <i>al, el, il, ol, ul</i> – são pronunciadas valendo – <i>u – o – l</i> – final: <i>sáu</i> (sal); <i>papéu</i> (papel); <i>aniu</i> (anil); <i>lençóu</i> (lençol); <i>azúu</i> (azul). Em Pernambuco – <i>l</i> – é trocado por – <i>r</i> : <i>carçada</i> (calçada). Na Bahia: <i>muler, coler</i> – por – <i>mulher, colher</i> . No Rio de Janeiro há o vicio portuguez de dizer-se: <i>inclino</i> por <i>inquilino</i> ; <i>imp'rador, exc'llencia, imp'rial</i> . Em S. Paulo as sillabas são pronunciadas abertamente; o <i>lh</i> não sôa na pronuncia: <i>teiado, miio</i> por <i>telhado, milho</i> ; <i>g</i> – vale <i>djê: djente</i> (gente). No Rio Grande do Sul dizem: <i>dê noite, dêpressa, dê longe</i> . Muitas dessas pronuncias se observam mais nas classes baixas, atrazadas (Ferreira, 1921, p. 305-306).
	Morfológica
	<i>Espécimen</i> , melhor ortografado – <i>espécime</i> – faz no plural <i>especimes</i> em Portugal, com deslocação do acento tonico, ou segue a regra geral – <i>espécimens</i> , no Brasil (Ferreira, 1929, p. 78).
	Sintática
	Se attendermos á syntaxe verificamos bastante divergencia entre as duas linguas. [...] Gostam [os portuguezes] de empregar as variações <i>sigo</i> e <i>si</i> referindo-se ás pessoas com que falam dando logar a perfeita ambiguidade de sentido. Infelizmente este uso já se vai generalizando no Brazil (Ferreira, 1893, p. 48-49).
	Quando o Brasileiro diz: <i>estou estudando</i> , o Portuguez exprime-se: <i>estou a estudar</i> (Ferreira, 1893, p. 49).
	Geralmente a preposição <i>com</i> em Portugal exprime companhia; entretanto para nós exprime tambem posse: <i>Estou COM o livro</i> (Ferreira, 1893, p. 49).
	No Brasil, a não ser no falar popular, estas frases não são empregadas. O povo emprega <i>ambos e dois, ambos a dois, ambos de dois</i> (Ferreira, 1910, p. 189).
	Os brasileiros, é isto um facto muito conhecido, costumam empregar os pronomes <i>elle, ella, elles, ellas</i> , servindo de objecto directo: <i>Eu vi ELLE</i> (Ferreira, 1910, p. 196).
	Esta syntaxe [colocação de uma ou mais palavras entre pronome proclítico e verbo] já está sendo usada em linguagem literaria, pelos brasileiros, principalmente para evitar algum som desagradavel: <i>Os motivos QUE ME AGORA appareceram</i> , em lugar de <i>QUE AGORA ME APARECERAM</i> (Ferreira, 1910, p. 206).
	A segunda classe dos brasileirismos é a dos chamados <i>sintaticos</i> . Entre os mais notaveis podemos citar os modos de dizer do povo: [...] O uso da preposição <i>em</i> quando o portuguez emprega <i>a</i> : <i>Andar no sol</i> – <i>Andar ao sol</i> (Ferreira, 1910, p. 244-245).
	<i>Emprestar de quem</i> – em lugar de – <i>tomar emprestado</i> ou <i>pedir emprestado</i> , usado em S. Paulo, Minas e Matto Grosso (Ferreira, 1910, p. 245).
	A construção: <i>O homem que estive com elle</i> – por – <i>com que</i> etc (Ferreira, 1910, p. 245).
	O emprego do pronome <i>lhe</i> como objectivo: <i>Amo-lhe</i> por <i>amo-o</i> (Norte) (Ferreira, 1910, p. 245).

	A regencia <i>para mim, para ti</i> : <i>Para mim ver por para eu ver</i> (Sul) (Ferreira, 1910, p. 245).
	O emprego de – mais – por já: <i>O doente não fala mais</i> – por – <i>o doente já não fala</i> (Ferreira, 1917, p. 289).
	A colocação indevida dos pronomes complementos: <i>Me parece; que disseram-me; quando viu-se perdido; não conheço-os</i> (Ferreira, 1917, p. 289).
	A preferencia das construções: <i>Estou com fome, estou com sede</i> , às fórmulas: <i>Tenho fome, tenho sede</i> (Ferreira, 1917, p. 289).
	Palavras há também que figurando de sujeito, se não referem a pessoa alguma determinada. Entre estas se podem citar: 1.º <i>A gente</i> , equivalente ao pronome – nós – e de uso em Portugal e no Brasil (Ferreira, 1921, p. 208).

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir da leitura dos fragmentos transcritos, é possível tecer alguns comentários sobre a abordagem dos usos linguísticos do Brasil nas obras de Julio Pires Ferreira. Em primeiro lugar, uma questão que merece destaque diz respeito às fontes atribuídas para as especificidades brasileiras. Em geral, Julio Pires Ferreira atribui os usos brasileiros ao “falar popular”, ao “modo de dizer do povo” ou às “classes baixas, atrasadas”. Essas qualificações, empregadas, por vezes, de forma pejorativa, reforçam a constatação de Vieira (2020b, p. 100) de que as gramáticas desse período restringem “as características lexicais, gramaticais e de pronúncia dos brasileiros à fala coloquial”. Em algumas situações, especialmente nas questões fonéticas, há uma preocupação em demarcar geograficamente os usos que desviam do padrão idealizado. Nesses casos, os fenômenos descritos são qualificados como *provincialismos*. A menção ao uso na linguagem literária brasileira somente é realizada em uma única ocasião, quando se descreve o emprego de palavras entre o pronome proclítico e o verbo.

Chama atenção, também, a preocupação com questões inseridas no âmbito da sintaxe, nível linguístico que apresenta a maior quantidade de fenômenos descritos. Conforme se observa no quadro apresentado, o professor pernambucano destaca algumas construções sintáticas que seriam utilizadas no Brasil, tais como: a preferência por construções no gerúndio; o uso de construções relativas copiadoras; o uso da preposição *em* no lugar de *a*; o uso do pronome *lhe* como objeto direto; o uso das construções *para mim* e *para ti* antes de verbos no infinitivo; a colocação dos pronomes complementos.

Como um dos fatores que podem explicar o maior foco conferido à sintaxe, é possível apontar para a notável distância entre as normas sintáticas idealizadas, prescritas nas gramáticas, e os usos que efetivamente eram observados entre os brasileiros. Embora essa distância também fosse notada nos outros níveis de articulação da língua, as especificidades sintáticas que desviavam da norma idealizada parecem ser as mais censuradas pelos

gramáticos, como é possível depreender da análise de Coelho, Danna e Polachini (2014). Em outros níveis, sobretudo no lexical e no morfológico, a abordagem das peculiaridades brasileiras tende a assumir um tom mais descritivo. Nas obras de Julio Pires Ferreira, por exemplo, as observações lexicais são realizadas com foco nas contribuições indígenas e africanas para o vocabulário empregado no Brasil e nas diferenças de significação entre os termos no Brasil e em Portugal. Não há, nessas observações, interdições a essas particularidades lexicais.

Isso não significa dizer, contudo, que somente os fenômenos sintáticos são interditados pelo gramático. Conforme se observa no Quadro 19, Julio Pires Ferreira, ao descrever a pronúncia particular de algumas regiões do país, atribui os usos à população pertencente às classes mais baixas, qualificadas como “atrasadas”. Além disso, na 6ª edição da gramática, ao abordar o tema das alterações fonéticas da língua, o autor destaca que um dos fatores que promoveriam essa mudança seriam os “erros de pronúncia” resultantes da “falta de instrução do povo” (Ferreira, 1921, p. 291), o que evidencia uma avaliação negativa dos fenômenos fonéticos identificadas como provincialismos.

Em relação aos juízos de valor atribuídos aos ditos *brasileirismos*, os fragmentos transcritos demonstram que os usos linguísticos brasileiros, quando não são explicitamente condenados, costumam ser colocados em comparação com a suposta norma correta. Essa prática é particularmente evidente na descrição dos fenômenos sintáticos, quando se expõe o uso brasileiro e, em seguida, se apresenta a construção tida como correta. É o que se nota em exemplos como “o emprego do pronome *lhe* como objectivo: *amo-lhe* por *amo-o*” e “A regencia *para mim*, *para ti*: *para mim ver* por *para eu ver*”. Esse mesmo procedimento também é adotado na *Grammatica Portuguesa* (1889 [1887]) de João Ribeiro, instrumento que parece ter servido como fonte do professor pernambucano para extrair grande parte dos exemplos dos chamados *brasileirismos sintáticos*.

Nota-se, em geral, que o português europeu era utilizado como a “baliza linguística” para a descrição das especificidades da língua no Brasil, prática até hoje comum nas gramáticas tradicionais brasileiras (Vieira, 2018). Nesse sentido, em algumas das poucas ocasiões em que legitima um uso reconhecido como brasileiro, o gramático pernambucano procura demonstrar que o uso em questão também é comum entre os portugueses, não constituindo, assim, um *brasileirismo*. Isso acontece com a gramatização do termo *gente*, descrito como um dos adjetivos indefinidos com o valor do pronome *nós*:

Alguns escritores julgam que o emprego do termo *gente* é especial ao Brasil, constitui o que se chama um *brasileirismo*.

Isto não é verdade.

Além dos exemplos seguintes, em que se vê *gente* (indefinido) usado por notáveis escritores portugueses [...] vê-se que o termo *gente* é de frequente uso no sul de Portugal, onde o fazem concordar com um verbo na 1ª pessoa do plural: *a gente vamos* (literariamente dz-se hoje *a gente vai*); e na língua antiga encontra-se *a gente vão*, como no-lo afirma J. Leite de Vasconcellos no seu livro *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* – Pags. 147 (Ferreira, 1910, p. 191).

É necessário observar, entretanto, que Julio Pires Ferreira nem sempre atribui um valor positivo aos usos dos portugueses. Além de lamentar a popularização, no Brasil, da prática lusitana de empregar o pronome *si* para o tratamento da 2ª pessoa (cf. Quadro 19), o gramático pernambucano, em algumas ocasiões, realiza julgamentos negativos sobre a sintaxe empregada pelo povo lusitano:

Se attendermos á syntaxe verificamos bastante divergencia entre as duas linguas.

O emprego do pronome *me* e *te* em lugar do possessivo *meu* e *teu*, originando muitas vezes perfeita confusão.

Dizem os Portuguezes:

«Entrego-te o livro, em que se não sabe si é o meu ou o teu (Ferreira, 1893, p. 48).

Depois de uma comparação usam-se dos pronomes nominativos, sujeitos de uma oração elíptica: *Mais bella que TU (és bella); mais instruido que EU (sou instruido)*.

Os escritores antigos empregavam, porém, o caso objectivo, como vemos em Camões. *Porque sois maior que MIM*. Em Azurara: *Si não fosse como TI*. Em A. Ferreira: *Sou mais moço que TI*.

Esta construção, embora usada pelo povo portuguez, não se usa actualmente e não é para ser imitada (Ferreira, 1910, p. 196).

Ainda que os excertos transcritos permitam identificar que os usos lusitanos – inclusive os da escrita literária pregressa – não eram aceitos de forma irrestrita, a análise global do exemplário utilizado pelo gramático pernambucano para abonar os fatos linguísticos e as regras prescritas revela que a realidade linguística privilegiada era, de fato, a dos escritores portugueses representativos do cânone literário.

Com efeito, especialmente nas últimas reedições da *Grammatica Portuguesa*, são abundantes as citações a autores da literatura portuguesa para ilustrar o “bom uso” da língua. Destacam-se, em especial, as referências aos nomes dos portugueses Luís de Camões (1524-1580), Antônio Vieira (1608-1697), Manoel Bernardes (1644-1710), Almeida Garrett (1799-1854), Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), Alexandre Herculano (1810-1877) e Camilo Castelo Branco (1825-1890). Muitos desses autores, situados entre os séculos 16 e 19, também são citados como “autoridades clássicas” na *Grammatica Expositiva* (1907) de

Eduardo Carlos Pereira, instrumento que, conforme destaca Vieira (2020b, p. 105), é representativo da prática gramatical de “privilegiar a escrita literária portuguesa pregressa em detrimento de outras esferas discursivas e da literatura nacional”.

Em relação aos autores brasileiros citados por Julio Pires Ferreira, é possível observar a presença de nomes como Rui Barbosa e Machado de Assis (1839-1908), sendo as menções a este último identificadas somente na 7ª edição da gramática. Os dois autores, no entanto, são citados de forma menos expressiva quando comparados aos autores portugueses. A respeito da utilização de exemplos de autoria de Rui Barbosa, vale destacar que os textos de onde são extraídas as frases citadas advêm, em geral, de discursos políticos proferidos pelo jurista. Apesar de serem exemplos que destoam da esfera discursiva literária, é necessário lembrar que Rui Barbosa se tornou notoriamente conhecido como uma autoridade em questões de gramática e como um defensor do “bom uso” da língua portuguesa após publicar, em 1902, sua famosa *Réplica* à redação do Projeto do Código Civil brasileiro. Nos pontos elencados no documento contestador, as questões jurídicas deram lugar a uma intensa revisão gramatical da legislação civil, o que, por sua vez, promoveu uma conhecida polêmica linguística envolvendo Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro (cf. Arruda, 2010).

Quanto ao uso desse exemplário na descrição gramatical, é observável que, em geral, a referência a autores considerados autoridades na língua é realizada para ilustrar as regras prescritas e para autorizar as exceções, tal como se observa no trecho a seguir:

A regra de concordância do adjectivo com o substantivo soffre excepções:

1.^a Quando concorrem substantivos do singular, de genero e significação differentes, o adjectivo vai para o masculino plural. *Esforço e arte* HUMANOS.

Há exemplos de classicos fazendo a concordancia com o mais proximo: *De que céu e TERRA é CHEIA* (Sá de Miranda).

A concordancia com o mais proximo se dá principalmente si o adjectivo preceder os substantivos: *Que assim mereça ETERNO NOME e fama* (Camões). *A autoridade de tantos ministros de todos os maiores tribunaes sobre CUJO CONSELHO e consciencia se costumam descarregar as dos reis* (Vieira). *Escolhestes MÁU LUGAR e hora para renovar a requesta* (Herculano).

[...]

4.^a Quando os substantivos estão no plural e de genero differente, o adjectivo concorda com o que está mais proximo: *São muito CONHECIDAS AS PESSOAS e os animos* (Vieira) (Ferreira, 1917, p. 205).

A exemplificação de regras e fatos gramaticais por meio de um *corpus* oriundo, em grande parte, da linguagem literária, por sua vez, remonta à tradição dos gramáticos alexandrinos e latinos, que realizaram a gramatização do grego e do latim tendo como

referência os textos literários clássicos de períodos anteriores, tidos como os usos modelares das respectivas línguas (Vieira, 2018, 2020b). Em relação aos usos da literatura como dados linguísticos nas gramáticas, contudo, Polachini e Danna (2016) destacam duas questões que não podem passar despercebidas numa análise historiográfica envolvendo esse tema.

Em primeiro lugar, as autoras observam que, além de ilustrarem os usos tidos como modelares, os excertos da literatura pregressa também são empregados para exemplificar usos da língua portuguesa em períodos anteriores que deixaram de existir. Esse recurso, empregado, via de regra, para reforçar a dimensão histórica da língua e demonstrar a mudança ao longo do tempo, pode ser notado, sobretudo, entre os gramáticos empiristas que buscavam se alinhar aos pressupostos da linguística histórico-comparativa. O gramático pernambucano, por exemplo, faz referência a usos literários dos escritores portugueses Luís de Camões, Fernão Lopes (1380?-1459) e Frei Amador Arrais (1530-1600) para demonstrar a evolução da língua quanto à determinação do gênero de algumas palavras:

As palavras *cometa* e *planeta* eram antigamente femeninas:

*Mas já A PLANETA que no céu primeiro
Habita cinco vezes APRESSADA.*
Camões.

Os antigos não davam terminação femenina aos adjectivos terminados em *or* exemplo:

Maria, MORADOR em Lisbôa.
Fern. Lopes

Arte IMITADOR da natureza.
Arrais.

E como estes, innumerados casos se encontram (Ferreira, 1893, p. 71).

Em segundo lugar, as autoras pontuam que, em alguns momentos, determinados gramáticos, a exemplo de Moraes Silva e Carneiro Ribeiro, “citam fragmentos da literatura para comprovar que o uso da língua portuguesa estaria equivocado até mesmo entre o grupo dos usuários considerados ‘cultos’” (Polachini; Danna, 2016, p. 198). Tal prática indica que, embora a reverência ao passado seja um componente ideológico marcante na construção normativa das gramáticas tradicionais (Vieira, 2020b), nem todos os usos literários pregressos são necessariamente legitimados. Nas obras de Julio Pires Ferreira, a desautorização dos autores clássicos pode ser notada em algumas situações, tal como é possível visualizar nos seguintes excertos:

Não são dignas de imitar as expressões pleonasticas: *ambos e dois, ambos os dois, ambos de dois*, ainda que tenham escrito:

DE AMBOS DE DOIS *a fronte coroada*. – (Lusiadas Camões) – AMBOS OS DOIS *residiam na poisada*. – (*Mil e um mysterios*. Castilho) – *O certo é que* AMBOS OS DOIS *monges caminhavam juntos* – (Monge de Cister. *Herculano*) (Ferreira, 1910, p. 189).

Escritores de valor usam de fórmulas enfáticas, uso, aliás, não digno de imitação: um adverbio junto ao adjectivo no grau superlativo para indicar maior intensidade: *tam altissima* (Gil Vicente), *tam grandissimo* (Lucena); *tam pessima* (F. Elysio); *muito reverendissimo*, *tam minimo* (Vieira); *tam perigosissimas e tão gravissimas* (Bernardes); *tam acerrimo* (Castilho); *mais sacratissima*, *tam pessima* (Castilho) (Ferreira, 1917, p. 207).

Esses exemplos ajudam a ilustrar que a língua gramatizada por Julio Pires Ferreira não corresponde a um recorte integralmente baseado nas manifestações linguísticas notadas nos textos literários pregressos. Na verdade, como produto sócio-histórico, a gramática do professor pernambucano, a exemplo de outros instrumentos linguísticos de seu tempo (cf. Vieira, 2018, 2020b), realiza uma descrição gramatical que, embora não ignore a existência de peculiaridades do português do Brasil, procura construir e ensinar um padrão linguístico idealizado que, por vezes, não encontra respaldo nem mesmo entre os clássicos literários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, me propus a caracterizar as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira (1868-1930), no que diz respeito às propostas do autor para o ensino de português e ao perfil epistemológico da descrição gramatical empreendida. Além de situar o nome pouco conhecido do gramático pernambucano no âmbito dos estudos historiográficos brasileiros, esta pesquisa também buscou investigar, a partir dos instrumentos linguísticos do autor, algumas das questões gramaticais sobre a língua portuguesa e seu ensino que se destacavam no Brasil entre o final do século 19 e início do século 20. Esse período, na produção gramaticográfica brasileira, é marcado pela transição de gramáticas racionalistas para gramáticas empiristas que buscavam um alinhamento retórico com a linguística histórico-comparativa, disciplina que, à época, representava o estudo científico da linguagem. Nesse contexto, os instrumentos escolares que surgiam procuravam incorporar as considerações científicas, sem, no entanto, abandonar as preocupações com o ensino.

Para atingir o objetivo central deste estudo, busquei fundamentação no aparato teórico-metodológico da Historiografia da Linguística, disciplina que, segundo Swiggers (2009a, 2010, 2013, 2019) e Koerner (1996, 2014a, 2014b), busca analisar o desenvolvimento das ideias sobre a linguagem no curso da história. Por meio da apropriação teórica dos conceitos, princípios e dimensões que norteiam a prática historiográfica, foi possível realizar escolhas metodológicas conscientes para traçar os movimentos heurísticos da pesquisa e para delimitar as categorias de análise que guiaram a interpretação das fontes.

No que diz respeito aos movimentos heurísticos, a grande quantidade de estratégias adotadas se revelou bastante produtiva e relevante para acessar as fontes e alcançar um levantamento epi-historiográfico de pretensão exaustiva. Ainda que cada pesquisa deva buscar caminhos próprios e viáveis para realizar o levantamento de fontes, o destaque e a descrição detalhada de cada movimento efetivado nesta dissertação podem contribuir para outras pesquisas historiográficas, na medida em que apontam para uma variedade relativamente ampla de espaços e ferramentas de busca.

A partir do levantamento e da leitura integral das fontes selecionadas para a pesquisa, foi possível efetuar as análises historiográficas necessárias para caracterizar as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira. Em relação à fase analítica, destaco o papel fundamental das considerações meta-historiográficas de Swiggers (2012, 2014) acerca da historiografia da gramaticografia. Através dos elementos que são apresentados no modelo

analítico proposto pelo autor, pude estabelecer categorias apropriadas para organizar de forma sistemática o processo hermenêutico.

Dado o objetivo geral desta pesquisa, a análise foi dividida em dois eixos interrelacionados: o eixo da proposta de ensino e o eixo da descrição gramatical. Em cada eixo, procurei responder a perguntas específicas que, articuladas, fornecem um quadro geral das ideias apresentadas nos instrumentos linguísticos do autor pernambucano.

No primeiro eixo, apresentado no Capítulo 4, foram analisadas as questões relativas ao ensino de português que se refletem nas obras de Julio Pires Ferreira. Tendo em vista a relação entre a imanência das fontes e o clima de opinião do Brasil no final do século 19 e início do século 20, as análises foram orientadas por duas categorias: o cenário educacional e as estratégias de apresentação.

Em relação ao *cenário educacional*, busquei analisar como, e em que medida, a atmosfera intelectual e o contexto da educação brasileira do período estão refletidas nos compromissos retóricos e nos movimentos descritivos assumidos pelo professor pernambucano em suas obras. Na análise do desenvolvimento da disciplina português ao longo do século 19, foi possível observar o papel central do Programa de Português para os Exames Gerais de Preparatórios, organizado por Fausto Barreto em 1887, que se tornou o grande balizador dos conteúdos selecionados para a disciplina nos estabelecimentos de ensino secundário do país. Esse documento, impactado pela atmosfera intelectual do período, introduziu alguns pontos que procuravam conferir uma feição científica ao ensino de português, o que, naquele momento, significava incluir questões históricas sobre o desenvolvimento da língua.

Ao analisar as obras de Julio Pires Ferreira, pude constatar que, num primeiro momento, o autor reivindica retoricamente o espaço dos estudos histórico-comparativos nas escolas. Essa postura, que demonstra o impacto do clima de opinião do período na obra do autor, se materializa na seleção dos conteúdos que compõem a 1ª edição das *Notas sobre a Língua Portuguesa*, livro publicado em 1893 com o intuito de divulgar, de modo simplificado, os estudos que constituíam a ciência da linguagem. Nesta edição, o autor não se preocupa em seguir estritamente os pontos do programa de Fausto Barreto e apresenta um conjunto de artigos que abordam temáticas relacionadas à origem da linguagem e ao desenvolvimento da língua portuguesa.

Nas reedições da obra, porém, a proposta de divulgar os estudos científicos da linguagem é paulatinamente substituída por um projeto de descrição gramatical que se adequava aos programas de ensino e se assemelhava às descrições encontradas em gramáticas

em circulação no período. Reformulada sob o título de *Grammatica Portuguesa* a partir da 3ª edição, a obra passou a se constituir como uma gramática de feição prática, voltada para o ensino de regras de correção da linguagem.

A partir do acesso a fontes secundárias, que apresentam dados acerca da recepção das obras pela sociedade e pelo conselho de instrução pública de Pernambuco, foi possível inferir que a mudança de postura do autor pode ter se dado em razão da necessidade editorial de se adequar às demandas do sistema de ensino do período. Assim, pode-se afirmar, com certa margem de segurança, que o cenário educacional do período exerceu impacto nas modificações nos compromissos retóricos e descritivos nos instrumentos de ensino.

Tais mudanças foram percebidas no exame das *estratégias de apresentação*, categoria de análise formulada com o intuito de identificar de que modo a forma composicional dos livros, a seleção e organização dos conteúdos e as estratégias argumentativas refletem a proposta de ensino de Julio Pires Ferreira. No exame dos aspectos macro e microestruturais das obras, foi possível identificar que, a partir da 2ª edição das *Notas*, houve um aumento considerável na quantidade de pontos do programa de Fausto Barreto contemplados. Também chama atenção a diminuição do espaço dedicado aos temas históricos e o aumento dos capítulos dedicados a temas metagramaticais. Esse movimento pode ser observado especialmente a partir das edições da *Grammatica Portuguesa*, quando os capítulos que tratam de temas históricos são deslocados para o final da obra e as observações dessa natureza passam a ser registradas em fonte tipográfica de tamanho menor.

No tocante às mudanças na forma composicional, nota-se que, enquanto a 1ª edição é apresentada na forma de texto contínuo, as reedições se tornam gradativamente mais topicalizadas, apresentam uma maior quantidade de seções e passam a apresentar o conteúdo de forma mais sistemática, estratégias de apresentação tipicamente adotadas pelas gramáticas para facilitar a compreensão dos conteúdos. As mudanças nas estratégias de apresentação, dessa forma, sinalizam que o autor, nas reedições de sua obra, apresenta uma proposta de ensino de português centrada nos estudos da metalinguagem gramatical e no ensino das supostas formas corretas da língua.

O segundo eixo, exposto no Capítulo 5, voltou-se para a investigação do perfil epistemológico da descrição gramatical realizada por Julio Pires Ferreira. Para isso, as interpretações historiográficas foram orientadas por três categorias de análise: o perfil teórico-metodológico, a metalinguagem gramatical e a língua gramatizada.

Quanto ao *perfil teórico-metodológico*, as obras de Julio Pires Ferreira, como típicos instrumentos da virada do século 19 para o século 20, se caracterizam por uma aproximação

retórica com os princípios da linguística histórico-comparativa, materializada por meio de menções, no prólogo da 1ª edição das *Notas*, a autores expoentes desses estudos, a exemplo de Max-Müller e August Schleicher. A consideração do texto integral das obras, por sua vez, revela que a rede de influências do gramático se constitui sobretudo de autores de gramáticas de língua portuguesa, sendo grande parte deles autores filiados à linhagem gramaticográfica empirista. Se tal fato indica que, em grande medida, a obra apresenta um perfil empirista, a análise de alguns trechos demonstra que o autor, em sua descrição, também apresenta movimentos de continuidade em relação à linhagem racionalista e, em menor grau, à linhagem latinizada.

No que diz respeito especificamente à linhagem racionalista, as continuidades podem ser observadas em definições como a de linguagem como expressão do pensamento e a de oração como o enunciado de um juízo. Além disso, chamam atenção as considerações acerca da sintaxe do verbo *haver*. Embora se contraponha retoricamente às explicações racionalistas, tidas como metafísicas, o autor, na prática, reproduz um raciocínio gramatical tipicamente racionalista para justificar a existência de um sujeito elíptico em construções com o verbo em questão.

Ainda em relação ao perfil teórico-metodológico da descrição gramatical de Julio Pires Ferreira, as interpretações historiográficas permitiram concluir que o autor, em consonância com sua proposta de ensinar o pretense uso correto da língua portuguesa, apresenta regras que ora apresentam marcadores explícitos de prescrições ou proscritões, ora assumem um tom supostamente descritivo. Essa oscilação entre prescrição e descrição era comum às gramáticas empiristas daquele momento, que procuravam, a um só tempo, privilegiar os usos e a descrição sem abandonar a abordagem prescritiva.

Acerca da *metalinguagem gramatical*, a análise historiográfica da classificação das partes do discurso apresentada pelo gramático pernambucano aponta para uma relativa permanência do arcabouço categorial e conceitual oriundo da tradição greco-latina e reproduzido pelas linhagens gramaticográficas anteriores e contemporânea ao autor. As oscilações existentes, relacionadas à diferenciação entre adjetivos e pronomes e à natureza da interjeição, refletem as oscilações já observadas em outros momentos da gramaticografia de língua portuguesa. No que diz respeito à rede taxonômica da sintaxe da oração, foi possível observar uma forte semelhança entre a rede apresentada por Julio Pires Ferreira e aquelas adotadas pelas gramáticas empiristas, com a distinção entre sujeito, verbo, complementos e

adjuntos¹⁶. Há, no entanto, uma continuidade em relação às redes adotadas nas gramáticas racionalistas, com a manutenção da presença do verbo substantivo e do atributo, característica notada em obras que se situam na transição entre as linhagens racionalista e empirista.

Um último ponto que contribui para a caracterização da descrição gramatical empreendida por Julio Pires Ferreira consiste na *língua gramatizada* nos instrumentos de ensino do autor. Atento às tendências dos gramáticos que lhe foram contemporâneos, o autor introduz em suas obras considerações acerca das peculiaridades do português do Brasil. Além de tecer comentários sobre a possibilidade de se considerar a existência de um “dialeto brasileiro”, Julio Pires Ferreira realiza, ao longo da descrição gramatical, observações sobre alguns usos linguísticos particulares do Brasil. Concentradas em seções específicas ou realizadas sob a forma de comentários pontuais no decorrer do texto, essas observações, em geral, restringem os usos brasileiros ao falar popular coloquial. Em relação ao juízo de valor atribuído às particularidades do português do Brasil, os fragmentos identificados na análise indicam que, apesar de nem sempre serem explicitamente condenados, esses usos são colocados em comparação com a suposta norma correta.

Considerando os textos das obras como um todo, nota-se que a língua gramatizada tem como base os usos linguísticos da escrita literária lusitana, característica típica das gramáticas tradicionais, tal como já apontado por Vieira (2018, 2020b). É interessante observar, contudo, que, embora grande parte do exemplário utilizado para justificar as prescrições e proscricções seja oriundo de textos literários do passado, nem sempre os usos literários são legitimados por Julio Pires Ferreira. Isso ajuda a ilustrar que, na prática, a língua gramatizada nos instrumentos linguísticos do autor, assim como ocorre em outros instrumentos gramaticais, se caracteriza por apresentar regras que nem sempre encontram respaldo em usos concretos.

Feitas as devidas análises historiográficas em cada eixo definido para a pesquisa, alcanço o objetivo geral de caracterizar as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira que são apresentadas em seus instrumentos de ensino. Como foi possível perceber, as obras do autor, do ponto de vista retórico e descritivo, apresentam características tipicamente associadas aos instrumentos daquele período, caracterizado por ser um momento de transição entre linhagens gramaticográficas baseadas em epistemologias distintas. Também foi possível notar que as formulações e reformulações das ideias apresentadas, notadamente no que diz

¹⁶ Vale destacar que, a despeito das mudanças nos arranjos taxonômicos ao longo do tempo, esse modelo de análise da sintaxe da oração permanece produtivo até os dias de hoje. A recém publicada *Gramática do português brasileiro escrito* de Vieira e Faraco (2023), por exemplo, apresenta o modelo de diagramas coloridos SVCA (sujeito, verbo, complemento verbal e adjunto adverbial) para análise do período.

respeito às propostas de ensino, estiveram intimamente relacionadas com as condições externas do entorno social e educacional.

Ainda que as ideias gramaticográficas de Julio Pires Ferreira não se caracterizem por algum tipo de inovação quanto à descrição gramatical ou às propostas de ensino, acredito que estudá-las de forma aprofundada tenha possibilitado uma melhor compreensão sobre as concepções e as práticas descritivas que envolvem esse momento da gramaticografia brasileira. Com o olhar detido para as obras de um único autor, procurei esmiuçar o olhar para questões microestruturais que atravessam as obras e são comuns a diversos instrumentos linguísticos produzidos nesse período.

Além disso, as questões e reflexões suscitadas nesta dissertação apontam para outras possibilidades de trabalhos historiográficos que ampliem os resultados desta pesquisa ou mesmo apresentem novos olhares sobre as questões envolvendo a produção de gramáticas no Brasil entre o final do século 19 e início do século 20. Novos trabalhos poderão se dedicar, entre outras questões, a investigar: os eventuais deslocamentos nas propostas de ensino apresentadas nas obras de outros agentes, sejam eles de maior ou menor expressão a nível nacional; os efeitos do Programa de Português de Fausto Barreto nas macro e microestruturas das produções gramaticográficas brasileiras; os pormenores envolvendo as redes de influência e a incorporação de ideias de outros autores nos diversos instrumentos linguísticos produzidos no período; as nuances envolvendo a metalinguagem gramatical adotada nas obras, especialmente no que diz respeito às partes do discurso oscilantes e à rede taxonômica da sintaxe da oração; as situações em que os usos da escrita literária pregressa são explicitamente desautorizados pelos gramáticos. Com a conclusão deste estudo, espero ter contribuído para que essas e outras possibilidades possam ser exploradas por novas pesquisas historiográficas.

REFERÊNCIAS

(i) Fontes primárias

FERREIRA, J. P. **Notas sobre a Lingua Portugueza**. Recife: Typ. de F. P. Boulitreau, 1893.

FERREIRA, J. P. **Notas sobre a Lingua Portugueza**. 2ª ed. Recife: Typ. F. P. Boulitreau, 1894.

FERREIRA, J. P. **Grammatica Portugueza: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior**. 4ª ed. Recife, 1910.

FERREIRA, J. P. **Grammatica Portugueza: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior**. 5ª ed. Recife: Ramiro M. Costa & Filhos, 1917.

FERREIRA, J. P. **Grammatica Portugueza: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior**. 6ª ed. Recife: Ramiro M. Costa & Filhos, 1921.

FERREIRA, J. P. **Grammatica Portugueza: 2º anno, para uso do Curso medio e do Curso superior**. 7ª ed. Recife: Ramiro M. Costa & Filhos, 1929.

(ii) Fontes secundárias

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do nordeste e outras áreas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALTMAN, C. **A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)**. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004a [1998].

ALTMAN, C. Filologia e Lingüística: outra vez. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 6, p. 161-198, 2004b.

ALTMAN, C. História, Estórias e Historiografia da Linguística brasileira. **Todas as Letras**, v. 14, n. 1, p. 14-37, 2012.

ALTMAN, C. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. **Revista Argentina de Historiografia Linguística**, v. 1, n. 2, p. 115-136, 2009.

AQUINO, J. E. Modelos de cientificidade da gramática em disputa no Brasil no fim do século XIX: a polêmica entre Júlio Ribeiro e Augusto Freire da Silva. **Revista Confluência**, Rio de Janeiro, n. 58, p. 135-168, 2020.

ARRUDA, M. G. **A polêmica gramatical entre Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro sobre a redação do Projeto do Código Civil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ASENCIO, J. J. G.; DEL ARCO, E. T. M.; SWIGGERS, P. Principios, tareas, métodos e instrumentos en historiografia linguística. In: CALERO, M. L. A.; ZAMORANO, A.;

PEREA, F. J. *et al.* (Eds.). **Métodos y resultados actuales en historiografía de la lingüística**. Nodus Publikationen, 2014. p. 266-301.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1992].

BALDINI, L. J. S. **A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BARREIROS, A. A collocação dos pronomes. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano 2, tomo V, p. 71-83, 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/811432/267>. Acesso em: 08 maio 2023.

BATISTA, R. O. Ensino de língua, livros didáticos e história: relações vistas pela historiografia da linguística. **Linha D'Água** (Online), São Paulo, v. 32, n. 1, p. 155-174, jan./abril 2019a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/150191/152600>. Acesso em: 24 nov. 2022.

BATISTA, R. O. **Fundamentos da pesquisa em historiografia da linguística**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

BATISTA, R. O. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: BATISTA, R. de O. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019b. p. 81-113.

BECHARA, E. M. **Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. Tese de concurso uma cátedra de Língua e Literatura do instituto de Educação do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1962.

BEVILÁQUA, C. Ilustrado amigo sr. dr. Julio Pires. **A Província**, Recife, ano 29, n. 10, 14 de janeiro de 1906, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/128066_01/17511. Acesso em: 29 ago. 2022.

BEVILÁQUA, C. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3ª ed. Recife: editora Universitária da UFPE, 2012. (Coleção Nordestina).

BEZERRA, R. J. L. A escolarização secundária e a ordem oligárquica em Pernambuco nas primeiras décadas da República Brasileira. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 29, p. 237-249, set./dez. 2012.

BORGES NETO, J. **História da gramática**. Curitiba: Editora UFPR, 2022.

BORGES NETO, J. Historiografia da linguística e filosofia da linguística. In: BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. (Orgs.). **Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 162-182.

BOSSAGLIA, G. **Linguística comparada e tipologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019. (Coleção Linguística para o ensino superior).

BRASIL, E; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 197-219, jan./abr. 2020.

BUNZEN, C. A fabricação da disciplina escolar Português. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 885-911, set./dez. 2011.

BUNZEN, C.; MEDEIROS, R. R. A. O ensino de gramática na Primeira República (1899-1930): uma análise da gramática expositiva, de Eduardo Carlos Pereira. **Linha D'Água (Online)**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 119-141, jun. 2016.

CAVALIERE, R. As fontes orais e sua relevância nos estudos linguístico-historiográficos. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. São Paulo: v. 29, n. 2, p. 363-377, 2013.

CAVALIERE, R. **A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CAVALIERE, R. **Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira**. Niterói: EdUFF, 2000.

CAVALIERE, R. O *Epítome* de Antonio de Moraes Silva na historiografia gramatical brasileira. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 25/26, p. 215-223, 2003.

CAVALIERE, R. O nome da língua no Brasil oitocentista. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 81-106, jan.-abr. 2019.

CAVALIERE, R. O tema da influência em Historiografia da Linguística. In: BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. (Orgs.). **Questões em historiografia da linguística: homenagem a Cristina Altman**. São Paulo: Pá de Palavra, 2020. p. 133-148.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

COELHO, O. F. Os nomes da língua: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira no século XIX. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 47, p. 139-160, set. 2008.

COELHO, O.; DANNA, S. M. D. G. História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 215-235, 2015.

COELHO, O.; DANNA, S. M. D. G.; POLACHINI, B. S. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 46, p. 115-141, 2014.

COELHO, O.; NÓBREGA, R.; ALVES, B. F. A técnica de mapeamento de produção linguística: exemplificação em um estudo de caso. In: COELHO, Olga (Org.). **Fontes para a Historiografia Linguística: caminhos para a pesquisa documental**. Campinas: Pontes Editores, 2021. p. 13-27.

- DEZOTTI, L. C. **A invenção das classes de palavras**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- DIÉGUES JÚNIOR, M. Centenário de Joaquim Diégues. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 4, p. 54-59 out./dez. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/233501/937>. Acesso em: 26 fev. 2023.
- DIÉGUES JUNIOR, M. B. P. **Curso de língua nacional: grammatica elementar**. Recife: Typografia Mercantil, 1876.
- FARACO, C. A. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. . A linhagem empirista na gramaticografia do século 18. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 3, p. 464–492, 2021.
- FÁVERO, L. L.. História da disciplina Português na escola brasileira. **Diadorim: revista de estudos linguísticos e literários**, n. 6, p. 13-35, 2009.
- FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A G.. **As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- FERREIRA, E. G. M. **Uma historiografia do processo brasileiro de colocação pronominal em gramáticas oitocentistas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.
- FERREIRA, E. P. **A mística do parentesco: uma genealogia inacabada**. v. 1. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1987.
- FRANCO DE SÁ, E.; FRAGOSO, F. C. S. Ao Sr. Dr. Julio Pires. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 70, n. 124, p. 5, 3 de junho de 1894. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_07/9931. Acesso em: 21 abr. 2023.
- GINZBURG, C. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1976].
- GOMES, A. **Grammatica Portugueza**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1913 [1887].
- HYMES, D. H. Tradition and Paradigms. In: HYMES, D. H. **Essays in the History of Linguistic Anthropology**. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1983.
- INSPECTORIA geral da Instrução Publica de Pernambuco, 9 de maio de 1902. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 78, n. 110, p. 4, 17 de maio de 1902. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/3495. Acesso em: 13 jan. 2023.
- JULIO Pires. **A cultura acadêmica: Sciencias e letras**, Recife, t.2, n. 2, p. 145, 1905.
- KOERNER, E. F. K. A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem. In: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia**

linguística: estudos selecionados. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014a. p. 9-15.

KOERNER, E. F. K. Historiografia Linguística. In: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística:** estudos selecionados. Trás-os-Montes e Alto Douro: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014b. p. 17-28.

KOERNER, E. F. K. Questões que persistem em historiografia linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996.

KOERNER, E. F. K. Linguística e filologia: o eterno debate. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 1, p. 7-20, 1997.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2018 [1962].

LAGARES, X. C.. Gramática Houaiss: O impossível equilíbrio entre descrição e prescrição. In: FARACO, C. A; VIEIRA, F. E. (Org.). **Gramáticas Brasileiras:** com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 71-92.

LEITE, M. Q. Partes do discurso/Classes de palavras: um estudo das ideias sobre a interjeição em gramáticas portuguesas. **Linguística** : Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto, v. 11, p. 199-225, 2016.

LOBATO, A. J. dos R. **Arte da grammatica da língua portugueza**. Lisboa: Typographia rollandiana, 1770.

MACIEL, M. Breve retrospecto sobre o ensino da Língua Portuguesa. In: MACIEL, M. **Grammatica descriptiva baseada nas doutrinas modernas**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1914 [1910]. p. 441-450.

MANAYA, O. A. Didática. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 69, n. 256, p. 2, 10 de novembro de 1893. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_07/9184. Acesso em: 13 jan. 2023.

MOLINA, M. A. A constituição do saber gramatical: Brasil, século XIX e as gramáticas de Alfredo Gomes e Augusto Freire da Silva. **Cadernos do CNLF**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 9-18, 2013.

MORAES SILVA, A. **Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

MURRAY, S. O. Theory Groups in Science. In: MURRAY, S. O. **Theory Groups and the Study of Language in North America:** a Social History. Amsterdã: John Benjamins, 1994. p. 1-26.

NOTAS sobre a lingua portugueza. **Jornal do Recife**, Recife, ano 36, n. 225, p. 2, 4 de outubro de 1893. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705110/31521>. Acesso em: 13 jan. 2023.

OLIVEIRA, M. S. .; ANJOS, M. A. L. dos . As quase três décadas de produção em Historiografia Linguística brasileira: um panorama acerca da produção nacional. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 522–547, 2021.

PACHECO, M.; LAMEIRA, B. P. **Noções de grammatica portugueza, de acordo com o programma oficial para os exames geraes de preparatórios do corrente anno**. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.

PERCIVAL, K. The applicability of Kuhn's Paradigms to the History of Linguistics. **Language**, v. 52, n. 2, p. 285-294, 1976.

PEREIRA, E. C. **Grammatica Expositiva**. São Paulo: Weiszflog irmãos & Co., 1907.

PESSOA, M. B. Frei Caneca e Julio Pires Ferreira: dois gramáticos pernambucanos. In: SEDRINS, A. P.; SÁ, E. J (orgs.). **Aspectos descritivos e sócio-históricos da língua falada em Pernambuco**. Recife: Editora da UFRPE, 2015.

PINTO, E. P. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos.1 – 1820-1920**, fontes para a teoria e a história. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

PIRES, J. Academia Pernambucana. **A Província**, Recife, ano 24, n. 11, p. 6, 13 de janeiro de 1901. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/128066_01/9760. Acesso em: 29 ago. 2022.

PIRES, J. A necessidade do estudo da Gramática. **Brasileana**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 47-51, abr. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/403920/2866>. Acesso em: 22 dez. 2022

POLACHINI, B. S. Considerações sobre o impacto da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal (1660) no tratamento da sintaxe de gramáticas brasileiras do português do século XIX. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 39-40, p. 296-314, 2011.

POLACHINI, B. S. **O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras do século XIX: um estudo historiográfico**. 2013. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

POLACHINI, B. S. **Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PRETE, M. **O perfil teórico-metodológico da Grammatica portugueza, de Júlio Ribeiro**. 2020. Tese (Doutorado em Filologia e Língua portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PRETE, M. Os conceitos de *linguagem*, de *língua*, de *regra* e de *lei* na *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro. **Domínios da Lingu@gem**. Uberlândia, v. 16, n. 2, p. 487-523, abr./jun. 2022.

PROSA sem rima. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 78, n. 176, p. 2, 5 de agosto de 1902. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_08/3764. Acesso em: 13 jan. 2023.

RAZZINI, M. P. C. História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 4, p. 43-58, jan./jun. 2010.

RAZZINI, M. P. G. **O espelho da nação: a Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura (1838-1971)**. 2000. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

RIBEIRO, Júlio. **A Procellaria**: 17 de abril de 1887. In: **Procellarias**. São Paulo: edições cultura brasileira, s.d. p. 85-94.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Tipographia de Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica Portugueza**. 2ª ed. São Paulo: Teixeira & Irmão, Editores, 1885.

RIBEIRO, Júlio. **Holmes brasileiro ou grammatica da puerícia**. 4ª ed. São Paulo: Grande Livraria Paulista Miguel e Melillo & Cia, 1903 [1887].

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**: 3º anno. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & C, 1889.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**: Curso Superior. 19ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

ROBINS, R. H. **Pequena história da lingüística**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979.

ROCHA, M. B. C. **O pensamento gramatical de Manuel Pacheco da Silva Júnior**. 2007. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVA, A. R. C. **Variação, mudança linguística e português do Brasil na Grammatica Portugueza: Curso Superior (1920 [1887]), de João Ribeiro (1860-1934)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SOARES BARBOSA, J. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem**. Lisboa: Typographia da Academia de Sciencias. 1822.

SOARES, M. Português na escola: História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (org.). **Linguística da norma**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012 [2002]. p. 141-161.

SOTERO DOS REIS, F. **Grammatica Portugueza**: accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C, 1871 [1866].

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, P. Gramaticografía e historiografía: una visión retro- y prospectiva. **Anales de Lingüística – Segunda época**, Mendoza, Argentina, n. 4, p. 139-154, abr./sep. 2020.

SWIGGERS, P. História, Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações. **Eutomia**, ano III, v. 2, p. 1- 17, dez. 2010.

SWIGGERS, P. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas, problemas. In: BATISTA, R. de O. **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 45-80.

SWIGGERS, P. Historiografía de la gramaticografía didáctica: apuntes metodológicos com referencia a la (historia de la) gramática española y francesa. In: VILA RUBIO, Neus (org.), **Lengua, literatura y educación en la España del siglo XX**. Bern/Berlin: Peter Lang, 2012. p.15-37.

SWIGGERS, P. La historiografía de la gramática: técnica, modelización, estrategias y condicionamiento material”. In: VAQUERA, M.L. CALERO et al. (org.). **Métodos y resultados actuales en historiografía de la lingüística**. Münster: Nodus, 2014. p. 722-731.

SWIGGERS, P. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista Argentina de Historiografia Lingüística**. Buenos Aires, vol. 1, n. 1, p. 67-76, 2009a.

SWIGGERS, P. Reflections on (Models for) Linguistic Historio-graphy. In: HÜLLEN, W. **Understanding the Historiography of Linguistics: Problems and Projects**. Münster: Nodus, 1990, p. 21-34.

SWIGGERS, P. Terminologia gramatical y lingüística: elementos de análisis historiográfico y metodológico. **Res Diachronicae**, n. 7, p. 11-35, 2009b.

VIDAL NETO, José Bento Cardoso. **A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940)**. 2021. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIDAL NETO, Jose Bento Cardoso. **A Grammatica portuguesa, de Júlio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VIEIRA, F. E. **Gramáticas Brasileiras Contemporâneas do Português: linhas de continuidade e movimentos de ruptura com o paradigma tradicional de gramatização**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

VIEIRA, F. E. **Gramática**: história, epistemologia e ensino. Associação Brasileira de Linguística, 19 jun. 2020a. 1 vídeo (1h 41min 35s). [*Live*]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m6nQm3Zceq8&t=1914s>. Acesso em: 07 set. 2023. Abralin ao Vivo - Linguists Online.

VIEIRA, F. E. Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino. In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (Orgs.). **História das línguas, histórias da linguística**: homenagem a Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2020b. p. 85-124.

WEEDWOOD, B. **História concisa da lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WHITNEY, W. D. **Essentials of English Grammar for the use of schools**. Boston: Ginn and Heath, 1879 [1877].

APÊNDICE

Fichas Descritivas

FICHA DESCRITIVA 1 – NOTAS SOBRE A LINGUA PORTUGUEZA (1ª EDIÇÃO – 1893)	
Tipografia	Typ. de F. P. Boulitreau
Local de impressão	Recife
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Linguistica. Notas sobre a Lingua Portuguesa por Julio Pires Ferreira, bacharel em Direito. Recife. Typ. de F. P. Boulitreau. 1893. Número de páginas: 118
Sumário da obra	Prologo (p. 3-4) I. Nomes dados á sciencia da linguagem. – Sua classificação. – Formação da linguagem. (p. 5-12) II. Alphetos. – Classificação das linguas. – Qual a que deu origem ás indo-européas? (p. 13-20) III. Origem da lingua portugueza: o latim. (p. 21-26) IV. O celticismo. (p. 27-32) V. Ligeira noticia da formação do lexico portuguez. (p. 33-38) VI. Lexico portuguez: o latim. (p. 39-44) VII. Dialectos. – Dialecto brasileiro. – Dialectos portuguezes. – Edades da lingua portugueza. (p. 45-54) VIII. Substantivos. – Adjectivos. (p. 55-60) IX. Artigo. – Pronomes. – Collocação dos pronomes. (p. 61-66) X. Flexões nominaes. – Declinações em portuguez e latim. – Gráus. (p. 67-78) XI. Flexões verbaes. (p. 79-106) XII. Verbo Haver. – Flexão pessoal do infinito. (p. 107-112) XIII. Palavras invariaveis. (p.113-117) Indice (p. 118)
Apresentação da obra	Prologo: Nomeado para reger interinamente a cadeira de Lingua Nacional do Gymnasio Pernambucano, era propicia a occasião para publicar algumas notas que colligiramos sobre a sciencia da linguagem e especialmente sobre a Lingua Portuguesa. Não é, pois, nosso intuito appresentar novidades sobre tam importante assumpto. O que vae explanar-se á vista do leitor é uma limitadissima campina serpeada e como que guarnecida e protegida por vigorosos e possantes rios, as locubrações de eminentes escriptores que, como Max-Muller, Jacolliot, Whitney, Diez, Schleicher, Bopp, Hovelacque, Benfey, Leoni, Adolpho Coelho, Julio Ribeiro, etc. teem dedicado as suas maiores energias ao estudo d'esta sciencia. São simples notas mais ou menos desenvolvidas, conforme o merecimento e importancia do assumpto, notas que fomos obrigados a tomar, desde que nos dedicamos a vida penosissima do magisterio. Os que se dedicam, pois, ao estudo da Lingua Portuguesa quasi nada encontrarão aqui que lhes prenda por um momento a attenção, mas aquelles que não dispõem de tempo ou de meios para folhear e consultar

	os philologos e linguistas modernos, lendo estas notas, por certo ficarão conhecendo mais alguma cousa do que lhes ensinam as grammaticas praticas. Felizmente, o estudo que agora inicia-se sobre Portuguez é muito differente do que outr'ora fazia-se. Já hoje ha, quem rompendo com as velharias, ouse, de uma cadeira, discutir a theoria de Renan que diz que a linguagem é um organismo. Sim; é preciso ensinar aos alumnos de portuguez mais do que é praxe no ensino official, e do que se exige para o tam decantado exame no fim do anno. O estudo da origem da linguagem e das línguas, seu desenvolvimento, progresso e futura morte são ideas que devem ir dando luz nos cerebros dos estudantes. Não é necessario, porém, tratar das questões transcendentaes sobre a linguagem. Assim como ensinamos aos discipulos o que é raiz sem que vamos buscar a origem della e suas transformações até a forma actual, assim como, muitas vezes somos obrigado para maior comprehensão a confundir na pratica as noções de raiz e radical, digamos tambem ao estudante que Schleicher considéra a linguagem como um ser dotado de vida propria, sujeito ás leis que regem todos os corpos, sem que precisemos aprofundar por exemplo, a questão sobre a lingua-origem, ou lingua mãe. Portanto, publicando estas notas, procuramos resumir ligeiramente o que ha de mais importante no estudo de Portuguez, detendo-nos porém, ante a materia de que especialmente se preoccupa a Grammatica pratica. Recife, Junho 1893. Julio Pires.
--	--

FICHA DESCRITIVA 2 – NOTAS SOBRE A LINGUA PORTUGUEZA (2ª EDIÇÃO – 1894)	
Tipografia	Typ. F. P. Boulitreau
Local de impressão	Recife
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Linguística. Notas sobre a Lingua Portuguesa pelo Bacharel Julio Pires Ferreira. 2ª edição, completamente reformada e muito melhorada. Recife. Typ. F. P. Boulitreau. 1894. Número de páginas: 234
Sumário da obra	Prologo da primeira edição (p. 3-4) Prologo da segunda edição (p. 5) Lecção Primeira. A sciencia da linguagem. – Classificação das linguas (p. 6-14) Lecção Segunda. Origem da lingua portugueza: o latim (p. 15-20) Lecção Terceira. O celticismo (p. 21-26) Lecção Quarta. Ligeira noticia da formação do léxico portuguez (p. 27-32) Lecção Quinta. Lexico portuguez: o latim (p. 33-38) Lecção Sexta. Dialectos. Dialecto brasileiro. Dialectos portugueses. Edades da lingua portugueza. (p. 39-50) Lecção Setima. Grammatica, suas divisões. Alphabeto. (p. 51-56) Lecção Oitava. Liguagem: sua sede. Apparelho da phonação. (p. 57-62) Lecção Nona. Vozes, ruido. Accentos. Sons. Metaplasmos. (p. 63-76) Lecção Decima. Leis geraes da transformação dos sons. Estructura da palavra. Derivação e composição. (p. 77-88) Lecção Decima Primeira. Taxenomia: partes do discurso. Substantivo. (p. 89-96) Lecção Decima Segunda. Flexões dos substantivos: genero; numero. (p. 97-108) Lecção Decima Terceira. Flexões substantivas: grau, declinação em latim e portuguez. (p. 109-116) Lecção Decima Quarta. Adjectivos: divisão. (p. 117-126) Lecção Decima Quinta. Flexões dos adjectivos. Syntaxe. (p. 127-138) Lecção Decima Sexta. Artigo: sua origem. Emprego e omissão. Pronomes pessoas: sua collocação. (p. 139-150) Lecção Decima Setima. Verbo: definição, divisões. Conjugações. (p. 151-160) Lecção Decima Oitava. Verbos irregulares. Participios passados. (p. 161-171) Lecção Decima Nona. Verbo: concordância; correspondencia dos modos e dos tempos. Infinito pessoal. Verbo haver. (p. 172-181) Lecção Vigesima. Etymologia verbal: pessoas, modos. Themases simples. (p. 182-193) Lecção Vigesima Primeira. Etymologia verbal: themases compostos. Voz passiva. (p. 194-205) Lecção Vigesima Segunda. Palavras invariaveis. (p. 206-218) Lecção Vigesima Terceira. Syntaxe. Termos da oração, relações entre si; classificação das orações. Ordem gramatical, figuras. (p. 219-234)
Apresentação da obra	Prologo da primeira edição: (cf. Ficha descritiva 1). Prologo da segunda edição: A pratica encarregou-se de mostrar-nos um caminho mais amplo para a confecção do presente livro. Os applausos unanimes da imprensa pernambucana e da de alguns outros Estados, sem falarmos nas congratulações das mais altas intelligencias do nosso paiz natal,

	animaram-nos a emprehender um mais desenvolvido trabalho. Eis o motivo do apparecimento d'esta nova edição que nos parece poder servir para o estudante de qualquer curso de Portuguez. Moldada assim a presente obra, não avivamos mais os traços sobre a origem da linguagem, sobre a primitiva lingua indo européa e outras questões congeneres. Sahiria dos limites de uma obra completamente didactica, que, nas condições precarias do nosso ensino official, não comporta certos estudos philosophicos. Que a mesma aura bonançosa que impellira o nosso fragil batel, esteja sempre de monção, a nos incitar a novos empreendimentos. Setembro 1894. Julio Pires.
--	--

FICHA DESCRITIVA 3 – GRAMMATICA PORTUGUEZA: 2º ANNO, PARA USO DO CURSO MEDIO E DO CURSO SUPERIOR (4ª EDIÇÃO – 1910)	
Tipografia	-
Local de impressão	Recife
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Grammatica Portugueza 2º anno para uso do Curso medio e do Curso superior, por Julio Pires Ferreira, Doutor em sciencias juridicas e sociaes, Lente de Portuguez da Escola Normal de Pernambuco. Obra adoptada na Escola Normal Official, Collegio Prytaneu equiparado á mesma Escola, Gymnasio Ayres Gama, Porto-Carreiro, Salesiano, Diocesano e varios estabelecimentos de instrucção desde e de outros Estados. 4ª edição. Recife – 1910. Número de páginas: 282
Sumário da obra	Prologo (p. 3-4) Noções Geraes (p. 7-8) Letras vogaes, consoantes; acentos (p. 11-17) Grupos vocaes e grupos consonantae (p. 18-21) Algumas regras orthographicas (p. 21-22) Sistemas orthographicos (p. 23-26) Sillabas – Acentuação (p. 27-29) Alteração de sons (p. 30-32) Morphologia – Taxinomia (p. 35-37) Substantivo (p. 38-40) Adjectivo (p. 40-46) Verbo (p. 47-49) Palavras invariaveis (p. 50-54) Campenomia (p. 55-56) Substantivo – Genero (p. 57-63) Substantivo – Numero (p. 63-68) Substantivo – Gráu (p. 68-71) Adjectivo – Genero e numero (p. 72-74) Adjectivo – Gráu (p. 74-77) Pronomes pessoas (p. 78) Verbo (p. 79-83) Terminações dos verbos (p. 84-86) Conjugação regular (p. 86-90) Verbos auxiliares (p. 90-92) Conjugação completa (p. 93-95) Conjugação – voz passiva (p. 95-97) Conjugação – Verbo pronominal (p. 97-99) Conjugação – Verbo impessoal (p. 99) Observações – Verbos regulares (p. 100) Verbos irregulares (p. 101-107) Verbos defectivos (p. 107) Participio passado (p. 107-109) Etimologia (p. 110-115) Derivação – Prefixos (p. 115-119) Derivação – Suffixos (p. 119-126) Declinação (p. 126-130) Etimologia do substantivo (p. 131-133) Adjectivo (p. 134-141) Pronomes pessoas (p. 142-143) Etimologia verbal – Themas simples (p. 144-153) Etimologia verbal: Themas compostos (p. 154-162) Palavras invariaveis (p. 163-168) Sintaxe (p. 169-179) Substantivo (p. 180-181)

	Adjectivo (p. 182-197) Quantitativos (p. 188-191) Artigo (p. 192-194) Pronomes pessoais (p. 195-208) Verbo – Concordância – Correspondência dos tempos (p. 209-213) Formas nominais do verbo (p. 214-217) Sintaxe do verbo «haver» (p. 218-220) Palavras invariáveis (p. 221-226) Ordem grammatical – Figuras (p. 227-231) Alterações grammaticas e lexicologicas (p. 232-237) Vícios de linguagem (p. 238-241) Idiotismos (p. 242-245) Pontuação (p. 247-250) Exercícios de redação – Cartas (p. 253-255) Descrições (p. 256-258) Narrações (p. 258-260) Origem da lingua portugueza: o Latim (p. 261-265) Ligeira noticia da formação do lexico portuguez (p. 266-269) Lexico portuguez; o Latim (p. 270-273) Dialectos. Dialecto Brasileiro. Dialectos Portuguezes (p. 274-280)
Apresentação da obra	Prologo da 3ª edição: Em 1893 publicámos, em volume, algumas lições sob o titulo de – Notas sobre a Lingua Portuguesa – Linguistica. Estudáramos ahi a formação da linguagem, a classificação das linguas, a origem da lingua portugueza, a organização do léxico portuguez e varias outras questões que mais de perto se relacionam com a lingua materna. O acolhimento carinhoso e excepcional que essa obra teve, envaideceu-nos e resolvemos publicar obra de maior desenvolvimento: em fins de 1894, esgotando-se aquella edição, expozemos á luz uma grammatica portugueza organizada de modo que podesse servir de guia ao estudante de portuguez de qualquer classe a que pertencesse. Hoje, aceitando o conselho de varios colegas, resolvemos publicar a presente edição que servirá para o Curso Médio e Superior de portuguez, edição a que antecedeu uma outra, propria para o Curso Primario, cheia de multiplos exercícios, de modo a tornar o ensino mais pratico do que theorico, como convem aos que pela primeira vez vão estudar methodicamente a sua lingua. Estamos prompto a receber qualquer correcção, aditamento ou modificação ao nosso modesto trabalho confiando no auxilio dos professores e dos nossos colegas. 1905. Julio Pires.

FICHA DESCRITIVA 4 – GRAMMATICA PORTUGUEZA: 2º ANNO, PARA USO DO CURSO MÉDIO E DO CURSO SUPERIOR (5ª EDIÇÃO – 1917)	
Tipografia	Ramiro M. Costa & Filhos
Local de impressão	Recife
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Grammatica Portugueza 2º anno para uso do Curso médio e do Curso superior, por Julio Pires Ferreira, Doutor em sciencias juridicas e sociaes, Lente de Portuguez e de Literatura da Escola Normal de Pernambuco. Obra premiada pelo Governo do Estado e adoptada no Gymnasio Pernambucano, Escola Normal Official, no Collegio Prytaneu, S. Margarida e Escola Propagadora, equiparados á Escola Official, no Gymnasio Ayres Gama, Salesiano, Archidiocesano, Gymnasio do Recife, British College, Collegio Evangelico e em outros estabelecimentos de ensino deste e de alguns Estados. 5ª edição, completamente refundida. Editores Ramiro M. Costa & Filhos – Recife. 1917. Número de páginas: 334
Sumário da obra	Noções Geraes (p. 5-7) Letras vogaes, consoantes; acentos (p. 11-18) Grupos vocaes e grupos consonantais (p. 19-23) Algumas regras ortograficas (p. 22-23) Sistemas ortograficos (p. 24-26) Sillabas – Acentuação (p. 27-29) Alteração de sons: figuras de dição (p. 30-32) Morfologia – Taxinomia (p. 35-38) Substantivo (p. 39-41) Adjectivo (p. 42-48) Verbo (p. 49-52) Palavras invariaveis (p. 53-60) Campanomia (p. 61-63) Substantivo – Flexão de genero (p. 64-70) Substantivo – Flexão de numero (p. 70-76) Substantivo – Flexão de grau (p. 76-79) Adjectivo – Flexões de genero e numero (p. 80-82) Adjectivo – Flexão de grau (p. 82-86) Pronomes pessoas (p. 87) Verbo (p. 88-92) Terminações dos verbos (p. 93-95) Conjugação regular (p. 95-99) Verbos auxiliares (p. 99-101) Conjugação completa (p. 102-104) Conjugação perifrastica (p. 104-105) Conjugação – Voz passiva (p. 106-107) Conjugação – Verbo pronominal (p. 107-109) Conjugação – Verbo impessoal (p. 109) Observações – Verbos regulares (p. 110-111) Verbos irregulares (p. 112-118) Verbos defectivos (p. 118) Participio passado (p. 119-121) Etimologia (p. 122-127) Formação por meio de composição – Juxtaposição (p. 128-130) Formação por meio de composição – Prefixos (p. 130-133) Formação por meio de derivação – Suffixos (p. 134-142) Declinação (p. 143-147) Etimologia do substantivo (p. 148-150) Adjectivos (p. 151-158) Pronomes pessoas (p. 159-160) Etimologia verbal – Pessoas, Modos. Temas simples (p. 161-170)

	Etimologia verbal – Temas compósitos. Voz passiva (p. 171-179) Palavras invariáveis (p. 180-185) Sintaxe (p. 187-200) Substantivo (p. 201-202) Adjectivo (p. 203-214) Quantitativos – Numeral, indefinido (p. 215-219) Artigo (p. 220-222) Pronomes pessoais (p. 223-238) Verbo – Concordância – Correspondência dos tempos (p. 239-247) Formas nominais do verbo (p. 248-252) Sintaxe do verbo «haver» (p. 253-256) Palavras invariáveis (p. 257-266) Ordem grammatical – Figuras (p. 267-272) Alterações grammaticais e lexeológicas (p. 273-279) Vícios de linguagem (p. 280-284) Idiotismos (p. 285-289) Pontuação (p. 290-293) Origem da lingua portugueza: o Latim (p. 297-301) Ligeira noticia da formação do lexico portuguez (p. 302-304) Lexico portuguez; o Latim (p. 305-309) Dialectos. Dialecto Brasileiro. Dialectos Portuguezes (p. 310-316) Exercícios de redação – Cartas (p. 319-321) Enumerações (p. 322-323) Descrições (p. 324-326) Narrações (p. 327-329)
Apresentação da obra	-

FICHA DESCRITIVA 5 – GRAMMATICA PORTUGUEZA: 2º ANNO, PARA USO DO CURSO MÉDIO E DO CURSO SUPERIOR (6ª EDIÇÃO – 1921)	
Tipografia	Ramiro M. Costa & Filhos
Local de impressão	Recife
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Grammatica Portugueza 2º anno para uso do Curso médio e do Curso superior, por Julio Pires Ferreira, Doutor em sciencias juridicas e sociaes, Lente de Portuguez e de Literatura da Escola Normal de Pernambuco. Obra premiada pelo Governo do Estado e adoptada no Gymnasio Pernambucano, Escola Normal Official, no Collegio Prytaneu, S. Margarida e Escola Propagadora, equiparados á Escola Official, no Gymnasio Ayres Gama, Salesiano, Archidiocesano, Gymnasio do Recife, Collegio Americano Evangelico, Collegio dos Maristas e em outros estabelecimentos de ensino deste e de alguns Estados. 6ª edição, refundida. Editores Ramiro M. Costa & Filhos – Recife. 1921. Número de páginas: 359
Sumário da obra	Noções Geraes (p. 5-7) Letras: vogaes e consoantes; acentos (p. 11-18) Grupos vocaes e grupos consonantais (p. 19-22) Algumas regras ortograficas (p. 22-23) Sistemas ortograficos (p. 24-27) Sillabas – Acentuação (p. 28-30) Alteração de sons: figuras de dição (p. 31-33) Morfologia – Taxinomia (p. 37-40) Substantivo (p. 41-43) Adjectivo (p. 44-50) Verbo (p. 51-54) Palavras invariaveis (p. 55-62) Campenomia (p. 63-65) Substantivo – Flexão de genero (p. 66-72) Substantivo – Flexão de numero (p. 73-79) Substantivo – Flexão de grau (p. 79-82) Adjectivo – Flexões de genero e numero (p. 83-85) Adjectivo – Flexão de grau (p. 85-89) Pronomes pessoas (p. 90) Verbo (p. 91-95) Terminações dos verbos (p. 96-98) Conjugação regular (p. 98-102) Verbos auxiliares (p. 102-104) Conjugação completa (p. 105-107) Conjugação perifrastica (p. 107-108) Conjugação – Voz passiva (p. 109-110) Conjugação – Verbo pronominal (p. 110-112) Conjugação – Verbo impessoal (p. 112) Observações – Verbos regulares (p. 113-114) Verbos irregulares (p. 115-122) Verbos defectivos (p. 122) Participio passado (p. 122-125) Etimologia (p. 126-132) Formação por meio de composição – Juxtaposição (p. 133-135) Formação por meio de composição – Prefixos (p. 135-138) Formação por meio de derivação – Suffixos (p. 139-148) Declinação (p. 149-153) Etimologia do substantivo (p. 154-156) Adjectivos (p. 157-164) Pronomes pessoas (p. 165-166) Etimologia verbal – Pessoas, Modos. Temas simples (p. 167-176)

	Etimologia verbal – Temas compósitos. Voz passiva (p. 177-185) Palavras invariáveis (p. 186-191) Sintaxe (p. 193-208) Substantivo (p. 209-210) Adjectivo (p. 211-229) Artigo (p. 230-232) Pronomes pessoais (p. 233-250) Verbo – Concordância – Correspondência dos tempos e dos modos (p. 251-261) Formas nominais do verbo (p. 262-267) Sintaxe do verbo «haver» (p. 268-271) Palavras invariáveis (p. 272-283) Ordem grammatical – Figuras (p. 284-290) Alterações grammaticas e lexeologicas (p. 291-297) Vícios de linguagem (p. 298-303) Idiotismos (p. 304-309) Pontuação (p. 310-313) Classificação das linguas (p. 317-318) Origem da lingua portugueza: o Latim (p. 319-323) Ligeira noticia da formação do lexico portuguez (p. 324-326) Lexico portuguez; o Latim (p. 327-331) Dialectos. Dialecto Brasileiro. Dialectos Portuguezes (p. 332-338) Periodos da Lingua Portugueza (p. 339-341) Semantica (p. 342-344) Exercícios de redacção – Cartas (p. 347-349) Enumerações (p. 350-351) Descrições (p. 352-354) Narrações (p. 355-357)
Apresentação da obra	-

FICHA DESCRITIVA 6 – GRAMMATICA PORTUGUEZA: 2º ANNO, PARA USO DO CURSO MÉDIO E DO CURSO SUPERIOR (7ª EDIÇÃO – 1929)	
Tipografia	Ramiro M. Costa & Filhos
Local de impressão	Recife
Descrição da edição consultada	Folha de rosto: Grammatica Portugueza 2º anno para uso do Curso médio e do Curso superior, por Julio Pires Ferreira, Doutor em sciencias juridicas e sociaes, Lente de Portuguez e de Literatura (por concurso) da Escola Normal de Pernambuco. Obra premiada pelo Governo do Estado e adoptada em todos os cursos officiaes ou equiparados, e nos estabelecimentos de ensino deste e de varios Estados. 7ª edição, completamente reformada. Editores Ramiro M. Costa & Filhos – Recife. 1929. Número de páginas: 386
Sumário da obra	Noções Geraes (p. 5-7) Letras vocaes e consoantes; acentos (p. 11-19) Grupos vogaes e grupos consonantae (p. 20-23) Algumas regras ortograficas (p. 23-25) Sistemas ortograficos (p. 26-30) Sillabas – Acentuação (p. 31-33) Alteração de sons: figuras de dição (p. 34-36) Morfologia – Taxinomia (p. 39-42) Substantivo (p. 43-46) Adjectivo (p. 47-53) Verbo (p. 54-57) Palavras invariaveis (p. 58-66) Campenomia (p. 67-69) Substantivo – Flexão de genero (p. 70-77) Substantivo – Flexão de numero (p. 77-84) Substantivo – Flexão de gráu (p. 84-88) Adjectivo – Flexões de genero e numero (p. 89-91) Adjectivo – Flexão de gráu (p. 91-95) Declinação dos pronomes pessoaes (p. 96) Verbo (p. 97-101) Terminações dos verbos (p. 102-104) Conjugação regular (p. 104-108) Verbos auxiliares (p. 108-110) Conjugação completa (p. 111-113) Conjugação perifastica (p. 113-114) Conjugação – Voz passiva (p. 115-116) Conjugação – Verbo pronominal (p. 116-118) Conjugação – Verbo impessoal (p. 118) Observações – Verbos regulares (p. 119-120) Derivação das fórmulas verbaes (p. 121) Verbos irregulares (p. 122-129) Verbos defectivos (p. 129) Participio passado (p. 129-132) Etimologia (p. 133-139) Formação por meio de composição – Juxtaposição (p. 140-142) Formação por meio de composição – Prefixos (p. 142-146) Formação por meio de derivação – Suffixos (p. 147-158) Declinação (p. 159-163) Etimologia do substantivo (p. 164-166) Etimologia dos adjectivos (p. 167-175) Etimologia dos pronomes pessoaes (p. 176-177) Etimologia verbal – Pessôas, Modos – Temes simples (p. 178-187) Etimologia verbal – Temes compóstos – Voz passiva (p. 188-196)

	Etimologia das palavras invariáveis (p. 197-202) Sintaxe (p. 203-217) Orações impessoais (p. 218-219) Substantivo (p. 220-221) Adjectivo – Concordância e colocação (p. 222-226) Grau (p. 226-229) Possessivos (p. 229-231) Demonstrativos (p. 231-232) Relativos (p. 232-237) Numerais (p. 237-239) Indefinidos (p. 239-244) Artigo (p. 245-247) Pronomes pessoais (p. 248-256) Sincrase pronominal (p. 256-264) Pronome – Se (p. 264-268) Verbo – Concordância – Correspondência dos tempos e dos modos (p. 268-279) Formas nominais do verbo (p. 280-287) Sintaxe do verbo «haver» (p. 288-292) Palavras invariáveis – Advérbio (p. 293-298) Preposição (p. 298-303) Conjunção (p. 303-306) Ordem gramatical – Figuras (p. 307-314) Alterações gramaticais e lexicológicas (p. 315-321) Vícios de linguagem (p. 322-326) Idiotismos (p. 327-332) Pontuação (p. 333-336) Classificação das Línguas (p. 339-340) Origem da língua portuguesa: o Latim (p. 341-345) Ligeira notícia da formação do léxico português (p. 346-348) Léxico português; o Latim (p. 349-353) Dialectos – Dialecto Brasileiro. Dialectos Portuguezes (p. 354-360) Períodos da Língua Portuguesa. O Brasil (p. 361-363) Ligeiras noções de Semântica (p. 364-366) Noções de estilo (p. 367-369) Exercícios de redacção – Cartas (p. 373-375) Enumerações (p. 376-377) Descrições (p. 378-380) Narrações (p. 381-383)
Apresentação da obra	-

ANEXO

PROGRAMA DE PORTUGUÊS PARA OS EXAMES GERAIS DE PREPARATÓRIOS (1887)

Prova escripta

A prova escripta consistirá em uma composição livre sobre assumpto que a sorte designar dentre os pontos organizados diariamente pela commissão julgadora.

Prova oral

A prova oral constará: 1.º, de analyse phonetica, etymologica e syntaxica de um trecho de extensão razoavel, escolhido pela commissão julgadora em uma página sorteada, na fórmula do regulamento vigente, de um dos livros abaixo indicados; 2.º, da exposição de um dos pontos grammaticaes seguintes, tambem sorteados na fórmula das disposições regulamentares.

“Sortear-se-á em cada dia um dos livros marcados no programma, bem como a centena de paginas, da qual se sorteará tambem a pagina em que cada alumno deverá ser examinado, escolhendo nella os examinadores o trecho para esse fim.” Art. 39 do decreto n. 6.130 de 1º. de Março de 1876.

Livros do Exame

Camões, *Lusiadas*, seculo XVI.

Lucena, *Historia do padre Francisco Xavier*, idem.

Frei Luiz de Souza, *A vida do Arcebispo*, seculo XVII.

Gabriel de Castro, *A Ulysséa*, idem.

Santa Rita Durão, *O Caramurú*, seculo XVIII.

Padre Theodoro de Almeida, *O Feliz Independente*, idem.

João Francisco Lisboa, *Vida do Padre Antonio Vieira*, seculo XIX.

Barão de Paranapiacaba, *A Camoneana*, idem.

Indicação. – Por ocasião da analyse, o examinando tambem deverá ser arguido sobre o sentido preciso de cada palavra do trecho sorteado, e sobre o sentido geral do mesmo trecho. Um dos examinadores se occupará desta parte do exame, e o outro das theorias grammaticaes.

Pontos oraes

1. – Observações geraes sobre o que se entende por grammatica geral, por grammatica historica ou comparativa e por grammatica descriptiva ou expositiva.

Objecto da grammatica portugueza e divisão do seu estudo. Phonologia: os sons e as letras; classificação dos sons e das letras; vogaes; grupos vocalicos; consoantes; grupos consonantae; syllaba; grupos syllabicos; vocabulos; notações lexicas.

2. – Da accentuação e da quantidade.
3. – Origem das letras portuguezas; leis que presidem á permuta das letras; importancia destas transformações phonicas no processo de derivação das palavras.
4. – Dos Metaplasmas.
5. – Dos systemas de orthographia e das causas de sua irregularidade.
6. – Morphologia: estrutura da palavra; raiz; thema; terminação; affixos. Do sentido das palavras deduzido dos elementos morphicos que as constituem; desenvolvimento de sentidos novos nas palavras.
7. – Da classificação das palavras. Do substantivo e suas especies.
8. – Da classificação das palavras. Do adjectivo e suas especies.
9. – Classificação das palavras. Do pronome e suas especies.
10. – Classificação das palavras. Do verbo e suas especies.
11. – Classificação das palavras. Das palavras invariaveis.
12. – Agrupamentos de palavras por familias e por associação de idéias. Dos synonymos, homonymos e paronymos.
13. – Flexão dos nomes: genero; numero; caso. Noções de declinação latina. Desapparecimento do neutro latino em Portuguez; vestigios de neutro em Portuguez; vestigios da declinação em Portuguez. Origem do s do plural.
14. – Flexão dos nomes: grau do substantivo e do adjectivo; comparativos e superlativos syntheticos; comparativos e superlativos analyticos.
15. – Flexão dos nomes; flexão do pronome; declinação dos pronomes pessoaes.
16. – Flexão do verbo; conjugação; fórmãs de conjugação.
17. – Formação das palavras em geral: composição por prefixos e por juxtaposição. Estudos dos prefixos.
18. – Formação das palavras em geral: derivação própria (por suffixos); derivação impropria (sem suffixos). Estudos dos suffixos.
19. – Das palavras variaveis formadas no proprio seio da lingua portugueza.
20. – Das palavras invariaveis formadas no proprio seio da lingua portugueza.

21. – Etymologia portugueza; principios em que se baseia a etymologia. Leis que presidiram á formação do lexico portuguez.

22. – Da constituição do lexico portuguez. Linguas que maior contingente forneceram ao vocabulario portuguez.

23. – Character differencial entre os vocabulos de origem popular e os de formação erudita; duplas ou formas divergentes.

24. – Da criação de palavras novas. Hybridismos.

25. – Etymologia do substantivo e do adjectivo. Influencia dos casos na etymologia dos nomes.

26. – Etymologia do artigo e do pronome.

27. – Etymologia das fórmas verbaes; comparação da conjugação latina com a portugueza.

28. – Etymologia das palavras invariaveis.

29. – Da syntaxe em geral. Breves noções sobre a estrutura oracional, do Latim popular e do Latim culto. Typos syntaxicos divergentes na lingua portugueza.

30. – Syntaxe da proposição simples. Especies de proposição simples quanto á fôrma e á significação. Dos membros da proposição simples.

31. – Syntaxe da proposição composta ou do periodo composto. Coordenação. Subordinação. Classificação das proposições.

32. – Regras de syntaxe relativas a cada um dos termos ou membros da composição.

33. – Regras de syntaxe relativas ao substantivo e ao adjectivo.

34. – Regras de syntaxe relativas ao pronome.

35. – Regras de syntaxe relativas ao verbo. Do emprego dos modos e tempos, correspondencia dos tempos dos verbos nas proposições coordenadas e nas proposições subordinadas.

36. – Regras de syntaxe relativas ás fórmas nominaes do verbo.

37. – Regras de syntaxe relativas ás palavras invariáveis.

38. – Syntaxe do verbo *haver* e do pronome *se*.

39. – Da construcção: ordens das palavras na proposição simples e das proposições simples no periodo composto.

40. – Da collocação dos pronomes pessoaes.
41. – Das notações syntaxicas; pontuação; emprego de letras maiusculas.
42. – Figuras de syntaxe. Particulas de realce.
43. – Dos vicios de linguagem.
44. – Das anomalias grammaticaes; idiotismos; provincialismos; brasileirismos e dialecto.
45. – Das alterações lexicas e syntaxicas; archaismo e neologismo.
46. – A syntaxe e o estylo.

(In: RIBEIRO, Júlio. **Procellarias**. São Paulo: edições cultura brasileira, s.d. p. 85-94).